



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS INTERNACIONAIS



O Exército e a Unidade
Nacional

O Fundamentalismo
Islâmico e a
Ordem Internacional

As Invasões Francesas e a
Organização da Resistência
Portuguesa

ANO LXXXI - Nº 767
JAN-FEV-MAR 95

Três grandes líderes em qualidade estão reunidos na Lion.



CATERPILLAR

Título: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu

v.81, n.367, jan./mar. 1995 BFD

324290

290637



DYNAPAC



HYSTER

Comprando as máquinas Caterpillar, Hyster e Dynapac, na Lion, você ganha não apenas na alta qualidade destas marcas. Ganha também na melhor assistência técnica. Porque a equipe da Lion está altamente capacitada para recomendar o equipamento que melhor se adapta ao seu tipo de trabalho. Na hora de repor as peças você também sai ganhando, porque, além do maior estoque, a Lion oferece uma série de programas exclusivos e serviços especializados que acompanham

toda a vida útil da máquina.

Compre Caterpillar, Hyster e Dynapac na Lion. Você vai sair ganhando desde o começo.

LION

São Paulo - Bauru - Campinas
Presidente Prudente - Ribeirão
Preto - Santos - São José do Rio Preto - São José dos Campos - Sorocaba
Campinas Grande (MS) - Dourados - Cuiabá - Barra do Garças - Manaus - Porto
Velho - Rio Branco e Boa Vista.



EDITORIAL

RUMO AO CENTENÁRIO

Decorridos noventa anos da fundação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), convém recordar a sua participação no cenário militar.

Fundada em 2 de outubro de 1905, quando Presidente da República o Dr. JOSÉ RODRIGUES ALVES e Ministro da Guerra o Marechal FRANCISCO DE PAULA VARGAS, a Escola tem por finalidade, desde seus primeiros dias, complementar o ensino militar de nível superior, habilitando os oficiais ao desempenho das funções de estado-maior e ao comando das unidades de nossa Força.

A ECEME vem acompanhando, de perto, todas as modificações tecnológicas e doutrinárias que ocorrem no mundo e, particularmente, no País.

Recebeu contribuições das doutrinas de exércitos estrangeiros — alemão, francês e americano — bem como os ensinamentos proporcionados pelos maiores conflitos internacionais.

Os estudos e pensamentos desenvolvidos no trilhar desses anos refletem a busca incansável da instituição em cooperar na atualização constante da doutrina militar brasileira.

A Escola, como instituto de ensino do mais alto nível do Exército, possui corpos docente e discente provenientes de um criterioso processo de seleção. A sua arquitetura, em forma de asa, traduz a sua força, audácia e firmeza, valores que se constituem em um profundo orgulho para todos os que por ela têm passado.

Os noventa anos de existência, marcados pela identificação permanente com sua missão e seu espírito intelectual, cultural e profissional, levam-nos a comemorar, neste inicio de 1995 esta casa formadora de tantos e tão dedicados chefes militares da Força Terrestre.



BIBLIOTECA
DO EXÉRCITO
EDITORIA

1995

PROGRAMA EDITORIAL

A BIBLIOEX apresenta o seu programa editorial para 1995 numa excelência de títulos apropriada à satisfação dos seus leitores e em resposta às preferências manifestadas em pesquisa dirigida aos assinantes. Um editorial de custo de aquisição baixíssimo e de obras entregues à domicílio!

ALIANÇA BRASIL - ESTADOS UNIDOS — 1937/1945 - Frank D. Mc Cann Jr.

O laureado "brasiliense" já tem publicado, em nosso idioma, o livro "A Nação Armada - Ensaios sobre a História do Exército Brasileiro". PhD em História, Chefe do Departamento de Pesquisa Histórica da Universidade de New Hampshire, lecionou, também, História Militar na Academia Militar de West Point. Surge agora, em português, "ALIANÇA BRASIL - ESTADOS UNIDOS" (1937/1945), onde se analisa o relacionamento diplomático do Brasil com os Estados Unidos (especialmente as projeções na área político-militar) numa época e situação internacionais de conflitos generalizados que culminaram com a 2ª Guerra Mundial. Revelações inéditas dos diálogos entre Roosevelt e Vargas, a propósito de interesses comuns ou divergências nacionais, são apresentados pelo autor. Editado originalmente pela Universidade de Princeton, recebeu os prêmios "Stuart L. Bernath" e "Bolton".

NAPOLEÃO E O BRASIL - Donatello Greco

Agora, novamente acessível à leitura (a 1ª edição é de 1935 e há muito esgotada), é uma fundamentada pesquisa histórica onde as influências napoleônicas, em determinado momento do nosso passado, são apresentadas em estilo vivo e muito agradável. O sabor é de crônica mas a fundamentação do trabalho a faz peça firme de História, como se vê no capítulo inicial "Napoleão - Inspirador de Duas Conjurações Pernambucanas". Ainda, da mesma forma, no episódio que relata o plano de resgate de Napoleão em seu cativeiro de Santa Helena, para fazê-lo governante do Brasil.

HISTÓRIA DOCUMENTAL BRASILEIRA - Therezinha de Castro

Como sugere o título, o livro é o que se pode chamar um "Compêndio de História Documentada do Brasil". Uma criteriosa seleção e apresentação de documentos e escritos sobre as origens e a evolução da nossa sociedade, desde a época dos descobrimentos até os dias atuais, ou seja, o último governo eleito da República. Uma fonte permanente para consultas. Prefácio do Professor Vicente Tapajós.

ESTRATÉGIA NAVAL BRASILEIRA - Arlindo Vianna Filho

Apresentação dos delineamentos de uma real e possível estratégia naval brasileira e os princípios de sua aplicação, assentados sobre a nossa singular experiência histórica. O autor, oficial-general de nossa Marinha de Guerra, foi diretor da Escola de Guerra Naval e coordenador do Curso de Política e Estratégia Marítimas. É uma leitura para todos os públicos interessados nos problemas estratégicos nacionais.

PILARES DA DISCÓRDIA - Sérgio Paulo Muniz Costa

Uma análise atual e criteriosa dos conflitos e das tentativas das sociedades em busca de uma ordem internacional. A inserção do caso brasileiro no quadro geral analisado é outro destaque no texto, todo ele apoiado em rica bibliografia. O Embaixador Roberto Campos assina o prefácio.

O BRASIL E O COMÉRCIO INTERNACIONAL - Francisco de Assis Greco

A partir de uma breve e objetiva apreciação histórica da evolução do comércio internacional, o autor - com o respaldo de uma formação universitária e do exercício de funções públicas e privadas relativas à atividade - estuda não só o processo de regionalização predominante em nosso comércio externo mas as associações dele a um intercâmbio global. Leitura com atualidade e com projeções muito úteis ao equacionamento dos problemas da nossa balança comercial.

RIO BRANCO - VIDA E OBRA - Affonso de Carvalho

Nova edição, revista e atualizada, de antigo e esgotado lançamento da BIBLIOEX. O autor - o saudoso Affonso de Carvalho, intelectual e soldado de escola - proporciona ao leitor uma exuberante biografia do nosso Grande Chanceler. Nela se interligam - como não podia deixar de ser - a história de uma vida e a história de uma época de nossa nacionalidade. Prefácio do General Jonas Correia, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

A FARSA IANOMÂMI - Carlos Alberto Menna Barreto

O crítico problema da posse de terras habitadas por grupos indígenas e sua demarcação legal continua em debate. Direitos de minorias e preservação de interesses nacionais maiores, razão de conflitos? Qual a solução harmoniosa de acomodação? Haverá interesses alienígenas a interferir no quadro em pauta? O leitor encontrará na obra as respostas que o autor - um estudioso do tema - apresenta segundo as perspectivas de sua análise e das suas experiências de serviço na Amazônia. Prefácio do General Carlos de Meira Mattos.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA - Praça Duque de Caxias, 25
Palácio Duque de Caxias, 3º andar - Ala Marcilio Dias
CEP 20221-260 - Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021) 253-4637 e Telefax: (021) 253-7535.

ASSINATURA DO
EDITORIAL /1995
R\$ 99,00

**Revista A DEFESA NACIONAL****Diretor:**

Gen Bda Luiz Comendador Montalvão Rêgo

Redator:

Cel Eng EM Virgílio da Veiga

Conselho Editorial:

Col Inf QEMA Clóvis Parcer Bandeira

Col Inf EM Luiz Henrique Gomes Pires

Col Inf EM Hélio Ribeiro Alves

Ten Cel Inf QEMA Antônio Azevedo Costa

Ten Cel Qem DEMAR Ricardo José do Amaral Caldeira

Ten Cel Inf QEMA José Luiz D'Ávila Fernandes

Ten Cel Eng QEMA Ismael Ferreira da Costa Filho

Ten Cel Cem DEMAR Gerson Gomes Nova

Maj Art QEMA Geraldo Gomes de Matos Filho

DISTRIBUIÇÃO

Biblioteca do Exército

Palácio Duque de Caxias

Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar

Ala Marçal Dias

Rio de Janeiro, RJ - BRASIL - 20221-260

Tel.: (021) 253-7535

EDITORIAÇÃO e PRODUÇÃO GRÁFICA

PENELIC Prod. Gráf. e Publicidade Ltda.

Telex (021) 533-0625

REVISÃO

Renaldo S. Stazio

PUBLICIDADE

ENREVISTAS Prod. Gráf. e Publicidade

Tels.: (021) 281-5822 - 581-2722 - 581-7860

Fax: 581-2102

REDAÇÃO

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

DO EXÉRCITO

Praça General Tibúrcio, 125 - Rio de Janeiro, RJ

BRASIL - 22290-270

Tel.: (021) 542-5846 - Ramal 204 + 205

FAX (021) 542-5454

ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias

Praça Duque de Caxias, 25 - Térreo - Rio de Janeiro, RJ

BRASIL - 20221-260

Tel.: (021) 253-4628

Os concursos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da ECEME e do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução integral ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e o forte.

ACEITA-SE intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser datilografados em ladas com 30 linhas, em espaço duplo e no máximo, com 72 balidas por linha, acompanhadas de uma síntese do currículo.

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

Assinaturas e Eventos de NÚMEROS MULHERES

A assinatura anual e a venda de números avulsos são feitas na Administração - Tel.: (021) 253-4628, as importadoras correspondentes podem ser enviadas por cheque ou vale postal, em nome de "A Defesa Nacional".

Assinatura Anual:

Brasil - R\$ 20,00

Exterior - US\$ 50,00

**A DEFESA
NACIONAL**

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

SUMÁRIO

Editorial	1
O Exército e a Unidade Nacional	5
<i>José Fernando de Maya Pedrosa</i>	
Conflitos de Baixa Intensidade	13
<i>Luiz Felipe Kraemer Carbonell</i>	
O Fundamentalismo Islâmico e a Ordem	
Internacional	39
<i>Francisco de Assis Grieco</i>	
As Invasões Francesas e a Organização da	
Resistência Portuguesa	55
<i>Manuel Freire Themudo Barata</i>	
Revolução dos Cravos: Duas Décadas	
(Resumo Histórico — 1974/1994)	65
<i>Therezinha de Castro</i>	
As Ações Psicológicas e os Teóricos da	
Guerra	71
<i>Ronaldo Paz do Nascimento</i>	
Repensando Tordesilhas	93
<i>L. P. Macedo Carvalho</i>	
Os Cercos de Bagé e da Lapa — Duas	
Resistências Épicas na História Militar do	
Brasil	103
<i>Claudio Moreira Bento</i>	
Os Grandes Blocos Regionais de Comércio e	
o GATT	119
<i>Sergio Domingos de Figueiredo</i>	
Ferroviás: Aspectos Geopolíticos	127
<i>Jorge Luiz Abreu do O' de Almeida</i>	
Comentários	137
Informações	147
Destaques da Imprensa	157
Resumo de Monografias	171

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redação - Praça da Torre - SERVIÇOS SOCIAIS 00157000 Lote 01 CEP 00010-900

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo fundador: Bernardo Ribeiro, Estevão Lemos da Carvalho, Joaquim de Moraes R., Freitas Pereira, Francisco de Paula Cidade, Marin Lúcio, Lima e Silva, Paraíba, José Pinheiro, Homero Cavalcante, Euclides Figueiredo, Teixeira, Amaro Vilas Boas, Manoel da Costa.

(Fac-símile da portada do Nº 1, Ano 1 — 10/10/1913 de "A Defesa Nacional")

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Diretor-Presidente

Gen Carlos Patrício Freitas Pereira

Diretor-Secretário

Cel Art e EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

Diretor-Administrativo

Ten Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Diretor-Tesoureiro

1º Ten QAO Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt

Conselheiros

Cel Art e EM Luiz de Alencar Araripe

Cel Art EM Amerino Raposo Filho

Conselho Fiscal

Cel Inf EM Raul Roberto Musso dos Santos

Cel Eng EM Virgílio da Veiga

Ten Cel Inf Antônio Gonçalves Meira

Suplentes

Cel Cav EM Davis Ribeiro de Sena

Cap QAO Justo Hélio Monteiro

1º Ten Anísio Coelho de Souza

A DEFESA
NACIONAL

NOSSA CAPA

Praça dos Três Poderes, Brasília, DF.
Evoca as eleições gerais de 1994.

Foto: arquivo da ENREVISTAS

R\$ 99,00



A DEFESA NACIONAL

O Exército e a Unidade Nacional

José Fernando de Maya Pedrosa*

Matéria extraída de conferência realizada pelo autor, em 22.03.94, no auditório da Escola Técnica Federal, no contexto das comemorações da Semana do Exército.

O General Flamarión Barreto Lima, que ajudou a formar gerações de chefes militares, era por natureza um homem modesto e um servidor do ideal castrense.

Não tinha a pompa e, muito menos, o nome para conviver na platéia da cultura com os maiores da Historiografia Nacional — nem ele mesmo tinha esse desejo — pois considerava-se um simples professor, um preparador para o difícil concurso para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Alugava o estreito e úmido porão do Edifício Praia Vermelha, onde, entulhados e silenciosos, ficavam os oficiais candidatos a

ouvirem lições, realizando provas, discutindo esquemas, argumentando.

Entretanto, escudado naquela modéstia que lhe era peculiar, o general expressava conceitos que marcaram a mentalidade de seus alunos e uma forma de encarar o passado brasileiro pelos seus resultados presentes na realidade e na fisionomia nacional, um argumento convincente porque palpável e lastreado nas leituras que recomendava.

Eis, literalmente, um dos seus conceitos, quando concluía os estudos sobre o Período Colonial Brasileiro:

“Os dois Estados (que se formariam aqui pelas tendências naturais de nossa vastidão e pelos desafios históricos) estariam assim definidos: um pela **Comunidade do Nordeste**, a que fosse agregada a Comunidade do Norte; outro baseado na **Comunidade do Centro-Sul**, a que fosse agregada a Comunidade do Sul.”

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior, sócio-efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

"Esses mesmos Estados poderiam constituir-se ainda de modo diferente: o **Estado do Nordeste**, com base na comunidade canavieira, e o **Estado do Centro-Sul**, ou seja, limitado pelas áreas de Minas Gerais e São Vicente. A Área do Sul (nesse caso) poderia ser atraída pelo Estuário do Prata e integrada à Argentina ou ao Uruguai, a Área do Norte poderia continuar, ainda no presente, na situação colonial, como ocorre com as Guianas."

E continuava o velho general a identificar as causas de termos contrariado essas tendências e herdado de Portugal uma vastidão que vai do Atlântico aos contrafortes dos Andes, do escudo goianense ao Delta do Prata:

- o unitarismo político e administrativo do colonizador, conciliado, quando necessário, ao controle e à defesa;
- a presença histórica da Coroa Portuguesa no Brasil (1808), ao contrário do que ocorreu com as Repúblicas de origem hispânica, hoje um colchão de retalhos de países semelhantes, somando problemas e subtraindo poder do que seria um grande país como o Brasil, descontada aí a compartimentação geográfica dos Andes como elemento dissociador.

A unidade nacional, portanto, foi uma herança a ser mantida pelos brasileiros, o que de fato ocorreu tanto no Primeiro como no Segundo Império, tendo o Exército e a Marinha como braços executores dessa política, digamos, dessa grande estratégica, destacando-se aí a espada do Duque de Caxias, um soldado que se dedicou à causa da Coroa, sem a qual não teria havido nem ordem, nem coesão. Antes que dois Estados, como formulava o General Flamion, teríamos

aqui uma constelação de países pequenos, insignificantes, dominados, como na América Central, pelo imperialismo da era pós-mercantilista.

Poderíamos então formular a seguinte configuração do atual território brasileiro, não fossem aqueles fatores do Período Colonial nem tivéssemos aqui uma Coroa Imperial em nossos primeiros tempos de Nação independente, dotada de um Exército e de uma Marinha articulados como instrumentos de ordem e respeito ao poder central unitário e atuante:

- no Norte, áreas ainda coloniais ou incorporadas à Grã-Colômbia ou nações dela formadas; ainda ao Norte, um país extenso mas pobre e dependente, nos territórios dos atuais Estados do Pará, Amazonas e Maranhão;
- no Nordeste, um país de economia dependente, nos territórios dos atuais Estados do Ceará até a Bahia;
- no Centro-Sul, um país articulado e mais desenvolvido, com base no modelo administrativo e político adotado pelo curso histórico que tomou o Brasil. Poderia constituir-se num país importante;
- no Sul, um outro país semelhante ao Uruguai e à Argentina, formado na base da cultura gauchesca.

A nossa grandiosidade territorial e unidade cultural e política é, portanto, um milagre do qual nós do Exército (das Forças Armadas) nos orgulhamos muito e que prometemos garantir a todo custo, intervindo sempre que ela for ameaçada.

Esta é a visão grandiosa que o pensamento militar brasileiro fixou no campo da História e que serve de inspiração e base doutrinária de suas ações até os dias correntes.

Convém fixar com mais profundidade, entretanto, no que está centrado este pensa-

mento histórico, já que vivemos hoje numa época de contestação e dúvidas.

É fácil observar, aprioristicamente, que tudo parece negativo aos olhos de expressiva parte da intelectualidade, como se estivesse tudo a serviço de uma classe ou grupo dominante, tal a impregnação na mente brasileira dessa concepção de classes e seus rígidos interesses em ação.

Eduard Spranger formulou o conceito de que "a História, ao compreender a vida passada, tornou-se uma força presente e formuladora do futuro", de onde se depreende o caráter educativo e indutivo dessa ciência. O pensamento histórico, ou a maneira de se encarar o curso da História, sua causalidade, as influências do pensamento filosófico sobre ela, tudo isto tem conotações de infinito — Tucídides, Tomaz de Aquino, Vico, Taine, Tocqueville, Goethe, Lüdem, Rousseau, Kant, Nietzsche, Hegel, Marx, Heder, Tierry, Thomas Carlyle, Febvre, Ranke e centenas de outros. Aqui no Brasil — José Honório Rodrigues, Pedro Calmon, Capistrano de Abreu, Afonso Taunay, Euclides da Cunha, Gilberto Freire, Oliveira Viana, Alberto Torres, João Ribeiro, Nelson Werneck Sodré, Francisco de Assis Barbosa, Caio Prado Junior, Tasso Fragoso, Francisco Ruas Santos, entre muitos outros, foram os impulsionadores do pensamento brasileiro na historiografia, com incursões na sociologia brasileira, todos fundamentados em filosofias de seu tempo.

Voltando-se ao conceito de Spranger, além da força formuladora do futuro, a História seria também uma força presente, viva, utilitária, às vezes, podendo, portanto, por via de consequência, servir aos interesses do momento, transcendendo o seu caráter meramente factual e documental, para entrar

na área da interpretação — esta sim, sujeitada fortemente à ideologia política de cada um.

No meu modesto entendimento, o racionalismo moderno e o realismo do pós-guerra deram, à Historiografia Contemporânea, a oportunidade da militância política ou ideológica, geralmente revolucionária e contestadora, para a qual quem não instrumentalizar a História é considerado dela beneficiário, pelo conservadorismo e pela reação contrária às idéias novas.

É uma concepção radical e cortante, excludente e simplificadora, bem ao modo dos homens de ação. E o intelectual, quando transformado em homem de ação, deixa o pensamento criador subjugado ao seu interesse ideológico e à sua concepção de uma sociedade que idealizou. Deixa de ser um garimpador da verdade para formá-la a seu modo e ao modo de seu grupo ideológico. Esta parece ser uma realidade que a poucos tem interessado, infelizmente.

O grande mestre José Honório Rodrigues, que tanto influenciou o pensamento historiográfico militar com sua *Teoria da História do Brasil*, em certo tempo de sua fértil existência, abriu campo para uma revolução cultural, quando sistematizou, em *Vida e História* (Ed. Civilização Brasileira), os conceitos de História Neutra e de História Combatente. Lá se foi o historiador neutro, apegado aos documentos e aos fatos, justamente o contrário do que tanto pontificou ele mesmo em sua *Teoria da História do Brasil*.

Agora seria necessário desmistificar a História, quando pontificou pelo revisionismo para se opor à ortodoxia. Trata-se, para ele, de um movimento que "enfrenta figuras, desafia a oligarquia". Insinua também que a História Neutra (que tanto exaltou e estimulou

em obras anteriores) está do lado da injustiça social, da privação econômica do povo. E termina dizendo que "as descobertas históricas que o revisionismo sempre estimula vêm menos das pesquisas factuais trazidas pelos novos documentos do que das questões novas que sabemos levantar". Fico pensando que valerá mais, doravante, a interpretação ideológica da História do que um ajustado e

"O movimento revisionista está interessado muito menos na verdade e na prova e muito mais em apoiar mudanças radicais de regimes políticos"

imparcial exame dos fatos, suas causas e consequências, sem eliminar, é claro, a influência do pensamento criador e livre do analista. Quando José Honório condenou as razões de estado que sustentavam a historiografia antiga no Brasil, a partir de Varnhagem, por ressaltar apenas os figurões do passado e esquecer a história do povo, eliminou todo o esforço dos que se dedicaram ao estudo do País, cada um a seu tempo e com sua mentalidade, incluídos aí (pelo menos foi o que depreendi dos que escreveram dentro desta idéia excludente) todo aquele elenco de pesquisadores e analistas do Brasil — Artur Ramos, Nina Rodrigues, Gilberto Freire, Roberto Simonsen, Antonio da Silva Melo, e por aí vai...

Que me desculpe o velho mestre José Honório, ao qual nós militares afeitos à História temos muito respeito, mas sua

dicotomia de História Neutra a serviço do conservadorismo reacionário e História Combatente a serviço da justiça não se aplica, de forma nenhuma, ao meio militar, nem abala nossas convicções. Nós não nos julgamos enquadrados em nenhuma dessas fórmulas — ortodoxa ou revolucionária.

Acredito que nas formulações dele, José Honório, produto meramente de seu intelecto, e dos intelectuais de seu grupo, não estivesse previsto o exagero ideológico militante, iconoclasta e anti-história que se seguiu no bojo do movimento revisionista, interessado muito menos na verdade e na prova e muito mais em apoiar mudanças radicais de regime político.

Assim, pelo modelo contrário ao que acabamos de mostrar, fixaremos, a baixo, qual é o pensamento militar brasileiro no campo da História:

- o passado deve ser criticado e revisto, pois estudamos História para não repetir erros (História Pragmática?) no sentido em que ela é educativa;

- acreditamos que negar o mérito evidente dos nossos antepassados é não apenas uma farsa, como renegar os méritos da própria gente brasileira. Temos é que ressaltá-los, como o fazem as nações mais experimentadas do mundo, cada uma a seu modo, como nos Estados Unidos, onde tanto o colonizador como o índio são exaltados em suas qualidades e vontades. No Brasil, como poderíamos deixar de exaltar as lutas no sul entre luso-brasileiros e hispano-sul-americanos para fixação de nossos domínios, ou o mérito dos que lutaram pela soberania interna do Estado Brasileiro, ou pela unidade nacional contra movimentos separatistas?

- afirmam os historiadores militares que o Exército está a serviço do povo brasileiro

na formação de um grande País. Negamos as insinuações de que somos uma força a serviço de uma "classe" ou de uma camada minoritária da população, o que achamos produto da visão materialista que só encara o mundo pela ótica do oprimido e do opressor:

* tem-se mentido, tem-se subtraído, tem-se negado o esforço dos homens e das instituições para a unidade nacional, e para integridade territorial do Brasil, ficando a História como instrumento de manipulação e de doutrinação, de negação do papel do Estado no curso formador do País, e com ele o do Exército, o braço armado do povo que o compõe. Teria o grande mestre José Honório previsto este desvio?

E não se diga que somos reacionários, porque foi no Exército que frutificaram as idéias de Oliveira Viana e de Alberto Torres quando criticaram nossas mazelas históricas, o que redundou na Revolução de 1930, quando os militares derrubaram as oligarquias ruralistas da República Velha, por sua influência nacionalizaram-se o subsolo e as águas, instituiu-se o voto secreto e o da mulher, formularam-se as leis trabalhistas, depois instituiu-se o monopólio estatal do petróleo, solução da época, nacionalizaram-se os fretes marítimos, e recentemente estenderam-se os direitos trabalhistas ao campo, sempre com o apoio e a paixão de justiça social dos militares.

Não se diga, portanto, que somos alheios à modernidade e à justiça social, defensores da oligarquia, pois somos uma força que dispensa o racismo, que sempre serviu de acesso para as camadas mais pobres da sociedade, que acompanha e participa das questões do interesse nacional e do desenvolvimento, sem nenhum compromisso com os homens do poder econômico, mas reco-

nhecendo o seu papel fundamental no desenvolvimento e a proteção que devem ter para produzirem e criarem riquezas.

Não somos ingênuos para desconhecer que viemos de uma situação colonial incômoda, exploratória, injusta, com elementos sociais nem sempre voltados para o trabalho, e que nossas riquezas foram dizimadas. Mas não deixamos de reconhecer os legados lusitanos na defesa intransigente do território e de sua unidade, miscigenação, participação geral na defesa do território pelas Ordenanças Afonsinas, o que fazia de todos soldados, conquista viril de um imenso território para o poente, ocupação e fortificação das fronteiras distantes e do litoral, com mais de trezentas fortificações permanentes, lutas sem fim, mais de vinte guerras no Sul, para mantermos distantes os hispano-sul-americanos e garantirmos esta vastidão territorial que é o maior legado do esforço militar luso-brasileiro.

E pensar-se que tudo isso é negado por uma parte da intelectualidade nacional, a tomar como exemplo o telecurso do segundo grau na TV, que exalta o socialismo em Angola e as lutas operárias no Brasil, mas que não dedica uma página sequer aos feitos do povo brasileiro em armas.

Diz que o esforço colonial foi interesse da nobreza e da burguesia portuguesa e menospreza o ideal de grandeza e poder do povo lusitano, sua religiosidade e sua impulso histórico para grandes feitos e epopeias.

Ligados ao método descartiano, por natureza profissional, tendem os militares à análise das partes componentes do problema proposto, estudando-as separadamente, comparando soluções, encontrando respostas coerentes. A valorização de uma dessas partes, no caso do estudo da História, como

a do fator econômico, por exemplo, não nos parece correta, posto que na vida humana existe uma constelação de motivações de natureza variada, porque o homem não é apenas um ser econômico. Ele sonha, ele explora, ele crê no sobrenatural, e observe-se que os homens mais importantes da História foram os livre-pensadores, os místicos, os cientistas, os grandes soldados. Esta é uma das razões para que os militares tenham definido posições contrárias ao marxismo, desde que seus adeptos se envolveram com a tomada do poder pela força em 1935, ou por outros métodos de indução através deste conturbado século.

Além do mais, este velho hábito em nossas escolas militares de buscar as causas e consequências nos faz encarar a História não apenas pela sua seriação, mas pela continuidade dos tempos, onde o futuro se

"No meio militar, negar as origens e o passado é uma espécie de ofensa"

forma hoje, porque o hoje foi formado pelo passado. Ora, se a unidade nacional foi formada num passado de conflitos, é provável que, no futuro, esta coesão seja novamente posta a prova, e que tenhamos que intervir novamente a serviço do Estado e, em última instância, em benefício do povo. Se houve quem se sacrificasse pela unidade nacional, devemos preparar as gerações futuras para desafios idênticos, louvando nossos heróis e preparando constantemente o povo para a luta, e isto não é novidade nem originalidade quando verificamos o que se faz em outros países. No meio militar, negar as origens e o

passado é uma espécie de ofensa, principalmente quando sabemos que a chamada "História Combatente" descambou para a ação desagregadora, e envolvia intenções de levar o País a um conflito possivelmente violento, porque violenta é a ação revolucionária contemporânea.

Reconheço que somos carlailianos (às vezes, até um pouco mais da conta), porque é o grande chefe, no modelo de líder que todos os exércitos do mundo procuram. É no seu modelo que nos inspiramos para a constante preparação de nossos quadros. Poderia ser diferente? Querem, os intelectuais, que os soldados sejam amorfes e que fiquem por aí sem uma crença, sem um chefe?

Negamos esta dicotomia de que fazemos história à revelia do povo, como insinuou o mestre José Honório quando definiu as posições da História Neutra e da História Combatente. A História Militar, pelo visto, estaria na categoria dos neutros, mas é, ao contrário, a maior consagração que se faz de um povo, de uma gente, de uma nação.

Assim se pensa em nosso meio, daí o General Dionísio Cerqueira ter dedicado quase todas as páginas de seu livro de remissões ao simples combatente nos pântanos do Paraguai, e daí a *História do Exército Brasileiro*, editada pelo Estado-Maior do Exército, em 1971, ter o subtítulo de "Perfil Militar de um Povo".

Outro curioso aspecto de nossa História é a confrontação entre unitarismo e federalismo ou seja, da monarquia e da república.

Na verdade a questão essencial não era a forma ou o regime e sim a unidade nacional.

Havia os liberais e os conservadores, os federalistas republicanos com muita proximidade com o separatismo, e os conserva-

dores que limitavam os poderes das províncias, e havia os conciliadores que asseguravam certa autonomia local para as Assembleias Provinciais.

Felizmente, os legisladores tenderam para o unitarismo, não apenas na Constituição de 1824, como no Ato Adicional de 1834 e na Interpretação do Ato Adicional de 1840. Foi por este motivo e pela ação militar do Exército e da Marinha que o Império se consagrou como o responsável pela nossa proverbial unidade.

Devemos assinalar que essa tarefa não foi fácil, em vista das influências exógenas dos Estados Unidos, da França, da Inglaterra e dos países sul-americanos de regime republicano.

Foi assim que o braço armado do Império foi sufocar as rebeliões do Primeiro Império, do Período Regencial e do Segundo Império, todas de tendência federalista, republicana e descentralizadora, quando não separatistas, umas mais, outras menos. E a luta já se fazia antiga, porque essas idéias estavam presentes na brilhante Olinda de 1817, 1822, 1823 e na Confederação do Equador em 1824 (Frei Caneca, Paes de Andrade, etc.).

Curioso é que, justamente nessa época, nos tempos de uma Regência claudicante e de tendências liberais, surge na cena nacional Luiz Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, filho de um general ilustre e que tanto lutara pela Independência e pela ordem interna, sobretudo na Confederação do Equador que, se vitoriosa, seguiria a Constituição da Confederação da Grã-Colômbia.

Fora criado Luiz Alves de Lima e Silva sob a preocupação de assegurar o poder do Império, da Coroa, como única garantia de grandeza da Pátria recém-nascida.

Outro curioso aspecto deste personagem é que, no ocaso do Império, consequência da Guerra do Paraguai, da libertação dos escravos sem indenização, da decadência física do Imperador, estava ele entrando também no ocaso da vida, com as idéias republicanas em livre curso, prestigiadas até pelo seu velho Exército.

Não há interpretação histórica válida que possa diminuir e muito menos apagar a importância desse soldado que atuou em tempos difíceis da nacionalidade (1839-1875). Ele tinha um traço muito lusitano e, portanto, brasileiro. Ao contrário de seus similares sul-americanos de origem hispânica, Caxias foi moderado, politicamente imparcial e desinteressado pelo sucesso pessoal, tolerante e conciliatório, embora enérgico no emprego da força, última etapa de um longa e paciente procura do entendimento. Não havia nele aquele traço de crueldade dos caudilhos, nem a arrogância e frieza dos próceres das nações vizinhas.

Seus métodos de ação nas campanhas pela unidade nacional, fundamentavam-se numa estratégia de efeitos duradouros.

Em primeiro lugar, aparelava-se militarmente porque sabia que o argumento sem a força nada valia diante de antagonistas radicalizados e astutos. Seguidamente, manobrava com suas tropas para colocá-las em posição militarmente vantajosa. Invariavelmente concitava o oponente à rendição, prometendo-lhe tratamento digno e anistia, argumentando sempre com a coesão do Império e pela ordem interna apartidária e indulgente.

Renitente o revoltoso, e sabendo que a força é infelizmente (como o foi em todos os tempos) o argumento definitivo, o general desembainhava a espada e dava batalha. Não

permitia crueldades, pilhagens e humilhações ao vencido. Anistiava depois, cuidava de reorganizar a sociedade local, aproveitava imediatamente a cooperação dos vencidos, dava-lhes segurança. Este método nunca foi adotado no continente americano, o que coloca Caxias no qualificativo de "General Pacificador".

As ações militares e políticas de Caxias estão fartamente documentadas, muitas vezes pelos próprios vencidos. Há escritos seus, como a farta correspondência para sua esposa Anica e para seus amigos, algumas das quais expressando mágoas e injustiças que sofreu na política e mesmo no meio castrense, sempre com o respeito que lhe era peculiar pelos superiores, dentre os quais o próprio Imperador.

A presença do Exército em todo o território (e por igual as demais Forças Armadas — Marinha e Força Aérea) e a nossa identidade com os anseios da Nação refletem o exemplo de nosso Patrono: energia na ação, sentido pacificador e moderado, constante fixação na integridade e na unidade nacional. A nossa presença se faz sentir imediatamente pelo simples fato de termos, em nossos quadros, todas as camadas sociais. De termos gente de todas as raças, credos e religiões que ascendem na hierarquia pelos valores próprios, pelo estudo, independente de qualquer influência externa no processo seletivo.

Nossa posição ideológica pela cristandade e princípios liberais nos lança em campo adverso do materialismo e das ideologias revolucionárias e violentas, o que nos levou a uma visão histórica corretíssima, escolhendo, em 1935, caminhos que se

mostraram certos no final da década dos anos oitenta com o esfacelamento e completo desmascaramento da ideologia revolucionária que a tantos brasileiros infelizmente encantou, na busca de um paraíso político idealizado.

Gostaríamos que não tivesse havido choque ideológico decorrente dessa diferença de ideologias, mas infelizmente isto não foi possível. Não foi possível sequer negociar, como fazia nosso Patrono em suas campanhas, dada a violência e o caráter da forma de luta adotada, num conflito interno sem peculiaridades nem passado histórico para estudar, estando eles imbricados na própria inteligência nacional — artistas, intelectuais, professores, estudantes, historiadores, políticos e, até, soldados.

Fica tudo isto para estudo por historiadores honestos (para não dizermos "neutros"), qualificados pelo próprio José Honório Rodrigues em sua obra primeira *Teoria da História do Brasil* (Instituto Progresso Brasil SA, São Paulo, página 236), citando Goethe: "o principal dever do historiador, no processo de pesquisa e estabelecimento dos fatos, é distinguir o verdadeiro do falso, o certo do incerto, o duvidoso do inadmissível".

Penso que a unidade nacional depende muito da presença do Exército, da tolerância, da preocupação constante com a guerra civil a ser evitada a todo custo.

Jamais negaremos nosso passado, e nos entristecemos com estes descaminhos que a intelectualidade "combatente" tomou no Brasil, sem a natural sensibilidade pelos valores nacionais que todos os países do mundo cultivam a seu modo. □



A DEFESA NACIONAL

Conflitos de Baixa Intensidade*

Luiz Felipe Kraemer Carbonell**

Matéria extraída de monografia elaborada pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Ocupa-se do estudo de um dos instrumentos de ação utilizado em defesa da "nova ordem internacional" imaginada para o mundo pós-Guerra Fria. Examina a doutrina norte-americana sobre o assunto e sua adequação e adaptabilidade às condições brasileiras.

CONCEITOS E PRINCÍPIOS DOUTRINÁRIOS, CARACTERÍSTICAS

Adoutrina para conflitos de baixa intensidade (CBI) é uma doutrina militar adotada pelas Forças Armadas dos Estados Unidos da América do Norte (EUA).

Seu conceito básico surgiu no início da década de 60. Entretanto, devido a falta da

compreensão exata de sua aplicação, não foi incorporada, naquela época, no conjunto doutrinário das Forças Armadas norte-americanas. Considerada apenas como mais um tipo de operação militar, passou, então, a receber vários nomes: contra-revolução, contra-insurgência ou operações estabilizadoras, e outros.

A partir de 1970, os estudiosos de assuntos militares nos EUA identificaram várias características e peculiaridades comuns a todos eles, tais como: o grande valor dado ao suporte popular, o enorme peso específico dos aspectos políticos envolvidos e o papel secundário da violência.

** Major de Cavalaria QEMA.

* Selecionado pelo PADECENE — A monografia, origem do artigo está arquivada na ECEME sob o título: "Conflitos de Baixa Intensidade: doutrina norte-americana — adequação e adaptabilidade às condições brasileiras".

Nessa mesma época, consolidou-se o emprego da expressão **conflito de baixa intensidade**, abrangendo toda a doutrina que estava sendo redefinida e estruturada. Como consequência, em dezembro de 1989, foi editado o US Army Field Manual (FM) 100-20/Air Force Pamphlet (AF Pam) 3-20, *Military Operations in Low — Intensity Conflict (Operações Militares em Conflitos de Baixa Intensidade)*, reconhecendo que os teatros onde tais conflitos viessem a ocorrer seriam considerados de maior prioridade para os Estados Unidos no futuro próximo.

Assim é que, além de ser uma doutrina relativamente nova, a própria expressão que a define — conflito de baixa intensidade — é uma criação dos Estados Unidos. O seu estudo por parte dos exércitos de outros países ainda provoca interpretações variadas de seus conceitos e por vezes contraditórias, dependendo do ponto de vista adotado.

Quanto ao Brasil, a expressão conflito de baixa intensidade não faz parte da terminologia militar oficialmente adotada por suas Forças Armadas, ou mesmo consta em algum dicionário de termos militares brasileiros. Além disso, até o momento, o Brasil não adota nenhuma doutrina que seja similar, ou mesmo se aproxime, da doutrina norte-americana para CBI.

O presente trabalho reflete o ponto de vista do autor que procura, muito antes de esgotar o tema, apresentar um enfoque dos conceitos e princípios da doutrina dos EUA.

Na conclusão, ele propõe um novo conceito que pode ser adotado pelas Forças Armadas brasileiras com o intuito de absorver, da doutrina norte-americana, aquilo que pode ser utilizado pelo Brasil para emprego em ações no interior do território nacional.

O conceito de CBI

O atual conceito de conflito de baixa intensidade (CBI) adotado pelos Estados Unidos é extremamente abrangente.

A publicação da Junta de Chefes de Estado-Maior dos EUA (JCS Pub 1-02) conceitua-o como sendo: "uma confrontação político-militar de menor intensidade que a guerra convencional e de maior intensidade que a competição pacífica entre países ou grupos contendores. Frequentemente, compreende lutas prolongadas entre princípios e ideologias rivais. Os CBI abrangem tanto a subversão como o uso da Força Armada e são travados por meios diversos, utilizando instrumentos políticos, econômicos, informativos e militares. Os CBI são localizados, geralmente, no Terceiro Mundo, mas contêm implicações de segurança regional e global".

O primeiro ponto importante a ser observado nesse conceito é que ele não está vinculado a efetivos militares, tecnologia aplicada, tipos de armamentos ou estratégias de guerra. Em suma, a caracterização de um CBI não é feita segundo os parâmetros militares convencionais.

Em segundo lugar, não há uma declaração de guerra formal entre as partes em conflito e, muitas vezes, nem mesmo o reconhecimento de confrontação entre dois exércitos regularmente constituídos, na área ou país em que ocorre o conflito.

Finalmente, o que caracteriza fundamentalmente o conflito de baixa intensidade é a existência de um componente político, o qual estabelecerá as finalidades da operação militar desencadeada. Isso conduz à subordinação do emprego de forças militares aos interesses políticos, mais amplos e prioritários que as ações de força e os objetivos militares estabelecidos.

Cabe ressaltar que o sentido político aqui estabelecido é o mais abrangente possível compreendendo, inclusive, os interesses econômicos e de segurança de um Estado.

Um aspecto interessante sobre a visualização norte-americana de CBI é que seus estrategistas não levantam a possibilidade de que tal tipo de conflito possa ocorrer em território norte-americano. Embora ocorram, por exemplo, choques raciais, narcotráfico e imigração ilegal em seu território, os EUA consideram o CBI uma doutrina de emprego eminentemente externo, na qual seus alvos principais, conforme se destaca em seu conceito, são os países do Terceiro Mundo.

Visualizando que o ambiente de um CBI não chega a configurar uma guerra declarada, mas também não caracteriza uma disputa pacífica, os EUA prevêem o emprego de seu pessoal militar, nas áreas de seu interesse, proporcionando assistência de segurança. Isso é operacionalizado através de treinamento militar das forças locais, auxílio em equipamentos, apoio logístico e apoio ao combate. Os instrumentos dos demais campos do poder, em especial da área política e econômica, são aplicados através de diversas agências governamentais norte-americanas¹ — tais como a CIA, a Agência para o Desenvolvimento Internacional, a Agência de Informações dos EUA, a Agência de Controle de Armas e Desarmamento — e, até mesmo, através de agências privadas.

Aspectos gerais do conflito

As inúmeras situações englobadas pelo CBI e a vasta gama de implicações que

produz, desde políticas até o tipo de liderança da tropa a ser empregada, torna difícil caracterizar claramente a sua abrangência e aspectos particulares.

O Manual FM 100-20/AFM 2-20 das Forças Armadas dos EUA relaciona os seguintes aspectos gerais de um conflito de baixa intensidade: o ambiente de CBI está acima da rotina de paz e abaixo da guerra; as operações em CBI normalmente envolvem muitas agências governamentais e freqüentemente a população civil; os ditames das operações de baixa intensidade incluem domínio político, unidade de esforço, adaptabilidade, legitimidade e perseverança; a liderança em CBI exige que os militares, em todos os níveis, compreendam e apoiem as metas e objetivos do governo.

Quando são apresentados cinco ditames das operações em CBI — domínio político, unidade de esforço, adaptabilidade, legitimidade e perseverança — já é possível vislumbrar o amplo espectro de preparo, a base de apoio necessária, o modo de operar e as condições e exigências a que deve atender a tropa empregada. Também permite antever, o tempo de duração e o envolvimento político a que estará sujeito um Estado que resolva agir em um ambiente de CBI.

Outro ponto importante a ser destacado dos aspectos gerais e mesmo dos ditames das operações, diz respeito ao envolvimento da tropa. Fica bem evidenciado que a tropa será politicamente envolvida e assim operará. Aqui deve ser compreendido como envolvimento político da tropa, a submissão de todas as atividades e operações militares às condi-

1. Tais como CIA, a Agência para o Desenvolvimento Internacional, a Agência de Controle de Armas e Desarmamento.

cionantes e diretrizes políticas estabelecidas para as ações na área do conflito. É fundamental considerar a amplitude das operações e a importância política que cada ação terá, tanto grupal como individual, no contexto global das atividades desenvolvidas, presentes e futuras. Isso já pressupõe a necessidade de uma instrução diferenciada e direcionada ao emprego em ambiente de CBI, desde o comandante até o soldado.

A base legal para as operações

Os Estados Unidos consideram que o suporte legal e a aprovação popular são fatores políticos fundamentais para as operações militares e de assessoria de segurança que desenvolvem em todos os cantos do mundo.

Além disso, raras vezes era possível determinar o prazo ou período de aplicação das tropas, sujeitas ao desenrolar das ações militares e às idas e vindas das negociações entre os contendores. O desgaste político junto à opinião pública e a falta de instrumentos legais que deveriam dar suporte às operações acabavam minando a base de apoio às atividades em curso.

A necessidade crescente de tentar minimizar a influência das oscilações dos humores do povo nas ações militares e, ao mesmo tempo, garantir o suporte legal às suas atividades em ambiente de CBI levou o Estado norte-americano a estabelecer várias leis, estatutos, regulamentos e diretrizes, para sustentar suas ações internacionais.

Dentre os vários instrumentos legais que os Estados Unidos possuem para a manutenção e apoio legal das ações em CBI

destacamos: **US Uniform Code of Military Justice**, tratando do emprego da Justiça Militar; **The Federal Acquisition Regulation**, visando a aquisição de suprimentos e serviços; **The Foreign Assistance Act and Arms Export Control Act**, regulando o comércio de armas; **Executive Order 1233**, regulando as atividades de inteligência (informações); **The Care Act**, visando às negociações e conclusões sobre acordos internacionais.

Risco do ambiente

O envolvimento dos Estados Unidos em um ambiente de provável desenvolvimento de um conflito de baixa intensidade, está baseado nos possíveis reflexos desse conflito sobre os interesses políticos e econômicos dos EUA, em qualquer parte do mundo.

São considerados riscos do ambiente de CBI, para os EUA, os seguintes aspectos: perda de acesso a recursos essenciais, estabelecimento de bases e direitos de trânsito; concessões, por parte de amigos/aliados dos EUA, a políticos de grupos hostis aos interesses dos EUA; efeitos cumulativos que podem produzir vantagens de longo prazo para adversários; isolamento dos EUA; e o perigo de evoluir para a guerra.

Esses riscos estão intimamente vinculados à conjuntura mundial. Como exemplo de problemas atuais que poderiam conduzir à formação de CBI, com provável intervenção dos EUA, pode-se apresentar o narcotráfico e as lutas étnicas.

Para os Estados Unidos o narcotráfico já deixou de ser considerado um mero problema policial, para tornar-se assunto de

segurança nacional. O assessoramento militar nessa área já é um tipo de ação enquadrada dentro do conceito de CBI, já que o Estado norte-americano parte do princípio de que os países produtores de drogas, por sua condição de subdesenvolvimento, não possuem meios políticos, militares e principalmente econômicos para executarem, por si só, um eficiente combate ao narcotráfico.

Principais características

O conflito de baixa intensidade possui características próprias e peculiares com relação: ao ambiente onde se desenvolve, ao motivo que o sustenta e, até mesmo, à cultura do povo da região onde ocorre.

De maneira geral, o ambiente de baixa intensidade desenvolve-se em uma situação meridiana entre a paz e a guerra. Ao mesmo tempo em que são executadas operações militares de força, ocorrem ações de assessoramento de segurança, apoio logístico em equipamento às forças locais, e apoio político e econômico ao governo do país anfitrião.

Ainda podem ser listados alguns aspectos que evidenciam as peculiaridades do ambiente de CBI: grande comunicação intercultural; a maior parte da capacidade militar de uma tropa sendo utilizada para fins que não de combate; intenso fluxo de comunicação entre múltiplas entidades, funcionários de embaixadas e órgãos governamentais do país anfitrião; especial atenção a detalhes técnico-legais quanto às leis domésticas e internacionais; grande preocupação com medidas antiterror; e intensa integração do planejamento da tropa presente no ambiente com entidades governamentais do país anfitrião.

CATEGORIAS OPERACIONAIS DOS CBI

A aplicação da força militar nos vários tipos de ambiente de CBI raramente estará dissociada das demais atividades desenvolvidas, tais como as diplomáticas, as econômicas e as psicossociais.

Na verdade, a integração de ações políticas e militares é o pilar de sustentação das atividades e operações em áreas sujeitas a CBI.

A doutrina norte-americana preconiza a aplicabilidade de tropa nas seguintes categorias de CBI: apoio para insurreições e/ou contra-insurreições; operações de manutenção de paz; combate ao terrorismo; operações eventuais em tempo de paz.

De forma abrangente, os Estados Unidos abrigam sob o conceito de CBI todos os eventos que possam atingir a sua segurança ou seus interesses econômicos, em qualquer parte do mundo, que não possam ser solucionados de forma pacífica, mas que não cheguem a conduzir a uma guerra convencional.

Para executar as ações compreendidas nas categorias operacionais de CBI, os EUA prevêem uma gama de diferentes tipos de operações militares. Essas operações abrangem, desde um simples suporte logístico para ações humanitárias, até o emprego de tropa em ações de combate.

Ainda deve ser assinalado que, algumas vezes, tais operações podem ocorrer, simultaneamente, tanto no tempo como no espaço físico abrangido pelo conflito.

Segundo o Comando de Armas Combinado dos EUA, são tipos genéricos de operações militares em ambiente de CBI: "defesa interna estrangeira; assistência de

segurança; apoio logístico; assistência a países; apoio no combate à droga; demonstrações de força; ação humanitária e cívica; manutenção da paz; evacuação de não combatentes; apoio de serviços de informações; assuntos civis; operações psicológicas; e segurança física".

Essas formas de operações militares estão compreendidas dentro das categorias operacionais, não sendo exclusivas de uma categoria em particular. Podem estar presentes em todas elas.

É interessante que seja bem compreendida a forma como é visualizada cada uma das categorias de conflito de baixa intensidade por parte das Forças Armadas norte-americanas, conforme a seguir comentado.

Apoio para insurreição e/ou contra-insurreição

A disputa pelo poder em um país abrange um espectro muito amplo de motivações. Essas motivações podem ter origem em aspectos econômicos, ideológicos, étnicos, como no leste europeu, e, até mesmo, em disputas tribais, características dos países africanos. Segundo a doutrina de CBI, essa disputa poderá originar uma insurreição ou uma contra-insurreição, dependendo do lado onde estiver o governo constitucional ou legalmente constituído.

Conforme a doutrina norte-americana, insurreição é a mobilização para conseguir suporte para uma revolução. A contra-insurreição, por sua vez, tem por objetivo a mobilização contra-revolucionária. Um governo local fraco, instável política e

economicamente, estaria sujeito a ser derrubado por forças locais, através da insurreição, e buscaria sua sobrevivência através da contra-insurreição. Esse ambiente altamente instável e indefinido poderia comprometer a segurança ou a economia norte-americana, o que já é considerado motivo suficiente para que os Estados Unidos vislumbrem a possibilidade de intervirem nessa região.

É importante observar que existe uma predisposição embutida na doutrina de CBI em considerar que o cinturão de miséria das grandes cidades do Terceiro Mundo, assim como as favelas, são sinônimos de subversão em potencial. No entanto, não dispensam a mesma consideração para com os bolsões de extrema pobreza existentes nas megalópolis do Primeiro Mundo, também considerados como subprodutos da riqueza das grandes potências.

Nos últimos anos, com o crescimento do poder econômico dos cartéis das drogas, os grupos de insurretos têm procurado uma aliança com os traficantes. As perspectivas altamente negativas dessas trocas de interesses certamente provocarão alterações profundas nas estratégias e táticas previstas para esse tipo de conflito. Afinal, enquanto os insurretos agem, normalmente, por motivos político-ideológicos, e possuem um limite de zona-de-ação representado pelas fronteiras do país onde atuam, os narcotraficantes não possuem outros interesses que não sejam financeiros e muito menos possuem limites, quer físicos, ideológicos ou étnicos. Isso, certamente, modificará as motivações e o perfil das insurreições e, consequentemente, as formas de combatê-las.

Operações de manutenção da paz

As operações de manutenção da paz estão ancoradas, em sua grande maioria, em decisões, tratados ou acordos internacionais. A direção geral dessas operações normalmente fica a cargo do Departamento de Estado do Governo norte-americano e se desenvolvem segundo as diretrizes estabelecidas para a política externa dos EUA.

Essa categoria de operações é a que apresenta menor complexidade de execução dentre as previstas para se desenvolverem em ambientes de CBI, já que existe um consenso entre as partes em atrito para a participação, ou mediação, de um terceiro elemento.

O Manual de Campanha FM-100-20/ AFP dos Estados Unidos conceitua as operações de manutenção da paz como "operações militares realizadas com o consentimento das partes beligerantes de um conflito para manter uma trégua negociada e facilitar uma resolução diplomática do conflito".

Embora a maioria dessas operações seja realizada a pedido ou sob orientação da Organização das Nações Unidas (ONU), elas podem ser postas em prática por interesse direto dos Estados Unidos, ou ainda, por solicitação de duas facções em conflito.

Combate ao terrorismo

O combate ao terrorismo engloba as ações de CBI de maior complexidade, devido às suas características de imprevisibilidade, intempestividade e extrema crueldade no ambiente onde se desenvolve. Em consequência, as ações realizadas para a sua contenção ou eliminação devem ocorrer an-

tes, durante e depois dos ataques realizados por terroristas.

Atualmente, a ameaça terrorista se reveste de mais um aspecto perverso que é a sua aliança com o tráfico de drogas. A simbiose entre os grupos terroristas e os traficantes originou o chamado narcoterrorismo, dificultando sobremaneira a identificação da fronteira ou do limite entre o crime organizado e o terrorismo. Nessa associação de interesses os grupos terroristas proporcionam a proteção aos traficantes, enquanto estes provêem recursos para as operações de terror.

Normalmente, o terrorismo e os grupos de guerrilha representam a mesma face violenta da disputa pelo poder, agora já contando com o terceiro elemento que é o narcotráfico. Essa conjugação explosiva de terror, normalmente, ocorre em países com governos instáveis e frágeis, de economia desorganizada e onde o sistema judicial é ineficaz. Daí comprehende-se porque, dentro da concepção norte-americana, o Terceiro Mundo é considerado como o ambiente mais propício para o desenvolvimento desse tipo de conflito de baixa intensidade.

Os EUA buscam agir nas regiões sujeitas a esse tipo de conflito através de assessoramento de segurança, fornecimento de equipamentos modernos, apoio logístico e envio de pessoal especializado no combate a drogas, em particular do Departamento Antidrogas (DEA).

Nos últimos anos, quando o governo norte-americano passou a considerar o tráfico e o consumo de drogas como um problema de segurança nacional, as operações antidrogas praticamente suplantaram a preocupação para com o terrorismo. Essa modificação de prioridade obteve novo

impulso com o desmantelamento do sistema soviético e o conseguinte esvaziamento dos movimentos terroristas de fundo ideológico.

A atual grande preocupação é para com o enorme potencial econômico e de violência embutido no tráfico de drogas, que não respeita fronteiras nem ideologias e que pode desequilibrar e, até mesmo, derrubar governos em países com estruturas instáveis.

Operações eventuais em tempo de paz

As operações eventuais em tempo de paz abrangem o maior e mais amplo leque de tipos de operações militares e civis que podem ser desenvolvidas em ambientes onde ocorrem ou possam ocorrer os conflitos de baixa intensidade.

O Manual de Campanha FM 100-20/ AFP do Exército norte-americano considera as "operações eventuais em tempo de paz como atividades militares politicamente delicadas, normalmente caracterizadas pelo emprego rápido e a curto prazo de forças em ambiente de não-guerra... muitas vezes levada a cabo em situações de crise que exigem o uso de instrumentos militares para impor ou apoiar iniciativas diplomáticas".

Nessas operações, conforme já se observa no conceito citado, o fator político passa a ser um aspecto preponderante e sensível. As operações militares deverão ser planejadas acrescentando a política como um dos fatores de decisão. Do mesmo modo, os comandos operacionais deverão ser sensíveis e ter a máxima preocupação com os reflexos que

cada etapa das ações militares provocará sobre o ambiente político da área-alvo.

Normalmente, os tipos de operações militares abrangidas pelas operações eventuais em tempo de paz são: "operações de socorro em situações de calamidade; aumento temporário da assistência de segurança; apoio à autoridade civil dos EUA; operações de evacuação de não-combatente; demonstrações de força; operações contra a droga; operações de manutenção da paz; operações de salvamento e resgate; guerras não convencionais; e ataques e incursões".

Esses tipos de operações requerem uma rápida mobilização das forças, visam a atender a um problema ou situação específica e englobam tanto ações puramente militares como atividades de assuntos civis e de ajuda humanitária. Muitas vezes são executadas em áreas insípidas, em regiões no interior de países-alvo e revestidas de grande sigilo. Também é comum serem necessárias longas linhas de comunicação e de apoio logístico em ambientes francamente hostis.

Aqui deve ser salientado um aspecto característico e fundamental desse tipo de operações. Enquanto nos tipos de operações militares em ambiente de CBI anteriormente estudadas havia o consentimento para a ação de, pelo menos, uma das partes envolvidas,² no presente caso nem sempre há a aceitação da presença de tropas militares na região ou país-alvo. As vezes, esse país ou região nem mesmo tem conhecimento da atividade militar em desenvolvimento, até o momento de seu desencadeamento propriamente dito, de forma global e explícita. Esses tipos de operações ocorreram em Granada (1983) e no Panamá (1989).

2. Normalmente, por parte do país chamado de anfitrião.

Outro ponto característico contido nas operações em tempo de paz é que, na sua maioria, representam ações desencadeadas em atendimento aos interesses específicos do Estado norte-americano. Retiradas as ações de cunho humanitário, as demais estão sustentadas na vontade e na decisão unilateral dos EUA.

Dentro dessa concepção é que podemos vislumbrar o engajamento norte-americano nos conflitos de baixa intensidade, ou a manipulação desses conflitos, como um instrumento da política externa dos Estados Unidos.

A sustentação política necessária às operações dos EUA em ambiente de CBI é traduzida pelo apoio do povo norte-americano às ações a serem desencadeadas. Embora toda a operação militar necessite desse apoio, as operações de baixa intensidade apresentam um fator complicador característico: **o tempo**. Mesmo que a estratégia a ser adotada possa ser bem definida, mesmo que os objetivos possam ser bem caracterizados, é praticamente impossível prever a duração de um conflito de baixa intensidade. Isso se deve à complexidade que cerca esse ambiente e às limitações políticas que impõe. Consequentemente, é fundamental manter o apoio popular por um prazo indeterminado a um conjunto de atividades que desvia recursos materiais e humanos para um ambiente extremamente volátil e instável, e cujos resultados poderão ser bastante duvidosos.

Essas premissas conduziram a que os norte-americanos levassem em consideração a **praticabilidade** da operação. Ou seja, a presença ou a extensão dos interesses nacionais dos EUA são, também, um limite

para a idéia básica de autodefesa e defesa coletiva. Assim, onde os interesses dos EUA estão ausentes ou são de pequeno vulto, não pode ser esperada a aprovação doméstica para o seu envolvimento militar. Isso explicaria o não envolvimento norte-americano em alguns pontos do mundo, dando a impressão de tolerância para com alguns conflitos localizados.

UMA VISÃO GLOBAL DA DOUTRINA NORTE-AMERICANA

A doutrina norte-americana referente aos conflitos de baixa intensidade está baseada na aplicação de forças militares como suporte de uma ação a ser realizada fora do território dos Estados Unidos. Essa ação visa a atingir um objetivo estratégico que pode ser político, econômico ou de segurança. Essa aplicação de força será realizada tanto por iniciativa própria dos Estados Unidos, quanto em conjunto com outros países, mas sempre tendo como característica principal a primazia da conquista de objetivos políticos sobre os objetivos militares.

Da mesma forma, as ações serão desenvolvidas em um ambiente peculiar, caracterizado por um clima de tensão constante, com um nível elevado de violência, embora não atingindo a situação de uma guerra.

É importante ressaltar a idéia de que, sendo uma doutrina de aplicação externa em que o alvo é um país, ou região de um país, onde ocorre um confronto,³ só é considerado de baixa intensidade por parte dos Estados

3. Normalmente, envolvendo o governo constituído e uma fração de oposição.

Unidos. Ou seja, para o país onde estarão sendo desenvolvidas as operações abrangidas pela doutrina de CBI o ambiente será de uma verdadeira guerra, na pura acepção da palavra, envolvendo todos os campos de seu poder nacional, seja ela regular ou irregular.

Essa faceta muito peculiar da doutrina norte-americana representa um dos pontos fundamentais para que se possa definir se essa doutrina de CBI pode ser aplicada por um outro país ou, muito pelo contrário, se este pode vir a ser um alvo de suas operações.

Cabe ainda evidenciar que essa doutrina foi formulada visando, também, a atender a interesses econômicos e de segurança dos EUA localizados fora de seu território cuja consecução está baseada na demonstração, ou até na aplicação, do seu poderio bélico, sem atingir o nível de uma guerra declarada. Logo, ela também está vinculada à capacidade e à intenção de projeção de poder sobre outros países, empregando o poder militar como um vetor para atingir tal objetivo.

Assim, fica difícil conceber a aplicação dessa doutrina de conflito de baixa intensidade por parte de um país que não tenha intenção de uma projeção internacional fortemente baseada no seu poder militar.

das ações militares, ou civis, que irão configurar o conflito propriamente dito.

A doutrina norte-americana considera que os seguintes aspectos caracterizam a dinâmica de um ambiente de conflito de baixa intensidade: "instabilidade; mudança; descontentamento; violência; e pobreza".

Esses aspectos, normalmente, estão presentes simultaneamente na formação de um ambiente de CBI, sendo que a violência será um fator comum, até mesmo nas operações humanitárias, como na crise da Somália (1993).

Vários são os motivos que poderiam conduzir uma região ou país ao desenvolvimento de um ambiente de conflito de baixa intensidade. Dentre eles podemos citar: economias instáveis, cíclicas e cartelizadas; extrema pobreza, elitização de classes e de grupos dominantes; conflitos religiosos, étnicos e ideológicos desenvolvidos de forma exacerbada; governos fracos, instáveis e corruptos; justiça ineficaz, morosa, elitista e corrupta; explosão demográfica; grande concentração de imigrantes; narcoterrorismo, narcotráfico e subversão política; e concentração de ecossistemas e de biodiversidade sem condições econômicas para bem administrá-los.

Baseada nesses aspectos e causas citadas anteriormente é que a doutrina dos EUA considera que os países em desenvolvimento e do Terceiro Mundo são as regiões mais prováveis para o desenvolvimento de conflitos de baixa intensidade.

A instabilidade criada por esses elementos é causa suficiente para dar origem a um conflito de baixa intensidade. Além disso, podem provocar uma decisão unilateral de intervenção de uma superpotência, como no caso do Panamá, ou, no mínimo, a submissão

DESENVOLVIMENTO DO AMBIENTE DE CBI

O ambiente de conflito de baixa intensidade, normalmente, é estudado somente após o desencadeamento das operações, seja no nível de assessoramento, seja no de emprego de tropas militares. No entanto, a formação do ambiente de CBI começa a ser delineado muito tempo antes da ocorrência

do Estado às exigências ou imposições externas, aumentando o desrespeito de um governo local legalmente constituído.

OS FATORES DA DECISÃO E A BASE PARA O SUCESSO EM CBI

O ponto de partida para a obtenção do sucesso em qualquer ação militar é a correta tomada da decisão.

O estabelecimento dos fatores a serem considerados para a análise da qual resultará a decisão em um ambiente de CBI é uma tarefa complexa. A variedade do tempo e o enorme peso específico da política complica a escolha da linha de ação a ser adotada.

O Comando de Armas Combinadas dos EUA considera como fatores da decisão em conflitos de baixa intensidade, além dos tradicionais "**missão, inimigo, meios e terreno**", os fatores "**tempo e domínio político**".

A **missão** é transmitida pela finalidade, sendo estabelecido um objetivo estratégico bem definido.

Na sua análise devem ser considerados não só os fatores militares, como os econômicos, políticos e psicossociais.

Mesmo tendo um objetivo definido na missão, o comandante deve ter em mente que ele poderá ser mudado, conforme variem os objetivos dos EUA em relação à região conflitada, as condições do ambiente onde se desenvolvem as operações ou as atitudes dos países ou regiões circunvizinhas.

Os **meios** disponíveis para a execução das ações são os mais variados possíveis,

considerando a gama de elementos militares e de agências civis envolvidas em uma operação.

No entanto, é necessário ter bem claro que os recursos militares são empregados, em princípio, como suporte para a execução de atividades em áreas consideradas fundamentais como a de informações, a política e a psicossocial.

O estudo do terreno é o fator que menos se distancia das operações militares convencionais.

As características da região de operações indicarão as táticas que podem ser empregadas, os procedimentos a serem adotados para a prestação do apoio logístico e os equipamentos e armamentos mais convenientes de serem utilizados pelas tropas em operação.

O estudo do **inimigo** variará conforme o tipo de operação ou atividade a ser desenvolvida na área: combate ao narcotráfico, operação de contraguerrilha ou operação em tempo de paz, dentre outras.

No estudo desse fator o levantamento de informações é de capital importância. Busca-se um acompanhamento cerrado das atividades do inimigo, procurando-se executar operações preventivas com o objetivo de diminuir sua liberdade de ação. Todo o cuidado deve ser tomado para que a população local não seja considerada, *a priori*, como uma população hostil. Isso dificultaria as atividades de assuntos civis desencadeadas com a finalidade de obter a simpatia e o apoio dessa população às ações militares.

O fator **tempo** está intrinsecamente ligado com a política. Na verdade, a atuação

dos EUA em um conflito de baixa intensidade desenvolve-se pelo período de tempo durante o qual existe o apoio político para as ações desenvolvidas.

Assim, quanto mais curto o espaço de tempo em que as atividades forem concluídas, mais forte será o apoio político e mais segura será a atuação das forças militares. Em contrapartida, a perda do apoio político e o desgaste junto à população norte-americana crescem na proporção direta em que as atividades se prolongam no tempo, provocando reações à evasão de divisas, ao envolvimento de outros países no conflito e à saturação da própria população local da presença estrangeira em seu território.

O domínio político da região será o grande objetivo das ações a serem desenvolvidas. Esse domínio não representa a exigência de uma submissão do governo da região às tropas ou elementos civis encarregados de operarem na área. Na verdade, diz respeito à aceitação das autoridades locais dos planos e diretrizes a serem desenvolvidos visando a terminar com o conflito ou, no mínimo, evitar que desemboque em uma guerra convencional.

O aspecto político fará com que o comando tenha que adotar, com certa freqüência, linhas-de-ação pouco ortodoxas, adaptadas às condicionantes impostas.

Esse, sem dúvida, é o fator que mais traz problemas ao chefe militar, já que é uma componente estranha às operações convencionais, mas cujo valor, em ambiente de CBI, faz com que prepondere sobre os demais fatores da decisão.

Cabe ressaltar que o menor deslize no estudo político da situação poderá ser fatal para toda a operação já que qualquer ação militar, em qualquer nível, do soldado ao comandante, certamente produzirá profundos reflexos políticos.

Em suma, os fatores da decisão a serem considerados em um ambiente de conflito de baixa intensidade, embora se assemelhem aos de uma operação militar convencional, possuem aspectos característicos e complexos.

O PREPARO DA TROPA

As condições peculiares do ambiente, os fatores pouco ortodoxos que passam a influir nas operações militares e o envolvimento político existente que devem ser considerados para se obter o sucesso em operações militares nos conflitos de baixa intensidade, obrigam a que a tropa que irá atuar nesse ambiente e sob suas condições, tenham uma instrução e preparação diferenciadas dos parâmetros convencionais da instrução militar.

Para que o preparo da tropa a ser empregada num CBI seja corretamente planejado é fundamental que sejam estabelecidas as linhas mestras que diferenciam as operações convencionais das operações em CBI.

Nas operações militares convencionais o poder militar⁴ é aplicado contra outro poder militar, na busca da conquista de objetivos definidos no terreno ou, ainda, visando à destruição do inimigo.

4. Recursos humanos e equipamentos.

Nos conflitos de baixa intensidade o poder militar é empregado indiretamente para apoiar iniciativas nos campos econômico, político e psicossocial do país onde se desenvolve o conflito, visando a proporcionar o retorno à competição pacífica entre países ou, no mínimo, evitar a deflagração de uma guerra convencional. Todos os comandos e estados-maiores devem visualizar essas diferenças, as quais provocarão profundos reflexos nas linhas de ação a serem adotadas.

O preparo do combatente que integrará uma tropa que operará nesse ambiente também reveste-se de aspectos peculiares.

A primeira grande modificação refere-se ao instinto de guerra. Amplamente estimulado no combatente convencional, visando a desenvolver sua agressividade no uso da força, obrigatoriamente deverá ser sujeitado e controlado pelo combatente que operar com CBI, onde a moderação das atitudes bélicas é fundamental.

No treinamento da tropa, deverão ser relegadas a segundo plano as instruções táticas convencionais, tais como formas de manobras, dispositivos e formações a adotar, passando a dar prioridade ao treinamento de técnicas de dissuasão e de emprego de pequenas frações,⁵ assim como operações psicológicas e assuntos civis. Também seria necessário o treinamento em campos de tiros especiais, combate em localidade e operações de controle da população. Avulta a importância do estudo das características do ambiente operacional, tais como a cultura e as leis locais, os costumes da população, os aspectos religiosos e o estudo do idioma nativo.

Entretanto, a base do preparo do combatente para agir em missões no ambiente de CBI estará na sua disciplina. Isso porque a execução das operações será altamente descentralizada devendo, o combatente, exercer o comando de postos locais e operar em pequenos grupos isolados, onde a disciplina consciente será de capital importância para o sucesso da operação.

Ditames para o sucesso

Para que uma tropa obtenha sucesso em determinada operação é necessário que ela saiba quais os objetivos a serem atingidos e as formas de atingi-los.

A obtenção do sucesso em CBI, segundo a doutrina norte-americana, passa pelos seguintes ditames: "domínio político; unidade de esforços; adaptabilidade; legitimidade; e perseverança".

Novamente o domínio político retorna como fator importante nesse tipo de ambiente. A doutrina norte-americana insiste em que deve predominar o emprego dos recursos militares de forma não violenta, servindo mais como sustentáculo das atividades econômicas, políticas e de informações, visando a fortalecer o poder nacional do país onde está agindo. Os objetivos políticos serão o suporte das linhas-de-ação adotadas, por mais heterodoxas que possam parecer. A unidade de esforços busca integrar as ações da área militar com as demais agências governamentais⁶ ou privadas que atuam na área. O objetivo deve ser único e os planos devem ser perfeitamente coordenados. O comando

5. Patrulhas, postos de controle, segurança de pontos sensíveis, etc.

6. Secretarias.

deve ser centralizado, com um comandante militar ou com um chefe civil.

A adaptabilidade exigida da tropa está ligada à ambigüidade do ambiente de CBI. É necessário que a tropa tenha habilidade e espontaneidade para mudar estruturas e métodos de ação, visando a sua acomodação às variações do ambiente. Incluiu-se nisso a capacidade de inovação e formulação de novos modos de operar, o que requer uma experiência regional anterior sobre a região de operações.

Conforme a doutrina norte-americana, a legitimidade é a preocupação central de todos os elementos envolvidos no ambiente em conflito. Essa legitimidade é a aceitação voluntária de uma tropa ou agência para impor decisões e executar ações em uma área ou país. A tropa fomenta ou sustenta a sua legitimidade através de suas atividades em prol daquela área e não através da imposição de sua presença por meio da força.

O conflito de baixa intensidade não tem começo nem fim, o que impõe que haja perseverança e paciência por parte do pessoal empregado. As ações de curto prazo são relegadas para segundo plano, visualizando-se os objetivos mais duradouros e, por consequência, mais demorados de serem obtidos.

Sobre o comandante

A escolha correta dos comandantes das tropas que operarão em ambiente de CBI é fator capital para a obtenção do sucesso.

A dificuldade para a seleção do comandante já inicia na dupla responsabilidade que ele terá nesse ambiente: a responsabilidade para com o cumprimento de uma missão a

nível militar, compreendendo a atuação das tropas que estão sob seu comando e o seu respectivo apoio logístico; e a responsabilidade de conseguir influenciar positivamente e de forma construtiva o ambiente onde atua, visando à conquista dos objetivos políticos, econômicos e psicossociais, naturalmente mais duradouros e que serão realmente seus objetivos principais.

Quando engajados nas operações em ambiente de CBI, os comandantes podem enfrentar situações que lhes provoquem alterações em sua ética ou em seu código moral. Isso é decorrente da ambigüidade do próprio ambiente e das complexas missões que recebem nas áreas em conflito. Tais aspectos são mais comuns em operações que envolvam o narcotráfico e o terrorismo, ou seja, nas chamadas "guerras sujas". Essas situações obrigam a que os comandantes valorizem desempenhos ética e moralmente corretos, agindo sobre o moral da tropa para que não se percam os valores tradicionais, ou que eles sejam distorcidos pela dualidade e tensão características do ambiente de CBI.

A dificuldade para identificar o inimigo em algumas categorias operacionais de CBI aumenta a tensão do combatente. A insegurança causada pela dúvida em reconhecer o amigo ou o inimigo pode conduzir a impasses profundos: ou a tropa se isola da população local, deixando de obter um apoio fundamental para o sucesso da operação, ou parte para a franca hostilidade, o que fatalmente conduziria ao fracasso da operação. Assim, os comandantes devem fazer uso continuado e oportuno das informações, visando a manter a tropa constantemente informada da situação que a cerca.

O trato correto para com os elementos civis da área em conflito é básico para o

sucesso de uma ação. O comandante deve procurar mostrar aos seus subordinados que uma operação só será considerada vitoriosa se a forma como foi executada não atingir ou afrontar os habitantes locais. O comandante não pode permitir a perda da legitimidade da ação da tropa, devendo considerar sempre os efeitos de suas ações sobre a opinião pública local.

Finalmente, o comandante militar em ambiente de CBI deve considerar que a exigência do domínio político sobre o conflito eleva o nível da decisão. Acima de tudo, devem ser levadas em conta as regras e restrições legais, acordadas e impostas, para o uso da força pelo pessoal militar, cujo cumprimento é de responsabilidade pessoal do comandante das operações.

A conquista e o controle da população civil, e não a simples vitória militar representada pelo emprego letal do aparato bélico, representa a base da obtenção da legitimidade. Esta deverá ser a primeira e essencial tarefa dos comandos empenhados nas operações.

A preocupação em conquistar e manter a simpatia da população obriga o comandante da tropa a familiarizar-se com a sociedade e a cultura locais, buscando prever reações públicas e levantar pontos que possam causar dificuldades para o desenvolvimento das atividades operacionais.

É necessário que o comandante da operação saiba empregar corretamente os meios de comunicações de massa e a mídia local. O uso errôneo desses meios ou a excessiva liberdade que lhe possam ser concedidas pelo comando das operações, fatalmente conduzirá a distorções irreparáveis no espectro psicológico das ações desenvolvidas no ambiente conflitado.

Portanto, as ações psicológicas, os meios de comunicação de massa e a mídia local devem ser canalizados buscando a cooperação da população civil e a formação de um sentimento nacional que ajude o governo legal a combater a violência e, paralelamente, mobilize a vontade popular em apoio às ações executadas pelas forças militares.

APLICABILIDADE DA OUTRINA NORTE-AMERICANA PELO BRASIL

O emprego de uma doutrina militar por um exército do qual ela não se originara era fato comum. A evolução histórica da arte da guerra já mostrou que as táticas e técnicas de combate criadas pelos grandes pensadores militares foram absorvidas por todos os exércitos do mundo, evidentemente com as adaptações necessárias às peculiaridades de cada um. Isto é tão mais verdadeiro quanto mais recuarmos no tempo.

Já a relação entre os Estados está baseada no intercâmbio de interesse e, do choque desses interesses, pode advir tanto conflitos quanto conciliações. A tendência positiva ou negativa do desfecho se originará do poder mobilizado pelo Estado que preponderará nas negociações para a busca do interesse comum. Ou seja, a solução será tão mais pacífica quanto menos pesar o poder militar de um Estado em uma mesa de negociações internacionais.

No entanto, deve-se ter em mente que o Estado sempre empregará todos os poderes que possuir, de maneira una e indivisível, para atingir os seus interesses internacionais. Mesmo em uma negociação pacífica, o poder militar do Estado estará servindo como um

fator subliminar de pressão, ora respaldando as exigências de seu país, ora dissuadindo ou minimizando as pressões do adversário.

Atualmente, devido a enorme complexidade das relações entre os países e consequentes reflexos na arte da guerra, as doutrinas militares deixaram de ser uma simples concepção de um conjunto de diretrizes ou normas de procedimentos, vinculadas estritamente a manobras militares e a elas restritas. Agora, as doutrinas militares devem estar associadas a uma série de condicionantes tais como: o respeito à legislação interna do país, o cumprimento às leis da convivência internacional, o atendimento aos interesses e às posturas nas relações internacionais, assim como às normas para o emprego das suas Forças Armadas segundo as leis internas de cada país.

De acordo com essa nova visualização, é que os Estados Unidos desenvolveram sua doutrina de conflito de baixa intensidade. Doutrina esta onde as normas de procedimentos em operações militares foram estabelecidas segundo parâmetros bem definidos, que buscam dar sustentação legal e política, interna e externa, a uma forma peculiar de buscar e defender os interesses do Estado norte-americano, em particular junto aos países do Terceiro Mundo.

Resta saber se essa doutrina pode ser aplicada pelo Brasil, ou se dela pode vir a ser um alvo. Da mesma forma, é importante verificar se algum aspecto de sua concepção pode ser aproveitado como premissa de uma nova doutrina para o Brasil, adaptada às suas peculiaridades políticas, econômicas, sociais e militares.

Basicamente três aspectos são definidores da aplicabilidade ou não dessa doutrina por parte do Brasil: a projeção de poder preten-

dida pelo País, a base legal para o emprego do poder militar e a visualização do emprego de suas Forças Armadas.

Projeção de Poder do Brasil — comentários

Desde a sua formação, o Brasil caracterizou-se por não empreender guerras de conquistas, quer em relação aos países que lhe são vizinhos, que tem relação a outras regiões do mundo.

A sua vasta extensão territorial desmobiliza objetivos ou intenções expansionistas. A sua riqueza em recursos naturais e fontes de matérias-primas, com reservas pouco exploradas e até mesmo intocadas, desestimula impulsos de busca ou cobiça de fontes externas de riquezas. A sua base física, de dimensões continentais, apresenta uma baixa densidade demográfica na maior parte de seu território, o que lhe concede tranquilidade quanto ao crescimento demográfico de sua população, apesar de seus índices ainda elevados.

Por esses motivos, o Brasil não se vê compelido a estabelecer objetivos de política externa agressivos, visando ao atendimento de alguma necessidade imperiosa do Estado ou da Nação. Além disso, por estar isento do sentimento de hegemonia sobre outros Estados ou de disputa por uma liderança regional, busca projetar-se no cenário mundial através do princípio da competição pacífica, baseada no comércio internacional, na política da igualdade entre os Estados e na solução negociada dos conflitos internacionais.

Seu tamanho continental não conduz à necessidade de bases militares externas, nem lhe é imposta a necessidade de projetar poder

militar **explicitamente** para evitar possíveis agressões, ou mesmo intimidar inimigos em potencial.

Na elaboração dos princípios constitucionais brasileiros que orientam a sua política externa, está ausente qualquer alusão à projeção de poder ou defesa de interesses internacionais que não seja por meio da competição pacífica, da autodeterminação dos povos e da solução pacífica dos conflitos.

Portanto, fica patente que o Brasil procura sua projeção internacional **baseado em princípios pacíficos**, e muito menos invoca a si o direito ou o dever de intervir em conflitos internos de outro país por iniciativa própria. Dessa forma, fica caracterizado o papel **secundário** destinado ao **poder militar** nas relações externas, ao qual fica reservado o papel de sustentador das negociações e não de um instrumento agressivo e intimidador a ser empregado em primeira instância.

Base legal do emprego do poder militar do Brasil

Considerada como um dos meios para a consecução dos objetivos da política externa dos EUA, as operações em ambientes de conflitos de baixa intensidade executadas pelas Forças Armadas norte-americanas possuem uma sustentação legal interna cuja finalidade é, dentre outras, a de respaldar o emprego externo de força militar.

Já a Constituição brasileira estabelece, em seu artigo 4º, os princípios que regem suas relações internacionais. Em todo o artigo verifica-se a intenção de uma política voltada para a boa vizinhança e para o predomínio da harmonização pacífica de interesses, destacando-se os itens III — autode-

terminação dos povos, IV — não-intervenção e VII — solução pacífica dos conflitos, como preceitos constitucionais que impedem a utilização da força militar brasileira como vetor principal, para alcançar objetivos de política externa.

Ainda a legislação que rege a finalidade e o emprego das Forças Armadas do Brasil está orientada para a proteção do território e da soberania do Estado, sem priorizar o seu emprego como meio de projeção de poder ou como instrumento corriqueiro de política internacional. O artigo 142 da Constituição brasileira define claramente, em sua redação, que “as Forças Armadas do Brasil destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais”, não fazendo qualquer menção a atitudes belicosas ou emprego do poder militar em intervenções externas do País.

É de capital importância que fique bem claro que o enfoque aqui dado à existência ou não de uma base legal para o emprego de tropas militares no exterior está direcionado para as ações previstas pela doutrina norte-americana de CBI. Isto é, busca-se verificar se existem leis brasileiras similares às norte-americanas que estejam direcionadas para a sustentação de ações militares externas tais como: insurgência, contra-insurgência, combate ao terrorismo e combate ao narcotráfico.

Evidentemente que, por força de tratados internacionais como a Carta das Nações Unidas, o Brasil **poderá** enviar contingente para atuar em outros países. No entanto, ressalta-se que isso seria uma obrigação vinculada a um compromisso internacional e visando à manutenção da paz mundial. Não seria uma decisão unilateral do Brasil ou o atendimento a um pedido de um governo

específico, missões a que a legislação brasileira não daria a devida sustentação para poderem ser cumpridas.

Para um perfeito entendimento pode-se citar como exemplo as intervenções dos EUA em Granada (1983) e no Panamá (1989). Ambas foram sustentadas legalmente pela legislação norte-americana, mas totalmente ilegais, segundo os princípios constitucionais e a legislação brasileira.

Mesmo se considerarmos a legislação complementar e as diretrizes governamentais brasileiras referentes às Forças Armadas, verificar-se-á que não há previsão ou alusão ao emprego de tropas fora do País. A própria Lei Complementar nº 69, de 23 Jul 91, orienta o emprego das Forças Armadas buscando, prioritariamente, a manutenção da lei e da ordem interna do País.

Dessa forma, verifica-se que todas as leis brasileiras referentes ao emprego das Forças Armadas deixam clara a vocação pacífica da Nação e direcionam o emprego do poder militar do Estado para a defesa da Pátria dentro de seu território e não para servir de instrumentos de coação em suas relações internacionais. Muito menos a legislação autoriza, *a priori*, o envio de contingentes militares para fora do País com missões de cunho intervencionista ou que possam vir a imiscuir-se em conflitos internos de outros Estados.

O emprego das Forças Armadas brasileiras

Conforme já foi verificado anteriormente, tanto sob o aspecto legal como sob o aspecto político, o Brasil não pressupõe a necessidade do emprego de suas Forças Armadas fora de

seu território como medida preventiva de segurança nacional ou como forma de projeção de poder.

Tradicionalmente, as Forças Armadas buscam garantir a integridade territorial e a segurança nacional empregando, como pilar básico de suas estratégias, o princípio da dissuasão e da presença. Esse princípio tem por objetivo desestimular qualquer ação agressiva oriunda de fora do País, através da demonstração de que o Brasil possui tropas, equipamentos e preparo operacional em níveis suficientemente elevados para fazer frente a uma ameaça externa. Prevê, ainda, a adoção de uma articulação de tropas que permita uma resposta imediata a uma agressão sofrida.

Tal atitude, adotada dentro dos limites do território brasileiro, não pressupõe a necessidade de conquista ou manutenção de bases militares fora do País e nem a intervenção em outros países visando a aumentar a segurança do Brasil.

Além disso, as doutrinas adotadas pelas Forças Armadas brasileiras são relativas a operações de guerra convencional, voltadas para o emprego da força militar em sua plenitude. E mais, nenhuma doutrina por elas adotada prevê o emprego de força bélica em conflitos localizados no interior de outros países em uma situação que não seja de guerra convencional declarada.

É importante que essa idéia de envolvimento extraterritorial fique bem clara. É evidente que, no caso de revide a uma agressão sofrida, o Brasil fatalmente executaria operações fora de seu território. No entanto, isso ocorreria em um estado de guerra, envolvendo todo o País, e em resposta a uma violação de seu território ou de sua soberania.

Trata-se aqui de deixar bem caracterizado que, para o Brasil, está fora de cogitação

qualquer emprego de tropas ou execução de operações militares em outros países que não seja dentro de um estado de guerra declarado ou sob direção e orientação da ONU.

É idéia vigente, como sugere o Vice-Almirante João Carlos Gonçalves Caminha, que é "inofismável de que na sociedade internacional são permitidas todas as formas de coerção", indicando que as Forças Armadas brasileiras, indiretamente, também são instrumentos da política externa do País, **projetando seu poder pelo seu braço militar**, através de missões militares de observação ou de instrução. Isso, no entanto, está inserido no contexto da busca pacífica do equilíbrio de interesses entre os Estados. Ou seja, não pressupõe que a vanguarda das negociações seja representada pelo poder militar. Muito pelo contrário, conforme o autor acima citado, o Brasil sempre propugnou pela elaboração de um sistema jurídico mundial capaz de eliminar as divergências internacionais, evitando assim a pressão representada pelo poder militar.

Quanto ao emprego interno das Forças Armadas, a legislação brasileira autoriza o uso da força militar nos casos de grave comprometimento da ordem pública visando a restabelecer a paz interna do País. Isso se deve às peculiaridades geográficas de algumas regiões, particularmente no Norte, e aos profundos desníveis sócio-econômicos existentes entre a sua população. Esses óbices ainda podem vir a provocar conflitos internos no Brasil cuja violência ultrapassem a capacidade de controle das organizações policiais.

Tais conflitos, e os ambientes em que provavelmente se desenvolveriam, seriam muito semelhantes aos descritos nos conceitos da doutrina norte-americana de CBI. Esse

aspecto é que conduz à uma rotulação errada de conflito de baixa intensidade aos atritos internos que possam ocorrer no Brasil. Errada porque o conflito de baixa intensidade só existe para o observador externo, ou seja, para o país que estiver de fora do conflito em questão. Seria mais correto considerar que as semelhanças entre os tipos de conflitos e seus ambientes poderiam servir de respaldo para uma intervenção estrangeira numa parte do território brasileiro. Esse último fator justifica a preocupação das forças militares em manterem-se permanentemente adestradas e presentes em todo o território nacional.

Assim, de forma muito genérica, verifica-se que o emprego das Forças Armadas brasileiras está mais direcionado para a ordem interna do País e para a manutenção de sua soberania e integridade territorial, dentro dos limites geográficos do Estado, que para a aplicação externa dessas forças.

Não que não seja reconhecido o papel fundamental do poder militar na política externa do Brasil, mas apenas constata-se a ausência de orientações agressivas que possam indicar a tendência para o uso da força como forma de atingir objetivos na área externa.

Aspectos internos do Brasil e a doutrina para CBI

Algumas peculiaridades do Brasil colocam-no em uma dupla situação em relação à doutrina do CBI dos EUA. Ao mesmo tempo que apresenta conflitos internos, reais ou potenciais, que poderiam caracterizar um ambiente de CBI para um observador externo, também, pelos mesmos motivos, poderia se valer de alguns **aspectos**

da doutrina norte-americana para solucionar tais óbices ao desenvolvimento nacional.

O Brasil é considerado um país do Terceiro Mundo e só esse fato já o coloca na lista de alvo em potencial da doutrina de CBI. Além disso, considerando-se os novos temas mundiais surgidos após o término da bipolaridade mundial, o Estado brasileiro parece ser pólo de atenção da maioria absoluta dos temas considerados prioritários: ecologia, biodiversidade, poluição ambiental e comunidades indígenas. Pode-se ainda acrescentar os problemas verdadeiramente brasileiros, atuais ou latentes, como a garimpagem ilegal, o problema fundiário, a extrema pobreza, o crime organizado e a instabilidade econômica do País.

Todos, ou cada um desses problemas, podem dar origem a ambientes próximos aos descritos na doutrina norte-americana. Esses ambientes, uma vez estabelecidos, poderiam servir de excelente desculpa para ingerências externas, baseadas em teses duvidosas como a da soberania limitada ou do dever de ingerência.

Por outro lado, o fato de poder vir a apresentar, internamente, ambientes ou situações que se aproximam dos previstos para um CBI, indica que alguns aspectos, conceitos ou princípios da doutrina podem ser adaptados para uso das Forças Armadas do Brasil.

Embora a doutrina tenha sido formulada para emprego de um país em território de outro país, várias operações nela contida ainda são passíveis de serem desenvolvidas pelas Forças Armadas brasileiras dentro do território nacional, sob condições e situações especiais. Dentre as operações previstas pela doutrina para CBI extrai-se as de: combate ao terrorismo; combate à guerrilha; combate à insurreição; apoio no combate à droga;

demonstração de força; ajuda humanitária e cívica; operações psicológicas; e operações de socorro em situações de calamidade.

Evidentemente, para cada uma dessas operações, seria necessário um estudo aprofundado e minucioso para levantar os aspectos que poderiam ser adaptados a alguma doutrina brasileira já consolidada. Cabe ressaltar um detalhe importante: na doutrina dos EUA essas operações estariam sendo desencadeadas em território estrangeiro e contra indivíduos de nacionalidade diferente da norte-americana. Já para o Brasil, essas mesmas operações estariam sendo desenvolvidas por brasileiros, dentro do Brasil e, provavelmente, contra brasileiros. Logicamente, executam-se as operações humanitárias, cívicas e de socorro.

Além disso, essas operações encontram-se disseminadas dentro de diferentes termos, conceitos, técnicas e táticas empregadas pelas forças militares brasileiras. Ou seja, não existe um conceito único que abranja todas elas, dificultando assim o estabelecimento de normas e diretrizes básicas que poderiam ser comuns a todas as operações dessa natureza. Até mesmo a base legal para a execução dessas ações no Brasil é de difícil identificação e de extrema complexidade de ser estabelecida. A doutrina norte-americana mostra que é possível e vantajoso o estabelecimento de um conceito abrangente e comum a todas essas operações assim como o desenvolvimento ou a consolidação de princípios doutrinários específicos para elas.

Como exemplo dessa dispersão doutrinária citam-se: as operações de combate ao terrorismo, que estão previstas nas operações de defesa interna, em particular nas Instruções Provisórias de Operações Urbanas de Defesa Interna (IP 31-17); as operações de combate

à guerrilha, que estão previstas no Manual de Operações especiais Contra Guerrilheiros (C 31-20) e no Manual de Campanha de Operações Contra Forças Irregulares em Ambiente Rural (C 31-16); as ações humanitárias, que estão relacionadas nas Instruções Provisórias de Ação Comunitária (IP 46-1); e as ações psicológicas, que estão previstas no Manual de Operações Psicológicas (C 33-1).

As perspectivas para o Brasil

Em qualquer doutrina, de qualquer força armada do mundo, sempre haverá aspectos que poderão ser aproveitados por outros exércitos.

A doutrina norte-americana para CBI abrange operações militares que realmente são passíveis de ocorrer na maioria dos países do mundo atual.

Para o Brasil, em particular, várias dessas operações são ainda admissíveis de serem desencadeadas internamente no País.

Fruto da imensidão territorial brasileira, de fatores geográficos e das profundas desigualdades sociais que ainda afligem o País, é possível o desenvolvimento em determinadas regiões de ambientes que se aproximem das características de um ambiente de CBI.

Esses fatos podem conduzir o Brasil a uma situação de alvo de potências estrangeiras que veriam nesses ambientes motivo suficiente para interferir nos assuntos internos brasileiros. Mas também podem caracterizar a necessidade de aprimorar as doutrinas de suas forças militares, através da adaptação de doutrinas estrangeiras já consolidadas.

De qualquer forma, só o fato de existir a possibilidade do emprego de tropas brasileiras, sob a orientação da ONU que poderão operar em ambiente de CBI, já indica a necessidade do estudo dessa doutrina.

Através de uma apreciação sumária e genérica das bases da projeção de poder do Brasil, da base legal do emprego de suas Forças Armadas e dos princípios gerais que orientam a sua aplicação, obtém-se uma idéia de como seria difícil e complexo verificar se haveria sustentação legal e prática, caso o Brasil buscassem empregar, de forma global, a doutrina dos EUA segundo os princípios e objetivos sobre os quais foi elaborada.

Por sua vez, a política externa brasileira, centrada nos princípios de não-intervenção e de solução pacífica dos conflitos, coloca em segundo plano o emprego do poder militar do Estado nas suas relações com os outros países.

Já a doutrina norte-americana de CBI normatiza procedimentos para intervenções desencadeadas pelos EUA em território de outros países, quer a pedido do país anfitrião quer por decisão unilateral dos Estados Unidos, caso o conflito em questão atinja seus interesses políticos econômicos ou de segurança.

Exatamente nesses dois aspectos, intervenções militares em outros países e decisão unilateral, a doutrina de CBI se choca frontalmente com o posicionamento do Brasil em suas relações internacionais. Sendo uma doutrina que foi formulada para emprego eminentemente externo ao território norte-americano, e baseada num sentimento de onipotência em relação à ordem mundial, que dificilmente seria aplicada, de forma global, por um país isento de tais sentimentos.

Sob o aspecto legal, reunindo-se os preceitos constitucionais do Brasil com relação à sua política externa e à finalidade e emprego de suas Forças Armadas, identificam-se os limites legais da aplicação do poder militar do Estado e verifica-se que, às forças militares do Brasil é vedada a guerra de conquistas e a intervenção em assuntos internos de outros países, quer a pedido, quer por decisão unilateral do Brasil. Também sob esse aspecto fica difícil imaginar a participação de tropas brasileiras em operações como antiterrorismo, contra-insurgência e combate ao narcotráfico, em outros países.

Quanto aos princípios estratégicos que orientam o emprego propriamente dito e a articulação das forças militares brasileiras, fica patente a ausência de intenções belicosas ou agressivas. As Forças Armadas do Brasil não utilizam, não pretendem e nem necessitam estabelecer, bases fora do território nacional. Muito menos supõem que seja preciso intervir em outro Estado visando a assegurar a soberania e a integridade territorial do Brasil. Em consequência, o Brasil não possui nenhuma doutrina que sustente operações militares fora do território nacional que não seja em uma guerra convencional. Mesmo que enviasse um contingente a outro país, como Força de Paz sob a orientação da ONU, as tropas brasileiras atuariam, ao menos até os dias autais, segundo a doutrina brasileira de guerra convencional. Quando muito, se bem definido o tipo de ambiente operacional, tais tropas deveriam ser adestradas em algumas técnicas de operações especiais tais como: operações de contraguerrilha, operações psicológicas e operações tipo política, dentre outras.

CONCLUSÃO

Ao longo desse trabalho foram apresentados os principais conceitos e princípios que compõem a doutrina norte-americana para conflitos de baixa intensidade. Discorreu-se, também, sobre as características do ambiente onde os conflitos se desenvolvem e seus reflexos sobre o preparo da tropa e de seu comandante.

Dessa forma, verificou-se que, mais do que uma simples ferramenta militar, a doutrina para CBI dos Estados Unidos serve como vetor e instrumento da política externa daquele país. Através dela são operationalizadas várias estratégias e alcançados inúmeros objetivos da ação internacional do Estado norte-americano.

Principalmente por esse motivo, a doutrina valoriza sobremaneira o aspecto político dos conflitos nos quais os Estados Unidos possam vir a intervir. Esse aspecto influirá tão decisivamente, que é acrescentado aos clássicos fatores militares da decisão — missão, inimigo, terreno e meios — como mais um, política, além do fator tempo. A sabedoria da aplicação desse princípio é que garantirá desde o apoio do povo norte-americano, passando pela aceitação da população do país alvo, até a consecução do objetivo estratégico estabelecido que, por sua vez, deverá ser eminentemente político.

Outra conclusão fundamental a que se pode chegar é a necessidade de ser considerada a componente qualitativa do conflito de baixa intensidade, representada pela motivação das facções em choque e seus reflexos políticos internos e externos à região conflitada. Ou seja, o conflito não é de baixa intensidade apenas porque os contendores, ou um deles, possui pouco poder econômico. Ou

ainda, porque a quantidade, a qualidade e o poder de fogo empregados não são de grandes proporções ou envolvem pouca tecnologia. Se assim o fosse, os pequenos países jamais executariam uma guerra e seus conflitos sempre seriam de baixa intensidade. O conflito é de baixa intensidade porque corresponde a um choque de vontades e princípios, em um ambiente tenso e instável, com envolvimentos políticos, econômicos e psicossociais, mas onde a violência não chega ao nível de uma guerra convencional ou uma guerra civil.

No entanto, essa é a visão do observador externo ao conflito, em particular das Forças Armadas dos Estados Unidos. Isto quer dizer que o conflito só será de baixa intensidade para quem o observa de fora e que, em princípio adota a terminologia e a doutrina norte-americana. Para as facções em confronto, ele será uma verdadeira guerra, na real acepção da palavra. Como exemplo cita-se, ainda, a intervenção dos EUA em Granada (1983). Enquanto para os Estados Unidos a situação era considerada como um conflito de baixa intensidade, para as facções em luta ela era considerada uma guerra convencional.

Aqui fica bem evidenciado o risco de ser empregado o termo norte-americano conflito de baixa intensidade para rotular um conflito interno no Brasil. Se assim for feito, validar-se-ia uma doutrina estrangeira de caráter intervencionista, eminentemente política, e estaria sendo reconhecida a existência de um ambiente no Brasil que justificaria a intervenção de outras potências no seu território.

Quanto à aplicabilidade dessa doutrina pelo Brasil, é necessário visualizá-la sob dois ângulos: o Brasil como aplicador da doutrina num ambiente externo ao país ou como adaptador de alguns conceitos e princípios que atendam a seus interesses.

A possibilidade de o Estado brasileiro vir a aplicar a doutrina norte-americana em um ambiente externo é remotíssima. Além de ferir os preceitos constitucionais brasileiros em relação a sua política externa, essa doutrina não atende aos princípios estratégicos priorizados atualmente pelas Forças Armadas do Brasil, tanto em termos de segurança externa quanto interna. Carecendo de qualquer base legal para sua aplicação, a doutrina para CBI não encontra outra similar dentre as doutrinas empregadas pelas forças brasileiras, o que bem demonstra ser inapropriada para aplicação, de forma global, pelo Brasil. Isso não invalida a projeção de poder realizada pelo País através de meios militares, mas de forma internacionalmente aceita, como através de missões militares de instrução ou outras atividades previstas em acordos internacionais.

No entanto, conforme já foi alertado, o Brasil pode ser considerado um alvo em potencial dessa doutrina. Essa possibilidade deve servir de alerta para os estrategistas brasileiros que deverão estudar essa doutrina profundamente, buscando compreender as premissas políticas e militares que norteiam sua aplicação. Isso deverá ser feito para que possam ser estabelecidos parâmetros, normas e diretrizes de procedimento visando a dissuadir uma possível ameaça externa à integridade e soberania do Brasil.

Além disso, pelo fato de o Brasil apresentar problemas internos que provocam ambientes ou situações que se aproximam daqueles previstos pela doutrina, alguns aspectos, conceitos e princípios podem ser adaptados para uso das Forças Armadas brasileiras. Em particular, os aspectos referentes ao preparo da tropa e dos comandantes devem merecer um estudo mais cuidadoso, pois certamente trarão contribuições valiosas para a doutrina brasileira.

Assim, apesar de ficar bem evidenciado que essa doutrina não deve ser aplicada globalmente pelo Brasil, é patente a necessidade de que seja estudada, não só buscando aproveitar seus aspectos operacionais, como para que o Estado brasileiro esteja consciente do tipo de intervenção de que poderia vir a ser alvo.

Atualmente, tais operações e suas táticas estão discriminadas sob diversos títulos ou conceitos, desde defesa interna até operações irregulares, e as atividades de responsabilidade das forças civis nem mesmo estão estabelecidas. Isso torna difícil uma orientação comum para o emprego da tropa e das medidas governamentais necessárias, ou complementares, exigidas para o restabelecimento da ordem interna. Assim, há necessidade de que seja formulado um novo conceito que englobe todas essas operações e sob ele sejam estabelecidos os parâmetros básicos para enfrentar as situações de crise interna que se apresentem.

Buscando priorizar a adaptação da doutrina norte-americana de CBI às missões de caráter interno a cargo das Forças Armadas brasileiras apresenta-se, como sugestão

e ponto de partida para um estudo minucioso sobre o tema, o seguinte conceito:

Ações de pacificação interna: ações cívico-militares internas, motivadas por grave instabilidade institucional ou por desestruturação da ordem pública e da paz social, sem que chegue a caracterizar uma luta interna; ou ainda, motivadas por calamidades naturais de grandes proporções.

Finalmente, é preciso compreender que o importante não é o nome ou o conteúdo do conceito, muito menos se é o mais correto.

O fato é que existe uma doutrina que comprehende um conjunto de ações que podem vir a ameaçar a soberania do Brasil. O que interessa é que as forças políticas e militares a ela estejam atentas e não menosprezem o adversário.

O fato é que essa doutrina possui conceitos que podem ser úteis aos teóricos militares brasileiros. O que interessa é que as mentes estejam abertas, que as possibilidades sejam estudadas e que as experiências sejam absorvidas.

Afinal, nada é mais correto do que reafirmar que o preço da paz é a eterna vigilância. □

BIBLIOGRAFIA

- ALVARES, Obino Lacerda. A estratégia e a política. *Estudos de estratégia*. Rio de Janeiro, Bibliex, p. 103-119, 1973.
- BRASIL, Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. *Doutrina: Manual Básico*. Rio de Janeiro, ESG, 1989.
- BRASIL, Ministério do Exército. Departamento de Ensino e Pesquisa. Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. *Monografias e Estudos de Estado-Maior*. Rio de Janeiro, ECEME, 1989. (ME 21-253).
- _____. *Operações contra forças irregulares em ambiente rural* (anteprojeto). Rio de Janeiro, ECEME, 1983.
- _____. *Vocabulário da ECEME*. Rio de Janeiro, ECEME, 1986 (ME 320-5).
- _____. *Segurança interna*. Rio de Janeiro, ECEME, 1989 (Reservado ME 119-3).
- _____. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. *Operações contraguerrilhas*. Brasília, EGGCF, 1970 (Reservado IP 31-16).

- . *Operações contra guerrilheiros*. Brasília, EGGCF, 1955 (C 31-20).
- . *Operações urbanas de defesa interna*. Brasília, EGGCF, 1969 (Reservado IP 31-17).
- BUTLER, Steven M. *Visão geral da doutrina do Exército dos Estados Unidos para conflitos de baixa intensidade*, s.l., julho de 1992.
- CAMINHA, João Carlos Gonçalves. Fatores do poder militar. *Delineamentos da estratégia*. Rio de Janeiro, Bibliex, v. 2, p. 24-58, 1983.
- . Relações entre Estados. *Delineamentos da estratégia*. Rio de Janeiro, Bibliex, v. 1, c. 1, p. 23-57, 1982.
- CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
- CARVALHO, Delgado de. A política exterior. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Bibliex, p. 57-66, 1971.
- DUNN, Jr., James A. Ligues assimiladas do Terceiro Mundo. *Military Review*. Kansas, v. 70, nº 3, p. 40-9, 3º Trim., 1990.
- GAILLARD, Regina. The case for separating civic actions from military operations in LIC. *Military Review*. Kansas, v. 71, nº 6, p. 30-41, junho de 1991.
- HIRMAN, Eduardo Aldunate. Algumas idéias sobre a teoria do CBI e a violência na América Latina. *Military Review*. Kansas, v. 71, nº 1, p. 59-72, 1º Trim., 1991.
- HERTLING, Mark P. Narcoterrorismo: a nova guerra não-convencional. *Military Review*. Kansas, v. 70, nº 3, p. 50-65, 3º Trim., 1990.
- HEYDTE, Friederich August Von Der. *A guerra irregular moderna em políticas de defesa e como fenômeno militar*. Rio de Janeiro, Bibliex, p. 69-97, 1990.
- HUNT, John B. Emerging doctrine for LIC. *Military Review*. Kansas, v. 71, nº 6, p. 51-60, junho de 1991.
- KUSTER Jr., Thomas. Dealing with the insurgency spectre. *Military Review*. Kansas, v. 67, nº 2, p. 20-9, fevereiro de 1987.
- LOCHER III, James R. *Conflictos de baja intensidad et reto de la decada de 1990*. Dialogo. Guaraty Heights, v. 1, p. 18-23, 1992.
- MATTOS, Carlos de Meira. Política e estratégia. *Estratégias militares dominantes*. Rio de Janeiro, Bibliex, p. 7-20, 1986.
- METZ, Steven. A batalha ar-terra e a contra-insurreição. *Military Review*. Kansas, v. 70, nº 2, p. 2-13, 2º Trim., 1990.
- . US strategy and the changing LIC threat. *Military Review*. Kansas, v. 71, nº 6, p. 22-9, junho de 1991.
- NEWTON, Richard D. O papel da força aérea dos EUA no apoio à contra-insurreição. *Airpower journal*. Alabama, p. 70-81, outono 1990.
- SLOAN, Stephen. Estratégia Norte-Americana para o CBI: legado ou modismo? *Military Review*. Kansas, v. 70, nº 2, p. 14-23, 2º Trim., 1990.
- SWAIN, Thomas. A artilharia de campanha e o CBI: uma visão geral. *Military Review*. Kansas, v. 72, nº 1, p. 51-4, 1º Trim., 1992.
- THURMAN, Eduard E. Shaping and Army for peace, crisis and war: the continuum of military operations. *Military Review*. Kansas, v. 7, nº 4, abril de 1992.
- USA. Headquarters, Department of the Army. Department of the Air Force. Military operation in Low — Intensity Conflict. Washington, 1989 (Field Manual nº 100-20; Air Force Manual 2-20).
- WAGHELSTEIN, John D. A Latin-American insurgency status report. *Military Review*. Kansas, v. 67, nº 2, p. 42-7, fevereiro de 1987.
- WOOD Jr., Samuel S. Joint fire support in low-intensity conflict. *Military Review*. Kansas, v. 71, nº 3, p. 14-18, março de 1991.



Mais que produtos, soluções.

O PRAZER
VALE
UMA BRAHMA.

A CERVEJA

Nº1





A DEFESA NACIONAL

O Fundamentalismo Islâmico e a Ordem Internacional*

Francisco de Assis Grieco**

Reprodução de palestra proferida, a 14 de outubro de 1993, na Confederação Nacional do Comércio (CNC), e publicada na "Carta Mensal", editada por essa entidade (Vol. 93, nº 465 — dezembro, 1993).

Em seus vários aspectos, religiosos, políticos e culturais, o islamismo consolidou, no decorrer de cerca de dez séculos, vasto império que se estendeu pela Europa, África Setentrional e Ásia. Sua presença na Península Ibérica e no Mediterrâneo (Sicília e Magrebe) marcou contribuição cultural de grande importância para a civilização européia, nos campos da medicina, botânica, astronomia e matemática. Caracterizada a decadência árabe das dinastias amfada e abássida, o império otomano assumiu a liderança na expansão do

credo muçulmano, como fator de congregamento político-religioso. A partir da queda de Constantinopla, a Turquia figuraria, por quatro séculos e até a I Guerra Mundial, entre as potências principais no jogo do equilíbrio de poder europeu.

Existe atualmente 1,5 milhão de fiéis islâmicos em todo o mundo. Numa vasta faixa que abrange os países árabes da África do Norte (o Egito e nações do Oriente, Próximo e Médio), as várias novas repúblicas da Comunidade de Estados Independentes, o Paquistão e a Indonésia. Fora dessa área, cerca de 12 milhões de muçulmanos vivem na Europa Ocidental, praticando livremente sua religião e mantendo sua cultura moldada nos preceitos islâmicos. A convivência de

** Diplomata e membro do Conselho Diretor do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos.

* Selecionado pelo PADECIME.

minorias étnicas e religiosas árabes, paquistanenses e indonésias tornou-se ponto crítico da problemática sócio-econômica da Comunidade Européia. Na Bósnia-Herzegovina, vivem cerca de 4,8 milhões de muçulmanos, em comunidade remanescente da dominação otomana, que chegou a constituir um quinto da população da antiga Iugoslávia. Nos Estados Unidos, há mais de seis milhões de adeptos do Islã, ainda que em boa parte de etnias árabes mas, igualmente, com importante contingente (40%) de negros norte-americanos convertidos. Especula-se que, dentro de poucos anos, haverá mais crentes da religião muçulmana do que judeus nos Estados Unidos.

"Especula-se que, dentro de poucos anos, haverá mais crentes da religião muçulmana do que judeus nos Estados Unidos"

ottomana, apoiada pelas suas elites militares e culturais, permitiu à Turquia garantir sua presença política, no continente europeu e no Oriente, Próximo e Médio, valendo-se de sua habilidade diplomática e poder militar, meio

às sucessivas disputas espanhola, francesa e britânica para arrebatarem a supremacia européia. Só realmente a Rússia tzarista daria golpe de morte no "homem-doente da Europa", como era chamado

o Sultão de Constantinopla (Istambul) no fim do século passado.

À noção secular do sincretismo político e religioso, contrapuseram-se, no mundo islâmico, ideologias modernas do capitalismo e marxismo, originando sociedades e sistemas econômicos adaptados à evolução das transformações industriais e tecnológicas. A sujeição do processo político aos preceitos imutáveis do Corão não pôde impedir que os povos árabes adotassem os figurinos sócio-políticos ocidentais. Passaram assim a formar ora ao lado das nações democrático-capitalistas ora sendo levadas, pela impaciência de seus líderes, a tentar alianças de conciliação difícil com o marxismo ateu internacional.

O credo islâmico tem, como orientação básica, as 112 suratas (capítulos) do Corão, que não são apenas normas religiosas, mas igualmente todo um sistema de regras morais, de comportamento cotidiano e de direito social. Os ensinamentos de Maomé inspiraram-se nas filosofias e preceitos religiosos do judaísmo, crenças persas, mitologia greco-romana e na religião de Cristo, aceito, aliás, como um dos profetas de Alá. Nas linhas do

DOUTRINA POLÍTICA E RELIGIOSA

A religião nascida no deserto da Arábia inspirou-se, na verdade, nos credos monoteístas judaico e cristão. Nos seus dogmas e postulados básicos, manteve, através dos séculos, os princípios de código de conduta humana e de doutrina de comportamento social e político. De modo geral, os muçulmanos não aceitam a distinção entre religião e política. A expansão do Islã através de guerras santas (*jihad*) impôs a dominação árabe até a formação dos estados europeus. Exercida em califados independentes e sem unidade administrativa, essa dominação sucumbiria às rivalidades e ambições dinásticas. A superioridade da administração

judeu-cristianismo, a religião islâmica pregou a fraternidade e a tolerância, abolindo e condenando o paganismo para instituir a religião universal. Seus profetas são mensageiros do Deus único, figurando entre eles Noé, Abraão, Moisés e o próprio Cristo, sem que se atribuam a Maomé feições divinas, mas apenas de enviado do Ser Supremo e Absoluto. A conversão é simples profissão de fé, bastando a presença de testemunhas e o seu enunciado em árabe. O ritual de preces, cinco vezes ao dia é acompanhado de abluições e prosternações na direção de Meca. As funções clericais são menos presentes, as orações conduzidas nas mesquitas, pelos "imãs", e o serviço realizado às sextas-feiras. A peregrinação a Meca, levadas em conta as limitações econômicas, é feita pelo menos uma vez na vida, para adoração dos símbolos da Caaba e da Pedra Negra. O jejum do Ramadã lembra a Quaresma cristã, como também outras práticas da condenação dos juros e a castidade pré-nupcial — todas, evidentemente, como ocorre com os cristãos, burladas dentro dos limites da hipocrisia e dos artifícios da conveniência.

A evolução científica e materialista expõe o Islamismo a certos aspectos que, com o correr dos tempos, criaram problemas à interpretação de suas normas pristinas. Entre elas as proibições à reprodução da imagem humana, a situação de inferioridade feminina, com o repúdio à esposa e a poligamia, a condenação de bebidas e de certos alimentos, etc. Na ausência de hierarquias religiosas unificadas, as práticas religiosas, em comunidade tão disseminada pelo mundo, teria fatalmente que fazer concessões às pressões de democratização: da laicidade dos estados modernos, da liberdade de consciência, e, sobretudo, da realidade do pro-

gresso científico e tecnológico. As disparidades raciais e econômicas, e a ausência de evolução na doutrina política, criaram, portanto, quadro de complexidade crescente, com ameaça do próprio Islamismo como elemento de solidariedade política no cenário internacional. Os choques de interesses nacionais se configuraram agora na emergência do "fundamentalismo islâmico".

O IMPERIALISMO EUROPEU E O PETRÓLEO

Durante o século XIX, a vasta comunidade árabe distribuída por três continentes foi rateada pelas sucessivas ondas do imperialismo europeu. A França conquistou nações mediterrâneas: Marrocos, Tunísia e Argélia. A Grã-Bretanha impôs regime de protetorado ao Egito e ao Sudão, mantendo o subcontinente da Índia sob seu domínio e as regiões periféricas da Birmânia, Cingapura e Hong-Kong como colônias da Coroa. A Holanda colonizou a Indonésia. A Itália, no começo do nosso século, ocupou a Líbia e a Somália. Com a I Guerra Mundial, chegou a vez da Turquia e a criação, nos seus antigos domínios do Oriente, Próximo e Médio, de nações islâmicas modernas e leigas. A Síria e o Líbano tornaram-se mandatos da Liga das Nações, sob administração francesa. A Grã-Bretanha recebeu mandatos no Iraque e na Transjordânia, inclusive a Palestina, onde o movimento sionista deu início à nação judaica. A fidelidade de Saud deu origem ao Hedjaz, que se chamaria, mais tarde, Arábia Saudita. A Transjordânia, reino independente, permaneceu sob forte influência da Grã-Bretanha, mandatária até o início do segundo conflito mundial e com apoio da Legião Árabe de Glubb Pachá.

Fincando o pé no Oriente, Próximo e Médio, os britânicos passaram a disputar, com os Estados Unidos a hegemonia na exploração do petróleo da região. Ciente de que aquela área dispunha de 70% das reservas mundiais, Londres apoiou a expansão da "Persian Oil Company", que deu início à construção, no Golfo Pérsico, da refinaria Abadan. A Royal Dutch-Shell, companhia anglo-holandesa e várias outras francesas e norte-americanas reagiram e, com apoio de seus governos, impuseram associação à "Iraq Petroleum", depois dividida entre as concessionárias de exploração ao petróleo. Durante os vinte anos de interregno entre as duas guerras mundiais, o mundo usufruiu petróleo abundante e barato, extraído pelo condomínio das grandes empresas ocidentais: Standard Oil, Socony-

Vacuum, British Petroleum (antiga Persian), Royal Dutch-Shell, Compagnie Française de Pétrole, e a Participation and Investiments. O aumento do consumo mundial trouxe novos grupos à exploração e ao refino: Texas Company (Texaco) e a Standard descobriram imensas jazidas no Barein e na Arábia Saudita; a Gulf Oil e Anglo-Iranian cuidaram das reservas descobertas no Coveite.

A NOVA GEOPOLÍTICA ISLÂMICA

A II Guerra Mundial constatou a fidelidade árabe às democracias ocidentais e o repúdio islâmico à ideologia marxista com suas implicações ateistas. Terminado o con-

flito, a política de descolonização encabeçada pelos Estados Unidos resultaria na concessão progressiva de independência às comunidades árabes do Oriente, Próximo e Médio. A nova geopolítica da região, em suas linhas gerais, obedeceria às partilhas territoriais da primeira guerra. Surgiram como nações independentes a Síria, o Líbano, Omã, Iemen e os Emirados. A Arábia Saudita, a Jordânia e o Iraque já haviam adquirido relativa autonomia, mas achavam-se ainda vinculados aos interesses ocidentais, auferindo enormes ganhos das *royaulties* do petróleo, usufruídos pelas elites governantes.

O Irã foi a primeira nação islâmica (xiita) que reagiria contra a tutela ocidental, pela desapropriação da Anglo-Iranian sob o comando de Mossadegh. O reinado do Xá marcou a fase de liberação

dos costumes, melhor distribuição de renda e modernização — sem escapar, todavia, da corrupção e do arbítrio policial. Essas transformações sociais impostas de cima desmoronaram com a rebelião nacional e trouxe Khomeini ao poder, a ditadura dos extremados, e lançaria o Irã à frente do movimento fundamentalista.

A onda nacionalista islâmica estendeu-se aos países do Magrebe, Egito e Oriente Próximo, guardando, todavia, em cada um deles, aspectos peculiares de conformação política e de interpretação dos valores religiosos comuns. Os fatores econômicos determinaram diferentes graus de desenvolvimento e crises sociais, consequentes às pressões populares. O petróleo passou a ser fator básico, não apenas do crescimento econômico,

"As transformações sociais impostas de cima trouxe a ditadura dos extremados e lançaria o Irã à frente do movimento fundamentalista"

como, igualmente, de barganha política para assegurar a independência das novas nações islâmicas. A criação e as práticas monopolísticas da OPEP garantiriam à comunidade árabe elementos de maior coordenação à sua atuação internacional. As duas crises do petróleo trouxeram a noção da influência crítica dos países árabes na economia mundial, principalmente pelos desequilíbrios gerados com maior impacto nas nações em desenvolvimento, entre elas, não seria preciso dizer, o Brasil.

Não obstante, as rivalidades políticas, étnicas e religiosas predominaram, afetando a consolidação que se esperava de uma grande aliança islâmica. Esses choques e rivalidades resultariam em posicionamentos antagônicos nas quatro décadas durante a Guerra Fria, com confrontações políticas, e na guerra entre o Irã e o Iraque. A criação e expansão do Estado de Israel revelou a precariedade da união das nações árabes do Oriente, Médio e Próximo. A resolução de Campo David afastaria o Egito da coligação militar árabe, após a decisão histórica de Anwar Sadat em poupar seu país do ônus econômico crescente das guerras contra Israel — solução nacional considerada traição ao Islamismo regional e, por extensão, mundial. A intifada agravou a questão palestina no cenário internacional, com condenação às práticas de violência de Israel e a maior responsabilidade da mediação norte-americana. A recente assinatura do acordo de Washington confirmou a transigência israelense em relação à OLP e à autonomia da Faixa de Gaza, despertando esperança de novos esforços para aliviar a crise árabe-judaica. O postulado da união islâmica, antes intransigente na eliminação do Estado de Israel, perdeu sua força entre os países árabes moderados. A irra-

cionalidade política, o fanatismo e os ódios crônicos tornaram, porém, imprevisíveis quais os caminhos e a duração dos esquemas de paz duradoura para a crise árabe-israelense.

O FUNDAMENTALISMO: RAÍZES E EVOLUÇÃO

Com a eclosão da Guerra Fria, a aliança democrática ocidental sentiu a necessidade de adotar política estratégica regional no Oriente Médio para garantir seus interesses econômicos, basicamente o suprimento de petróleo, bem como para fechar a malha do cerco periférico da União Soviética. A OTAN procuraria alianças, no período da "pacotomania" (CENTO e OTASE), através de assistência financeira e militar às novas nações islâmicas, numa faixa geográfica que se estenderia do Norte da África, firmando-se na Turquia e no Oriente Próximo, rumo ao Paquistão e aos países muçulmanos do Sudeste Asiático, entre eles a Indonésia, a Birmânia, a Malásia e as Filipinas. Os Estados Unidos, padroeiros da descolonização, apoiariam, indistintamente, regimes democráticos ou autocráticos. Sempre com o objetivo de criar condições de favorecer o desenvolvimento econômico a longo prazo, procurando, no curto prazo, barrar a penetração ideológica soviética, que se poderia beneficiar de aproximações de conveniência com grupos islâmicos extremados.

As diretrizes políticas norte-americanas em relação ao mundo islâmico procuraram fortalecer, com aquele objetivo, os processos de transformação social capazes de assegurarem regimes democráticos estáveis, classes médias crescentes e fortalecimento de

estruturas constitucionais que conciliassem os preceitos tradicionais da religião às formas de governo liberais. As décadas dos Cinquenta aos Setenta vieram constatar as independências nem sempre pacíficas, como na Argélia, enquanto, no Oriente Médio, o Iraque e o Irã procuravam seguir os figurinos democráticos ocidentais — embora precariamente e sem adoção de esquemas equânimes de distribuição de renda, proveniente do *boom* petrolífero. São conhecidas as consequências da erupção do Nasserismo no Egito que, gerando a intervenção militar franco-britânica em Suez, constituiu o primeiro passo para a formação de movimentos populares e nacionalistas no mundo árabe. As reivindicações das populações jovens, a emergência de facções extremadas e a urbanização conseqüente à explosão demográfica provocaram crises econômicas estruturais e crônicas, com o agravamento do desemprego, o das demandas sociais, que ameaçariam os regimes políticos liberais e socialistas importados das disputas ideológicas internacionais. A agitação social de massas urbanas, ameaçadas pela miséria e ignorância, cresceu, em contradição à caducidade de normas religiosas e do conservadorismo islâmico.

A disposição norte-americana de erigir o “cinturão-verde do Islã”, a União Soviética resolveu contrapor política de penetração ideológica com alguns resultados favoráveis, na conciliação dos postulados religiosos à doutrina socialista e seu apelo popular. A aliança tácita dos extremistas árabes com Moscou afetou o equilíbrio regional e originou regimes-fortes no Irã e no Iraque, o conflito militar prolongado entre os dois países e a intervenção direta da OTAN na Guerra do Golfo. Todo o “pacote” democrático e liberal, armado pelos Estados Unidos e a Comu-

nidade Européia, foi ameaçado pela Revolução de Khomeini e o aparecimento de riscos de aglutinação política no Oriente Médio. Paradoxalmente, a dissolução da URSS estimularia pressões para a revisão dos conceitos do Islamismo tradicional, através do fundamentalismo iraniano.

As sementes do atual movimento fundamentalista remontam à criação, no Egito (1928), da Irmandade Muçulmana, por Hassan Bassa. Seus ensinamentos contrapunham-se aos regimes políticos emergentes e aos sistemas de vida baseados nas sociedades leigas e na afluência material, com o afrouxamento da disciplina religiosa do Corão, seus princípios de fraternidade igualitária, de devoção e preservação espiritual

***“A explosão do
Fundamentalismo Iraniano
constitui um dos problemas
mais complexos na nova
ordem internacional que
começa a ganhar forma”***

da humanidade. Essas premissas de Bassa, em seu retorno a normas religiosas tradicionais, encontram, na verdade, paralelos em movimentos de preservação aos valores prístinos judaicos e cristãos que reagiram, ou ainda reagem, à aceitação de reformas litúrgicas e de comportamento, decorrentes da evolução científica e da crescente laicidade das sociedades humanas modernas.

A explosão do fundamentalismo iraniano constitui, sem dúvida, um dos problemas mais complexos na nova ordem internacional, que

começa a ganhar forma nos dias atuais. O renascimento do fervor religioso desafiou e derrubou, no Irã, regime visivelmente progressista, ainda que pesem as considerações já feitas de suas feições autocráticas, práticas institucionalizadas de corrupção e de imposição de formas verticais e de cunho paternalista — fenômeno considerado, por muitos analistas, como surpreendente, restaurando valores espirituais muitos discutíveis e com mais de 14 séculos, que viram passar as revoluções comercial, industrial e tecnológica, os movimentos filosóficos e liberais renovadores das sociedades arcaicas, para chegarmos à era nuclear e espacial e aos desafios de criação da vida artificial. Nem sempre, todavia, o fundamentalismo de Khomeini impediu a avaliação de concessões à *realpolitik*.

A guerra iraque-iraniana, por exemplo, levou o Aiatolá a tolerar a invasão do Afeganistão pela URSS, ante a necessidade de manter os fluxos de ajuda militar soviética, em equilíbrio ao armamento enviado pelos Estados Unidos e Saddam Hussein. Depois de armar o Xá, os norte-americanos foram obrigados a reverter o processo em favor do Iraque. A despeito de toda sua fidelidade ao islamismo, o Irã tem-se abstraido de envolvimento no conflito crônico árabe-judaico.

"No Irã, o controle do poder é exercido por uma ditadura férrea, legalizada pela aplicação do direito islâmico"

O fundamentalismo iraniano está, por motivos étnicos e religiosos, condicionado à seita Xia que se opõe ao sunitas, após o cisma de Ali, genro do profeta, e cujos adeptos se espalharam pelo Iraque, Irã, Líbano meridional e Paquistão. O radicalismo xiita prevalece no Irã, núcleo do fundamentalismo militante e com propósitos expansionistas, desde a fundação da República Islâmica em 1979. O governo atual iraniano tem suas bases políticas na coligação entre xiitas e facções moderadas, ou mesmo leigas. O controle do poder é exercido por uma ditadura férrea, legalizada pela aplicação do direito islâmico, que estabelece mais de 100 delitos punidos com a pena de morte. Há, porém, margens de flexibilidade política para atenderem a conveniências dos diferentes grupos radicais que têm suas interpretações próprias da doutrina religiosa.

RADICALISMO: ARÁBIA SAUDITA E SUDÃO

Desde o reinado de Feisal, a Arábia Saudita segue regime político e religioso que antecedeu à implantação do fundamentalismo no próprio Irã. O país é governado pelas leis do Corão, que presidiram à elaboração dos códigos civil e penal, sendo aplicados por conselhos ministeriais, consultivos e de sumidades religiosas. São ainda, atualmente, praticadas as decapitações de criminosos e amputações de mãos de ladrões em praça pública. O véu e as roupas negras são impostas ao recato feminino. A educação recebe tratamento mais liberal, permitindo às mulheres acesso aos níveis secundário e universitário. São proibidos outros cultos e a venda de bebidas alcoólicas que têm entrada

proibida no país. Os privilégios diplomáticos são muitas vezes infringidos, como, recentemente, no caso da esposa do embaixador brasileiro, que foi agredida pela política por não estar trajada à moda islâmica. A capital Meca atrai cerca de um milhão de peregrinos muçulmanos anualmente e, até a exploração do petróleo, era a grande fonte de receitas públicas.

A Arábia Saudita ocupa cerca de 2,2 milhões de quilômetros quadrados, embora grande parte da superfície seja de desertos inhabitáveis. A população, de 14 milhões de habitantes, concentra-se nas regiões úmidas, com grande densidade populacional. A urbanização cresceu consideravelmente, assegurando, o *boom* de petróleo, recursos bilionários para a expansão das infraestruturas econômica e social. O produto interno bruto está por volta de US\$ 120 milhões — registrando *per capita* elevado, de US\$ 7,5 mil, mas, ainda assim, há grande concentração de renda, desigualdades sociais e corrupção em todos níveis. Existem populações beduínas, sob leis tribais e consuetudinárias. Apesar de abolida a escravidão (1962), persistem regimes de mão-de-obra servil, segundo entidades de direitos humanos. A monarquia, fechando suas portas aos estrangeiros, conduz política de aliança militar com o Ocidente que, inclusive, lhe garantiu a sobrevivência, por ocasião da aventura de Saddam Hussein no Iraque, e a eventual ocupação iraquiana da Arábia Saudita.

Em confronto político e religioso com os xiitas iranianos, os sauditas sunitas gastam bilhões de dólares para assumir a liderança cultural no mundo islâmico. Com seu aporte financeiro, são construídos centros de estudo e majestosas mesquitas no Norte da África,

na Turquia e, agora, nas antigas repúblicas muçulmanas da ex-União Soviética. No plano político, a Arábia Saudita tem sido acusada, por Teeran, de fomentar campanhas contra o Irã, pela pródiga distribuição de doações a grupos e facções opositoras, no Iraque, na Jordânia e na OLP. No país, o rei Fahd fortaleceu seu poder, pela distribuição de generosos benefícios nas áreas de saúde, educação e de isenção fiscal, que exime os sauditas de pagamento de quaisquer impostos. Essa afluência começa, todavia, a encontrar problemas econômicos, resultantes da estabilização dos preços do petróleo e das despesas astronômicas com armamento sofisticado, ante a ameaça de Hussein ou de parte do próprio radicalismo iraniano.

"A derrota do Iraque voltou a dar, a Teeran, novo papel preponderante no quadro político regional"

O conflito latente pela liderança espiritual e as supostas prerrogativas de guardiões da fé islâmica manifesta-se, freqüentemente, em atritos entre sauditas e os peregrinos fundamentalistas iranianos em Meca. Em 1979, grupos radicais clandestinos tentaram ocupar a Grande Mesquita, com responsabilidade atribuída ao extremismo fundamentalista.

A derrota do Iraque voltou a dar a Teeran novo papel preponderante no quadro político regional. Para inquietação do Egito e da Arábia Saudita, o Irã enviou, ao Sudão, contingente de dois mil especialistas para o treinamento do Exército sudanês de 600 mil soldados. Essa assistência tem como pro-

pósito instruir a guarda revolucionária de elite, que mantém no poder a Junta Militar governante na República islâmica sudanesa. Já foi fundada, no Sudão, a "Frente Nacional Islâmica", que já mostrou a sua disposição em desencadear ofensiva contra as minorias cristãs e feitichistas na região meridional do país. A doutrina fundamentalista goza, hoje, de apoio popular naquela nação com mais de dois terços de analfabetos, vivendo seus habitantes (30 milhões) em miséria absoluta, e cerca de um décimo em estado crônico de fome. A penetração iraniana no Sudão desperta receios de futura criação da Internacional Islâmica para, expansão do fundamentalismo militar.

MODERAÇÃO: TURQUIA E EGITO

Apesar da predominância absoluta do credo muçulmano (98,3%), a Turquia tornou-se definitivamente república laica desde sua implantação, iniciada pelos "jovens turcos" de Mustafá Kemal Attaturk (1923). A "occidentalização" do país garantiu à Turquia posição de ponte entre a Europa e o Oriente Próximo, fortalecendo a modernização dos costumes e a adoção de processo democrático, depois de sucessivos governos fortes. Em 1987, foi apresentado pedido formal do ingresso turco na Comunidade Européia, mas o processo foi posto em banho-maria, ante os problemas atuais de conclusão das medidas propostas pelo Ato Único Europeu e incorporadas no Tratado de Maastricht. A taxa inflacionária turca de 70% anuais constitui boa razão dessa postergação, agravada pelas reações em países comunitários contra a livre circulação de mão-de-

obra e de profissionais liberais — no âmbito da CE. Existem hoje minorias turcas de operários e migrantes que já teriam ultrapassado de um e meio milhão, concentradas, principalmente, na Alemanha e causando conflitos sociais e étnicos conhecidos.

A assimilação de costumes ocidentais é total, inclusive nos trajes, ou na sua falta, como biquínes e *topless*. Moças de *blue jeans* e rapazes de brinquinhos na orelha não causam espécie nas ruas de Istambul. Não obstante, no interior do país e nas principais metrópoles turcas, ainda circulam mulheres de véu. Muçulmanos conservadores seguem e conclamam a obediência e prática das normas ditadas pelo Profeta. A participação no cerco estratégico da União Soviética deu à Turquia voz ativa na estratégia da OTAN. A democratização da nação otomana, a despeito de férias periódicas impostas à democracia constitui exemplo de viabilidade para outros regimes liberais. A influência turca faz-se sentir como pólo de oposição ao fundamentalismo iraniano. Ancara já se conscientizou da necessidade de assumir papel ativo junto às nações muçulmanas independentes, que surgiram com a dissolução da URSS.

A eleição de mulher (Tansu Ciller) para o cargo de Primeira Ministra surpreendeu o mundo e, evidentemente, muito mais os radicais muçulmanos, ao verem parlamentares "bigodudos" superarem, com seus votos, preconceitos sociais e religiosos seculares. A sobrevivência da nova governante poderá ser curta ou precária, mas serviu, para a Europa e os Estados Unidos, o empenho liberal turco de persistir no seu governo leigo frente ao "problema" fundamentalista. Vantagens aduaneiras concedidas pela Comunidade Européia, na letra do

acordo de associação, garantirão à Turquia acesso à união alfandegária comunitária. A economia turca prospera, com crescimento do PIB de 6% anuais. Os créditos financeiros americanos e alemães têm aumentado, apesar da dívida externa girar por volta dos US\$ 50 bilhões.

A militância fundamentalista, contudo, não renunciou ao seu proselitismo, procurando aliar-se à rebelião da minoria curda que pretende fundar Estado-independente, com o apoio do "Partido dos Trabalhadores Curdos" (PKK). Essa facção conta, hoje, com cerca de 50 mil guerrilheiros e atua, através de rede terrorista, até mesmo na Europa. Há, na Turquia, grupos xiitas moderados, embora a população seja predominantemente sunita. Aumentou o número de radicais filiados ao "Partido Islâmico Fundamentalista" que, aliado a dois outros partidos nacionalistas, disputou as eleições de 1991 obtendo, a coligação, cerca de 17% dos votos e 45 cadeiras no Parlamento. Em julho passado, terroristas fundamentalistas assumiram a responsabilidade do incêndio de hotel, com a morte de 36 pessoas. Alegaram punição a encontro de grupos contrários ao radicalismo religioso e que fazia críticas ostensivas às normas do Corão. Conquanto a política oficial, desde os regimes militares da década passada, tenha sido de oposição ao fundamentalismo militante, a tolerância governamental permite a expressão de facções islâmicas conservadoras e em favor do retorno às leis do Corão. O proselitismo tenderá, sem dúvida, a crescer na Turquia e, consequentemente, seus atritos com o Irã.

Os muçulmanos sunitas somam 98% da população do Egito, sendo a minoria religiosa copta (cristã) calculada em mais de 2 milhões. Pobre em recursos naturais, o país atravessa

fase de urbanização intensa. Cairo já passa dos seis milhões de habitantes, com problemas de habitação, sanitação, educação e penúria urbana. As pressões sociais crescem e, com elas, a atuação das minorias islâmicas extremas. A maior onda de agitação fundamentalista, após o fim do regime nasserista, culminou com o assassinato de Anwar Sadat (1981). Seu sucessor, Mubarak, preservou a política de aproximação com o Ocidente, mantendo a paz com Israel, sem conseguir, todavia, evitar o aumento do ativismo radical à procura de soluções nacionais para remédio aos seus males, decorrentes da explosão demográfica em um país de 57 milhões, dos quais dois terços são analfabetos. O fim da União Soviética desorientou as fileiras nacionalistas de esquerda, que voltaram suas esperanças para o renascimento da fé islâmica. O governo egípcio permite certa liberdade de opinião, ainda que apelando para a repressão policial contra terroristas e extremados. Seu combate ao fundamentalismo procura diretrizes flexíveis. Concessões foram feitas ao culto tradicional, como a proibição de venda de bebidas alcóolicas e a condenação à heresia de grupos leigos e contrários à influência religiosa nos assuntos de Estado. Obras literárias com críticas ao tradicionalismo islâmico foram confiscadas por Mubarak. A "Irmandade Muçulmana", banida desde o tempo de Nasser, continua proibida a funcionar como partido — sem isso impedir que seus adeptos, através de alianças com outros partidos, tenham participado de eleições (1987), conquistando 37 lugares no Parlamento egípcio.

O fundamentalismo não age apenas nos meios intelectuais e politizados do Egito, ganhando também apoio nas camadas desti-

tuidas e sacrificadas pelas crises econômicas, que propiciam agitações atribuídas à infiltração do fundamentalismo iraniano. Milhares de operários egípcios migram e habitam outros países árabes com melhores oportunidades de emprego. A Arábia Saudita nos anos setenta atraiu trabalhadores e profissionais liberais egípcios que voltariam influenciados pela revivescência das normas tradicionais do credo islâmico seguidas pelos sauditas. Analistas ocidentais creem no enfraquecimento da ação terrorista radical e da expansão fundamentalista junto aos círculos intelectuais, inclusive universitários. Mubarak parece consciente dos riscos de crescimento da pregação fundamentalista nas Forças Armadas e nas camadas mais pobres. Temeroso de que a maior abertura política e a realização de eleições totalmente livres possam constatar a expansão do fundamentalismo no Egito. A seita Jihad, responsável pelo atentado militar a Sadat, permanece ativa. Em 1990, o líder e presidente da Assembléia Nacional foi morto, a tiros, por terroristas.

REAÇÕES AO FUNDAMENTALISMO

Os países muçulmanos do Mediterrâneo, de modo geral os seus governos e elites culturais, reagem contra as campanhas de penetração do fundamentalismo iraniano. Na Argélia a arregimentação fundamentalista ganhou vulto quando a "Frente de Salvação" (FIS) conquistou maioria parlamentar, arrebatando 55% dos votos, nas eleições de junho de 1989. A repressão governamental foi consequência inevitável, após novo triunfo do FIS no primeiro turno do pleito de dezembro de 1991. As eleições foram

suspensas e, caracterizados surtos de violência e terrorismo, os principais líderes extremistas foram trancafiados. Clima de guerra civil ameaça a Argélia desde o golpe-de-Estado. Na clandestinidade, o DIS garante ser capaz de ganhar eleições livres com o apoio de outras facções radicais. Sua popularidade caiu, todavia, com a insistência em praticar métodos de terror, que já custaram a vida a centenas de civis.

No Marrocos, o radicalismo tem mobilizado manifestações contra o governo do rei Hassan, levando as autoridades a dissolverem o partido extremado "Justiça e Bem-Estar Social" (1991) que, aliás, nunca teve existência legal. Na clandestinidade o partido continua a procurar alianças com outros grupos radicais, entre eles a "Juventude Islâmica", apesar de as lideranças pró-fundamentalistas estarem, em sua maior parte, na prisão. A Tunísia adotou, igualmente, práticas de repressão ao radicalismo político-religioso, prendendo os líderes do "Partido do Renascimento" (Nahda). Os grupos fundamentalistas, contudo, permanecem divididos. Na Líbia, Gaddafi, quanto governe com os princípios islâmicos, prefere manter o país sob controle das forças de segurança, explorando o nacionalismo popular, que cresceu depois dos ataques aéreos norte-americanos.

Na Síria, Assad mantém a "Irmandade Muçulmana" fora da lei há cerca de uma década, buscando entendimento com seus países vizinhos. No Líbano, a "confusão machadiana" continua geral, com a turbulência entre partidos e seitas antagônicas que arrazaram a mais bela, culta e promissora nação do Oriente Próximo. Grupos extremados xiitas do Hezbollah, apoiados pelo Irã, lutam contra a organização Amal, que recebe

ajuda da Síria. Se de fato vigorar o acordo de paz entre a Organização para Libertação da Palestina (OLP) e Israel — diminuirão as chances de expansão do grupo fundamentalista Hanas, na Faixa de Gaza e na própria Cisjordânia, ocupadas ambas pelas forças israelenses.

No Paquistão, as leis islâmicas prevalecem desde o início da formação do país, e com mais vigor a partir da década dos oitenta, com os sucessivos governos militares. Sua aplicação não é das mais rigorosas. A religião muçulmana é professada por 97% da população paquistanense, por volta dos 90 milhões, e com predominância absoluta de credo sunita. Os fundamentalistas são aceitos na coligação dirigida pela "Aliança Democrática Islâmica", mas sem grande influência no país.

"Durante 70 anos de dominação soviética, as repúblicas de credo muçulmano mantiveram em estado latente suas culturas e religião"

Na Ásia Central, durante setenta anos de dominação soviética, as repúblicas de credo muçulmano mantiveram em estado latente suas culturas e religião, professadas por mais de 60 milhões de fiéis no Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguzistão, Tajiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão. O Cazaquistão é a mais importante das nações muçulmanas, figurando em segundo lugar na produção de

petróleo e de carvão (20%) da Comunidade de Estados Independentes (CEI), e possuindo recursos minerais orçados em 6% das reservas mundiais. As novas repúblicas muçulmanas da CEI deverão optar agora entre a modernidade e as pressões do renascimento religioso, comprovado no livre e crescente exercício do credo islâmico, pela construção de mesquitas e de centros culturais islâmicos. A Federação Russa vê com suspeita certas iniciativas como as tomadas pela Turquia, Irã e Paquistão (maio de 1992), em encontro de cúpula de Ashgabat (Turquemenistão) para intensificação de relações econômicas. Moscou continua a guardar em mente a aventura malfadada da invasão do Afeganistão, um dos primeiros pregos no caixão soviético.

PERSPECTIVAS E CONCLUSÕES

Deve ser encarada com reserva a possibilidade de vir o fundamentalismo islâmico participar, como poder político e estratégico primordial, na nova ordem internacional, em processo de configuração às vésperas do século XXI. Carecendo de unidade étnica e de veículo de centralização política, o movimento fundamentalista dificilmente poderá reunir bloco de influência mundial, como chegou a ser o Terceiro Mundo. São acentuadas as diferenças econômicas, sociais e políticas entre as comunidades islâmicas no Mediterrâneo, no Oriente, Próximo e Médio e os seguidores da religião muçulmana em países africanos e asiáticos que, de fato, superam em número os habitantes daquelas nações. As novas repúblicas islâmicas da CEI, o Sudão e outras

minorias africanas, o Paquistão e a Indonésia, todos com culturas próprias, atravessam fases de desenvolvimento que exigirão transformações radicais e soluções peculiares às suas características nacionais. A despeito da supremacia absoluta do credo islâmico, parece extremamente remota a eventualidade de sua adesão a processos de arregimentação fundamentalista em plano universal. Desde o pós-guerra, essas nações da Ásia Central e do Extremo Oriente estão vinculadas à Rússia (União Soviética, antes), à Europa Ocidental (Grã-Bretanha e Países Baixos); aos Estados Unidos e ao Japão, para obtenção de recursos de assistência econômica, expansão do seu intercâmbio comercial e sua modernização tecnológica.

A hegemonia americana e o fim da confrontação ideológica aceleraram o processo de caducidade do Terceiro Mundo. Sem mecanismo de aglutinação político-estratégica, o fundamentalismo não constitui sequer opção, ante a dissidência religiosa existente no seio da própria comunidade internacional islâmica, entre sunitas majoritários e a facção xiita, que predomina no Irã e possui minorias no Paquistão, Iraque e Líbano. A divulgação cultural e religiosa, alimentada pela assistência da Arábia Saudita, vê-se hoje limitada pelos problemas econômicos que, indubitavelmente, concorrerão para fechar a torneira de futuras doações. As repúblicas muçulmanas da CEI têm agora diante de si clamores internos pelo desenvolvimento econômico e social, que dependerá de relações formais e crescentes com a CEI, ou seja, a Federação Russa no comando da vasta estrutura herdada da União Soviética. A comunidade islâmica possui recursos petrolíferos e minerais de importância vital à CEI, principalmente o Cazaquistão, bar-

ganhando ainda com suas instalações nucleares. Essas repúblicas muçulmanas autônomas continuarão, em sua maior parte, a depender da tecnologia russa e das relações comerciais e financeiras intracomunitárias (CEI). O sucateamento do marxismo não invalida o gigantismo da Federação Russa e sua vontade de conservar seu predomínio político e econômico sobre os 21 milhões de quilômetros quadrados que antes reuniam as repúblicas socialistas soviéticas. A turbulência política persistente no Afeganistão e o apoio dado por Moscou à política norte-americana no Iraque e, por extensão, ao jogo do equilíbrio que mantém Saddam no poder, pautarão a política regional da Rússia ante os perigos de eventual "contaminação" fundamentalista na CEI.

No cenário estratégico-militar atual não existem perspectivas imediatas de futuro fortalecimento do poder bélico dos defensores do fundamentalismo radical. Os arsenais armamentistas no Oriente Médio foram acumulados como resultado da estratégia ocidental, sobretudo de Washington, de vender armas a Reza Pahlevi e, subsequentemente, ao Iraque no seu choque armado com a revolução de Khomeine — "gangorra" estratégica que resultou na guerra Irã-Iraque e no posterior conflito do Golfo (Saddam), após a invasão do Kuwait. As compras bilionárias de equipamentos sofisticados pela Arábia Saudita, com seus recursos engordados pelo petróleo, condicionarão doravante o Rei Fahd à dependência dos suprimentos americanos e concorrerão para os problemas econômicos antes mencionados e que começam a preocupar àquele país. A manutenção de Saddam Hussein em Bagdá, aparentemente incompreensível, significa, na realidade, opção de Washington para colocar freio à

expansão do fundamentalismo iraniano por todo Oriente Médio e Próximo. Serve, ao mesmo tempo, para preservar a efetiva presença militar americana (OTAN-ONU) naquela região, como garante, em última instância, do *statu quo* político e para solução paulatina do problema palestino.

Obvio não fosse, a Guerra do Golfo comprovaria a importância primária do petróleo na preservação do equilíbrio regional e, por extensão, da própria estabilidade política e econômica internacional. Toda a geopolítica do Oriente Médio teve sua configuração e evolução baseadas na permanência do condomínio euro-americano sobre as fontes árabes e iranianas de produção de petróleo, condição essencial ao mecanismo de contenção da União Soviética e fator crucial no processo de desenvolvimento econômico mundial do presente século. A confrontação russo-americana na região armou os movimentos nacionalistas, criando poderes bélicos e, sem dúvida, favoreceu a eclosão do fundamentalismo islâmico. Aparentando, inicialmente, aliar-se à União Soviética, a expansão fundamentalista propagar-se-ia ao Afeganistão que, à semelhança do Vietnam e para gáudio estadunidense, desafiou a superioridade tecnológica da URSS.

A intervenção militar norte-americana contra Saddam Hussein corroborou, claramente, a estratégia dos Estados Unidos em sustentar a conjuntura do petróleo no Oriente Médio, ameaçada pela invasão do

Coveite. Produzindo 2,5 milhões de barris/dia, não vacilou o governo iraquiano em incorporar, pela força, o Coveite (1,3 milhão) e aprestou-se a engolir a Arábia Saudita (5,2 milhões) ficando próximo na fila, os Emirados (1,8 milhão). Havia assim riscos ponderáveis para a Europa Ocidental, os Estados Unidos, o Japão e toda a comunidade subde-

senvolvida importadora de petróleo, de verem, sob a aljuba iraquiana, cerca de 10,8 milhões de barris/dia que, em número de 1991, superariam os 9,7 milhões americanos e chegariam perto dos 12,5 milhões russos.

Éxito tivesse, a agressão de Hussein conseguiria estabelecer o monopólio definitivo que a OPEP desfrutaria temporariamente, às custas do desequilíbrio da economia mundial. O novo cenário político-estratégico, sequente à dissolução da URSS e ainda em processo atual de configuração, estaria comprometido pela "glorificação" de líder carismático capaz de comandar as nações indecisas do Oriente Médio e, por extensão, a Líbia radical de Gadaffi. À nova crise do petróleo dever-se-iam acrescentar riscos de revivescência religiosa sob a bandeira do renascimento árabe e, naquela ocasião há dois anos, retomada da guerra contra Israel para redenção da Palestina. Não foi sem razão que a OLP prestou apoio ao ditador iraquiano, embora, posteriormente, Arafat voltasse a cortejar com êxito o apoio de Washington e o entendimento com Rabin.

"A manutenção de Saddam Hussein em Bagdá significa, na realidade, opção de Washington para freiar a expansão do Fundamentalismo iraniano por todo Oriente, Médio e Próximo.

As relações do Brasil com os países árabes produtores de petróleo foi marcada, nos últimos anos, por esforço compreensível para a expansão do nosso comércio de exportação, procurando diminuir o saldo negativo, decorrente da compra daquele produto. O custo do petróleo importado tem sido crucial na luta desenvolvimentista, causando o início da crise econômica brasileira, a partir do começo da década passada e até hoje afligindo nosso País. As atividades da Petrobrás para aumento da produção nacional estabilizaram-se por volta dos 700 mil barris/diários, isto é, metade do consumo interno (1991). De qualquer forma, a necessidade de misturar petróleo importado ao brasileiro deverá ser considerada nos planos de total auto-suficiência objetivada pela produção nacional. O volume das nossas vendas de mercadorias aos países árabes não tem ainda significado especial no cômputo global, calculadas, em 1992, em cerca de US\$ 1,3 bilhão, ou seja 3,58% do volume total das exportações brasileiras. Destacam-se a Arábia Saudita (US\$ 460 milhões) e o Irã (US\$ 336 milhões), sendo que este último tem procurado expandir o intercâmbio pelo envio de missões ao Brasil.

A saga da participação brasileira no programa nuclear do Iraque gerou polêmica e série de condenações nos Estados Unidos e na Europa, nossos maiores parceiros comer-

ciais e financeiros. A venda de equipamentos bélicos àquele país foi, igualmente, motivo de "censuras" discretas ou ostensivas pela imprensa internacional, embora, na prática, nosso País tenha figurado entre os fornecedores de menor vulto, cabendo a primazia a nações ocidentais como França e Alemanha. A contabilidade dessas transações, louváveis do ponto de vista do incremento comercial, ainda não foi avaliada à base de lucros e calotes. As tentativas de venda de armamento pesado — especialmente tanques

Osório à Arábia Saudita

— arrastaram-se por anos a fio dando esperanças vãs à indústria nacional de material bélico, hoje em dificuldades. O conflito do Golfo colocou os Estados Unidos como fornecedor dos clientes sauditas, mais não sem

o agravamento da crise econômica que agora ganha proporções para Riad.

Referências às relações do Brasil com o Islamismo devem realçar que não há, em nosso País, problemas entre árabes de diferentes origens nacionais entre si ou mesmo nas suas relações com as comunidades judaicas. A integração dessas comunidades árabes na sociedade brasileira decorre, em parte, da predominância árabe-cristã, mas as autoridades brasileiras asseguram plena liberdade ao exercício do credo muçulmano e a divulgação da cultura islâmica, através de centros culturais e entidades literárias, em todo o País. □



As Invasões Francesas e a Organização da Resistência Portuguesa

• **Manuel Freire Themudo Barata***

"Os portugueses só acreditam em si mesmos e realizam coisas grandes nos tempos de crise", destaca o autor, que se propõe a "analisar acontecimentos conhecidos, à luz do que hoje se sabe sobre a guerra (tratada no artigo) e a sua história".

Há anos, participei de um colóquio realizado no Vimeiro evocativo da batalha que ali tivera lugar em 1808.

A sala era muito ampla e apresentava-se cheia. Para além desse fato, revelador de evidente interesse, logo me surpreendeu também a atenção com que a assistência acompanhou as exposições iniciais. Sentia-se que a matéria lhes era familiar e a seguiam com curiosidade, mas como quem espera, com alguma impaciência, o esclarecer de dúvidas ou o abordar de aspectos mais obscuros. Por fim, ao estabelecer-se um aberto e curioso diálogo, que durou horas, tive a explicação de tudo isso — e a minha admiração cresceu.

É que, entre as numerosas perguntas formuladas, ressaltava quase sempre o desejo de que ficasse bem esclarecido qual fora o comportamento tanto das tropas como das populações portuguesas — com ênfase nestas últimas. E ao apresentarem as questões, vinha invariavelmente a dúvida sobre a valia, o empenhamento, a coragem e o vigor do espírito patriótico não só do exército como, sobretudo, desses seus antepassados.

Para mim, aquele colóquio foi a prova real de um estado de espírito comum aos portugueses. Não ignorava o fato. Sabia bem — e já até o afirmara em público — que os portugueses só acreditam em si e realizam coisas grandes nos tempos de crise. Fora deles, um atávico complexo de mediocridade e pequenez nos domina e passamos, então, a descrever do que somos e de tudo quanto

* General Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar.

fazemos. Todavia, a rude franqueza com que o assunto ali foi posto determinou-me a refletir, tão breve quanto possível, procurando outras causas para uma visão assim tão negra — e, segundo pensava, injusta — acerca do que foi e do que valeu a nossa resistência durante as Invasões Francesas.

Proponho-me, apenas — e muito simplesmente — analisar acontecimentos já conhecidos de todos, à luz do que hoje se sabe sobre a guerra e a sua história. Em concreto, quero referir-me às profundas inovações que lhe introduziu o gênio de Napoleão e ao complexo edifício doutrinário e técnico erguido em nossos dias para trazer a guerra aos mais baixos patamares do emprego da força militar, num esforço que tem muito de paralelo com o sucedido na matemática, após Leibnitz lhe ter aberto as portas do cálculo diferencial.

No meu entender, este enquadramento possibilita hoje apreciar, com maior verdade e justiça, o papel dos portugueses no sucesso dos aliados contra o Invencível Corso.

De há muito, a leitura atenta de alguns dos textos mais vulgares de conceituados historiadores portugueses, que se debruçaram sobre a época em causa, me deixava um tanto perplexo. Penso que, sem exceção, todos referem mortes sem conta, abandono de terras e destruição de haveires, o sanguinário rastro do sinistro Loison e o pulular de revoltas dispersas por todo o território. Quase todos falam do exército que, inicialmente, não tínhamos — e daf se segue, como corolário, o insignificante peso da nossa presença militar durante todo o período das Invasões. Com frequência, eram abertas e severamente

criticadas a apatia e conivência, até das populações e a incapacidade, a falta de firmeza e o temor dos chefes militares.

Oliveira Martins — e escolho-o, apenas, por o seu trecho ser muito curto — é certo que inicia o seu vibrante relato dizendo que a situação “forçou o monarca a fugir demitindo-se, e a nação a protestar insurrecionando-se”. Atitude que parece fugaz, pois, ao descrever a entrada de Junot, todos estavam já conformados: “Tudo se curvava”, escreve ele, “a começar pela Regência”. E, como que confirmando esta idéia de passividade, lembra que o levantamento nacional de 11 de junho só se verificou quando “a reação contra os franceses lavrava para além da raia”. A Inglaterra estava atenta, lá no seu posto das Berlengas. Desembarca e passamos a seu instrumento, já que (e volto a citar), “ela nos arrebatara das mãos do francês” — conclusão contra a qual se insurge, mas que parece, implicitamente, por ele aceite.

Passando agora a um militar ilustre e professor que deixou rastro no ensino da História Militar na velha Escola do Exército, recordarei alguns dos seus comentários sobre o que se passou no período imediatamente a seguir. Barros Rodrigues — essa brilhante figura de mestre e de infatigável estudioso — descreve com pormenor todas as medidas tomadas após o termo da 1^a Invasão, mas termina-as com este comentário de enorme amargura:

“Apesar, porém, de todas estas medidas, apesar do receio duma nova invasão, o país dava provas dum patriotismo muito tibio, importando-se pouco a massa do povo com o dono que o quisesse conduzir.”

Ao relatar a Invasão comandada por Soult, exalta a defesa da Ponte de Amarante e reconhece-a como “um feito memorável nos

anais da nossa história militar". Isso não o impede, porém, de, no fecho deste parágrafo, deixar uma crítica grave às tropas de Silveira "por terem debandado em diversas direções", embora credite, em seu favor, estarem já, poucos dias depois, a guarnecer diversas passagens do Rio Douro. Sobre este mesmo fato, Pinheiro Chagas vai mais longe e afirma, perentório, que se "espalhou um terror pânico, e os soldados debandaram".

Aliás, como se sabe, o primeiro a formular esta censura foi o próprio Beresford. Fê-lo em termos ásperos e por escrito, pedindo ao General Silveira explicações pela manifesta indisciplina com que se efetuou a retirada das suas tropas. Reprimenta que ficou a ecoar por uns tempos — e foi, naturalmente, acolhida por quantos não podiam duvidar do saber e competência profissionais do comandante inglês. Reprimenda, porém, que neste último quartel do século XX, nos confunde, quando a associamos àqueles catorze dias de luta heróica junto da velha ponte!

Com energia, lhe respondeu de imediato o valente chefe português, não aceitando o reparo. Lembrava a Beresford o que desse feito diziam os seus adversários. Na ocasião, tal testemunho lhe bastava: além de insuspeito, era claro. Mas, ousando desafiar o tempo acrescentava, ainda, estar seguro de que "a defesa que ali houve" e a "total ruína" em que ficou a "desgraçada Amarante" seriam um eterno padrão do valor dos portugueses.

Ambos, a seu modo, tinham razão, mas razões inconciliáveis, pois sem disso terem, por certo, perfeita consciência, falavam duas linguagens diferentes: duas formas de fazer guerra ali se confrontavam. E o futuro estava com Silveira e com o que na altura foi, talvez,

instinto de sobrevivência, improvisação e capacidade imaginativa — três características ancestrais do povo português e que comandam toda a sua história.

Tentarei, muito brevemente, projetar sobre estes dois exemplos o que hoje se sabe acerca da doutrina e técnica militares.

Começo com palavras do próprio Napoleão. Procurando resumir os imutáveis princípios da guerra — e, de algum modo, a nova roupagem que lhes deu, tendo em conta as realidades do seu tempo — escreveu, ele mesmo, de Santa Helena: "Os princípios de César foram os mesmos que os de Alexandre e de Aníbal: manter as suas forças reunidas, não ser vulnerável em nenhum ponto, transportar-se com rapidez para os pontos importantes, ter em atenção os valores morais, a reputação das suas armas, o temor que elas inspiram, e também os aspectos políticos para manter na fidelidade os aliados e na obediência os povos conquistados."

Transpondo estes princípios estratégicos — por essência, abstratos — para o campo mais concreto da tática, dirá Beaupré, que "a técnica das operações napoleônicas é essencialmente cinematográfica e logística".

A velocidade, se estava "nos pés dos seus soldados", numa frase que se atribui a esse chefe militar de eleição, implicava itinerários fáceis e abertos. Só assim era possível a concentração oportuna dos volumosos efetivos divisionários que se deslocavam independentemente. Velocidade que, na altura, surpreendeu todos e assegurou êxitos espetaculares à França. Mas que criou um novo e difícil problema logístico, que o Imperador resumiu, mais tarde, nestes termos

bem simples: "Há cinco coisas que é preciso nunca separar do soldado: a sua espingarda, os seus cartuchos, o seu saco, os seus víveres ao menos para quatro dias, e a sua ferramenta de sapador. Que se reduza o seu saco ao menor volume possível; que não tenha senão uma camisa, um par de botas, um colarinho, um lenço e um fuzil, está bem; mas que isso esteja sempre com ele; porque se se separa dessas coisas uma vez, não mais tornará a tê-las." A continuidade do reabastecimento surge aqui com toda a força do seu peso na conduta das operações.

Este esquisso grosseiro da manobra napoleônica, permite-nos afirmar, sem receio, que o corte, durante duas semanas, do principal itinerário de reabastecimento das tropas de Soult foi fator que pesou decisivamente no fracasso de mais uma tentativa para ocupar Portugal. Todo o seu esforço, a partir de então, foi reabri-lo. E só se manteve mais uns dias, por pensar que Loison estava senhor daquela linha para ligação aos exércitos da Corunha.

Isso preocupava-o mais do que a aproximação, ao Sul, do Exército anglo-luso. Sobre este tinha tão pouca informação que foi surpreendido, ao saber que atravessara o Douro — o que o obrigou a deixar a meio o seu almoço, abandonando à pressa o Porto, numa retirada dificílima por, afinal, não dispor dos itinerários que julgava abertos. Retirada célebre e que honra, pela sua determinação e perícia, o grande marechal e já também Duque da Dalmácia.

Surgida ainda quando se encontrava na fase de arranque a reorganização do Exército, intencionalmente esfacelado por Junot, quem negará que a defesa da Ponte de Amarante foi uma importantíssima contribuição militar

portuguesa, em termos convencionais, para o insucesso da 2ª Invasão Francesa?

Deixando o muito que se fez, posteriormente, de Almeida às Linhas de Torres Vedras e tendo como ponto alto o Buçaco e, depois, na perseguição a Massena — ao todo, desde 1808, 125 combates e 25 batalhas — uma referência ainda ao que fizemos, como atuação clássica, para possibilitar o desembarque de Wellesley e a sua vitória no Vimeiro.

Criadas as condições para tal, dá-se, em 6 de junho de 1808, o pronunciamento da guarnição do Castelo de S. João da Foz do Douro. Doze dias após, um levantamento popular muito extenso corporiza-se na Junta Provisional do Supremo Governo e em Juntas de Governo que se formam em várias localidades — nomeadamente, Bragança, Coimbra, Faro, Campo Maior e Extremoz. Todos unem os seus esforços para obter fundos e levantar um exército nacional, ao qual caberia, antes de mais, o enquadramento, instrução e apoio à mobilização de todos os homens válidos, dos 15 aos 60 anos, numa tríplice estrutura de exército regular, milícias e, mais tarde, companhias de ordenanças.

É assim que surge, em Coimbra, Bernardim Freire de Andrade, então comandante-em-chefe das tropas portuguesas. Só nesta cidade, consegue alistar 7.618 praças e um batalhão acadêmico, formado por 698 estudantes universitários — que, um ano depois, por carta régia de 2 de janeiro de 1809, virá a ser comandado pelo próprio vice-reitor.

Sem demora, partem para a Figueira da Foz os estudantes. E, a 23 de julho, aprisionam a pequena guarnição francesa — o que permite, no dia seguinte, o desembarque de 100 militares da Esquadra que pairava ao largo, aguardando condições mínimas para

uma operação sempre tão delicada. Foram precisos quatro dias, de lento e difíceis transbordos, para o contingente britânico pisar terra — manobra que mais se complicou naquele mar agitadíssimo e de ondas alterosas.

Como era natural, o exército de Wellington contava com pouca cavalaria. Possuía só 1 esquadrão contra os 5 que Junot podia reunir. E um terço é a proporção clássica mínima para um defensor sustar o ataque do adversário. Ao encontrarem-se, em Leiria, a 12 de agosto, embora Bernardim Freire decidisse continuar o seu plano próprio de operações, cedeu 1.400 infantes e 260 cavaleiros — reforço, este, de uma unidade de cavalaria, essencial para conseguir equilíbrio no poder de choque anglo-luso.

Trago estes dois apontamentos apenas para lembrar que merece ser aprofundado o estudo por nós, portugueses, do que foi, sob o aspecto do combate tradicional, a nossa participação militar durante as Invasões Francesas. Penso que, com isso, lucraria a verdade histórica — e faríamos melhor justiça ao mérito dos nossos antepassados.

Deixei sem explicação o insólito desfecho do Combate de Amarante, bem como todos os desencontrados comentários dos nossos historiadores acerca do que alguns apelidam de insurreição. Esta, ora lhes parece morta, ora frouxa. Veem-na, quase sempre, como desconexa e mais como um incontido grito de desespero e de revolta impotentes, do que como uma ação concertada, eficaz e de importância decisiva para a derrota dos exércitos napoleônicos. Em suma: como algo

que foi útil para esse desfecho — mas sempre ator, secundário em tal drama.

Neste âmbito, impõe, penso eu, uma análise bem mais extensa — e mais inovadora ainda do que a anterior — a realizar por quantos hoje se dedicam ao estudo daquele período, sob o ponto de vista histórico-militar.

É muito pouco o que está feito. Primeiro, porque poucos historiadores, ao longo deste século e meio, se têm dedicado ao assunto. E depois, porque só muito recentemente entre nós — e, atrevo-me a dizê-lo, em todo o mundo — se escandalizaram, nos seus mais ínfimos pormenores, a doutrina e a técnica do que, simplificando, designarei por guerra subversiva. E esta nova lupa, este novo acervo coerente e organizado de conhecimentos possibilita hoje aos investigadores contemporâneos uma compreensão do fenômeno difícil, senão mesmo impossível, para os de gerações anteriores.

Nesta área de investigação, a longa experiência que tivemos, durante os treze anos das últimas Campanhas de África, dá-nos, até, uma situação de privilégio.

Também nós, portugueses, em 1961 a conhecímos de modo superficial. Pouco a pouco, a dura lição da guerra obrigou-nos a ir penetrando nos meandros dessa sutil forma de luta tão velha, é certo, como o mundo, mas que só revestiu um caráter global — e, portanto, teorizado — neste século. A necessidade de resolver os sucessos e diversificados problemas práticos que nos eram postos, levou-nos a aprofundar o seu estudo doutrinário. Isso nos coloca na posição ímpar de possuirmos um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos que têm um mérito inegável: foram fruto dum longa experiência e passaram já por essa prova sempre essencial.

Embora repetindo o que todos sabem, e apenas como apoio para a reflexão que me propus fazer, recordarei que a luta subversiva se inicia por uma fase clandestina. Visa a estabelecer e ramificar o mais possível a estrutura dos elementos fiéis, criando assim canais que, de imediato, são aproveitados também para a recolha e circulação das necessárias informações.

O passo seguinte é o da agitação. A chefia continua na sombra. Provoca, impulsiona ou aproveita em favor da subversão todas as manifestações de desagrado, num constante desafio à autoridade constituída. Socio-logicamente, trata-se de passar do indivíduo ao grupo: do adepto isolado à mancha populacional, em cujo interior a subversão pode agora movimentar-se e crescer, sem peias. Para o efeito, serve tudo o que coloque o Governo perante o conhecido dilema de ou reprimir com violência, gerando mártires, ou de usar de brandura, surgindo, assim, aos olhos do povo como fraco e falho não só de autoridade como de razão.

Criado o *habitat* para a organização e treino de grupos armados e desgastadas a força e a imagem do poder legal, chega, então, o momento para irromper a fase nuclear de todo este processo — a da guerrilha. As ações dos guerrilheiros estão condicionadas a três garantias prévias: informações seguras e pormenorizadas acerca do inimigo; concentração e diluição do grupo, fácil e rápida, no seio da população; e surpresa e segredo absolutos.

Uma vez dispondo de área territorial suficientemente extensa para nela se instalar, surge à luz do dia o novo poder político que, palmo a palmo, conquista ao seu adversário o terreno que ainda não controla bem como as respectivas populações. Nestas duas últimas etapas do processo, o antigo poder

encontra-se já em situação de nítida inferioridade e em luta inglória contra o tempo, que, dia-a-dia, lhe traz novas deserções, maiores dificuldades e crescente desânimo.

...

É bem definido, no caso de que estamos tratando, o começo desta quarta fase. Pode-se, com efeito, fixá-la, com rigor, em 18 de junho de 1808, ao aparecer no Porto a Junta Governativa, que logo levantou o exército nacional regular.

Junot ainda estava em Portugal. Mas, depois, tudo foi muito rápido. Como nos relata o diário do Mosteiro de S. Bento da Saúde de Lisboa, logo a 22, "se revoltarão muitas cidades deste reino contra o Governo Francês —, o exemplo do Porto foi uma faísca que, soprada pelo vento da revolta ..., em bem pouco tempo se restituíu ao antigo Governo Bragança com toda a Província de Traz-os Montes, Braga e todo o Minho, Guarda, Covilham, Vizeu e toda a Beira Alta declararam com todo o entusiasmo e sem advertir nos formidáveis males a que se arriscavam, serem Portugueses..."

De nada valeu a enfática proclamação aos portugueses do ocupante estrangeiro, datada de 26. Bem procurou nela apresentar-se apenas como Duque de Abrantes e general-em-chefe do Exército de Portugal e envolver a sua solene ameaça de represálias terríveis em promessas de clemência e de grande alívio nas contribuições. O fruto estava tão maduro que, como nota o mesmo frade redator daquele "Dietário", já se tinham levantado "em coisa de 10 dias imediatos, todas as Províncias do Reino, menos a Extremadura e alguns pequenos lugares limítrofes".

Eram inúteis — e contraproducentes até — as expedições punitivas de Loison. Esta Primeira Invasão, tinha os seus dias contados. Apresou-os, sem dúvida, o desembarque inglês efetuado em território já libertado e as batalhas convencionais que se lhe seguiram.

Perante a ameaça de nova incursão, o Conselho de Regência não descura a defesa. E, a 11 de dezembro de 1808, publica o Decreto que não só organiza a nação para a guerra que se avizinha, como consagra, pela primeira vez num texto oficial, aquela luta de iniciativa popular que se vinha desenvolvendo.

Com efeito, lá se diz que "achando-se infelizmente Portugal ameaçado de sofrer todos estes males, sem que tenham os seus habitantes outro algum meio de evitar os horrores a que se vêem expostos, que não seja o de recorrer às armas... toda a Nação Portuguesa se arme, e pelo modo que a cada um for possível". Que cada um deite mão do que estiver ao seu alcance, seja uma espingarda ou o simples "pique com ponta de ferro de doze a treze palmos de comprido", mas que "todas as cidades, vilas e povoações consideráveis" se fortifiquem e se defendam. E o texto segue, determinando medidas muito objetivas para que se levantem, instruam e organizem as forças do exército regular, nos seus três diferentes escalões.

Foi esta resposta global — inédita na sua componente subversiva — que derrotou os conceitos novos de Napoleão, vitoriosos até aí por toda a Europa. Foi ela que, no terreno, desgastou, dispersou e dizimou o inimigo. Quanto à logística, como notei antes, pelo corte e ameaça contínua aos seus itinerários de reabastecimento. Mas também pelo vazio, de autêntica terra queimada, que provocou nas áreas por onde passavam as forças, não

permitindo que estas — como era essencial para deslocamentos tão profundos — se alimentassem com produtos da região. E, quanto à velocidade, pelos obstáculos, pela ameaça constante e pelos ataques inopinados de toda uma população em pé de guerra.

Foi logo assim, derrotadas "pela fome e pelo cansaço", que as tropas de Junot entraram em Castelo Branco, naquela tarde de dura invernia de 21 de novembro de 1807. E assim continuou sendo, até, em maio de 1811, o último soldado de Massena abandonar Almeida.

Como ilustração muito breve do clima de verdadeira guerra subversiva que as três sucessivas Invasões enfrentaram, citarei alguns fatos avulsos — penso, porém, que suficientemente demonstrativos do comprometimento em bloco de toda a população portuguesa neste tipo novo de luta e da perfeição com que executaram algumas das suas regras fundamentais. Tenho em mente, agora, o segredo e a negação total de informações ao inimigo e a insegurança constante em que o colocaram.

Já referi à surpresa de Soult ao saber, tardiamente, que Beresford atravessara o Douro. E podia acrescentar que, na grave situação em que estava, sem itinerário livre para a retirada, não encontrou nenhum português que lhe desvendasse o tosco caminho da margem direita do Rio Souza: a informação salvadora obteve-a de um feirante espanhol. Também Junot ignorava o dispositivo anglo-luso no Vimeiro. Culpa sua e erro crasso, sem dúvida, dar batalha sem prévio reconhecimento. Esta falha, porém, não é explicável, apenas, pela natural mas perigosa sobrançaria de quem até af só conhecera vitórias. A causa maior foi outra: é que, estando bem perto, nem sequer tinha notícia

do importante reforço que Wellesley conseguira, na véspera, ao fazer desembarcar, junto à Lourinhã, mais de 4.000 soldados. Era maior ainda a falta de informação de Massena, quando, em outubro de 1810, se aproximava de Lisboa. A 12 — e faltavam-lhe somente umas magras dezenas de quilômetros, que cuidava seriam de simples passeio — deparou ele, estupefato, com as poderosíssimas Linhas de Torres Vedras. A sua surpresa foi total — o que chega a parecer impossível, dada a extensão da obra e o volume de pessoal a ela afeto. Eram 123 fortes, erguidos durante meses por muitos milhares de braços. A título ilustrativo, notarei que, somente na zona de Alhandra, trabalharam por dia, durante todo o mês de agosto, mais de 2.500 homens.

No que concerne ao estado de espírito de hostilidade aberta, a manifestações de agitação ou atos violentos, bem como à colaboração em ações militares, são tantos desde os primeiros dias que o difícil é selecionar alguns exemplos.

Mal chegado a Lisboa, apressou-se Junot em fazer içar a bandeira francesa no Castelo de S. Jorge. Encheu-se o Rossio com uma imponente formatura militar — e o povo assistia em grande número. O comandante-chefe de Napoleão fez um brevíssimo discurso que terminava com um "Viva o Imperador Napoleão I". Destaca, em nota, o *Diário* já citado, que aos "mil vivas que os generais franceses faziam retumbar entre a tropa e o imenso povo, nem uma só pessoa correspondeu".

Estava-se a 13 de dezembro. Logo nesse dia, e no seguinte, houve tumultos na cidade. Tumultos que um outro relato da época diz não ter sido premeditado, mas que (e passo a citar) "assim mesmo custarão algumas vidas, tanto de soldados franceses mortos pela plebe,

como de pessoas do povo, a que matarão as descargas da tropa".

Sem demora Loison se distinguiu pela sua sangrenta repressão. Mas também logo sentiu tal insegurança "que era guardado por quatro batalhões e quatro peças de artilharia que bivacavam à sua porta, e não saia senão de carruagem e com forte escolta". Bastaria o mapa das constantes viagens do célebre Maneta para nos certificarmos de como a subversão lavrava ativa e indomável por todo o território. E, por vezes, constituída por grupos tão fortes e tão aguerridos que o sinistro general francês era forçado a recuar. Lembro, logo em junho de 1808, o não ter podido chegar à Régua, quando de Almeida pretendia alcançar o Porto, e foi forçado a retroceder para Viseu. E mesmo aí, ao saber da revolta de Coimbra, deixou de se sentir seguro — e recolheu-se, de novo, à proteção das sólidas muralhas da Praça Forte donde saíra.

A guerrilha que se instalou por Trás-os-Montes e Beira não mais parou. Antes, assumiu tais proporções que as represálias cresceram. Disto são prova evidente as povoações incendiadas como castigo pela cobertura e apoio dados a essas forças de guerrilha que surgiam e se escondiam com a facilidade, a rapidez e o mistério dum verdadeiro número de prestidigitação. Isto se exasperava os ocupantes, parecia insólito e, naturalmente, reprovável a chefes militares que só conheciam os canones militares clássicos.

Seis meses volvidos, em janeiro de 1809, quase não havia militares ingleses em Portugal: uns tinham regressado e outros haviam-se internado em Espanha.

Então, Soult, com um efetivo de 19.500 homens, tenta nova invasão, atravessando o

Rio Minho. Bernardim Freire, dispôs, em cordão, na margem o Regimento 21: fraca defesa para tão numerosos atacantes e tão ampla frente. Todos os caçadores da região, porém, vieram reforçá-la, mantendo-se um contínuo alerta. Só esta estreita ligação entre militares e civis e o seu empenhamento conjunto podem explicar o insucesso das duas tentativas frustradas — uma em Seixas e outra em Cerveira — numa fronteira de muitas dezenas de quilômetros, constituída por um curso de água nem muito largo nem difícil de vencer em vários pontos.

Para fecho desta curta série de exemplos, não podia faltar a sua última cena: aquela marcha, dum patético quase irreal, de milhares e milhares de portugueses, Mondego abaixo, sem destino certo. É que ela constitui a apoteose dantesca deste trágico drama em três atos. Ela é o símbolo perfeito do que pode o "desespero defensivo dumha nação", na frase feliz de Carlos Selvagem.

A raiva com que aquela gente simples e pacífica — todo um povo, afinal — destruía as suas casas, queimava os haveres que não podia levar consigo e matava os seus animais de estimação, tudo para que o invasor de nada se pudesse servir, dá-nos a medida exata da coragem, e também da consciência, com que lutaram. O conselho terá partido de Wellington. Mas, se o não cumprissem, quem o viria a saber?

Em conjuntura assim extrema, para nada conta a ameaça de castigo. Cada um só obedece, então, ao imperativo da sua voz interior. Ali, só a ânsia empenhada de salvar um bem maior os podia impelir ao despojamento de tudo o que tinham.

Aquela raiva não era, pois, filha da mágoa pelo que deixaram, mas sim do profundo e coletivo amor dum povo em

marcha a valores comuns e bem mais altos — valores que são a essência da própria pátria. Se se perguntasse a qualquer daqueles homens rudes isso de pátria o que era, talvez nenhum deles soubesse responder. Contudo, era esse indefinível valor que os comandava.

E só esse mesmo sentimento, forte e vivo, pode explicar o afã incrível com que foram erguidas as monumentais Linhas de Torres e o segredo absoluto que todos, sem exceção, guardaram ao construí-las e, depois, ao se abrigarem por detrás delas, num desafio raivoso aos seus perseguidores.

...

A história das civilizações — do homem, afinal — é o produto da sua capacidade, única entre todos os seres, de transformar o mundo. Serve-se, para isso, de duas alavancas poderosíssimas: a ciência e a técnica. Todavia, sempre estas serão meios de ação auxiliares. Com efeito, ninguém duvida que a base, o motor do progresso, são a inteligência e a vontade do homem que as vai criando e desenvolvendo.

Ao analisar, porém, os conflitos armados, esquecemo-nos, por vezes, de que assim é, por idêntica razão. Exprime-o com total clareza, aliás, a mais simples e bem antiga definição da guerra: o confronto de duas vontades. E o seu corolário, de que acabará sempre por vencer a mais forte.

A isto se reduz, em síntese, quanto procurei expressar. Que a base da vitória contra as Invasões Francesas residiu na inquebrantável vontade dos portugueses em se libertarem do jugo estranho. E que, para tal, a sua intuição, em desespero de causa, lhes ditou os meios ao seu alcance para o conseguir. E que, a esta luz, a contribuição inglesa — muito oportuna e utilíssima —

tinha sempre o seu êxito condicionado àquela nossa determinação.

E ao afirmá-lo, nem sequer sou inovador: repito, unicamente, o que logo se disse em pleno Parlamento inglês.

Relembro-o por ser um claro e insuspeito testemunho histórico.

A Convenção de Sintra desagradou a todos. Regressados à Inglaterra, os três mais altos chefes militares responsáveis por esse fecho das hostilidades foram submetidos a julgamento. Só saiu ilibado o futuro vencedor de Waterloo. Corre que Napoleão, também descontente com o comportamento do seu general, terá dito, com alívio, que isso o dispensava de fazer o mesmo a Junot, como pensara.

É neste ambiente que se coloca, em Westminster, o problema do envio de novo

contingente para Portugal. Sai em sua defesa o Marquês de Wellesley, aludindo ao imperativo que era não abandonar "os patrióticos esforços dos portugueses". As palavras, porém, do Primeiro Lord do Tesouro são ainda mais fortes. Além de considerar o nosso território "o melhor ponto" da Península, acrescentou que essa nossa determinação se desenvolvera notavelmente e "dava bem fundadas esperanças de que a boa causa prosperaria sempre, constituindo-se, de fato, a base sobre que havia de assentar a liberdade e independência da Europa".

E porque se a história é passado, é, igualmente, lição para o presente e futuro, concluo, ao jeito do nosso povo, lembrando o seu velho adágio, que cada um em sua casa, se quiser, será sempre rei. □

BIBLIOGRAFIA

- BARROS RODRIGUES (Tenente-Coronel), *Lições da 4ª Cadeira da Escola Militar*, volume dedicado à Guerra Peninsular.
- BEAUFRE (General), *Introducion à la Strategie*.
- SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar*.
- COSTA SANTOS (Capitão), *Comemoração da Defesa da Ponte de Amarante no Centenário da Guerra Peninsular (1809-1909)*.
- CRISTOVÃO AYRES (de Magalhães Sepulveda), *História Orgânica e Política do Exército Português — Provas — Volume X — Guerra Peninsular*.
- Decreto Real de 11 de dezembro de 1808, ao Conselho de Guerra.
- FERREIRA MARTINS (General), *História do Exército Português*.
- JUNOT, Proclamação aos Portugueses — *Qual é o vosso delírio?* de 26 de junho de 1808.
- NAPOLEON, *Vues Politiques*, Americ-Edit, 1939.
- OLIVEIRA MARTINS, *História de Portugal*.
- PINHEIRO CHAGAS, *História de Portugal*, Volume VIII.



A DEFESA NACIONAL

Revolução dos Cravos: Duas Décadas (Resumo Histórico — 1974/1994)

Therezinha de Castro*

Conforme o título esclarece, trata-se de um resumo histórico da "Revolução dos Cravos", no qual é apreciada sua evolução, desde 1974, quando eclodiu, até 1994, quando completou duas décadas.

A Revolução dos Cravos se fez, praticamente, quando liderados pelo pragmático General Antonio de Spínola, os capitães tomaram os quartéis. A senha seria a canção composta por José Affonso, tocada na rádio de Lisboa, chamada *Grândola Vila Morena*. A referida música conta a história de uma moça assassinada pela PIDE, polícia do regime salazarista. Em sua chamada diz: "Em cada rosto, um amigo em cada esquina, igualdade, Grândola, Vila Morena, Terra da Fraternidade."

O movimento desencadeado pelo MFA (Movimento das Forças Armadas) levaria a oficialidade esquerizada e radicalizada,

desde o início, a se enfrentar com setores militares e civis conservadores. Os capitães Melo Antunes, Vítor Alves, Vasco Lourenço e, em particular, Otelo Saraiva de Carvalho, do MFA, levariam o país a uma fase de vertigem e embriaguês. Com seis ministros, e com o próprio "capitão de abril" transformado no Governador Militar de Lisboa e, ao mesmo tempo, chefe do Copcon, o braço armado do MFA, radicalizaram o poder.

Em consequência, as desavenças começaram já no período do governo provisório de Spínola, tendo Adelino Palma Carlos, um liberal, como Primeiro Ministro, substituído por Vasco Gonçalves, que favoreceu abertamente a esquerda. Daí a tentativa de golpe de militares da direita, contando com a conivência de Spínola, a fim de bloquear o

* Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

avanço esquerdistas. Falhando o golpe, Spíñola foi para a Espanha e a maior parte desses oficiais para o Brasil, enquanto o Governo era entregue ao General Costa Gomes.

Nessa fase, a ação radical da esquerda provocaria o êxodo em massa de empresários, "saneamentos" de funcionários civis e militares e de latifundiários; fábricas seriam ocupadas pelos grevistas, enquanto nas propriedades alentejanas, trabalhadores rurais tentaram tomar o poder. A economia iria vacilar ainda mais, com grupos e empresas transferindo-se para o Brasil — Espírito Santo, Champalimaud e Antiquarius. .

O Grupo Espírito Santo era, até então, um dos maiores do país, proprietário de Banco com o mesmo nome, da Seguradora Tranquillidade, além de inúmeras associações empresariais. Transferido para o Brasil, fundou o Grupo Monteiro Aranha, o "Credit Agricole" (francês), o Banco e o Grupo Segurador Inter-Atlântico. Com a reabertura em 1986, esse Grupo recuperou o Banco e a Seguradora, que haviam sido desapropriados, parte da família regressou a Portugal, continuando, no entanto, a manter seus negócios no Brasil.

O Grupo Champalimaud era o maior no ramo empresarial, detentor da única siderúrgica do país, 8 fábricas de cimento, um Banco e uma Seguradora. Como a revolução desapropriou tudo sem indenização, o Grupo se manteve próspero no Brasil, com fábrica de cimento em Vespasiano, Minas Gerais, e inúmeras fazendas.

"Ao que tudo indicava, Portugal tendia para uma espécie de 'democracia popular', que sonhava até com a implantação de soviets"

Já Carlos Perico, proprietário do famoso restaurante Antiquarius, em Elvas, e uma loja de antiguidades, viu tudo ser estatizado. Veio para o Brasil e montou, no bairro do Leblon, o seu novo Antiquarius, com poucas mesas e comida típica portuguesa. Não pensa em voltar mais para o seu país.

Ao que tudo indicava, Portugal tendia para uma espécie de "democracia popular", que sonhava até com a implantação de soviets. O principal personagem da época era o capitão transformado em general, Otelo Saráiva, que tentava esse golpe aliado ao Partido Comunista de Álvaro Cunhal e outros grupos da es-

querda radical — golpe que fracassaria em novembro de 1975. Num processo mecânico, à medida que o poder radical endurecia, à direita se radicalizava — eclodiam incêndios em florestas, enquanto grupos autônomos se multiplicavam, até mesmo dentro do Exército. Por outro lado, a descolonização se fazia, levando para Portugal os "retornados", repatriados flutuantes e infelizes, prontos para o que desse e viesse.

E, nesse caos, Portugal não tinha nem a direita do passado, nem a própria esquerda radical, caminhando para o centro político, já que a Comunidade Econômica Européia e a própria OTAN não iriam permitir que o país passasse a se constituir num trampolim geoestratégico do Kremlin. Assim, com a embriaguês revolucionária expurgada, o Copcon suprimido, Portugal entraria numa fase de transição com a Constituição de 1976, do tipo parlamentar e certa dose de presi-

dencialismo, com um presidente eleito pelo voto universal, dotado do poder de voto.

A grande virada seria então a abertura do país aos investimentos estrangeiros e a tendência política para o centro, começando a ser implantada por Mário Soares, líder do Partido Socialista, obtendo 35% nas eleições legislativas (abril/1976) e, pelo presidente eleito em junho do mesmo ano — Ramalho Eanes, que comandaria o país até 1985, depois das “loucuras de primeiras horas”. Procurando manter o Exército equidistante, exercendo ao mesmo tempo o papel de fiel da balança na coalizão CDS (Centro Democrático Social) e PS (Partido Socialista) de Mário Soares, este acabou se afastando, em julho de 1978.

A instabilidade daria a Portugal governos de alta rotatividade, que duravam apenas meses, e até a chegada de uma mulher, a primeira no cargo — Maria de Lourdes Pintassilgo, então embaixadora do país na UNESCO. A instabilidade traria, no seu bojo, uma nova surpresa, em dezembro de 1979, com a vitória nas eleições do centro-direita, graças a coalizão entre o CDS, o PSD (Partido Social Democrático) e monarquistas.

Em 1980, Sá Carneiro procuraria imprimir novos rumos ao país na direção da centro-direita, quando morreu. As diretrizes se embaralharam e, nas eleições de 1985, o socialismo de Mário Soares obtinha vitória apertada sobre Diogo Freitas do Amaral, candidato do CDS/PSD (51,28% sobre 48,72%). O fato era justificado, já que a economia portuguesa entrara em declínio, contribuindo para o afastamento do dogmatismo ideológico: a devolução de empresas encampadas começa a ser feita... as províncias ultramarinas da África haviam se emancipado... enquanto se impunha certa

comunhão de idéias. Entrava para a cena política em 1985, Aníbal Cavaco Silva (PSD) e, logo no ano seguinte, Portugal ingressava na Comunidade Econômica Européia. Dizia-se, em 1987, que “os cravos haviam murchado de vez”, com Cavaco Silva obtendo maioria absoluta no Parlamento.

Que fim levaram, pois, os mentores da Revolução dos Cravos?

O precursor e chefe que publicou o livro *Portugal e o Futuro*, que recebeu a rendição do governo Marcello Caetano Américo Tomás era, na realidade, odiado pelos comunistas. Foi, no episódio, um líder necessário, por haver se posicionado contra as guerras coloniais. Vive hoje em Portugal, já octogenário, e recebeu o bastão de Marechal, do Presidente Mário Soares.

O “capitão de abril”, Otelo Saráiva de Carvalho, apontado como o estrategista da Revolução dos Cravos, relacionado com o grupo terrorista “Forças Populares — 25 de abril”, foi condenado a 18 anos de prisão. Cumpriu 5 anos, apresentou queixa contra o Governo português no Tribunal Europeu e, diante da recusa, pode ter que voltar para a prisão. Mobilizando organizações de direitos humanos, tem esperança de ser anistiado.

General da reserva, Vasco Gonçalves é odiado pela direita pelas nacionalizações que realizou. Ao deixar o Governo, não aceitou ser chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; septuagenário continua sempre a dizer a frase de 1975 — “Vivemos num período contra-revolucionário”.

Comunista ortodoxo, Álvaro Cunhal ainda mantém crença no regime, acreditando que os homens é que falharam, a ideologia não. Octogenário, sua vida se confunde com a do Partido Comunista Português. Ao chegar ao país, em 1974, seu nome já se destacava

na nomenclatura do movimento comunista internacional. Em 1993, entregou o cargo de Secretário Geral do PC a Carlos Carvalhas, embora continue traçando os rumos da agremiação política.

Grândola, Vila Morena transformou-se no Hino Português da Liberdade. Seu autor, José Affonso, ligado aos setores de esquerda não comunista, ajudou a criar o hoje extinto Movimento de Unidade Popular, para apoiar a candidatura do "capitão de abril". Na faixa etária dos quarenta, com esclerose múltipla, que degenerou seus músculos, faleceu lentamente, pobre e abandonado, em 1987. Em 1994, procura-se reavivar sua memória com o lançamento, em CD, de seus discos.

Vinte anos completa a Revolução dos Cravos, e uma pesquisa de opinião divulgada pela TSF/Norma revela que 57,5% dos portugueses querem que os integrantes da PIDE e dirigentes do antigo regime sejam julgados. No entanto, em nome do direito à privacidade, todos estão protegidos por José Borges de Macedo, Diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Por lei, esses documentos poderiam ser liberados ao público em 1994, mas Borges de Macedo determinou que se mantenham sigilosos até que se completem 75 anos do fim daquela política.

Integrante da União Européia (UE), Portugal está muito abaixo dos padrões exigidos em termos de produtividade. Em consequência, o Governo luta para reduzir a inflação para o mínimo de 9% anuais, aceita pelo

Clube Europeu, faltando ainda construir rodovias, ferrovias e pontes, para diminuir o contraste entre as grandes cidades do litoral e a pobreza do interior.

Vinte anos completou a Revolução dos Cravos... os radicais que nacionalizaram bancos foram sucedidos por defensores da economia de mercado, procurando vendê-los até mesmo para seus antigos proprietários. E, satisfeita com a opção centrista, a UE premiou Portugal com bilhões de dólares como ajuda, para a criação de infra-estrutura. Com o país transformando-se em paraíso para os investidores, dentre os quais se incluem brasileiros, que vêm lá a nossa porta de entrada

na UE, com 300 milhões de consumidores, iria se gerar a "febre consumista", numa sociedade onde os hábitos eram bem mais de frugalidade. Os Shopping-Centers se multiplicam, carros importados trafegam pelas grandes cidades e multiplica-se o uso dos cartões de crédito. Por sua vez, Lisboa dinamiza-se nas noites, onde shows atraem multidões, artistas brasileiros são as vedetes e nossas novelas viraram mania nacional — tudo isso na capital portuguesa, a capital da cultura, em 1994, que não se refere mais aos outros europeus como estrangeiros, preparando-se para sediar a Exposição Internacional antes do final do século.

Vinte anos completou a Revolução dos Cravos... levando-nos a concluir que as eleições sucessivas, embora consagrando maiorias variáveis, tendem todas para um

***"Vinte anos passados,
pesquisa de opinião
divulgada pela TSF/Norma
revele que 57,5% dos
portugueses querem que os
integrantes da PIDE e
dirigentes do antigo regime
sejam julgados.***

ponto comum — o centro, quer seja da direita, quer seja da esquerda. E, nesse contexto, os "cravos murcharam", já que com índices medíocres na votação, acabaram relegados

às margens do tabuleiro de xadrez. O próprio Partido Comunista de Álvaro Cunhal bateu, em 1991, o seu recorde de impopularidade, com apenas 8,8% dos votos. □

BIBLIOGRAFIA

Almanaque/Abril — *A Encyclopédia em um Volume* — 1993.

SPÍNOLA, Antonio. *Portugal e o Futuro* — Análise da Conjuntura Nacional. Editora Nova Fronteira, Rio, 1974.

CAETANO, Marcello. *Depoimento*. Distribuidora Record, Rio, 1974.

OLIVEIRA, Barradas de. *A Democracia que nos Impuseram* (Volume I) e *Quando os Cravos Murcham* (Volume II). Fernando Pereira Editor, Lisboa, 1984.

GALVÃO DE MELO (General). MFA — *Movimento Revolucionário*. Portugália Editora, Lisboa, 1975.

Reportagens saídas em 25 de abril de 1994 nos diários brasileiros — *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*.



VILLARES

Desde 1918, quando a Villares construiu sua primeira fábrica de elevadores, ela não pára de fazer história.

Neste período, a Villares já colocou sua marca em elevadores, escadas rolantes, equipamentos e sistemas de automação para as indústrias siderúrgica e petrolífera, pontes rolantes, guindastes e escavadeiras, geradores elétricos, turbinas hidrelétricas, equipamentos para processamento e beneficiamento de minérios, softwares aplicativos, componentes eletro-eletrônicos e muito mais.

Hoje, estamos desenvolvendo projetos pioneiros com a Marinha e o Exército, visando a capacitação de nossa indústria em áreas estratégicas para nosso País.

Tudo com a qualidade e a tecnologia que fizeram da Villares um dos maiores grupos industriais brasileiros de capital privado.

E, no que depender da gente, essa história ainda vai mais longe.

Equipamentos Villares SA

Av. Senador Vergueiro, 2000
09700 São Bernardo do Campo SP
Caixa Postal 5498
Telefone 443.5500
Telex (011)44068

Eletrocontroles Villares Ltda

Rua Alexandre Levi, 202
01520 São Paulo SP
Caixa Postal 15124
Telefone 278.1011
Telex (011)31659



A DEFESA NACIONAL

As Ações Psicológicas e os Teóricos da Guerra*

Ronaldo Paz do Nascimento**

Matéria extraída de monografia elaborada pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Apresenta um estudo comparativo do uso das ações psicológicas desde Sun-Tzu até nossos dias.

Os recentes acontecimentos ocorridos na história das nações redimensionaram o sistema político internacional. Sob o enfoque sistêmico, entre outros, ele apresenta hoje as seguintes características: existência de um sistema multipolar com uma potência mundial completa e várias potências continentais incompletas; crescente vulnerabilidade dos Estados a interferências externas; acentuada diferença entre as nações desenvolvidas e as demais; hetero-

geneidade dos países e complexidade no seu relacionamento.

Os cientistas políticos de todos os matizes ideológicos têm voltado sua atenção para obter procedimentos políticos, com suas respectivas estratégias em todos os campos do poder, para fazer frente a essas novas características. Instados a pensar, de uma maneira quase unânime, reconhecem que o campo do poder onde podem encontrar elementos para fortalecer e garantir a nação, quanto aos óbices a ela apresentados, é o campo psicossocial. Argumentam eles que nessa área os resultados são de baixo custo econômico, perduram ao longo de gerações e

** Major de Cavalaria QEMA.

* Selecionado pelo PADECENE.

contribuem para o fortalecimento dos outros campos do poder nacional.

Definido está, então, o **onde** atuar. Resta orientar o **como** fazer. Esse segundo questionamento quer traduzir de que modo devemos proceder para atingir, positivamente, o psicossocial da nação. Nesse contexto é que surge a ciência humana da História que, nas mãos de bons entendedores, é um potente instrumento de orientação. Não sejamos crédulos a imaginar que a mera cópia de fatos passados resolvem situações onde condicionantes humanas, geográficas e tecnológicas não se repetem, mas tenhamos a certeza de que a análise e compreensão desses mesmos fatos são a base com que os homens, ao longo de sua existência, resolvem seus problemas atuais. É daf, da História, que é possível emergir uma maneira de responder o **como fazer** desse problema.

Entretanto os dois aspectos, psicossocial e histórico, possuem vasta amplitude comportamental e temporal, para que possamos conjugá-los de maneira global. É levando em conta esse particular que o foco racional deste

trabalho irá ater-se a dois componentes. Do campo psicossocial, às **ações psicológicas** e da História, os **teóricos da guerra**.

Através dessa junção é que este artigo irá se conduzir, procurando notar semelhanças e discrepâncias entre aqueles que argutamente escreveram sobre a arte da guerra para, com isso, obter, mesmo que de maneira pálida, uma resposta à pergunta: **são válidas e importantes as ações psicológicas?**

PREMISSAS E CONCEITOS

Operações psicológicas são "ações políticas, econômicas, psicossociais e militares destinadas a criar, em grupos inimigos hostis, neutros ou amigos, emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis à consecução de objetivos específicos". Estão divididas em duas categorias: **ações psicológicas** e **guerra psicológica**.

No quadro abaixo, visando a entender melhor o objeto de nosso estudo, compararamos essas categorias.

Diferenças Operações Psicológicas	Público-Alvo ¹ a ser Atingido	O que devem gerar	Finalidade quanto ao Público-Alvo Amigo ou Hostil	Finalidade quanto ao Público-Alvo Neutro	Caráter
Ações Psicológicas	Amigo ou Aliado e o Neutro	Emoções Atitudes Comportamento	Fortalecer o Moral ²	Influenciar Favoravelmente Quanto aos Nossos Objetivos	construtivo
Guerra Psicológica	Hostil ou Inimigo e o Neutro		Combatir seu Ânimo e Destruir seu Moral, ou Levá-los à Rendição	Influenciar Contra os Objetivos do Inimigo	Destruutivo

1. PÚBLICO-ALVO: é o público do qual se pretende obter um comportamento desejado por meio das operações psicológicas, podendo ser dividido, segundo o critério da identificação, em: • Amigo ou aliado: aquele cujos objetivos são semelhantes aos nossos; • Hostil ou inimigo: aquele cujos objetivos são contrários aos nossos; • Neutros: aquele (grupos de indivíduos ou organizações) não incluído nas duas categorias anteriores.

2. MORAL MILITAR: estado de espírito de um indivíduo ou organização militar resultante de seus pensamentos, opiniões e ideias, capaz de influenciar sua vontade de cumprir o dever e de cooperar na consecução dos propósitos do grupo ao qual pertence.

Dentre as inúmeras técnicas de abordagem psicológica e de propaganda, podemos levantar como mais produtivas, para as ações psicológicas, as que abaixo seguem:

- **comunicação social** — de maneira geral, é a ampla difusão de idéias favoráveis aos nossos objetivos específicos, ligando-os aos valores fundamentais do público-alvo (pátria, religião, família, etc.);

- **relações públicas** — atividades dentro do contexto da comunicação social, cujo objetivo é esclarecer e informar ao público-alvo os objetivos específicos por nós desejados;

- **ação comunitária** — apesar de ter objetivos, geralmente mais amplos do que a pura ação psicológica, a ação comunitária, na forma de ACISO,³ apresenta ótimos resultados quanto à finalidade desejada pelas ações psicológicas;

- **empreendimentos governamentais** — aqueles que, desvinculados da demagogia e respondendo a necessidades básicas do público-alvo, produzem efeitos psicológicos favoráveis, reais e duradouros;

- **ação de presença** — que nada mais é do que a presença física do comandante militar, ou a presença de tropas junto ao público-alvo. É, notadamente, o tipo de ação psicológica mais destacada pelos escritores militares, pois a presença do chefe é a que mais atua sobre o moral militar.

(sublinha nossa). A palavra guerra, do germânico ocidental *werra*, substituta do vocábulo latino *bellum* quer dizer luta armada entre nações, ou, ainda, a **arte militar** (sublinha nossa). Portanto, podemos concluir que **teórico da guerra** é aquele indivíduo que reconhece os princípios da arte militar.

Em quase todos os conflitos humanos, alguém, de maneira racional, às vezes religiosa ou filosófica, compara, analisa, ordena e critica os acontecimentos, procurando auferir correlações e conhecimentos que, posteriormente, possam ser aplicados — este é o **teórico**.

Alguns entre eles, talvez devido à própria inteligência ou à pertinácia ao trabalho de estudar a **arte da guerra**, obtiveram notoriedade, pois suas conclusões e ensinamentos foram capazes de vencer a barreira do momento histórico e as peculiaridades geográficas, para tornarem-se quase que “leis” a serem aplicadas nos conflitos futuros.

Levando-se em conta a quase geometrificação da **arte da guerra**, todos os **teóricos**, sem exceção, em menor ou maior grau, admitem que, por ser atividade humana e fenômeno social, a guerra, intrinsecamente, carrega fatores que não podem ser quantificados, quando muito percebidos. São os chamados fatores morais que, apesar de não serem mensuráveis em valores absolutos, podem ser aumentados e diminuídos. Esta “janela” deixada pelos teóricos é o campo das ações psicológicas. Elas são fruto de uma análise acurada dos chamados fatores morais.

Seria de máxima pretensão dizer que este artigo irá analisar o pensamento ou o escrito de todos os teóricos. Escolhemos aqueles que talvez sejam os mais conhecidos e, de maneira direta ou indireta, tenham, ao longo de nossa

TEÓRICOS DA GUERRA

O vocábulo **teórico**, oriundo do grego *theorikos*, é definido como aquele que reconhece os princípios, a teoria de uma **arte**

3. Ação Cívico Social (ACISO) — conjunto de atividades desenvolvidas, normalmente em caráter temporário, com a finalidade de auxiliar as comunidades na solução de seus problemas mais prementes, desenvolvendo o espírito cívico e comunitário dos cidadãos.

formação histórico-militar, exercido maior influência no modo de "pensar a guerra".

Os autores escolhidos podem ser divididos em duas categorias distintas: os teóricos propriamente ditos, isto é, aqueles cujos escritos são voltados para a arte militar; e aqueles que escreveram sobre vários assuntos e, entre eles, assuntos militares.

Com a idéia de tornar fácil a compreensão do tempo histórico, iremos citar, a seguir, alguns dados biográficos, dos autores escolhidos.

Sun-Tzu — com este nome conhecemos o autor do mais antigo clássico militar *A Arte da Guerra*. Ele, provavelmente, teria vivido na época dos "Reinos Combatentes" e sido comandante do exército do rei Holu, do Estado de Wu, no centro-leste da China. **Zhuge-Liang**, funcionário do reino de Han (época dos "Três Reinos"), nascido por volta de 180 d.C., comentou Sun-Tzu especialmente sobre a ótica da **Liderança e organização**. **Liu Ji**, que trabalhou para o fundador da dinastia Ming, poeta e escritor, nascido em 1311, comentou também a obra do mestre, principalmente no tocante à estratégia.

Nicolau Maquiavel, florentino, nascido em 1469, passou à História como renomado escritor de Ciências Políticas. É autor, entre outras, das obras *O Príncipe* e *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*.

Frederico II, "O Grande", rei prussiano, é considerado por muitos o criador do Estado alemão. Escreveu várias obras sobre a arte da guerra durante o seu reinado de mais de quarenta anos.

Carl Von Clausewitz, militar prussiano, nascido em 1780, participou das campanhas napoleônicas. É o autor do mais famoso

compêndio ocidental sobre a arte militar: *Vom Kriege — Da Guerra*.

Antoine Henri Jomini, suíço, serviu como oficial no estado-maior de Napoleão. Posteriormente, foi comissionado general da Rússia. Escreveu vários livros, entre eles o conhecido *Epítome da Arte da Guerra*.

Basil Henry Liddell Hart, escritor militar inglês de fama internacional. Autor de várias obras famosas, é considerado um dos precursores da moderna técnica de emprego de blindados.

John Frederick Charles Fuller, inglês, atingiu o posto de major-general. Foi chefe do estado-maior do Corpo Blindado Inglês, na Primeira Guerra Mundial (1^a GM). É autor de mais de trinta obras sobre história e arte de guerra.

Vo Nguyen Giap, advogado, professor de História, ministro da defesa do Vietnã, responsável pela vitória sobre os franceses em Dien Bien Phu, em 1954.

Humberto de Alencar Castello Branco, marechal do Exército Brasileiro, combateu na Itália durante a Segunda Guerra Mundial (2^a GM) e comandou a Escola de Estado-Maior do Exército. Brilhante pensador, chegou à presidência da República, no seio da Revolução Democrática de 1964.

Sob o título "Quanto à Memória de Outros Capitães", pretendemos explorar três eminentes generais, cujas memórias são, sem dúvida, experiências a serem absorvidas:

Ludendorff, marechal-de-campo alemão, chefe do estado-maior na Frente Oriental, entre 1914 e 1916, chefe do estado-maior geral alemão, daí até o fim da guerra, eminência parda do Marechal Von Hindenburg, presidente da República de Weimar.

Bernard Law Montgomery, Visconde de El Alamein, comandante do VIII Exército britânico, na 2^a GM. Para alguns, o maior

herói inglês, desde o vencedor de Napoleão, Wellington.

George S. Patton Jr., oficial da Cavalaria americana, participou da Guerra do México e da 1^a GM. Consagrou-se como comandante de blindados nos teatros da África Setentrional, Sicília e da Europa Continental, durante a 2^a GM.

Nesses teóricos, escritores políticos e cabos de guerra, pretendemos exemplificar, para fins de comparação científica, visões no concernente ao "psicológico" de qualquer conflito.

A VISÃO PARTICULAR DOS AUTORES

Sun Tzu e seus comentaristas

No início de sua obra, Sun Tzu afirma que a guerra é regulada por cinco fatores constantes, que devem ser levados em conta: **a Lei Moral, o Céu, a Terra, o Comandante e a Doutrina** (sublinha nossa).

Ele explica que a **Lei Moral** leva o povo a ficar em completo acordo com seu governante, de maneira a segui-lo, sem temer pela vida, sem se intimidar com qualquer perigo. Diz o mesmo, ainda, que, para decidir, deveríamos responder a algumas perguntas; entre elas, "qual dos dois soberanos está impregnado pela **Lei Moral**?" Dessas colocações, respeitando o estilo, muitas vezes metafórico, dos escritos chineses, podemos verificar que o grande pensador destacava a necessidade da existência de valores e procedimentos que respondessem, de maneira afirmativa, à sua pergunta. Ao explicar em que consiste sua **Lei Moral**, Sun-Tzu sugere que ela serve para obter completo acordo de

sentimentos. É possível perceber, portanto, que, hoje, nada mais seriam que técnicas de ações psicológicas.

Para Sun-Tzu e seus comentaristas, o comandante representa as virtudes da sabedoria, justiça, benevolência, coragem e austeridade.

Nos Capítulos 9, 10 e 11 de sua obra, o mesmo tece mais alguns comentários sobre o comandante e seu relacionamento com a tropa, os quais são abaixo transcritos:

"Considere seus soldados como filhos, e eles o seguirão aonde quer que você vá. Encare-os como seus filhos queridos, e eles estarão prontos a morrer por você."

"Se, entretanto, você for indulgente, mas incapaz de valer sua autoridade; bondoso, mas impotente para fazer cumprir suas ordens; e, mais ainda, incapaz de dominar a desordem, então seus soldados poderão ser comparados a crianças-problema. Serão inúteis para qualquer fim prático."

"Se os soldados forem punidos antes de se afeiçoarem a você, eles não se tornarão obedientes; e, a menos que sejam obedientes, também serão praticamente inúteis."

"Se, entretanto, após os soldados se afeiçoarem a você, não se aplicar punições, ainda assim eles serão inúteis. Portanto, os subordinados devem ser tratados, sobretudo, com humildade, mas mantidos sob controle por disciplina férrea. Comande-os com cortesia e inflame-os do mesmo ardor guerreiro. Esse é um dos caminhos certos para a vitória."

O comentarista de Sun-Tzu, **Zhuge Liang**, que se preocupou, em participar, com os problemas de liderança, afirma, em sua obra "...os generais não declaram estar com sede, antes de os soldados tirarem água do poço. Os generais não declaram estar com

frio, antes de serem acesas as fogueiras dos soldados. Os generais não declaram estar com calor, antes de serem estendidas as coberturas dos soldados. Os generais não usam leques no verão, nem couro no inverno, nem guarda-chuva quando chove. Comportam-se como todo o mundo".

Liu Ji, outro comentarista de Sun-Tzu, foi muito feliz ao estabelecer uma regra para o comandante obter sucesso. Diz ele: "um bom equilíbrio é impor respeito, mas, ao mesmo tempo, importar-se com os subordinados".

Em todas essas citações, constatamos a cabal importância do comandante, no tocante à manutenção do moral da tropa e nos resultados da vitória militar propriamente dita, nas máximas que procuram ser de fácil compreensão e rápida absorção mental, notamos também a necessidade da "presença" do chefe militar junto a seus comandantes, clarificando-se assim a ação psicológica via "ação de presença — presença do chefe".

Suns-Tzu, e seus comentaristas também, mesmo que de maneira sutil, externa suas proposições quanto a outros aspectos das ações psicológicas. Senão vejamos: "Os soldados aprisionados devem ser tratados com benevolência. A isso se chama usar o adversário conquistado para aumentar as próprias forças." Aparece aqui o uso das ações psicológicas nos públicos-alvos, prisioneiros de guerra e civis internados.

"Em termos de convergência, alie-se aos Estados vizinhos", eis, portanto, o público-alvo neutro que também é preocupação constante das ações psicológicas.

As obras de Sun-Tzu e de seus comentaristas possuem como fundo filosófico as doutrinas taoísta⁴ e confucionista,⁵ portanto, impregnadas de um sentimento de justiça, bem-estar social, procurando harmonizar o indivíduo com sua sociedade, mesmo nas situações de conflito desta para com o indivíduo, ou desta para com outra sociedade. Logo, podemos afirmar que, apesar de sugerir as ações psicológicas de maneira metafórica, ou até mesmo nas entrelinhas. Sun-Tzu as considerava como essenciais àquilo que seria a suprema virtude — "...esta consiste em quebrar a resistência do inimigo sem combater".

Nicolau Maquiavel

Apesar de viver em tempo histórico e territorial onde a unidade nacional era algo pouco palpável, Maquiavel deixa evidente sua preocupação com esse aspecto no capítulo quadragésimo terceiro, do primeiro livro de seu *Discorsi*,⁶ ao dizer: "O exército que não tem pela causa por que deve combater uma afeição que transforme cada soldado num partidário entusiasta, tampouco terá coragem para resistir a um inimigo que

4. Taoísmo — ensinamento filosófico-religioso desenvolvido principalmente por Lao-Tse (séc. VI a.C.) e Tchuang-Tse (séc. IV a.C.) filósofos chineses, cuja noção fundamental é o tal caminho, que procura harmonizar as forças positivas e negativas do ser humano.

5. Confucionismo — doutrina ética e política de Confúcio, filósofo chinês. Caracteriza-se por situar o homem e a experiência social e política da humanidade no centro da investigação, daí resultando a definição das relações humanas individuais em função das instituições sociais, principalmente da família e do estado.

6. Discorsi — nome com que ficou conhecida a obra de Maquiavel. Comentário sobre a primeira década de Tito Lívio.

demonstre a maior bravura. E como este vínculo de devocão só pode existir entre um país e seus cidadãos, é necessário para governar e manter um Estado — seja republicano ou monárquico — armar o povo, como o fizeram todos aqueles cujos exércitos realizaram conquistas importantes." (sublinha nossa)

No discorrer de sua obra, Maquiavel, a despeito da fama que lhe coube na História, propugna por instituições fortes e benfazejas ao povo, citando, inclusive, a religião como fator de unidade e estabilidade ao relembrar o Império Romano.

Com base nas citações de afeição e entusiasmo do soldado e no vínculo de devocão entre um país e seus cidadãos, podemos afirmar que ele sugere a tradução da expressão "armar o povo" como uma ação psicológica enquadrada nas técnicas conhecidas.

No capítulo trigésimo terceiro, do terceiro livro da mesma obra, ele escreve: "É indispensável que o general goze de estima geral, e que o exército confie na sua prudência. Os soldados sempre confiarão no comandante amigo, disciplinado, solícito e corajoso, e que sustente, com dignidade, sua posição de comando..." E diz mais: "...como nenhum general pode estar ao mesmo tempo em todos os lugares onde se combate, se não transmitir aos soldados o seu espírito, de modo que conheçam suas instruções e o seu modo de se conduzir, será levado à derrota".

Nessas passagens, evidenciamos a clara visão que Maquiavel fazia da figura do comandante e da maneira com que o mesmo tem que proceder para obter o sucesso. Ao afirmar que os soldados devem conhecer o "espírito do chefe", está a nos ressaltar a

importância da ação psicológica consubstanciada na ação presença do comandante.

Não sendo um escritor propriamente "militar", Maquiavel, a despeito da relação espaço-tempo em que viveu, notou de maneira clara, a necessidade de uma ação contínua sobre o caráter nacional, visando a obter a homogeneidade de pensamento, bem como reconheceu a importância das instituições militares sólidas, apoiadas na nação e com os mesmos objetivos. Nota-se ainda sua preocupação de como o comandante devia proceder, demonstrando como o mesmo deve utilizar-se da ação de presença.

Frederico, o Grande, o seu pensamento

O rei prussiano explicita sua idéia quanto ao moral e ao cidadão já em seu poema de seis cantos, "Arte da Guerra", quando diz no canto terceiro:

*"Não vedes o Moral de aspecto augusto
Que do átrio expulsando os vaidosos,
Aos guerreiros com tom de voz severa
Os deveres sagrados da honra, brio
Austera, inculta, ensina, persuade?
A fereza condena a vil cobiça
E no seio da bárbara carnagem.
Grita em favor da triste humanidade
Nas mãos sufoca as víboras de inveja,
E manda só desperdiçar a vida
Pela glória da Pátria e bem do Estado."*

(sublinha nossa)

Nesse pequeno trecho do poema escrito por Frederico, podemos constatar que, para ele, moral, pátria e guerreiros são três elementos intimamente associados.

A idéia de que o "soldado" irá comportar-se segundo as necessidades do Estado volta a aparecer, logo que, em sua obra *Os Princípios Gerais da Guerra*, ele nos fala do procedimento quando a guerra for no próprio país (no caso a Prússia), dizendo "...todo o camponês torna-se soldado e serve contra ele... (o inimigo)".

No mesmo capítulo acima referenciado, Frederico diz: "Se a guerra se faz em país neutro, a vantagem parece a mesma para os dois partidos, mas será maior para o que conquistar a amizade e a simpatia dos habitantes. Mantém-se, por isto, uma severa disciplina, proíbe-se a pilhagem e o sangue, que se punem severamente. Atribuem-se ao inimigo as mais sinistras intenções."

E prossegue, citando exemplos de como devemos explorar as crenças e valores dos neutros, procurando com isto angariar simpatias e favorecer nosso esforço de guerra. Nessas afirmações aparecem, na obra de Frederico, o entendimento e a necessidade da execução e ações psicológicas, neste caso diretamente dirigida ao público-alvo neutro.

O filho do "Rei Sargento", impregnado pela mentalidade prussiana, ao discorrer sobre os talentos que o general deve ter, diz: "Suponho, em primeiro lugar, que ele seja um homem honesto e bom cidadão sem o que a sua habilidade e arte de guerra é mais perniciosa que útil."

E continua falando quanto ao proceder com seus soldados: "A amenidade e a severidade com o soldado se exercem alternadamente. É preciso que o general seja popular, que fale aos soldados, seja quando passa por suas barracas ou no decorrer da marcha. Vê-se, de quando em vez, se a marmita vai bem, indaga-se de suas pequenas necessidades e faz-se o possível

para aliviá-las ou poupar-las de fadigas inúteis. Usa-se, no entanto, do maior rigor da lei, quando é necessário, contra o que se amotina, o que resmunga, o ladrão e faz-se, quando é necessário para punir exemplarmente o deserto."

Pelo transcrito, é patente a importância que Frederico dava à "presença do chefe" como emulador do moral e da disciplina.

Nos escritos desse grande capitão nota-se a preocupação com os neutros e com o **comandante**. Entretanto é preciso estabelecer uma correlação para encontrar sua atenção ao "nacional". Isso é facilmente explicável, se percebermos que o mesmo escreveu para seus oficiais e soldados, e que estes já pertenciam a uma nação coesa e com forte identidade nacional, a Prússia. Portanto, não via ele motivo de exaltar o que já possuía.

O pensamento de Clausewitz

Logo no início de sua obra, o brilhante pensador prussiano (Cap. I, livro I, vol. I) coloca-nos frente ao que chama de "**trindade da guerra**". "...A violência original de seu elemento, o ódio e a animosidade que é preciso considerar como um cego impulso natural, depois o jogo das probabilidades e do acaso que fazem dela uma livre atividade da alma, e, finalmente, a sua natureza subordinada de instrumento da política por via da qual ela pertence à razão pura.

"O primeiro desses três aspectos interessa particularmente ao povo; o segundo, ao comandante e ao seu exercício, e o terceiro releva sobretudo do governo". (Sublinha nossa.)

O acima escrito pode ser simplificado e modernizado, dizendo-se que a trindade da

guerra é composta por **vontade nacional, forças armadas e política** (af contida a idéia de governo).

Portanto, se a **vontade nacional** é um aspecto volitivo, por dependente da motivação, ele é o componente psicológico da trindade mencionada.

Clausewitz afirma que a guerra é subordinada ao seu terceiro elemento — a **política**. Logo, podemos dizer que esta sobrepuja e condiciona o primeiro elemento — a **violência** (o ódio e a animosidade). Ora, se isso é verdade pode, então, a **política** orientar o ódio e a animosidade. Nessa orientação, surgem então, as técnicas de **ações psicológicas**.

No capítulo III do livro III do volume I, o autor ainda é mais enfático sobre a importância do moral, ao dizer textualmente: “*É o espírito que impregna toda a guerra. O espírito e outros atributos morais que animam um exército, um chefe, um governo, a opinião pública em áreas em que a guerra foi deflagrada, o efeito moral de uma vitória ou de uma derrota são causas que em si variam muito e que também (...) podem ter influências bem distintas.*” (Sublinha nossa.)

Para reforçar a importância do moral nacional, estabelece a seguinte comparação “...que as causas e os efeitos físicos são apenas um feixe de lenha, enquanto que as causas e os efeitos morais são o metal nobre, a verdadeira arma, a lâmina cintilante”.

É, talvez, neste capítulo (IV do livro III do volume I) que Clausewitz tornou clara a sua percepção da importância das **ações psicológicas**, pois diz, textualmente, que os

principais poderes morais são: os **talentos do chefe de guerra, as virtudes guerreiras do exército e o seu sentimento nacional**.

Considera ele, no tempo em que escrevia sua obra, que os dois primeiros já haviam sido desenvolvidos de forma razoável e que, portanto, as novidades adviriam da compreensão e extensão do conceito de “sentimento nacional”, campo de atuação direta das **ações psicológicas**.

Ao definir a guerra como a continuação da política, Clausewitz deixa-nos bem claro que o ato de guerra é atemporal, pois deve existir antes, durante e depois do conflito propriamente dito e que, portanto, existe um fio condutor que interliga esses três momentos temporais. A essa idéia condutora podemos chamar de **política**⁷ que, em sua concepção mais simples, engloba governo e povo.

Ao mencionarmos governo e povo, estamos, de maneira indireta, referenciando as **ações psicológicas**, pois do governo emanam as atitudes que tornarão o povo e os Estados vizinhos (público-alvo neutro) conscientes dos objetivos nacionais a serem atingidos.

As idéias de Jomini

O pensador suíço, em seu *Epítome⁸* da Arte da Guerra, sob o título “Política Militar — Instituições Militares”, enumera doze condições, as quais chama de essenciais, para fazer um exército perfeito:

- “1. ter um bom sistema de recrutamento;
- 2. uma boa formação;

7. Política — arte de bem governar os Povos.

8. Epítome — resumo, abreviação, compêndio, sinopse, síntese.

3. um sistema de reservas nacionais bem organizado;

4. boa instrução de combate, estado-maior e administração;

5. uma severa disciplina, mas que não seja humilhante, e um espírito de subordinação e pontualidade, baseados mais na convicção do que nas formalidades do serviço;

6. um sistema de recompensas bem estabelecido, apropriado para excitar a emulação;

7. as armas especiais de Engenharia e Artilharia bem instruídas;

8. ter um armamento superior, se possível, ao do inimigo, não somente quanto às armas defensivas como, também, às ofensivas;

9. um estado-maior geral capaz de bem utilizar esses elementos, e organizado para aperfeiçoar a instrução teórica e prática dos seus oficiais;

10. um bom sistema para os aprovisionamentos, os hospitais e a administração geral;

11. um bom sistema para organizar o comando dos exércitos e para a alta direção das operações; e

12. excitar e manter vivo o espírito militar do povo."

Nessa "tábua de lei", se assim podemos chamar as recomendações de Jomini, ressaltamos as de números 2, 5, 6, 9 e 12, por conterem de maneira implícita, com excessão da 12, que é explícita, idéias ligadas às **ações psicológicas**. Nas doze recomendações, existem, sob esta ótica, cinco onde Jomini, com o linguajar da sua época e a mentalidade filosófica vigente na Europa de então, traduz a preocupação com o aspecto volitivo e moral da nação, campos da

psicologia social onde atuam as **ações psicológicas**.

Jomini, ao fazer a distinção entre a exaltação moral de um exército e seu espírito militar, diz que o primeiro é produzido por paixões mais ou menos temporárias, tais como opiniões de natureza política ou religiosa e um grande amor pelo país, admitindo, então, a ação direta da vontade nacional sobre o moral do exército.

Ao prosseguir na diferença acima, o autor coloca que o **espírito militar** pode ser inspirado pela habilidade do comandante, por sábias instituições militares, e que deve ser objeto da atenção de todo governo previdente. Continuando, diz que "os oficiais devem ter a convicção de que a resignação, a bravura e o sentimento do dever são virtudes sem as quais nenhuma glória é possível e nenhum exército é respeitável".

E para reforçar a ligação do comandante com a manutenção de um elevado espírito militar propugna "...em uma palavra excitando o seu entusiasmo por todos os meios em harmonia com a sua mentalidade, honrando a coragem, punindo a fraqueza e fazendo cair na desgraça a covardia — eis os meios de manter um elevado espírito militar".

A partir dessas afirmações é fácil perceber a importância que Jomini empresta à figura do comandante.

Nota-se, nos escritos militares do autor, o valor das **ações psicológicas**, devido à larga utilização pelo mesmo de lista de atributos, necessidades, valores, etc. o que, apesar de o colocar na categoria dos chamados "teóricos geométricos", isto é, aqueles que procuram quantificar a **arte da guerra**, como se ciência exata fosse, não invalida as proposições, facilitando, sobremaneira, o entendimento e

a percepção das necessidades psicológicas da nação durante a preparação e o desenrolar de um conflito.

As sugestões do Capitão Inglês

Basil Liddell Hart, em sua apologia a favor da estratégia indireta, configurada por exemplos em seu livro *As grandes Guerras da História*, quando analisa a estratégia de Hitler, no capítulo XV, tece as seguintes considerações: "Ele (Hitler) deu, particularmente no início de suas operações, nova extensão, tanto na prática como na teoria, à estratégia de ação indireta, pois soube explorar convenientemente os campos logístico e psicológico..." (Sublinha nossa.)

Citando Hitler, em outra passagem: "Nossas guerras serão de fato travadas antes mesmo de serem iniciadas as operações militares."

Ao falar sobre a origem dos conflitos: "Na vontade humana residem a origem e a mola-mestra do conflito." "A força sempre pode esmagar outra força, bastando para isso que possua superioridade de poder ou de aptidão. Não pode, entretanto, esmagar idéias." (Sublinha nossa.)

E prossegue: "Essas (idéias), sendo inatingíveis, são invulneráveis, salvo a penetração psicológica, e isso é uma verdade que tem desapontado os partidários do emprego exclusivo da força."

Ao admitir que Hitler soube estender seu conceito de estratégia indireta, Liddell Hart o identifica, afirmando que essa nova forma extrapola o poder militar e está situada no campo das idéias e que, portanto, seu antídoto também só pode estar situado no mesmo campo. Está o pensador inglês a referenciar

o vetor ofensivo, a guerra psicológica, e seu correspondente defensivo, as ações psicológicas.

Liddell Hart afirma que o termo "grande estratégia" seria, na verdade, a execução de uma política governamental. Com essa idéia, diz ele que ela (grande estratégia) deve "...avaliar e fortalecer os recursos econômicos e o potencial humano das nações, a fim de suportar as forças armadas. Não deve esquecer os fatores morais, pois incentivar o espírito combativo do povo é, muitas vezes, mais importante do que possuir formas mais concretas de poder".

E diz mais: "uma boa causa é, ao mesmo tempo, uma espada e um escudo".

Nessas afirmações, o autor sugere que as **operações psicológicas**, como os outros instrumentos disponíveis à nação, são da esfera governamental e que, sendo instrumentos, nunca devem ser esquecidos ou não utilizados. Ele é bastante claro ao afirmar que a manipulação via ações psicológicas é, em muitos casos, mais produtiva que a posse de outras formas de poder.

Ao perceber que as **operações psicológicas** provavelmente estão em uma esfera igual ou paralela à ação militar, ele, na verdade, está preconizando a adoção de uma política de segurança nacional que seria, em última análise, a "estratégia superior" ou "grande estratégia".

Sob o título *Nova Revisão da Terra*, o autor tece considerações quanto à necessidade de revisarmos a doutrina no tocante aos conceitos de objetivo militar, dizendo que a idéia-chave para os novos tempos é a "operação estratégica" em lugar da batalha propriamente dita. E diz: "O verdadeiro objetivo não é tanto a procura da batalha, mas procurar uma situação estratégica tão

vantajosa que, se não conseguir ocasionar por si só a decisão, esta será seguramente obtida por sua continuação através de uma batalha." (Sublinha nossa.)

Nota-se que, nessa declaração, ele está a considerar outros fatores e, inclusive, as **operações psicológicas**.

É perceptível, no apóstolo da ação indireta, a visão clara de que todos os meios e, entre eles, as **operações psicológicas**, devem ser utilizados para a obtenção de uma posição favorável que gere, no conflito reinante ou iminente, uma movimentação do inimigo em conformidade com os nossos objetivos específicos.

Confirma ele ainda a necessidade de que essas ações, não militares, devem estar enquadradas em um contexto maior do que a pura estratégia, e sim subordinadas a uma política de segurança (a sua "estratégia superior").

O historiador e militar Fuller

Fuller, ao explicar o renascimento da guerra total, em sua obra *A Conduta da Guerra* utiliza vários filósofos para explicar que, primitivamente, as tribos e hoje as sociedades civilizadas usam dois tipos de moral, uma interna e outra externa.

Ele afirma, citando a obra de Herbert Spencer, *Os Princípios de Ética*: "Tribos selvagens e (...) sociedades civilizadas (...) têm tido continuadamente que levar a efeito uma autodefesa externa e uma cooperação interna — antagonismo externo e amizade interna." (Sublinha nossa.)

Reforça ele essa idéia, dizendo: "Dentro da tribo, porém, o interesse comum apostado das outras tribos obriga seus membros

como autopreservação a se unirem. Surge, desse modo, uma diferença entre determinada tribo — o grupo interno — e as outras tribos — o grupo externo — qual seja a de que entre os membros do primeiro grupo a paz e a cooperação são essenciais..." (Sublinha nossa.)

Fuller, ao exprimir esses conceitos, demonstra filosoficamente que existe um sentimento inato que caracteriza a vontade nacional das sociedades, e que esse mesmo sentimento é o campo de atuação das **ações psicológicas**.

No capítulo "A Guerra do Povo", Fuller retoma o mesmo tema, agora, para ressaltar que Clausewitz foi um dos primeiros a notar a importância da **vontade nacional**, ou, como gosta, da **consciência tribal**. Para enfatizar, transcreve o famoso autor: "...a influência total dos habitantes de um país está longe de ser insignificante. Tudo vai melhor em nosso próprio país, desde que não encontre oposição no sentimento geral da população" e "...a espontânea cooperação do povo é sempre importantíssima".

O historiador procura, nessa homenagem, caracterizar a antevisão de Clausewitz quanto a um problema, o sentimento nacional, e à sua preparação, que só tornaram evidentes no decorrer da 1^a GM. O problema em questão é a preparação e manutenção do moral nacional via **ações psicológicas**.

Na análise que Fuller faz dos motivos que levaram a Alemanha a derrota em 1918, ele explica que as **operações psicológicas**, a quem dá o nome de "guerra pela propaganda", foram elemento crucial para a derrota alemã.

Enfaticamente, define ele: "A guerra pela propaganda é, por excelência, um instrumento democrático criado para dominar o espírito das massas. Suas finalidades são:

estimular o espírito das massas na frente interna; conquistar para sua causa o espírito das massas das nações neutras; e subverter o espírito das massas na frente interna do inimigo.

Para reforçar essa idéia, transcreve o que considera uma das revelações mais estarecedoras que leu sobre o assunto "...a facilidade com que a técnica moderna e a sugestão coletiva permitem que um governo faça com que, mesmo um povo razoavelmente inteligente com tradições individuais e democráticas, acredite em tudo que ele desejar".

O autor, nessa análise, é extremamente feliz, pois, em poucas palavras, define e quantifica as operações psicológicas, dizendo os seus campos, públicos-alvos e objetivos.

Provavelmente, Fuller seja o teórico moderno que maior visão tenha tido sobre a importância das operações psicológicas, em todas as suas nuances. É possível que essa posição decorra de suas experiências como correspondente de guerra nos conflitos entre a Itália e a Etiópia e na Guerra Civil Espanhola.

A ótica ideológica de Giap

A escolha do general vietnamita, arquiteto e executor da vitória de Dien Bien Phu, é fruto da reunião de dois fatores: a necessidade de incluir, entre os teóricos, um autor cujo pensamento estivesse calcado na ideologia marxista, e de ressaltar as ações psicológicas em um contexto de estratégia

da lassidão.⁹ O General Giap personifica essas duas colocações.

O nome do segundo capítulo de sua obra é, sugestivamente, "Guerra do Povo, Exército do Povo", demonstrando, assim, algo que não fruto de seu pensamento, mas da ideologia que abraçou, e denota o contexto amplo, talvez metafísico, de que a guerra não é meramente um conflito material, mas sim um conflito total, onde irá predominar aquele que possuir mais vontade. E af está contida a idéia de preparação, como o próprio Giap afirma, nesse mesmo capítulo: "*O trabalho político ensina, também, a correta execução dentro do exército, dos programas do governo, prega a manutenção de boas relações com a população e entre os homens da tropa e os oficiais. Visa a manter e a reforçar a combatividade, unir o patriotismo autêntico ao internacionalismo pacífico...*"

E prossegue: "*O povo é para o exército o que a água é para o peixe. Nossa exército combateu na frente de batalha, porém trabalhou também na educação do povo... Depois do retorno à paz, na qualidade de instrumento da política do governo (o exército), sua missão foi defender a revolução socialista e a edificação do socialismo no norte...*" (Sublinha nossa.)

Dessas afirmações claras, escritas para comemorar o 15º aniversário de fundação do Exército Popular do Vietnã, Giap deixa nítido seu entendimento quanto à necessidade de constantes ações psicológicas (sob todas as técnicas conhecidas) como instrumento para obter essa relação expressa como título desse capítulo de sua obra *Guerra do Povo, Exército do Povo*.

9. Lassidão — conflito prolongado de caráter total, tendo, na maioria das vezes, fraca intensidade, normalmente, à base de guerrilha, e busca obter a decisão pelo desgaste moral e cansaço material.

Nessa mesma exortação, o antigo professor de História diz: "O oficial é amigo dos soldados, deve não só guiá-los nos seus trabalhos e estudos, como também interessar-se por suas vidas e tomar em consideração suas aspirações e iniciativas (...) O oficial do Exército Popular deve dar o exemplo sob todos os pontos de vista: mostrar-se resoluto, bravo, manter a disciplina e a democracia internas e saber realizar uma perfeita união entre seus homens."

Apesar da doutrinação política, Giap, talvez devido à sua origem asiática, com certeza influenciado pelas doutrinas filosóficas há muito difundidas em seu continente, apresenta uma certa semelhança com o pensar do clássico chinês Sun-Tzu, pois conclama o comandante à cortesia e à solicitude com seus comandados, mas recomenda, também, uma férrea disciplina.

Tendo participado das guerrilhas durante o período de ocupação francesa, diz ele, acerca das ações psicológicas e da lassidão: "A resistência de nosso povo era conduzida em todos os planos. Nós a efetuávamos não somente no plano militar como também no político-econômico e cultural (...) No plano político, no interior, era preciso educar e mobilizar ainda mais o povo, reforçar sem descanso a união nacional, repelir todas as tentativas do inimigo para enganar e dividir (...) No plano cultural, tínhamos que desenvolver a cultura da resistência, dando-lhe um caráter de massa e pondo em relevo o patriotismo e ódio ao inimigo..."

Essas mesmas idéias, sob outras palavras, aparecem quando o mesmo fala do esforço para a vitória em Dien Bien Phu, caracterizando, assim, que ele considerou, como vital para o sucesso, a permanente

mobilização psicológica da nação, bem como a manutenção desta, devido ao tempo que esse tipo de estratégia necessita para a obtenção de resultados duradouros.

Giap, apesar de envolto de uma ideologia totalitarista, é muito feliz em demonstrar o valor de constantes ações psicológicas para obtermos a união da vontade nacional. Isso é fruto do tipo de guerra de que participou e, daí, a importância de seus conhecimentos nos dias atuais. Ele mostra, de forma cabal, que as ações psicológicas devem ser realizadas diuturnamente, quer na paz quanto na guerra. Quanto ao comandante, ele é bem mais clássico, pois preconiza os métodos orientais já bastante propalados.

O soldado e estadista Castello Branco

Ao discorrer sobre o problema humano na Força Expedicionária Brasileira (FEB), Castello Branco disse que o mesmo abrangia três aspectos: a instrução, a disciplina e o moral.

Quanto ao último, ao definir sua posição, afirmou: "Num país de democracia e, como tal, de liberdade humana, o moral constitui a base democrática de qualquer grupamento. Predomina, então, um elemento espiritual e nunca místico. Tem fundamento não na ilusão das massas, na propaganda, mas na confiança que o homem deposita, individualmente, em sua causa, em seus chefes e em si próprio."

Nessa afirmação, Castello Branco foi bastante feliz, pois uniu, de maneira direta, o soldado ao cidadão e, consequentemente, o moral militar ao moral nacional, dizendo ainda que o mesmo é alicerçado na causa

porque combate e no chefe que a representa. O brilhante pensador está a demonstrar que ambos podem mutuamente se influenciar e que todo o "reforço" no moral nacional irá refletir no moral militar, dando com isso respaldo às ações psicológicas.

Para confirmar essa assertiva, diz, em outra conferência: "*O homem que serve na fileira e se transforma em combatente não é um desgarrado de sua gente e de sua terra. Depende do espírito nacional e da mentalidade do lugar de onde veio.*" (Sublinha nossa.)

Em conferência pronunciada em 1962, sob o título *Estratégia*, o autor, falando das "Estratégias Particulares" que, em sua definição, são subordinadas à "Estratégia Geral",¹⁰ diz que existe uma "Estratégia psicosocial", e afirma: "*A Estratégia Psicosocial procura afastar a guerra, valorizando a nação em toda as suas manifestações pertinentes ao campo que lhe é específico. Faz a guerra psicológica em caso de luta e mesmo na guerra fria. Justapõe-se intimamente às Estratégias Política e Militar.*"

Castello Branco, com essa proposição, está, em suas palavras, definindo as **operações psicológicas**, pois, valorizando a Nação, está se referindo às ações psicológicas e, ao falar do vetor ofensivo (**guerra psicológica**), o faz diretamente com seu componente temporal (na luta e na guerra fria).

E vai mais longe, ao definir as suas interações (íntima ligação com as Estratégias Política e Militar).

Castello Branco, no final de sua palestra expressa que: "*As normas das estratégias que procuram resolver problemas políticos, econômicos, psicosociais e militares de um Estado estão contidas no interior de uma Doutrina de Segurança Nacional...*" E prossegue: "*Para isso, o estudo e a formulação de estratégia assentam-se numa conjuntura nacional e internacional em que a Nação representa o interesse supremo.*"

O conferencista, com essas palavras, deixa claro que comunga com Liddell Hart em que deve existir uma política governamental que congregue todos os meios do **poder nacional**, inclusive, os psicológicos para a consecução de uma Política Nacional de Segurança.

Castello Branco, guindado, por circunstâncias históricas, de soldado a estadista, teve a lúcida visão da necessidade de uma preparação constante do potencial nacional para fazer frente a uma eventual ameaça à Nação. Considerava ele que as ligações entre o **poder militar** (Forças Armadas) e o "psicológico" nacional é fator preponderante para a consecução da vitória, sobre antagonismos que teremos que fazer frente, mesmo que não militares.

QUANTO À MEMÓRIA DE OUTROS CAPITÃES

Nesta parte deste artigo, iremos, de maneira sucinta, apresentar algumas considerações contidas nas memórias de três

10. Estratégia Geral — Castello Branco diz que é geral por se lançar na consecução dos objetivos vitais e nacionais, baseada nos antagonismos internos e externos e nas hipóteses de conflito. O poder nacional é o seu instrumento principal e decisivo, e, então, é a arte de aplicá-lo na paz e na guerra.

grandes generais que tiveram a suprema honra para um militar, que é, certamente, comandar seus compatriotas em combate.

Levando em conta a facilidade de pesquisa e a representação para a humanidade, escolhemos as memórias de comandantes que atuaram nas 1^a e 2^a Guerras Mundiais (1^a e 2^a GM).

Ludendorff

O arquiteto da chamada "canas moderna, Tannenberg,"¹¹ inicia o primeiro volume de suas "Memórias de Guerra", tecendo considerações sobre o exército, a nação e o governo, de onde extraímos: "Não se podia mais distinguir, na guerra atual, onde começava a ação do exército e da esquadra, onde terminava a do povo. Exército e nação eram um só.

"A este (governo) cabia um segundo e grande problema da direção da guerra: conduzir o combate contra as frentes inimigas no seio da própria nação. Não devia a Alemanha utilizar este poderoso processo de guerra, cujos efeitos sentia todos os dias no seu próprio corpo? Não se devia procurar abalar o estado de alma dos povos inimigos do mesmo modo que o inimigo, infelizmente, conseguira com tanto êxito realizar entre nós? Esta luta precisava ser conduzida do interior do país, através das nações neutras e, mais tarde, atingir as várias frentes." (Sublinha nossa.)

Com a noção exata de que arma seria, Ludendorff, já em 1918, ao escrever suas

memórias, vislumbrava que parte da derrota da Alemanha tinha sido ocasionada pela guerra psicológica dos Aliados, e que isso foi facilitado pela falta de ações psicológicas por parte do governo. Todavia, o mesmo já reconhecia cabalmente (consolidado na primeira citação) que o povo e as forças armadas são instrumentos ligados e que se influenciam mutuamente.

Visconde Montgomery de El Alameir

O Marechal-de-Campo Bernard Law, em suas extensas memórias, sob o título "Minha Doutrina de Comando", diz: "*O moral do soldado é o maior fator singular numa guerra...*" e "*O soldado tem de ser mantido em atividade, em alerta e sempre com propósitos determinados*".

Ainda comentando o moral antes do início da batalha: "*Devem (as tropas) estar possuídas daquele ardor ofensivo e daquele otimismo contagioso que provêm do bem-estar físico. Precisam iniciar o combate com aquela luz da batalha no olhar e com o desejo definido de matar o inimigo.*"

Nessas passagens, Montgomery reconhece e identifica a importância de trabalharmos a psicologia da tropa, do soldado.

Quanto à liderança, há um fator determinante em seu pensamento. Diz ele: "*O soldado gosta de ver o comandante-em-chefe com regularidade na vanguarda, ser por ele notado ou com ele falar*"; "*Lidando com subordinados são essenciais justiça e agudo*

11. Tannenberg — aldeia da antiga Prússia Oriental, atualmente na Polônia, onde os alemães, sob o comando do Marechal Von Hindenburg, derrotaram os russos, em 26 de agosto de 1914.

senso de honestidade"; "O soldado britânico corresponde à liderança de forma bastante notável: uma vez que você lhe tenha conquistado o coração, ele o seguirá para qualquer parte"; e "Toda liderança, creio, baseia-se na qualidade espiritual..."

Os escritos de Montgomery dedicam-se mais a como obter e manter a liderança, coisa que ele achava faltar ao exército britânico, durante a 2ª GM. Não se preocupa ele, pelo menos de forma aparente, em ressaltar as ações psicológicas junto à nação, provavelmente por considerar que a "vontade nacional inglesa" já estava solidamente alicerçada no passado e nos sofrimentos da guerra. No entanto, considera que esses valores devem ser reforçados nas tropas, como vimos acima.

General George S. Patton, Jr.

Nas memórias de Patton, compiladas por seus filhos, sob o subtítulo "Reflexões e Sugestões", ele diz, acerca do soldado: "O soldado é o exército. Nenhum exército é melhor do que os seus soldados. O soldado também é um cidadão. Na realidade, o maior dever e o mais alto privilégio da cidadania é empunhar armas pelo país (...). Para ser um bom soldado, um homem deve ser disciplinado, respeitar-se, ter amor à sua unidade e ao seu país..." (Sublinha nossa.)

Patton, nessa profissão de fé, se assim podemos chamar, define o objetivo desejado pelas ações psicológicas, que é transformar o cidadão em soldado, pois, simplesmente, está armando a vontade nacional.

Quanto à liderança (presença do chefe) diz ele, nas mesmas reflexões: "Todos os

oficiais e, particularmente, os oficiais-generais devem se interessar profundamente por tudo aquilo que interesse os soldados." E, ainda: "Os comandantes de corpo-de-exército e de exército devem considerar como ponto de honra o fato de poderem ser vistos pelo maior número possível de subordinados e, evidentemente, por todos os soldados combatentes."

Nessas pequenas afirmações, aliado ao seu espírito agressivo, Patton foi, durante as duas guerras mundiais, um comandante que soube usar as ações psicológicas. A sua maneira de falar e vestir, de acordo com o seu pensamento, era uma maneira de fixar a figura do comandante.

Podemos dizer, então, que Patton, além de hábil guerreiro, foi um consumado "psicólogo de combate".

Não requer muita atenção para percebermos, nas reminiscências destes velhos "cabos de guerra", a importância que todos concederam ao termo genérico moral, o qual engloba nosso assunto, como também envolve o problema da liderança e seus efeitos na arte militar.

Ludendorff, com uma certeza completa, reconhece a falta de ações psicológicas na Alemanha de então. Patton é enfático, ao afirmar que o soldado é um cidadão e, portanto, deve ser trabalhado psicologicamente. Montgomery preocupa-se com a liderança e recomenda que a "vontade nacional" deve ser reforçada no seio da tropa.

Pelas experiências obtidas no exercício da árdua tarefa do comando, esses cidadãos fardados perceberam, cada qual à sua maneira, e sob a influência das sociedades que o geraram, a importância das ações psicológicas para a obtenção da vitória.

COMPARAÇÃO DE SEMELHANÇAS E DIVERGÊNCIAS

Faz-se necessário que, à guisa de introdução a esta parte, atente-se para algumas questões. Elas iniciam no aspecto **temporal** e terminam no **semântico**.

No **temporal**, porque comparar autores que viveram em épocas distintas, alguns com mais de dois mil anos entre suas existências, requer procurar compreender o mundo em que viveram esses personagens e, consequentemente, penetrar no íntimo do pensamento de cada um. Quanto mais distantes estão os mesmos na escada da História, maior dificuldade temos para esse entendimento, contando que seus escritos vêm sendo sistematicamente copiados, recopiados, traduzidos e interpretados.

Penetra no aspecto **semântico**, porque a diversidade de línguas em que, originalmente, foram escritas (no nosso caso, chinês mandarim, alemão, inglês, francês, italiano arcaico, vietnamita e português) e suas traduções que, no caso de Sun-Tzu e Maquiavel, até chegarem em nossas mãos, já sofreram modernizações em sua própria língua, para, posteriormente, serem traduzidos. Continua, ainda, no aspecto semântico, quando percebemos que as palavras empregadas pelos autores mencionados possuem um significado interno (o que o mesmo queria dizer), um significado social (para quem ele escreveu) e, finalmente, o significado atual (que é fruto de quem o traduziu).

Isso posto, procuraremos comparar o pensamento desses autores para obter um consenso, naturalmente dentro da tipificação cartesiana com que nosso manual apresenta as **ações psicológicas**.

Quanto à importância das ações psicológicas

Todos os **teóricos** mencionados concedem um valor relevante às **ações psicológicas**, pois entenderam o papel decisivo que elas possuem na obtenção da vitória, quando da ocorrência de um conflito, armado ou não. Nota-se, em seus escritos, que eles vislumbraram que o conflito ultrapassa a mera administração de violência e penetra na chamada área volitiva. Alguns vão até mais longe, definindo procedimentos que devem ser adotados para tornar essa "vontade" cooperativa e consoante com os objetivos a que se propõem os que desejam empregar a violência.

Fuller, Castello Branco e Ludendorff são os que, de maneira mais clara e precisa, dissertam sobre a importância das **ações psicológicas**, bem como esboçam linhas de pensamento, isto é, processos a serem empregados para produzir efeitos favoráveis nessa área.

Clausewitz já apresentava idéia clara a respeito do assunto, pois escreveu sobre opinião pública e seus efeitos. Os outros autores não referenciam, de maneira direta, as **ações psicológicas**, mas lhe emprestam importância sob outras denominações.

Quanto à validade das técnicas

As técnicas de maior utilização aparecem nos escritos estudados sob outras designações. Os **empreendimentos governamentais**, a **comunicação social**, as **relações públicas**, a **ação de presença**, **presença do chefe**, e a **ação comunitária** são amplamente confirmadas em quase todos os

autores, pois cada um, dentro do seu enfoque, ora ressalta uma, ora mais de uma, ou até mesmo todas.

A técnica **ação de presença, presença da tropa**, é a única não mencionada pelos teóricos, possivelmente devido ao entendimento que, se não aparece nitidamente, fica subentendido de que a **presença da tropa** só é necessária para cumprir uma das técnicas mencionadas, ou para garantir a **presença do chefe**.

Após essa ressalva, pode-se afirmar que as técnicas atualmente utilizadas são efetivas e possuem embasamento histórico que lhes dá suporte.

Quanto à evolução do conceito

Existe, nos **teóricos**, através dos tempos, uma clara evolução do conceito de **ações psicológicas**. Inicialmente, ele é quase que metafísico, como sugerem os escritos de Sun-Tzu. Posteriormente, esse conceito passa para o campo prático, empírico, onde a experiência pessoal é que irá ditar normas de como proceder.

Esse empirismo é bastante visível na "geometrificação" de Jomini. Através de reflexões e estudos mais acurados, ele deixa o campo experimental simples e atinge um estágio científico, onde alcança sua máxima expressão e clara identidade, como nos escritos de Liddell Hart, Fuller, Giap e Castello Branco.

Interessante é notar que, nessa evolução, o conceito manteve inalterada a sua essência, isto é, sempre teve definida sua finalidade, seu alvo e seu posicionamento.

Quanto ao público-alvo

Na lei moral de Sun-Tzu surge a primeira menção quanto a público-alvo para as **ações psicológicas**.

Maquiavel e Frederico, "o Grande", limitam esse público, quando dizem que as **ações psicológicas** se destinam apenas aos soldados, e não a todos os cidadãos, como já havia mencionado o clássico chinês. Entretanto, o próprio Frederico se contradiz, quando afirma que os neutros também são **público-alvo**.

A partir de Clausewitz, em consonância com suas teorias, o conceito volta a englobar todos os cidadãos e os **neutros**.

Os outros **teóricos** passam, inclusive, a explicar mais esse conceito, dizendo que esse público deve ser fim de constantes ações para procurar obter e manter neles uma atitude de cooperação. Tacitamente, também passam a aceitar a ampliação territorial do conceito, concordando que os **neutros** devem ser cooptados para a causa em questão.

Quanto à finalidade das ações psicológicas

Na leitura dos **teóricos**, vê-se que todos concordam que a finalidade das **ações psicológicas** é fortalecer o **moral nacional militar**.

Essa idéia é amplamente mencionada, caracterizando a ótima compreensão do produto final desejado.

O **moral**, sob várias denominações, é, indubitavelmente, uma das idéias mais abordadas pelos **teóricos**. Ele é posicionado como elemento fundamental de qualquer conflito. A ele, o **moral**, todos aliam as chances de

sucesso ou fracasso, quando do emprego da expressão militar do poder nacional.

Quanto à presença do chefe

A figura do comandante é alvo de inúmeros postulados por parte dos autores. Todos emitem opiniões e conselhos, bem como citam exemplos de como o comandante deve se conduzir.

Eles consideram que o comandante, com o seu modo de pensar, proceder, suas atitudes e interesses, é fator fundamental para a manutenção do moral junto ao público-alvo militar.

Os orientais afirmam que deve haver um perfeito equilíbrio entre a cortesia e a severidade por parte do comandante. Esse pensamento é compartilhado pelos escritores ocidentais mais antigos.

Os ocidentais mais modernos passam a expressar a **presença do chefe** como exercício de **liderança militar**, à qual atribuem os mesmos efeitos da **presença do chefe** vista pelos escritores mais antigos.

Todos afirmam que, com essa técnica, obtém-se mais rapidamente um elevado espírito militar, até mesmo sob condições físicas e psicológicas desfavoráveis.

Quanto às divergências

As divergências encontradas são frutos mais do enfoque dado por cada autor do que do entendimento propriamente dito do papel das **ações psicológicas** como um todo.

Nos orientais, nota-se uma tendência a procurar, através das **ações psicológicas**, obter uma uniformidade de idéias, submetendo todos a uma só vontade, que seria

a do governo. Esse pensamento, nos ocidentais, aparece em Frederico e Luddendorff, certamente fruto da formação militar teutônica recebida.

Os outros pensadores ocidentais concedem, aos cidadãos, uma maior liberdade de opiniões e idéias, desejando apenas que os mesmos, sob o efeito das **ações psicológicas**, ajam em conformidade com a vontade nacional, quanto aos métodos e procedimentos para vencer o conflito em questão.

Quanto à pergunta inicial

Pelo exposto nas comparações anteriores, é extremamente fácil responder à pergunta proposta na Introdução — “*São válidas e importantes as ações psicológicas?*”

Sim, são válidas. Porque se verifica, na leitura dos autores escolhidos, que todos consideram que o uso de processos, métodos e técnicas para fortalecer o moral nacional são relevantes e que somam de maneira ímpar para a obtenção do sucesso frente a qualquer agressão.

Sim, são importantes, pois, com o reconhecimento de que o **moral** é componente de qualquer conflito, todas as ações que busquem fortalecê-lo, são, certamente, um largo passo para a consecução da vitória.

Conseqüentemente, o questionamento formulado possui embasamento histórico e mostra-nos que as **ações psicológicas** são válidas e importantes.

CONCLUSÃO

Almejo que esta citação do eminent historiador Arnold Toynbee: “*Acredito que*

as civilizações nasceram e se puseram a crescer graças a respostas felizes, dadas a sucessivos desafios. Elas entram em colapso e se desagregam, quando tem que fazer face a um desafio diante do qual fracassam", seja mais uma quimera entre tantas outras que não sobrevivem ao curso inexorável da carruagem da História.

Entretanto, se, em um mero exercício mental e acadêmico, possamos aceitar que o fato mencionado é passível de acontecer, válido é utilizar a História como ferramenta para obter maneiras de como antecipar-se a essa visão apocalíptica.

Se o desafio está presente com suas características expostas na Introdução, se a base histórica foi de leve descortinada neste artigo, surge, então, uma outra afirmação do mesmo autor: "A criação não é uma fácil empresa. Ela não obtém êxito definitivo a não ser através de um processo de tentativa e de erros. Por conseguinte, o fracasso das

experiências anteriores, longe de condenar as experiências seguintes a fracassarem por sua vez, oferece-lhes, pelo contrário, possibilidades de êxito, graças à sabedoria que se pode conseguir através do sofrimento."

Unindo esta citação com as comparações realizadas anteriormente, conclui-se que as inteligentes utilizações das ações psicológicas podem minimizar a "lei das probabilidades estatísticas", onde as chances são iguais para o acerto e para o erro.

Consequentemente, frente à atual conjuntura internacional, é confirmado de maneira insofismável o pensamento de que será no campo psicossocial onde se encontram as respostas para os desafios gerados por essa mesma conjuntura.

Este artigo é, portanto, uma homenagem à inteligência dos autores mencionados e, antes de tudo, um alerta quanto à atualidade do tema. □

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Nélson O. de. *A Psicologia e um Novo Conceito de guerra*. Rio de Janeiro. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1991.
- AYRON, Raymond. *Paix et Guerre Entre les Nations*. 3^a ed., Paris, Calmann-Levy, 1962.
- CARDOSO, Alberto Mendes. *Os Treze Momentos — Análise da Obra de Sun-Tzu*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1987.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Lisboa, Ed. Perspectivas e Realidades Ltda., 1979.
—. *Princípios de Guerra*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1987.
- CLAVELL, James. *A Arte da Guerra, Sun-Tzu*. 12^a ed. Rio de Janeiro, Editora Record, 1983.
- CLEARY, Thomas. *O Conhecimento da Arte da Guerra*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1989.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 1^a ed. 9^a impressão. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1975.
- FREDERICO, O Grande. *A Arte da Guerra*. Rio de Janeiro, Editorial Peixoto, S.A., 1945.

- FULLER, John Frederick Charles. *A Conduta da Guerra (de 1789 aos nossos dias)*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1966.
- _____. *Batalhas Decisivas del Mundo Occidental*. Barcelona, Luis de Casalt Editor, 1961.
- GAXOTTE, Pierre. *Frederico II — O Criador da Prússia*. São Paulo, Livraria Martinas, 1940.
- GIAP, Vo Ngu Yen. *O Vietnã Segundo Giap*. 2^a ed. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1968.
- JOMINI, Antoine Henri. *A Arte da Guerra*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1949.
- KELLETT, Anthony. *Motivação para o Combate*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1987.
- KLINEBERG, Otto. *Psicologia Social*. 3^a ed. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura S.A., 1967.
- LEONARD, Rogers Ashley. *Clausewitz, Trechos de sua Obra*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1988.
- LIDDELL HART, Basil Henry. *As Grandes Guerras da História*. São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural S.A., 1963.
- _____. *O Outro Lado da Colina*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980.
- LOPEZ, Emilio Mira y. *Psicología Militar*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1949.
- LUENDENDORFF, E.n.d. *Minhas Memórias de Guerra*. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Commercio, 1920.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979.
- _____. *O Príncipe*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979.
- MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. ME 124-1. *Estratégia*. Rio de Janeiro, ECEME, 1985.
- _____. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. *Marechal Castello Branco, seu pensamento Militar*. Biblioteca do Exército, 1968.
- _____. Estado-Maior do Exército. C 33-1. *Operações Psicológicas*. 2^a ed. Brasília, 1977.
- _____. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. ME 320-5. *Vocabulário da ECEME*. Rio de Janeiro, ECEME, 1986.
- MONTGOMERY, Bernard Law. *Memórias do Marechal Montgomery*. 2^a ed. São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural S.A., 1967.
- MURRAY, Edward J. *Motivação e Emoção*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.
- PATTON, George S. *A Guerra que eu vi*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1979.
- RODRIGUES, Aroldo. *Aplicações da Psicologia Social*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.
- TOYNBEE, Arnold J. *Estudos da História Contemporânea*. 4^a ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.



A DEFESA NACIONAL

Repensando Tordesilhas

L.P. Macedo Carvalho*

Reprodução de trabalho apresentado no V Colóquio de História Militar, realizado em Lisboa, Portugal, em novembro de 1994.

A PARTILHA DO MUNDO

Desde a Antigüidade, o Mediterrâneo europeu, berço da bipolaridade política, serviu de palco na disputa entre várias civilizações ou pólos de poder, pela hegemonia mundial. Assim, egípcios e fenícios, fenícios e gregos, gregos e romanos, romanos e cartagineses, bárbaros e cristãos, cristãos e muçulmanos, genoveses e venezianos, hispânicos e portugueses se enfrentaram e ganharam o Atlântico.

A partilha do mundo — conhecido e desconhecido — entre as coroas de Castela e Portugal, firmada em Tordesilhas, em

consequência das viagens de Colombo, ampliou a concepção medieval do espaço marítimo e terrestre do Atlântico, dando hemisférica dimensão à bipolaridade. Modificou a Geografia e marcou o início de outra era histórica com a imposição da primeira Nova Ordem Mundial pela delimitação das zonas de influência das duas grandes potências da época. Do contrário, teria prevalecido o estipulado no Tratado de Alcaçovas — Toledo (1479-1480), segundo o qual pertenciam a Portugal as terras localizadas ao sul do paralelo mais meridional do arquipélago das Canárias, ficando a Espanha com a área ao norte da referida linha demarcatória imaginária.

A importância da “Capitulação da Repartição do Mar Oceano”, de 7 de junho de 1494, reside nos seus inúmeros signi-

* Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

ficados — cultural, geopolítico, diplomático, econômico, estratégico e social —, consequentes das transformações dele advindas no mundo. A grande expressão desse precioso legado, às vezes, foge à compreensão ou é ignorada pelas gerações que se sucederem à assinatura do Tratado de Tordesilhas.

PROJEÇÕES INTERNACIONAIS

Múltiplas são as projeções relevantes do Tratado de Tordesilhas, ainda que pouco analisadas pela historiografia positivista.

Primeiramente, a Escola de Sagres — comparável à NASA de hoje — ocasionou brutal choque cultural do Ocidente no mundo. O **centrifugismo** luso, sobrepondo-se ao **centripetismo** castelhano, com a conquista do espaço oceânico, levou à vitória do **Poder Marítimo** sobre o **Poder Terrestre**, marco do início da **Nova Idade do Mar**, no dizer de Boorstin em *The Discoveries*. Esse memorável feito transformou o Atlântico aberto e indefinido no *Mare Clausum* português para assegurar o monopólio comercial e explorar a grandeza do mar-oceano do Ártico à Antártica. Controlados o Atlântico e o Índico pela coroa portuguesa, restava a Castela o isolamento do Pacífico.

Integrando Portugal ao mundo dito civilizado 2/3 das terras desconhecidas de então, abria-se o caminho para a **modernidade** sob o conceito do **globalismo**.

O estímulo dado por Tordesilhas ao descobrimento da *Quarta Orbis Pars* — a massa continental meridiana — somada à estabilização mundial resultante da assinatura do acordo entre as grandes potências colonizadoras, faria despontar o ameri-

canismo com a instituição dos reinos ibero-americanos quase soberanos, em função de razões de Estado.

Essas alterações no mapa-mundi ensejaram o avanço científico-tecnológico e do pensamento americano, sob a égide cristã, que promoveram o desenvolvimento cultural, econômico, militar, político e social, bem como o entendimento entre raças diferentes pela aculturação e miscigenação.

Tão portentosa foi essa obra diplomática no campo das relações internacionais que, reconhece Braudel, “desde o primeiro instante, inevitavelmente, a América... se converte em peça-chave da história mundial”, reorientando a cultura universal.

A transferência do ouro e da prata, descobertos nas novas terras, preparou o advento do mercantilismo, precursor do capitalismo no Velho Mundo.

O politeísmo do Novo Mundo inspirou o liberalismo na Europa.

Os povos ibéricos detinham elevado padrão cultural em confronto com o patrimônio científico quase nulo das civilizações indígenas americanas, ainda que mereça ressaltar a existência dos impérios Asteca, Inca e Maia. Porém, sem dúvida, a maior contribuição dada pelos colonizadores, de natureza cultural, foi o predomínio das línguas castelhana e portuguesa, se reconhecido ser o Espanhol o idioma com mais alto índice de escrita e leitura no mundo, e o Português o terceiro mais falado no Ocidente.

Em síntese, o grande feito ibérico está na europeização do Novo Mundo, e na transmissão de cultura lusitana, particularmente para os brasileiros.

O estabelecimento desta **Nova Ordem Mundial** foi que permitiu aos brasileiros falar Português e não Espanhol, como ocorre no

restante da América Latina, assim como ter sido Lisboa capital do Brasil, e Rio de Janeiro, capital de Portugal.

"O Brasil nasceu da astuciosa interpretação portuguesa das Bulas Intercoetera romanias"

O Brasil nasceu da astuciosa interpretação portuguesa das Bulas Intercoetera romanias.

Por outro lado, o litoral brasileiro constituiu-se em valiosa base de apoio para Portugal no Atlântico Sul, no continente americano. O Brasil foi grande escola de colonização portuguesa e fonte de riquezas, que custearam o progresso europeu e a compra das cortes de Londres e Paris, tão ao sabor da filosofia mercantilista dos idos coloniais. O Tratado de Methuen permitiu que o ouro das Minas Gerais fosse levado para a Inglaterra e a França.

Foram os habitantes das capitania hereditárias que estabeleceram os primeiros assentamentos no litoral brasileiro e rechaçaram as incursões dos corsários e piratas franceses, ingleses e holandeses, antes da organização da Companhia das Índias Ocidentais. "Não é possível fazer maior elogio à idéia da criação das capitania hereditárias", assevera Hélio Viana na sua obra clássica *História das Fronteiras do Brasil*.

A união das coroas ibéricas amorteceu durante sessenta anos as questões dos limites determinados por Tordesilhas, facilitando a expansão territorial portuguesa para norte, oeste e sul, no Brasil, dado os domínios lusos

permanecerem independentes do império ultramarino castelhano.

As bandeiras e entradas penetraram em terras espanholas, verificando-se nos séculos XVI e XVII a máxima expansão no período colonial. Ao Norte, pela costa Leste-Oeste, do Ceará ao Oiapoque; a Noroeste, até o Rio Napo, no Equador, com a entrada fluvial de Pedro Teixeira; a Sudoeste e ao Sul, as bandeiras paulistas para apresar índios e em busca de minerais preciosos destruíram as reduções jesuíticas espanholas de Guairá, Tape e Itatin, levando a linha da fronteira meridional do Brasil até a Colônia do Santíssimo Sacramento, à margem esquerda do Rio da Prata, no Uruguai. A atual configuração territorial do Brasil se deve às bandeiras e entradas. As entradas tiveram início no século XVI, partindo de vários pontos da costa leste em direção ao interior. Eram de natureza oficial e particular; atingiram grande parte da Amazônia e o sertão nordestino (droguistas). As bandeiras, em sua maioria de caráter particular, tiveram como centro irradiador a Capitania de São Vicente (São Paulo) e desbravaram terras paulistas, mato-grossenses, paranaenses, catarinenses e gaúchas. Nas bandeiras, destaca-se a figura de Antônio Raposo Tavares, comparada, por Jaime Cortesão, a de Vasco da Gama e Fernão de Magalhães. Ao Norte, nas entradas, desponta Jerônimo de Albuquerque, que atingiu os limites impostos por Tordesilhas, e Francisco Caldeira Castello Branco, conquistador do Pará e fundador de Belém, ficando assim invalidado o projeto da França Equinocial. As vésperas da Restauração, achavam-se completamente alterados os limites traçados por Tordesilhas, levando as fronteiras ocidentais do Brasil ao sopé dos Andes e

salvaguardando a sua integridade territorial futura.

Na **Guerra Brasílica**, travada contra os invasores holandeses, a unidade nacional foi mantida, mais uma vez, graças à ação conjunta das três raças — branca, negra e índia —, pela força das armas, registrada na História Militar Brasileira. Nesta ocasião, o líder negro Henrique Dias refutou ultimato

pelo Acordo de El Pardo, de 1761, e somente pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, acabou nula afinal a **Capitulação da Participação do Mar-Oceano**, de 1494 — “a peça mais importante de nossa história diplomática”, nas palavras de Jaime Cortesão.

REVOGAÇÃO

“Violado pacífica e reciprocamente por ambos os signatários, o Tratado de Tordesilhas acabou por tornar-se obsoleto”

holandês de rendição com a resposta de que lutava pela sua **pátria** Pernambuco, sua **nação** angolana e pelo seu **rei** de Portugal, o que vem atestar não se sentir colono da coroa lusa.

Terminada a **Guerra de Sucessão** na Espanha, o primeiro Tratado de Utrecht, de 1713, preserva a posse de ambas as margens do Amazonas.

Violado pacífica e reciprocamente por ambos os signatários, o Tratado de Tordesilhas acabou por tornar-se obsoleto, aceitando os espanhóis a expansão luso-brasileira e garantindo-se, assim, a unidade territorial, lingüística e cultural do Brasil.

Somente a fundação da Colônia do Sacramento, no extremo sul do Rio da Prata, voltaria a levantar a questão de limites entre espanhóis e portugueses no Brasil. Anulado o Tratado de Tordesilhas em 1750 pelo Tratado de Madri, foi este último revogado

Preservada a Amazônia, as Guianas e a Colônia do Sacramento pelos Tratados de Utrecht (1713 e 1715) para a coroa portuguesa, com fortificações militares balizando a nova fronteira do Brasil, é obtida a revogação de fato e de direito do Tratado de Tordesilhas por intermédio do Tratado de Madri, em 13 de fevereiro de 1750.

Esta obra-prima de argúcia político-diplomática lusa se deve a um paulista — Alexandre de Gusmão —, feito membro do Conselho Ultramarino e Secretário do Rei de Portugal D. João V, conhecido como o Luís XIV português, que invocando o princípio do *uti possidetis* — direito de posse ao primeiro ocupante das terras —, à luz do Direito Romano, garantiu a unidade territorial brasileira.

Na verdade, há muito tempo, vinha Alexandre de Gusmão defendendo intransigentemente a posse da terra conquistada. Para manter pontos extremos no sul do Brasil, determinou a vinda de famílias açorianas e as assentou em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Iniciava-se a colonização seletiva, em oposição à infeliz prática de povoar o Brasil com degredados. Assim, ordenou que se escolhesse casais idôneos, cujas esposas fossem prendadas e sadias, a fim de que seus filhos desenvolvessem as novas povoações. Os homens deveriam ser

lavradores, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, serralheiros, sapateiros e alfaiates. Só era permitido o embarque de famílias bem estruturadas. A bordo, as ordens baixadas preconizavam que as mulheres seriam mantidas fechadas em quartos especiais, cujas portas tinham apenas duas chaves, ficando uma com o comandante e a outra com o guarda da hora. Montavam guarda à porta dos aposentos femininos, de quatro em quatro horas, dois maridos de cada vez. Apenas os esposos comprovadamente fiéis podiam levar alimentação às mulheres. Era proibido o acesso, às dependências das mulheres, de homens maiores de sete anos, salvo o médico, em caso de grave enfermidade, e o padre, no caso de morte... Tal rigidez moral fora adotada em face dos desregramentos que grassavam na sociedade lisboeta de então.

No início do século XVIII, os meridianos foram traçados com maior precisão, concluindo-se daí que o de Tordesilhas achava-se mais a leste do que se imaginava. Ficava, assim, o Brasil, reduzido à área do saliente Nordestino. Gusmão, cônscio do perigo resultante disso, alertou o rei sobre a gravidade da revelação do fato. Imediatamente, criou a Academia de Matemática e Geodésia de Lisboa e formou uma turma numerosa de engenheiros geógrafos que enviou ao Brasil, com a missão de efetuar um levantamento desses limites. Esses trabalhos resultaram na confecção, em Paris, da famosa "Carta das Cortes", que alterava deliberadamente o formato do Brasil, tornando-o alongado, a fim de privar os espanhóis da visão dos domínios.

"Ninguém estudou, meditou e escreveu mais sobre o Brasil, durante o século XVII, que Alexandre de Gusmão"

Tal cartografia fraudulenta convinha a Portugal, para reivindicar a posse das terras ocupadas, com base no *uti possidetis*.

Segundo Camilo Castelo Branco, "na esperteza de observação, na solerça da crítica e para quem antepõe estudos sociológicos e prolíxidades lingüísticas, excedeu o Padre Antônio Vieira e, na sagacidade e lucidez, foi Gusmão o mais avançado espírito do seu século".

Para Jaime Cortesão, na alentada obra *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, ninguém estudou, meditou e escreveu mais sobre o Brasil durante o século XVIII do que ele.

Sua dedicação ao Brasil tornou-o conhecido como "o brasílico"; a defesa inabalável das terras desbravadas pelos bandeirantes valeu-lhe o cognome de "o diplomata das bandeiras"; sua ação diplomática no reconhecimento da fronteira oeste consagrou-o, no Itamarati, como "o avô da diplomacia brasileira".

A perda da Colônia do Sacramento, pelo Tratado de Madri, foi o único ponto que provocou polêmica, mas alegou razões econômicas, militares e políticas para aceitá-la.

Vale recordar, como curiosidade, um episódio ocorrido nas negociações a respeito da Colônia do Sacramento. Ao receber as credenciais do embaixador espanhol, notou o rei de Portugal ser o mesmo capenga; no decorrer das conversações verificou ser também ignorante. Virando-se para Gusmão, comentou o rei: "Estamos com sorte. A Espanha mandou um diplomata 'sem pé nem

cabeça'." Assim, teria nascido a expressão popular em português "sem pé nem cabeça".

Cochilos diplomáticos levaram ao acordo de El Pardo, em 1761, já obra de Pombal, anulatório do Tratado de Madri, restaurado no Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, que perdura até hoje em nossa política de fronteiras.

Além de consagrar o princípio do *uti possidetis*, para dirimir antigas querelas de limites e lutas entre os colonos de ultramar, Alexandre de Gusmão traçou, no artigo XXI

"Muito antes de Bolívar e Monroe, já Gusmão lançava as bases do atual pan-americанизmo"

do Tratado de Madri, os fundamentos que regem ainda hoje a vida dos povos americanos. Muito antes de Bolívar e de Monroe, já Gusmão lançava as bases do atual pan-americанизmo.

É importante salientar, dentro de seu espírito, a ação pombalina.

Há quem diga que em cada cidade do Brasil dever-se-ia erguer uma estátua para glorificar o gênio de Sebastião de Carvalho, que reviveu a política centralista portuguesa assegurando a unidade da colônia e preservando a Amazônia da cobiça francesa e inglesa. Amazônia que é hoje brasileira graças a Pombal. Política que o Brasil, intransigentemente, não abre mão ainda agora, quando voltam à baila pressões para internacionalizar a região.

Tordesilhas, Utrecht, Madri, Santo Ildefonso se interligaram e propiciaram essa dádiva da cultura lusíada — a unidade territorial, lingüística e cultural do Brasil.

SIGNIFICADO E ESPÍRITO

Decorridos 500 anos, reunirem-se hoje, no torrão do Infante D. Henrique, portugueses e brasileiros, para comemorar este memorável feito resultante de não pouco significativo choque cultural do Ocidente, não faria sentido sem que se evocasse às gerações atuais as lições dadas pela audácia, bravura, competência, determinação e espírito de sacrifício do homem português e de sua herança a todos nós.

No final deste milênio e século, cumpre rever o significado do **Tratado da Capitulação da Partição do Mar-Oceano** e analisar seus múltiplos reflexos. Aquilar o valor desse legado é repensar Tordesilhas; é a maior homenagem que se pode prestar aos heróis anônimos do passado que escreveram a história comum das pátrias portuguesa e brasileira.

Preservar o legado de que lusos e brasileiros são herdeiros é ter consciência do que representa o espaço cultural, geoestratégico, econômico, militar, político e social que serve de suporte aos povos do Atlântico.

Alguns eventos dramáticos balizam o crepúsculo do século XX:

- o fim dos conflitos Leste-Oeste e Norte-Sul;
- o despertar do Pacífico;
- a explosão étnico-nacionalista;
- o repúdio ao totalitarismo;
- o ocaso do populismo;
- a política de pólos econômicos;
- a redescoberta da democracia política e da economia de mercado.

O desmoronamento do Império Soviético revelou a miséria que se escondia atrás dos movimentos de massa e dos regimes policiais.

Os pólos de poder mundial deslocam-se pelos mares afora. O Mediterrâneo europeu, até o fim do período medieval, abrigou as grandes potências. O século que ora finda caracterizou-se pela hegemonia do Atlântico. O terceiro milênio poderá vir a ser consagrado às águas do Pacífico.

O milagre japonês, seguido do aparecimento dos "tigres asiáticos", do despertar da China e do Sudeste da Ásia levantam dúvidas futuras quanto às confrontações Norte-Sul.

O renascimento de nacionalismos extremados, paradoxalmente, no momento em que os "estados-nações" parecem ser por demais insignificantes dentro da magnitude dos problemas internacionais, faz ressurgir antagonismos étnico-religiosos.

O repúdio ao totalitarismo é generalizado e sinaliza não haver lugar para o populismo amanhã.

O naufrágio do capitalismo de Estado, do dirigismo planificado e do mercantilismo induzem à redescoberta da democracia política, às reformas liberalizantes, à integração e à economia de mercado.

Avulta a idéia de que o Estado deve intervir só para estabelecer as regras do jogo, garantir a concorrência e amparar os menos favorecidos.

Ainda que não se visualize uma Nova Ordem Mundial, esboça-se uma tendência antiestatizante, antiinflacionária e anti-depressiva.

Este cenário conduz africanos, brasileiros e portugueses a repensarem a ortogonalidade

de Tordesilhas e buscar a diagonalidade que estreite os laços dos países lusófonos, enquadrados pela América, África e Portugal.

"O Mediterrâneo europeu abrigou as grandes potências até o fim do período medieval. Nossa século caracterizou-se pela hegemonia do Atlântico. O terceiro milênio poderá vir a ser consagrado ao Pacífico"

para projetá-las no porvir. Só existe o presente. O presente das coisas passadas. O presente das coisas presentes. O presente das coisas futuras.

O que impelia os intrépidos navegadores da Escola de Sagres a singrar o Atlântico e contornar o Cabo das Tormentas era o espírito centrifugista lusitano. O destino manifesto marítimo de Portugal, sem negar os seus interesses e ligações continentais, ainda está presente hoje na opção Atlântica da Terra de Camões. O presente e o futuro ainda estão no mar. O ajuste de Tordesilhas é universalista.

Os sete países de língua portuguesa somam hoje mais de 200 milhões de almas. Estima-se que cerca de um milhão e meio de brasileiros vivam no exterior, notadamente no Japão, nos Estados Unidos e na União Européia. Calcula-se em mais de um milhão o efetivo dos imigrantes portugueses, moçambicanos e angolanos. O número dos que saem de Cabo Verde é maior do que o dos que ficam. Ainda se fala Português na Ásia

— Goa, Macau e Timor. O Português é a sétima língua viva falada no mundo e a terceira no Ocidente, depois do Espanhol. A língua mantém viva a cultura que integra nações. "A minha pátria é a minha língua", afirmava Fernando Pessoa.

Uma agenda de amizade e solidariedade, que une o espírito globalista de Tordesilhas, pode levar a maior cooperação e a ampliar o poder político-econômico:

- na esfera internacional vislumbra-se a possibilidade de uma aliança política que defende interesses comuns dos países de origem e língua portuguesa junto às principais organizações mundiais;
- no âmbito interno projeta-se o antigo sonho da criação de um Parlamento dos Países de Língua Portuguesa;

• no campo econômico, foi a busca de riqueza pela prática do comércio que disseminou a língua de Camões por todas as partes do mundo. Apesar da descontinuidade geográfica, a exemplo da Commonwealth, sem as deformações existentes de submissão à antiga metrópole, não existe obstáculo

intransponível às associações empresariais e intercâmbio de conhecimentos e tecnologia, sem ter por objetivo o estabelecimento de mercado comum ou zonas de livre comércio.

As economias dos países de língua portuguesa, por se encontrarem em diferentes estágios de desenvolvimento e partici-

parem de blocos regionais, apontam possíveis complementaridades que ajudariam a galgar patamares mais elevados individualmente e a enfrentar ameaças de outros grupos internacionais competidores.

Os laços culturais que unem os povos de língua portuguesa, fundamentados em profundos e bem alicerçados traços, facilitam a interação e se beneficiam de experiência e hábitos vivenciados.

Há um terreno fértil para se lançar as sementes do bem-estar comum e do desenvolvimento, a fim de vencer o subdesenvolvimento cultural, econômico, político e social.

Para finalizar, como bem lembrou Fernando Pessoa, "tudo vale a pena quando a alma não é pequena". □

BIBLIOGRAFIA

A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Lisboa, Embaixada do Brasil, junho de 1994.

BARRETO, Antônio, Coronel. *Fortificações do Brasil*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1958.

- BESSA, Carlos. *A União de Portugal e Espanha (1580-1640). A Expansão do Brasil e o Derrube do Meridiano de Tordesilhas*. Separata das Atas dos Colóquios Internacionais. Participação Portuguesa: 1990, 1991, 1992. Lisboa, 1994.
- CADERNOS DE HISTÓRIA 500º Aniversário do Tratado de Tordesilhas — 1494-1994, nº IV. Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Lisboa, junho de 1994.
- CALAMONTE, Albertino, Major. *A Partilha Ibérica*. Suplemento do Jornal do Exército, nº 413, maio de 1994. Portugal, 1994.
- CASTRO, Therezinha de. *História Documental do Brasil*, 2ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1968.
- _____. *Do Infante a Tordesilhas — Sistemática Geopolítica*. Artigo. Rio de Janeiro: [19—].
- COLÓQUIOS INTERNACIONAIS. Participação Portuguesa: Madri 1990, Zurique 1991 e Turim 1992. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, [19—].
- CORTESÃO, Jaime (Organizador). *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri — Negociações*. Tomo I, parte IV. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, 1953.
- CUNHA, Ovídio da. *Sagres... O Segundo Choque Cultural do Ocidente*. Rio de Janeiro, Elos Clube, 1994.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Lisboa, 30 de julho de 1994.
- EJÉRCITO. Revista de las Armas y Servicios, ano IV, nº 653, julho de 1994. Espanha, Ministério de Defensa, 1994.
- JORNAL DE LETRAS, ARTES DE IDÉIAS. Especial, ano XIV, nº 618, 22 de junho a 5 de julho de 1994. Portugal, 1994.
- MARJAY, Frederic P., HABSBURG, Otto de. *Portugal entre gente remota...* Lisboa, Bertrand, 1965.
- NAÇÃO E DEFESA, nº 70, abr/jun 94. Portugal: Instituto da Defesa Nacional, 1994.
- NAPOLEÃO, Aluizio. *Rio Branco e as Relações entre o Brasil e os Estados Unidos*. Monografia. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1940.
- O DIABO, Lisboa, 5 de julho de 1994.
- OCEANOS. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, Bertrand, 1994.
- OLIVEIRA, José Aparecido de. Empresa de Sete Povos. Caderno Especial, nº 606. Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, [19—].
- SARAIVA, José Hermano. *Breve História de Portugal*. 3ª ed. Lisboa, Bertrand, 1989.
- SOARES, Teixeira. *História da Formação das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1973.
- VIANNA, Helio. *História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Melhoramentos, 1963.
- _____. *História das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1948.
- _____. *História Diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1958.



A DEFESA NACIONAL

Os Cercos de Bagé e da Lapa — Duas Resistências Épicas na História Militar do Brasil

Claudio Moreira Bento*

O autor apresenta um enfoque original sobre duas brilhantes páginas da história do nosso Exército, escritas na República.

No tópico "O Exército na Revolução Federalista", apresenta aspectos da evolução histórica da Força passíveis de repetição, em função do grau de sensibilidade política às necessidades e aspirações que lhe são peculiares.

Em 5 de fevereiro de 1893, teve início a Revolução Federalista que ensanguentou e enlutou o Rio Grande, Santa Catarina e Paraná, com padrões de violência inauditos registrados de parte de ambos os contendores, razão de haver passado à História como a Revolução dos Bárbaros, Maldita, da Degola e dos Fuzilamentos.

Nessa data, invadiram o Rio Grande, pelo Uruguai, forças federalistas, ao comando de João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares)

e de Gumersindo Saraiva, rio-grandense com experiência nas lutas intestinas no Uruguai, vocação militar nata, consagrado como o "Napoleão dos Pampas".

A Invasão teve seu destino selado na indecisa batalha de Inhanduí,¹ em 3 de maio de 1893, próximo a Alegrete, após o que os federalistas retornaram ao Uruguai.

Os chefes citados, respectivamente, liderariam os cercos de Bagé e da Lapa. Joca Tavares cercou Bagé por 46 dias, após vitória marcante em Rio Negro, seguida de um massacre por degola, sem precedentes. Gumer-sindo Saraiva cercou a Lapa por 26 dias. O

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior, sócio efetivo do Instituto de Geografia e História Militar.

1. Vide Hélio M. Mariante. Inhandui e controvérsias. REB nº 4, 1993.

estudo em paralelo dos dois eventos é feito aqui, pela primeira vez.

Gumersindo voltou ao Rio Grande em 15 de julho de 1893, em pleno inverno, e deu início a sua épica marcha de cerca de 2.500km, de Jaguarão a Ponta Grossa, de onde retornaria. Em sua marcha obteria aniquilante vitória em Cerro do Ouro,² São Gabriel-RS, até ser retardado na tranqueira da Lapa, que resistiria, a todo o custo, por 26 dias, dando tempo à organização da Barreira de Itararé, que o obrigou a retornar a Ponta Grossa, e à organização e adestramento da Esquadra Legal, no nordeste, que libertaria o Rio, Santa Catarina e Paraná dos revoltosos na Armada.

Joca Tavares, sob pressão uruguaia e estímulo da Revolta na Armada (de 1/5 de seus integrantes), invadiu o Rio Grande. Deu início ao cerco de Bagé. Com o grosso de suas tropas, atacou, em Rio Negro-RS, o Comando-em-Chefe das Operações contra a Revolução no Rio Grande, o Marechal Izidoro Fernandes. Após renhido combate, Izidoro Fernandes rendeu-se, sob promessa de garantia de vida. O que seguiu, foi descrito por Pedro Calmon:³ "Em Rio Negro capitulou a tropa governista com o Marechal Izidoro e sua oficialidade. Manchou a vitória o sacrifício dos prisioneiros, em terrível carnificária (carnificina) de funestas consequências para a Revolução Federalista."

Após Rio Negro, Joca Tavares apertou o cerco de Bagé, que durou 46 dias em razão da liderança épica da resistência a todo o custo, levada a efeito pelo Coronel Carlos Telles, Comandante da Guarnição e Fronteira de Bagé.

O EXÉRCITO BRASILEIRO NA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

O Exército, segundo o insuspeito Edmundo Coelho de Campos,⁴ foi alvo de uma política de erradicação violenta, de 1831 a 1841, prudente e util, de 1841 a 1889, e de cooptação na República Velha.

Após as lutas externas (1851-70) e, particularmente, das mortes dos senadores General Osório, em 1879, e Caxias, em 1880, a erradicação acentuou-se ao ponto de ser criado, em 1881, o Diretório Militar,⁵ sob a liderança, inclusive, do Marechal Deodoro, com vistas à eleição de oficiais das Forças Armadas pelos três partidos para, no Congresso, lutarem pelos interesses do Exército e da Armada. Não obtiveram êxito. Sua luta foi desaguar na Questão Militar e, em consequência, na fundação do Clube Militar (1887), na Abolição (1888) e na República (1889).⁶

Após as lutas externas, pelo Regulamento de Ensino do Exército de 1874, ficou consagrado o "oficial bacharel", e engenheiro,

2. Vide Osório Santana Figueiredo, *História de São Gabriel*, 1993.

3. *História Geral do Brasil*, v. 7.

4. Vide CAMPOS, *Em busca de identidade o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio, Forense, 1976.

5. Vide Garcez Palha, *Ephemérides Navais*. Rio, S Doc Ge Marinha, 1983, p. 63.

6. Vide, do autor, *O Exército na Proclamação da República*. Rio, SENAI, 1989 e artigos em *Cadernos da Comissão*. Rio, Bibliex-Senai, 1991.

com o título de doutor mais apreciado, então, que o do posto hierárquico. Em consequência, os não bacharéis, chamados "tarimbeiros",⁷ passaram a ser discriminados pelos bacharéis e pela sociedade e, assim, descuradas e desprestigiadas as atividades voltadas para a segurança do País.⁸

O Regulamento de 1874 procurava, a um só tempo, a solução de dois problemas: evitar a erradicacão do Exército e valorizar, socialmente, o oficial com títulos de bacharel e doutor. No período de 1822-70, de lutas internas e externas, o casamento com um oficial profissional era viuvez e orfandade potenciais, ao lado de ausências prolongadas do chefe de família, aliado a um sistema previdenciário precário. Os bons partidos eram os advogados, médicos, comerciantes, fazendeiros de café, etc...⁹

Foi assim que o Exército chegou à República, abandonado, discriminado, desequipado, desmotivado e com operacionalidade muito inferior a que atingira na última guerra.¹⁰ A culpa era das autoridades dirigentes e não da instituição.

Com a República esta situação não se alterou.

Pelo contrário, foi agravada com o Regulamento de 1890, baixado pelo Doutor Tenente-Coronel Benjamin Constant, que conquistara o Ministério da Guerra por sua

liderança marcante no processo que desaguou na República.

Foi este Exército, com a maioria de suas lideranças voltadas para questões divorciadas do desenvolvimento de sua Doutrina (organização, equipamento, instrução, motivação e emprego) que enfrentou a Revolução Federalista combinada com a Revolta na Armada na Região Sul e, a Revolta da Armada, no Rio de Janeiro.

Esse equívoco doutrinário no ensino do Exército perdurou por 30 anos e só começou a ser corrigido após a Revolta da Vacina Obrigatória na Escola Militar, em 1904. A Revolta foi seguida do fechamento e extinção da Escola e a adoção do Regulamento de Ensino de 1905, ponto de inflexão do bacharelismo para o profissionalismo militar.

Tal ponto de inflexão foi iniciado ao ser implantada a Escola de Guerra em Porto Alegre (1906-11), Escola para não deixar dúvidas sobre as finalidades do seu ensino.

O Regulamento de 1905 foi implementado, de fato, com a Missão Indígena no Realengo (1919-21) e ali consolidado pela Revolução de 1930, através do Coronel José Pessoa, o idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras, inaugurada há 50 anos, em 1º de março de 1944.¹¹

O Regulamento de Ensino de 1905 foi baixado pelo Ministro da Guerra, General

7. Vide nota anterior "Tarimbeiro" — o acostumado a dormir em tarimba, estrado de madeira que servia de cama coletiva nos quartéis. Refere-se ao militar dedicado a vida na tropa e conhecedor de seus problemas.

8. Vide informações pertinentes nas fontes citadas na nota 6.

9. Conclusão com apoio em Adriano B. de Souza. *Revista da Família Acadêmica (Praia Vermelha)*. Monografia final do curso de História na UFRJ, dezembro de 1992 (analisa a *Revista da Família Acadêmica* da Escola Militar, dezembro de 1887 a abril de 1889. Valiosa, reveladora e inédita contribuição).

10. Vide fontes citadas na nota 6. Esta circunstância foi uma motivação forte que, não atendida, desaguou na Proclamação da República, antes passando pela fundação do Clube Militar. Esta estudada no número especial da RCM 288, 1987 com todos os protagonistas.

11. Vide, do autor, 1994 — o ano do Jubileu da AMAN em Resende. Volta Redonda, Gazetinha, 1994.

Francisco Paula Argolo, que fora comandante da atual 5ª RM em Curitiba, e passara, por ordem superior, o comando da Lapa a Gomes Carneiro e o da 5ª RM atual ao General Pego Junior, na iminência da invasão federalista do Paraná.

A baixa operacionalidade do Exército, em decorrência da política de erradicação e dos regulamentos de 1874 e 1890, já citados, soma-se a grande influência das disputas políticas civis nos quartéis da Região Sul durante a Revolução. A política originou pressões familiares que dividiram os oficiais entre republicanos e federalistas, provocando muitas deserções ou neutralizando operacionalmente muitas unidades. E o governo teve de recorrer a civis denominados Patriotas, muitos valorosos, mas sem experiência militar. Os Patriotas constituíram a Cavalaria do governo no Rio Grande do Sul, já que a do Exército, por falta crônica de cavalos, esteve ausente dos confrontos. Por falta dessa Cavalaria foi que Carlos Telles e Gomes Carneiro tiveram que recorrer à defesa a todo o custo em localidades. O Marechal Izidoro, surdo aos conselhos do líder de sua Cavalaria civil, Coronel Manoel Pedroso de Oliveira, no sentido de reforçar Carlos Telles em Bagé e lá resistir à invasão, teve o triste fim já mencionado.

São considerações que se impõem antes de avançarmos em nossa exposição.

PERFIL DOS LÍDERES DAS RESISTÊNCIAS AOS CERCOS DE BAGÉ E DA LAPA¹²

Carlos Maria da Silva Telles (1848-99)¹³

Nasceu em Porto Alegre, em 31 de outubro de 1848. Foi Soldado do 33º Batalhão de Voluntários da Pátria (VP). Integrou o Piquete de Segurança de D. Pedro II que o acompanhou até a rendição de Uruguaiana, em 18 de setembro de 1865. Transferido para o 30º Batalhão de VP, tomou parte na Campanha do Paraguai. Foi ferido em Estero Bellaco e participou das ações mais arriscadas do seu Batalhão. Foi ferido, pela segunda vez, em Itororó, sendo promovido, por bravura, a alferes do Exército. Foi ajudante do comandante do 2º Corpo-de-Exército e condecorado com a Medalha do Mérito Militar, em 28 de junho de 1865, por atos de bravura. Fim a guerra, serviu na Infantaria nos 6º (São Paulo), 4º (Recife), 12º (Rio Grande). Neste, combateu os Muckers, em São Leopoldo-RS, em 1874. Capitão em 1886, serviu nos 15º (Pará), 13º (Porto Alegre), 10º e 7º (Rio). Em 1888, integrou a Força de Observação, em Mato Grosso, ao comando do Marechal Deodoro, no 7º. Serviu no 22º (Rio) e no 20º (Goiás). Com este, viajou para o Amazonas, dentro de um esquema de esvaziar, no Rio, o

12. Estudamos o sítio de Bagé na projetada História da 3ª RM v. 2, onde reunimos expressivo número de fontes primárias alusivas. Estudou-o Tarcísio Taborda, REB nº 4, 1993 (republicado) e apresentamos estudo específico no Seminário de Fontes para a História da Revolução Federalista em Bagé, em 1993, para publicação nos *Anais do Seminário*, v. 3. O cerco da Lapa é estudado, entre outros, por J. B. Magalhães — *A Consolidação da República*, Rio, Bibliex, 1947, e por Mario Teurinho REB, nº 4, 1993.

13. É estudado por José Luiz Silveira in: *Revolução Federalista*. Palegrá, CIPEL, 1993 (Antologia) e por João Pereira de Oliveira *Vultos e fatos nossa História*. Palegrá, M. Livreiro, 1985, 3ª ed.

apoio ao Marechal. Proclamada a República, retornou com o seu batalhão ao Rio. Major aos 25 anos de serviço, foi para o 26º (Alagoas) e, a seguir, para o 14º (Recife). Tenente-Coronel, em 21 de março de 1891, foi comandar o 31º (Ouro Preto). Em 1893, logo depois do início da Revolução Federalista, foi transferido, com o 31º, para Bagé, onde assumiu o comando da Guarda e Fronteira de Bagé, a cuja frente teve o seu glorioso e épico encontro com a História, ao comandar a resistência a todo custo, de Bagé, sob cerco dos federalistas.

Carlos Telles com essa resistência, impediu os federalistas de conquistarem Bagé — a chave de acesso a Pelotas, liderança republicana da Zona Sul do Estado, exercida pelo Coronel Pedro Osório, sobrinho do General Osório e seu alferes heróico em Monte Caseros — e mais a cidade de Rio Grande — porto marítimo onde poderiam operar a junção dos federalistas de Joca Tavares com os revoltosos na Armada, para, dali, conquistarem Porto Alegre e derrubarem Julio de Castilhos, além de atraírem as divisões gaúchas do Centro e do Oeste que operavam em Santa Catarina.

Permitiu, outrossim, que a Divisão do Sul, enviada em seu socorro, substituisse, na imensa fronteira aberta entre Bagé e Santana, a tropa do General Izidoro neutralizada por prisão ou degola.

Mais tarde, Carlos Telles socorreu a tempo o porto de Rio Grande, ameaçado pelo ataque de federalistas e revoltosos liderados

pelo Almirante Custódio de Mello. Em Canudos, Telles, com o seu legendário 31º, participou da 4ª e última expedição, na Coluna Savaget. Foi ferido em combate. Improvisou, com seus infantes, um Esquadrão de Cavalaria que desempenhou importante e inovador papel tático, na prevenção de emboscadas e surpresas, e logístico, no arrebanhamento de gado, essencial à alimentação da coluna.

Ele retornou a Bagé coberto de glórias como general-de-brigada, promovido em 15 de novembro de 1897, aos 49 anos de idade e 32 anos de serviço.

Seu nome virou legenda na fronteira de Bagé, no Rio Grande do Sul, e no Exército.

Faleceu de ataque cardíaco, em Bagé, na manhã de 7 de setembro de 1899, ao montar seu cavalo para presidir à parada comemorativa do 77º aniversário da Independência do Brasil.

Antônio Ernesto Gomes Carneiro (1846-94)¹⁴

Nasceu em Serro-MG, próximo a Diamantina, em 18 de novembro de 1846. Encontrava-se no Rio ao eclodir a Guerra do Paraguai. Tentou, sem sucesso, ingressar na Escola Militar. Decidiu então ser médico. Ele foi o Voluntário da Pátria nº 1 a alistar-se no 1º Corpo ali organizado. Como soldado VP combateu os invasores paraguaios em São Borja, em 10 de junho de 1865, ao comando

14. Estudaram-no, entre outros, J. B. Magalhães op. cit., nota 12; Cândido M. Rondon. *Gomes Carneiro — centenário*. Rio, Gab Foto — Exército, 1946; Robson Lopes Papandréa *Cadernos da Comissão...* Rio, Biblex-SENAI, 1991 pp. 245 e Maria Cecília Ribas Carneiro in: *Anais do CNHPPC da República no Brasil*. Rio, IHGB, 1984, v. 3, pp. 95 ss. O jornal *A Lapa*, ano V, nº 67 Edição Histórica sobre o cerco da Lapa em seu centenário e editado pela Prefeitura da Lapa é preciosa fonte sobre aquela epopeia e seus heróis e mandado editar pelo prefeito Joacir Gonçalves.

do Coronel João Manoel Mena Barreto. Combateu em toda a Campanha do Paraguai. Ferido gravemente em Estero Bellaco, ficou aleijado da mão esquerda. Foi ferido, pela segunda vez em Lomas Valentinas e, pela terceira, em Peribebu. Neste último combate, viu tombar, ferido de morte, o agora General João Manoel, seu primeiro e bravo comandante.

Em defesa da Pátria, empenhou nesta guerra a sua juventude, o seu sangue, o seu corpo e a sua alma. Ascendeu a tenente no Corpo de Voluntários. Antes do término da guerra, foi promovido a alferes do Exército, por bravura, e mandado servir no 14º BC (raiz do 6º BI de Caçapava-SP). Frequentou a Escola Militar no Rio (1871-75, Infantaria e Cavalaria). Em 1876 cursou, com brilho, fazendo jus a Espada de Honra, a Escola de Tiro (Realengo) comandada pelo intrépido e legendário herói popular do Exército, Coronel Antônio Tibúrcio Ferreira, que o convidou para secretário e instrutor de Artilharia. Com Tibúrcio, seguiu para a Escola Militar de Porto Alegre e lá se constituiu no melhor colaborador de seu comandante o qual, a certa altura, lhe fez esta referência oficial consagradora: "Este oficial sempre conquista menção especial dos chefes com quem serve. Pertence à turma brilhante dos estudantes que correram pressurosos às armas como Voluntários da Pátria. De soldado, e sem o menor privilégio ou recomendação que não por mérito pessoal, virtudes militares e valor revelados em muitos combates, conseguiu elevar-se ao posto de tenente... Não tenho encontrado, durante 27 anos de serviço, soldado mais completo e nem oficial mais

nobre do que o Capitão Gomes Carneiro... Ele estuda com interesse tudo o que se refere à profissão das armas..."

A admiração recíproca entre os dois bravos, foi selada com o casamento de Gomes Carneiro com Margarida, filha do Coronel Tibúrcio.

Em 1880, Gomes Carneiro concluiu Engenharia na Escola Militar, aos 34 anos. Era um soldado completo: Infante, Cavalariano, Artilheiro e Engenheiro. Trabalhou na construção de ferrovias e linhas telegráficas e esteve no Paraná e Santa Catarina como inspetor das colônias Juathy e Santa Tereza. Integrou a Comissão de Construção de Linhas Telegráficas, onde fez o seguinte apelo: "Tenente Cândido Rondon, venha desbravar os sertões do Brasil comigo!", e dele, Rondon, recebeu influência decisiva. Militarizou o Corpo de Bombeiros do Rio, onde combateu a Revolta na Esquadra. Foi aí que recebeu a derradeira missão, que cumpriria exemplarmente, com o sacrifício da própria vida. Missão que assim interpretamos: *"Conter a todo o custo os federalistas e revoltosos na Armada concentrados em Santa Catarina que invadirão o Paraná com o objetivo de conquistá-lo e após atingir São Paulo e o Rio de Janeiro. Isto, até dar tempo para que o governo possa enviar recursos ou concentrá-los na barreira de Itararé, em São Paulo e organizar a Esquadra Legal."*

No "cumprimento fiel a todo o custo" teve o seu glorioso e épico, mas mortal, encontro com a História Militar do Brasil, na Lapa.

A ele muito se ajusta este verso de Camões,¹⁵ o poeta soldado:

15. *Lusíadas* — Canto IV — LXXVIII.

*"Faz as pessoas altas e famosas
A vida que se perde ou que periga,
Que quando ao medo infame não
/ se rende
Então, se menos dura, mais se estende."*

O CERCO DE BAGÉ

Joca Tavares, ao invadir o Rio Grande pela segunda vez, deu início ao cerco de Bagé, em 23 de novembro de 1893. A seguir, com o grosso estimado em 5.000 homens, atacou o Comando-em-Chefe das Operações contra a Revolução no Rio Grande, na Estação de Hulha Negra, próxima a Bagé. Após renhido combate, os governistas, ao comando do Marechal Izidoro, se renderam sob garantia de vida. A negociação foi feita por representação governista delegada ao Coronel de Infantaria Donaciano Pantoja, comandante do 28º BI do Exército, a mais expressiva força à disposição do Marechal Comandante-em-Chefe.

O acordo de rendição sob garantia de vida foi desrespeitado pelos federalistas, dando lugar, segundo consenso da história, tradição e folclore do Rio Grande, ao massacre,¹⁶ por degola, de mais de 300 civis que constituíam a Cavalaria Civil Patriota do Marechal Izidoro.

O massacre sem precedentes em nossa História Militar, foi executado, segundo o escritor federalista Wenceslau Escobar,¹⁷ “pelo uruguai Adão Latorre com uma companhia de argentinos, mercenários correntinos”. O escritor assim se referiu ao episódio: “Perante as leis da Humanidade, jamais os assassinatos de Rio Negro poderão ser justificados.” Sob a responsabilidade moral de Joca Tavares, até que o Tribunal da História o absolve, foi executado, segundo aponta a História, por seu irmão, genro e sobrinho José Bonifácio Nunes da Silva Tavares (Zeca Tavares).¹⁸

Tropas capturadas do Exército, do 28º BC e parte do Corpo de Transportes, foram obrigadas a lutar contra o Governo com o

16. Vide, do autor, artigo na RIHGB, 1993, na Zero Hora Porto Alegre, 27 de novembro de 1993, Letras em Marcha, novembro/dezembro de 1993, O Liberal, Canguçu-RS, 26 de novembro de 1993, no Folha Popular, Santana-RS, 30 de novembro de 1993, no Tradição, Porto Alegre, novembro de 1993 e em Revolução Federalista. Palegr, CIPEL, 1993 (Antologia) etc. Sendo assunto controverso encaminhamos, a diversas entidades, monografia sob o título “O Massacre do Rio Negro” para estudo mais sôrano que se impõe. Estudo enviado ao IHGSC e ao IHGA Paraná. O massacre do Rio Negro tem sido objeto de uma ação memoricida, com vistas a occultá-lo da posteridade. Foi disfarçado pela lenda da Lagoa da Música e própria História do Exército (Brasília, EME, 1972) v. 2, p. 101, através do escritor convidado para redigi-la, que reduz o episódio a um cerco rompido pelos federalistas. Menciona que o 30º BI foi massacrado, o que não aconteceu. Enfim, é um capítulo que necessita revisão, que procuramos fazer no projetado História da 3ª RM. O massacre do Rio Negro é um exemplo de manipulação histórica e de ação memoricida até agora bem sucedida. A intervenção que aqui fazemos é em homenagem aos traídos no Rio Negro e aos dois mártires do Exército que foram fuzilados por protestarem com a traição seguida de massacre.

17. Apontamentos para a Revolução Rio-grandense. Palegr, Liv. Globo, 1920 e reeditado pela Universidade de Brasília e que apreciamos em artigo “A Revolução em Canguçu” em A Revolução Federalista. Porto Alegre, CIPEL, 1993. O livro de W. Escobar e xíofágico da resposta a ele — O Coronel Sampaio e os Apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar, publicado no mesmo ano e na mesma editora. É obra rara, pouco consultada e, particularmente, referenciada. Foi Wenceslau Escobar, na op. cit., que mencionou, injustamente, que Gómes Carneiro havia mandado atirar em civis, o que causou grande irritação no Paraná e em Mario Tourinho, veterano da resistência da Lapa. Por esse detalhe pode-se concluir a paixão partidária do autor.

18. Vide libelo em poesia popular por Carlos Benjamin da Silva, In: Fontes da História da Revolução de 93. Bagé, URCAMP, 1992.

nome de Batalhão Ernesto Paiva.¹⁹ Igual destino teve a tropa da Brigada Militar. Pereceu em ação seu comandante, Utalis Lupe.²⁰

Por haverem protestado por tamanha traição e fereza, foram fuzilados dois oficiais do Exército, um dos quais foi o alfaiate Napoleão. Um oficial civil preferiu o suicídio à humilhação da degola por mercenários estrangeiros em sua pátria.²¹

Tarcísio Taborda, magistrado e historiador bageense, assim classificou o massacre do Rio Negro:²² "Rio Negro, terrível episódio que dizimou governistas e se tornou o símbolo da traição e da deslealdade para com o inimigo já vencido."

O Coronel Sampaio, comandante da Divisão do Sul, que libertou Bagé, deixou impressionante depoimento sobre o que viu em Rio Negro.²³

A partir da obra do citado Wenceslau Escobar, de 1920, alguns escritores procuram explicar a hecatombe de Rio Negro²⁴ com apoio no telegrama, urgente, reservado e cifrado,²⁵ expedido em 2 de novembro de 1892, de Bagé, ao Marechal Floriano, por

seu enviado ao Sul para conferenciar com Joca Tavares — o General João Telles, que mais tarde iria combater o próprio Joca Tavares, por cerca de 8 meses, até ser substituído pelo Marechal Izidoro Fernandes.

O telegrama não resiste à crítica histórica, à luz da Heurística, quanto à sua **integridade e veracidade**. Quanto à **integridade**, por ser desconhecido, até hoje, o texto em claro da parte em código. Quanto à **veracidade**, por haver o irmão de Joca Tavares, o Dr. Francisco Tavares e Barão de Santa Tecla denunciado os reais objetivos da conferência Joca Tavares x João Telles.²⁶

O massacre do Rio Negro tem suas raízes no combate do Seival, de 10 de setembro de 1836,²⁷ no qual Antonio Netto, liderando ancestrais de Bagé, Piratini, Canguçu e Pinheiro Machado, dos massacrados em Rio Negro, impuseram pesada derrota ao Coronel João da Silva Tavares, pai de Joca Tavares, que também partilhou da derrota. O combate criou condições para a Proclamação da República Rio-grandense, em Campo do Meneses, no dia seguinte.

19. Morto na reação a revolta em Porto Alegre em junho de 1992 que repôs Julio de Castilhos no governo do Rio Grande. Era um leiloeiro.

20. Vide Ivo Gaggiani. Um século da morte de Utal Lapi. *A Platéia*. Santana, 1º de dezembro de 1993 (Comandante morto em Rio Negro).

21. Confirmado por Tarcísio Taborda, na abertura do Simpósio de Microhistória em D. Pedrito, outubro de 1993, tendo sua palestra por título: Microhistória.

22. Conclusão que mencionou na fonte citada, na nota 12.

23. Vide consideração nota 17. O Coronel Sampaio foi o comandante da Divisão do Sul que obrigou os federalistas de Joca Tavares a levantar o sítio de Bagé. Os historiadores devem submeter a Heurística as duas fontes. Vem predominando as considerações de W. Escobar, em razão da raridade da do Coronel Sampaio.

24. Classificação de Germano Hasslocher ex-federalista indignado com o massacre em obra. *A verdade sobre a revolução*. Palegrave, s.ed., 1894, 1ª ed. Saíram mais duas edições.

25. Publicado na obra Epaminondas Villaba. *Revolução Federalista no RGS*. Rio, Laemert, 1897. Doc 36, p. 69.

26. *Op. cit.* nota anterior, Doc 41, pp. 85-87.

27. Vide, do autor, "O combate do Seival". *ADN* nº 706, julho/agosto de 1986, pp. 44/85 e *Diário Popular*, Pelotas, 11 de junho de 1985. A Brigada do General Neto era constituída de gente dos atuais municípios de Bagé, Piratini, Canguçu e Pinheiro Machado, que constituíam então o município de Piratini, terras natais dos massacrados em Rio Negro.

Considero o Combate do Seival como o berço da centenária República do Brasil, proclamada em 15 de novembro de 1889 e recentemente consagrada em plebiscito.

Sobre Rio Negro, em nome da verdade e da justiça históricas, temos produzido estudos, na *RHGB* (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), nos jornais *Zero Hora*, *Tradição*, *Letras em Marcha*, *Ombro a Ombro*, etc.²⁸

O massacre do Rio Negro foi respondido, em Boi Preto-RS (14 de abril de 1894) sob a responsabilidade de Firmino de Paula, imolando federalistas sem nenhuma ligação com ele.

REPERCUSSÕES DO MASSACRE DO RIO NEGRO

A derrota, seguida do massacre do Rio Negro e do cerco de Bagé, alarmou o governo central. Foi um duro golpe estratégico. O Ministro da Guerra e amigo de Floriano Peixoto, General-de-Brigada Antônio Francisco de Moura, deslocou seu QG para Porto Alegre e assumiu a direção das operações contra a Revolução no Rio Grande. Fez o comandante da atual 3^a RM, General Bacellar, deslocar o seu QG para a cidade de Rio Grande e incumbir o Coronel João Cesar Sampaio, comandante do 29º BI e das guarnições de Pelotas e Rio Grande, de organizar, a partir de Pedro Osório (atual), a Divisão do Sul,²⁹ para socorrer Bagé,

cercaada, e cobrir a fronteira Bagé-Santana, aberta desde a destruição da força do Marechal Izidoro, em Rio Negro, e do cerco de Carlos Telles, em Bagé.

A RESISTÊNCIA DE BAGÉ

O cerco de Bagé foi iniciado em 23 de novembro. Em 28, foi bastante apertado, após eliminada a resistência em Rio Negro, onde os federalistas receberam substanciais reforços — homens, cavalos, armamento e munição. O cerco durou 46 dias.

Só foi levantado à aproximação da Divisão do Sul e, também, da Divisão do Oeste, que cerrava, vinda da região SO do Rio Grande, ao comando do General honorário Hipólito Pinto Ribeiro. Durante 46 dias, sob a firme e obstinada liderança do Coronel Carlos Telles, os defensores de Bagé escreveram uma página imortal de resistência a todo o custo. O cerco foi rigoroso. Os defensores, circunscritos a um pequeno espaço em torno da catedral São Sebastião, presenciaram deserções dos fracos e dos dúbios, sofreram os efeitos da espionagem e de atiradores de tocaia. Sentiram os efeitos da fome, da sede e da falta de remédios. Comeram figos crus, caruru cozido e tudo que pudesse abrandar-lhes a fome. Até o cavalo tordilho de Carlos Telles foi devorado. Carlos Telles foi ferido num ombro, a bala, ao liderar, pessoalmente, um contra-ataque a uma derradeira tentativa federalista de atingir

28. Vide nota 16. O artigo foi publicado no *Jornal do Commercio*, no Rio. Não o foi no *Diário Popular de Pelotas*, talvez por ter sido extraviado.

29. A organização detalhada da Divisão do Sul e sua atuação consta da op. cit. do Coronel Sampaio na nota 17. Obra que, por um mistério, esgotou-se e é xifópaga da que ela respondeu.

o centro da resistência ao cerco, através de uma brecha resultante da demolição de muros e paredes de casas. Essa resistência lendária, mas pouco conhecida e divulgada no Brasil, provocou, entre os 900 defensores, 121 baixas, das quais 24 mortos. Um irmão de Gomes Carneiro comandou a resistência na trincheira entre as ruas Amazonas e Veríssimo.

Escreveram essa página épica, sob a liderança de Carlos Telles, o 31º BI (formador do 9º BI Mtz-Pelotas), o 4º R Artilharia (unidade ainda em Bagé), parte do Corpo de Transporte, ao comando do neto homônimo do líder farrapo Bento Gonçalves da Silva, e um contingente do atual 1º BFv sediado em Lajes-SC. Esse conjunto do Exército foi reforçado por um batalhão da Brigada Militar, por Patriotas de Bagé e pela Guarda Aduaneira. Não havia Cavalaria.

Cercar Bagé por 46 dias e ali esgotar-se, após eliminada a resistência de Rio Negro, foi um grave erro estratégico de Joca Tavares. Ele poderia, com sua força à base de Cavalaria, ter fixado Bagé e prosseguido sobre Pelotas e Rio Grande por ferrovia. Em Rio Grande, acolheria revoltosos da Armada, para prosseguir sobre Porto Alegre, derrubar Julio de Castilhos e, a seguir, apoiar os federalistas e revoltosos de Santa Catarina e Paraná rumo ao Rio, por atrair sobre si as divisões gaúchas do Centro e do Norte. Ao contrário, se exauriu no cerco de Bagé e deu tempo para a mobilização da Divisão do Sul, enviada para libertar Bagé ao comando do

Coronel Sampaio, que deixou, sobre sua missão, importante mas raríssima fonte de ensinamentos, muito pouco explorada e curiosamente ausente na maior parte das bibliografias de trabalhos sobre a Revolução Federalista no Rio Grande. Predominando, em seu lugar, a obra de Wenceslau Escobar, em resposta à sua. Elas são, insisto, fontes xifópagas que não podem ser apreciadas isoladas por quem se intitula historiador.

Carlos Telles recebeu diversos apelos para a capitulação. Entre eles, os de Joca Tavares e Zeca Tavares, aos quais mandou dizer: *"Peço que transmitam ao General (Joca) Tavares que o nome e as glórias que alcançou foram no seio do Exército, e, portanto, não pode ignorar que o soldado brasileiro não capitula, mesmo que se encontre fraco, e muito menos nós que estamos fortes, defendendo um governo legalmente constituído e as instituições de nossa Pátria. Ele, General Tavares, é que deve depor as armas, porque está fora da lei como revolucionário..."*

Enviou recado duro e firme aos desertores do Exército das tropas de Tavares que apelaram a que se rendesse.

O CERCO DA LAPA

A Revolta na Armada,³⁰ com apoio de federalistas, estabeleceu seu governo na Ilha de Santa Catarina. Atraídos por este evento e sob pressão das divisões gaúchas do Centro e do Norte,³¹ os revolucionários Gumersindo

30. Estudámo-la no artigo "O Centenário da Revolta da Esquadra" (1893-94) na ADN, 762, Out/Dez 1993, pp. 25-58, com 36 notas ao texto, extensa lista de fontes consultadas e 4 apêndices: Navios de guerra que participaram da intervenção estrangeira; "A Esquadra de Papelão"; o embaixador do Brasil nos EUA; e o Almirante Jerônimo Gonçalves, comandante da Esquadra Legal. Foi palestra no IHGB sobre a Diplomacia do Brasil na República Velha.

31. A do Centro era comandada pelo General Arthur Oscar, que comandaria a 4ª expedição a Canudos, tendo por força principal o 30º BI de Porto Alegre. A do Norte, proveniente das Missões, era comandada pelo General Rodrigues Lima, da qual fazia parte Pinheiro Machado. Existia a Divisão do Sul criada para libertar Bagé e a do Oeste, na região Sudoeste do Rio Grande, e em cuja zona-de-ação pereceu o Almirante Saldanha da Gama.

Saraiva, Piragibe e Salgado, para lá se dirigiram.

Para reconquistá-la, o Governo nomeou o General Argolo, comandante da atual 5ª RM que, no Paraná, encontrou um quadro desolador: as unidades do Exército (17º BI, 8º RC e 4º R Art) eram nominais; juntas, possuíam um efetivo de cerca de 200 e, com o Batalhão de Segurança do Paraná, somavam 400 homens.³²

Após fazer o possível dentro do alcance de sua liderança para colocar essa tropa urbana em campanha, iniciou sua missão. De 1º a 12 de novembro de 1893, percorreu Curitiba, Lapa, Rio Negro, Lençóis, São Bento e Thompson, sem receber os reforços esperados. Informes que recebeu deram conta da possibilidade de ser atacado pela frente e retaguarda, pelos federalistas, e colocar em perigo a única força do Exército do Paraná. Contramarchou, de 13 a 26 de novembro, até a Lapa, onde passou o comando ao Coronel Gomes Carneiro e retornou ao Rio. No Sul, faziam três dias que havia sido iniciado o cerco de Bagé e estava sendo travado o combate do Rio Negro. A nível federal, a situação era grave e, no Rio, a Revolta na Armada continuava ameaçadora.

Por 51 dias, até o início do cerco da Lapa, Gomes Carneiro fez tudo para bem cumprir sua missão.

Projetou uma ofensiva que a prudência do líder civil da Lapa o bravo Coronel Lacerda desaconselhou e que Floriano prudentemente desaprovou em 14 de dezembro de 1893, através do General Pego

Junior, que então assumira o comando da atual 5ª RM. A desaprovação chegou no momento que Gomes Carneiro havia obtido brilhante vitória sobre Piragibe, em 13 de dezembro, na ponte sobre o Rio da Várzea. A partir de 14, recebeu ordem de defender, a todo o custo, a Lapa. No Sul, à essa época, havia ocorrido o massacre do Rio Negro, Bagé estava no 21º dia de cerco e a Divisão do Sul, para socorrê-la, em organização em Pedro Osório-RS atual.

O efetivo da Lapa fora reforçado com a Guarda Nacional e oscilou de 400 a 1.400, caindo para 900, após dali serem retirados 500 homens pelo General Pego Junior, e, finalmente para 500 homens, em consequência de deserções, mortes e ferimentos durante o cerco.

Quando o General Pego Junior partiu em socorro da Lapa, com 400 homens, ela já estava cercada. Retornou a Curitiba, célebre, e sua tropa "evaporou-se no caminho". No dia 19 de janeiro, já levantado o cerco de Bagé havia 11 dias, o General Pego se dirigiu a São Paulo com somente 70 homens. No dia anterior, a Lapa tinha sido isolada do mundo pelo telégrafo e pela ferrovia. O General Pego Junior foi destituído do comando, julgado e condenado a morte, por haver desamparado Gomes Carneiro. Posteriormente, foi absolvido pelo STM e reintegrado ao Exército, como professor de Descriptiva, na Escola Militar. Teve sua atitude defendida por Rocha Pombo³³ e pelo Coronel Cordolino de Azevedo³⁴ — defesas a serem consideradas num julgamento sereno pelo Tribunal da

32. Vide Mario Tourinho, general-de-brigada. Memória do cerco da Lapa. REB, nº 4, 1993, pp. 7-28.

33. Correio da Manhã, Rio, 12 de dezembro de 1925.

34. O General Pego Junior e a invasão do Paraná. Rio, Santa Cruz dos Militares, 1944.

História. Pego Junior viera do comando da atual 3ª RM³⁵ e esta é uma grande diferença dos cercos de Bagé e da Lapa. Para socorrer Bagé foi organizada a Divisão do Sul. Em 22 de janeiro de 1894, sétimo dia de cerco, a Lapa conheceu a retirada do general para São Paulo e a queda de Tijucas, fato que provocou muitas deserções. A Lapa teria que contar somente com os seus recursos para enfrentar reforços da frente de Tijucas etc.

A RESISTÊNCIA DA LAPA

O cerco durou 26 dias, de 17 de janeiro a 11 de fevereiro de 1894, ou 20 dias menos do que o de Bagé. Na Lapa, os atacantes ocuparam elevações ao seu redor, com dominância de vistas e fogos, o que não ocorreu em Bagé, onde a posição de resistência era protegida pelo casario e pelas trincheiras, muitas delas feitas com fardos de lã de ovelha.

Os atacantes cercaram a Lapa a distância e, aos poucos, foram apertando o cerco e dirigindo, sobre suas defesas, descargas de fuzil e Artilharia. Dia 18 foi cortado o telégrafo. De 15 a 21 de janeiro, foram seis dias de expectativas. Dia 22, após Gomes Carneiro repelir proposta para parlamentar, travou-se um grande combate. Foi grande a deceção na praça ao conhecer a queda de Tijucas e a retirada do General Pego e, com isso, a desesperança de reforços. Houve muitas deserções e os atacantes conquistaram importantes posições aproximadas da

resistência, no Cemitério, Engenho Lacerda e Estação Ferroviária. De 23 a 26 de janeiro, por quatro dias, os defensores foram caçados a tiros de fuzil e martelados pela Artilharia, reforçada com canhões terrestres e navais, para ali roçados depois das quedas de Paranaguá, Curitiba e Tijucas.

Dia 27 de janeiro os atacantes assentaram um canhão e uma metralhadora no Cemitério e ocuparam a importante posição do Alto da Cruz. Aí o cerco aproximado da Lapa se consumou e a resistência se concentrou num retângulo de cerca de 800 x 400 metros. A essa altura dos acontecimentos, o panorama era desolador. Animais mortos, homens cansados e estressados, a munição escasseando. As chuvas transformaram as trincheiras em lodaçais e a posição continuava sendo martelada por fuzis e Artilharia. Dia 2 de fevereiro, sob a liderança de Gomes Carneiro, foi repelido um ataque pelo Sul, Norte e Leste.

Dia 4, os atacantes usaram o ardil de um combate simulado com republicanos em socorro à Lapa, para obrigar Gomes Carneiro a sair das trincheiras, à procura de junção com os socorristas. Nem se moveu. Preocupados, seus auxiliares perguntaram como ele havia descoberto o ardil e o antigo instrutor de Artilharia respondeu: "Os canhões estão dando tiros de pólvora seca..."

Dia 7, travou-se violento combate, e os federalistas que tentaram penetrar na posição foram repelidos. Aí começou a tragédia da Lapa. Quando Gomes Carneiro liderava a resistência, foi ferido mortalmente ao socorrer um companheiro. Atingido quando praticava

35. Estudâmo-lo e a sua ação no comando da atual 3ª RM, na projetada *História da 3ª RM*, v. 2.

a forma mais excelsa de virtude militar, a camaradagem, o socorro de um companheiro ferido. Gomes Carneiro continuou a exortar à defesa a todo o custo. Dia 9, após seu corpo baixar a sepultura, tudo começou a desmoronar. Ainda havia víveres para 4 dias e 400 homens nas tricheiras. O comando foi repartido entre as forças do Exército e as civis. Mario Tourinho mencionou cerca de 61 baixas das quais 6 oficiais mortos, 3 feridos e 50 soldados, entre mortos e feridos, ou seja, a metade das baixas em Bagé, mais acentuada entre os oficiais. Dia 11, ocorreu a capitulação generosa, diferente da de Rio Negro, onde os civis foram massacrados, e talvez o tivessem sido em Bagé, caso ela tivesse caído em poder dos mesmos responsáveis morais pelo massacre de Rio Negro. A capitulação é descrita por Davi Carneiro e Mario Tourinho, que ali combateu.³⁶

"A resistência da Lapa cavou a sepultura da Revolução." Os federalistas hesitaram entre fixar a Lapa e prosseguir para o Norte, ou eliminar a sua resistência, temendo que as divisões gaúchas do Centro e do Norte a libertassem e, com ela, engrossassem as forças republicanas em seu encalço.

O tempo gasto com a resistência a todo o custo dos heróis da Lapa, civis e militares, liderados pelo providencial General Gomes Carneiro, secundado pelo Coronel Joaquim Lacerda, permitiu tornar intransponível a barreira de Itararé e ganhou tempo para a organização da Esquadra Legal no NE, livre de intervenção de Custódio de Mello, que a Lapa fixou e que possuía domínio naval sobre o litoral.

A equação do tempo foi agravada com os revolucionários desperdiçando-o em festas e bailes em Curitiba, segundo Izidoro Dias Lopes, revolucionário também.

A dupla ata de capitulação da Lapa exigida pelos líderes revolucionários abriu as portas, na Lapa lendária, aos demônios de difícil exorcização, que todas as revoluções carregam em suas entradas e que determinam, na maioria das vezes, sua própria destruição. As contradições, disputas por liderança, inveja, ciúmes, vaidades e ambições incontroláveis, etc. determinaram a perda da unidade de comando e a confusão. Os "demônios" minaram a revolução da Lapa, Curitiba e Ponta Grossa dando tempo precioso às forças do Governo lançadas de Itararé para que, sem reação, entrassem em Curitiba, em 1^o de março de 1894, cerca de 2 meses e meio após a capitulação da Lapa e libertassem o Paraná. Esta foi, mais uma projeção da resistência a todo o custo da Lapa imortal, para não se falar no tempo que assegurou à organização da Esquadra Legal no Recife.

A barreira de Itararé, que provocou a reunião de federalistas em Ponta Grossa, de onde decidiram retornar ao Sul, foi documentada pelo Coronel PMSP Pedro Dias Campos,³⁷ em obra pouco conhecida, consultada e referenciada.

As resistências épicas aos cercos de Bagé e da Lapa colocaram, no Panteon dos heróis militares do Brasil, os Generais Carlos Telles e Gomes Carneiro e seus liderados nas resistências que comandaram, bem como Gumer-

36. Vide op. cit. nota 32 e de Davi Carneiro, *O cerco da Lapa e os seus heróis*. Rio, Bibliex, 1991. Ele descreve o cerco e a moldura de seus antecedentes e consequências.

37. A Revolta de 6 de setembro — A ação de São Paulo, Paris, Tip. Hillaud, 1915.

sindo Saraiva³⁸ e seus "Voluntários do Martírio",³⁹ e Custódio de Mello, generosos na capitulação de Paranaguá, Tijucas e Lapa.

O General Joca Tavares, embora tenha representado a revolução, na Paz de Pelotas,⁴⁰ não mereceu o mesmo destaque pela responsabilidade moral perante o Tribunal da História pelo massacre do Rio Negro, de civis inermes que capitularam sobre garantia de vida.

E mais, por haver se esgotado no cerco de Bagé onde fracassou, ao invés de fixá-la, desperdiçando as seguintes possibilidades:

- conquistar Pelotas, centro da resistência republicana, liderada pelo Coronel Pedro Osório;

- conquistar Rio Grande e, ali, em seu porto, operar junção com a Revolta na Esquadra, que lhe criaria condições de:

- ligar-se, através dos navios revoltosos, com os federalistas de Santa Catarina e

Paraná, pelos portos de Florianópolis (atual) e Paranaguá etc;

- conquistar mais um porto para a Revolta na Esquadra;

- com auxílio da Revolta na Esquadra, tentar conquistar Porto Alegre, depor Júlio de Castilhos e assumir o controle do Estado;

- atrair, sobre o Rio Grande, as divisões gaúchas do Centro e do Norte, aliviando as frentes federalistas em Santa Catarina e Paraná;

- , finalmente, reforçar os revolucionários de Santa Catarina e de Paraná,⁴¹ e prosseguir para o Rio.

História é verdade e justiça.

A razão de não haver prosseguido sobre Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre é um enigma. Passou a integrar o rol das ocasiões perdidas, como, na última guerra, Dunquerque não ter sido atacada e impedida a retirada de ingleses e franceses para a Inglaterra. □

SIGLAS E ABREVIAÇÕES

AMAN — Academia Militar das Agulhas Negras.

ANAIS do CNHPPC da República no Brasil — Anais do Congresso Nacional de História da Propaganda, Proclamação e Consolidação da República no Brasil. Rio, IHGB, 1989, 3v.

BIBLIEX — Biblioteca do Exército.

CADERNOS da COMISSÃO... — Cadernos da Comissão Coordenadora no Exército das Comemorações dos Centenários da República e da Bandeira Nacional. Rio, Bibliex-Senai, 1991.

ADN — A Defesa Nacional, revista.

38. Refere-se, com grande admiração, a Gumersindo Saraiva, o General José Cândido da Silva Muricy, em *A Revolução de 93 nos Estados de Santa Catarina e Paraná (memórias)*. Rio, Bibliex, 1946.

39. Título do livro do Dr. Angelo Dourado, médico baiano que casou em Bagé e acompanhou Gumersindo Saraiva em sua marcha. Existe uma edição em Pelotas, Liv. Americana, 1896 e outra fac-símile, Porto Alegre, Martins Livreiro, 1977.

40. Sobre a paz de Pelotas e a Revolução, existem valiosos documentos na obra *Arquivos presidenciais — Prudente de Moraes*. Rio, IHGB, 1990, organizada por Herculano Matias.

41. O futuro General José Bernardino Bommann, 1844-1925, natural de Pelotas e futuro chefe de Estado-Maior do Exército, combateu a Revolução no Paraná e escreveu o livro *Dias Fraticidas — História da Revolução Federalista no Paraná*. Curitiba, 1901 e 1906. 3v. Era veterano do Paraguai. Foi ajudante-de-ordens e biógrafo de Caxias. Historiador, autor de obra sobre as guerras contra Oribe e Rosas, Aguirre e do Paraguai.

QG — Quartel General.

RCM — Revista do Clube Militar.

REB — Revista do Exército Brasileiro.

RIHGB — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

RM — Região Militar.

S Doc Ge Marinha — Centro de Documentação Geral da Marinha.

VP — Voluntários da Pátria.

QUADRO COMPARATIVO DAS RESISTÊNCIAS AOS CERCOS DE BAGÉ E DA LAPA

FATORES DE COMPARAÇÃO	CERCO DE BAGÉ 23 Nov 1893 - 8 Jan 1894	CERCO DA LAPA 16 Jan a 11 Fev 1894
- Comandantes da resistência	- Cel Inf. Carlos Telles	- Cel Eng. A. Gomes Carneiro
- Comandantes dos cercos	- João Nunes da Silva Tavares	- Gumersindo Saraiva
- Duração dos cercos	- 46 dias	- 26 dias
- Efetivo atacante	- Cerca 3.000	- Cerca 3.000
- Efetivo cercado	- 900	- 900
- Baixas nos defensores	- Cerca de 124	- Cerca de 53
- Natureza das baixas	- 4 of mortos 4 of feridos 30 pr mortas e 4 pr feridas As baixas não incidiram sobre as lideranças da resistência. Alguns oficiais mortos eram auxiliares de Carlos Telles que foi ferido	- 09 of mortos 8 of feridos 21 pr mortas, 33 pr feridas As baixas por mortes incidiram sobre as lideranças da resistência — Gomes Carneiro, Dulcidio, Amintas e foi o dobro entre os oficiais do que Bagé.
- Uso de Artilharia pelos atacantes	- Não usaram e não a tinham	- Houve uso pesado e reforçado
- Atuação Infantaria na defesa da posição cercada	- Foi em maior nº e mais eficaz com o 31º BI mais treinado	- Foi em menor nº e reduzida a do 17º BI com a metade em SC
- Domínio de vistas e fogos sobre a tropa cercada	- Não houve. Os atacantes estavam no mesmo nível da defesa.	- Houve das elevações que circundam e dominam a Lapa.
- Temor de massacre dos defensores	- Havia face ao massacre do Rio Negro conhecido em Bagé.	- Não houve à luz da capitulação generosa de Tijucas
- Esperança de recebimento de socorros	- Havia e ocorreu no 46º dia de cerco com a Divisão do Sul	- Não havia e não ocorreu. Era a única resistência
- Deserções	- Houve em menor número. O moral era mais elevado.	- Houve em grande número após o 5º dia de cerco
- Fome entre os defensores	- Houve. Foram esgotadas as provisões e consumido tudo que pudesse servir de alimento	- Na capitulação ainda existiam viveres para 4 dias
- Munição dos defensores	- Escasseou mas não faltou	- Escasseou mas não faltou

(continua)

(continuação)

QUADRO COMPARATIVO DAS RESISTÊNCIAS AOS CERCOS DE BAGÉ E DA LAPA

FATORES DE COMPARAÇÃO	CERCO DE BAGÉ 23 Nov 1893 - 8 Jan 1894	CERCO DA LAPA 16 Jan a 11 Feb 1894
- Uso da Artilharia pelos defensores	- Existia e atuou bem	- Existia e atuou bem
- Qualidade da posição	- Melhor e não dominava. Houve apoio de Engenharia	- Pior e dominada
- Resultado da resistência	- Não capitulou	- Capitulação 26º dia de cerco
- Unidade de Comando	- Houve nas mãos de Carlos Telles todo o tempo	- Não foi efetiva houve problemas e riu após o ferimento de Gomes Carneiro.
Projeção	Impedi Joca Tavares de: - Conquistar Pelotas liderança republicana na Zona Sul-RS - Conquistar o porto de Rio Grande e operar junção com a Revolta da Esquadra. - Com apoio naval conquistar Porto Alegre e depor Júlio de Castilhos.	Gomes Carneiro na Lapa: - Assegurou cerca de 36 dias a organização da Barreira Itararé - Cerca de 26 dias para o Governo concentrar seus esforços no combate a Revolta no Rio
Estratégica das Resistências	- Atrair para o Rio Grande do Sul suas divisões do Centro e Norte aliviando a Revolução no Paraná e Santa Catarina. - Integrar a revolução no Rio Grande com SC, PR, RJ e DF através do mar. - Permitir a cobertura da fronteira aberta Bagé-Santana, com a Divisão do Sul que substituiu a tropa do Governo presa ou massacrada em Rio Negro. - Liberar as atenções do Ministro da Guerra a Lapa cercada e a Revolta na Armada na Guanabara e apoiar com alunos das escolas militares a formação das guarnições dos navios da Esquadra legal	- Cerca de 30 dias para a organização e adestramento da esquadra legal no Nordeste que atuou em SC e PR, 2 meses após a capitulação da Lapa. - Ajudou a fixar o Alto Custódio em SC e PR e não atacar, tendo o domínio naval, a Esquadra Legal em organização no Nordeste. Deu tempo a aproximação das divisões gaúchas do Centro e Norte pressionaram mais perto a Revolução no PR e SC - Retardou por cerca de 135 dias o ataque de Custódio ao Porto do Rio Grande que por volta de 20 Jan teria sido surpreendido conquistado e de difícil retomada e, assim, dotar a Revolução e a Revolta de portos Rio Grande, Paranaguá, Florianópolis e Rio etc. - Se Tijucas tivesse resistido mais e não se rendido em condições de muito resistir segundo Izidoro Dias Lopes, teria se agravado mais o retardar da Revolução e Revolta no Paraná.

CONCLUSÃO

Para a menor duração da resistência na Lapa concorreram:

- Dominância de vistas e fogos sobre a posição.
- Uso pesado de Artilharia contra a Lapa reforçada por Artilharia de Tijucas etc.
- Moral mais baixo com mais deserções, após conhecida a fuga do governador e cmt militar do Paraná e desesperança de receber reforços.
- Neutralização do comandante da resistência no 21º dia junto com 2 dos comandantes de unidades.
- Menor dosagem de tropas do Exército em especial infantaria e baixas entre os oficiais defensores mais de o dobro do que em Bagé, que não sofreu bombardeios de Artilharia. A desesperança de socorros minou o moral de muitos defensores menos o de Gomes Carneiro que vivo afirmava: Por aqui não passam!



Os Grandes Blocos Regionais de Comércio e o GATT*

Sergio Domingos de Figueiredo**

Matéria extraída de palestra proferida, pelo autor, em 14.09.94, no I Encontro Escola Superior de Guerra e Universidade Estadual do Rio de Janeiro — "O Brasil e a Nova Ordem Internacional".

Anova ordem mundial, decorrente do fim da "Guerra Fria" e da bipolaridade, nos apresenta um mundo multifacetado. No campo político e militar, há uma concentração de poder numa única superpotência ao passo que, no campo econômico, identificamos uma multipolaridade, onde megapotências econômicas de magnitude semelhante, por sua força catalisadora, atraem outros países para sua esfera de influência dando origem aos chamados Blocos Econômicos.

Visto por outro ângulo, a formação de Blocos Econômicos se constitui numa evo-

lução natural da sociedade contemporânea, impulsionada, principalmente, pelo vertiginoso desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia.

O homem, na busca do seu bem-estar, ao longo da História, tem se valido do comércio como o principal instrumento de expansão de sua área de influência.

Foi o comércio que levou os portugueses a descobrirem o caminho marítimo para as Índias e foi o comércio que trouxe Pedro Álvares Cabral ao Brasil, em 1500.

Podemos assim afirmar ser o Brasil uma consequência direta do comércio, dentro do Império Ultramarino que Portugal implantava.

Nosso ensaio versará sobre os grandes Blocos regionais de comércio a nível inter-

** Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

* Selecionado pelo PADECIME.

nacional e seus organismos reguladores, como o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), agora em fase de extinção, e a OMC (Organização Mundial de Comércio) que, a partir de 1995, deverá sucedê-lo no ordenamento das trocas internacionais.

Tendo em vista nossa vivência de empresário com alguma experiência em comércio exterior, vamos concentrar nossa participação sobre o comércio internacional

***"O Brasil é uma
consequência direta do
comércio, dentro do
Império Ultramarino que
Portugal implantava"***

deixando de abordar tema sob os aspectos políticos e jurídicos.

O comércio internacional é uma atividade extremamente complexa que se rege por regras próprias alicerçadas na competição, na determinação, na correção, na criatividade, na cultura e na inteligência. Há quem diga que o comércio internacional é uma selva e, como selva, tem sua própria lei, a lei da selva, onde o mais forte é que sobrevive.

A sobrevivência, então, depende da capacidade de se aglutinar forças para sobrepujar as adversidades. O relacionamento comercial entre as nações e entre as empresas, a nível internacional, segue rigidamente esta lei. Vence sempre o mais forte. E a questão que se põe é caracterizar o que é ser mais forte.

Ser mais forte, no comércio internacional, significa ter o produto desejado, seja com o melhor preço, ou com a melhor qualidade, ou com as condições de pagamento mais atra-

entes e, no momento, mais oportuno. Sim, porque além do preço, das condições e da qualidade, a oportunidade da realização de uma transação é fundamental nas relações comerciais.

No início fizemos referência ao papel fundamental que o desenvolvimento científico e tecnológico exerce no mundo contemporâneo. A ampliação do conhecimento, a evolução dos meios de transporte, a difusão das comunicações tiveram consequências decisivas sobre a expansão da influência do homem sobre os espaços físicos e sociais onde atua. De uma economia local, meramente de subsistência, passou o homem para uma regional, mais tarde para uma continental e, finalmente, nos dias atuais, para uma economia global.

O rádio e as comunicações, via satélites, romperam as fronteiras políticas dos países, levando o som e a imagem aos mais afastados recantos da terra. Não existem mais desinformados. O mundo atual é um mundo participativo, onde o conhecimento da realidade, tanto próxima como afastada, é uma constante.

Essa facilidade de transporte e de comunicação permitiu o surgimento e o desenvolvimento de empresas transnacionais e, com elas, a difusão de produtos ditos mundiais. A coca-cola é um exemplo típico. Está presente em mais de 160 países com o mesmo sabor, com a mesma embalagem e o mesmo design. A calça jeans é outro exemplo de produto que, varando fronteiras, se constitui em produto de uso universal. No mundo atual, nenhum país pode ser auto-suficiente. A integração com a comunidade internacional é uma realidade inexorável. Viver isolado é impossível.

O comércio como atividade econômica, ligando a oferta à procura, constitui-se numa das maiores fontes de poder. Sua ação apoia-se não apenas na capacidade produtiva mas, principalmente, na habilidade, criatividade e na sensibilidade de identificar e aproveitar as oportunidades para a realização de uma transação comercial.

Uma inteligente e objetiva utilização do comércio a nível internacional permite que pequenos países, carentes de recursos naturais e de espaço vital, tenham participação destacada no cenário mundial. Singapura é um exemplo. Outro é a Holanda, cujo fluxo de comércio exterior é maior que o seu PIB, mercê de sua ativa participação no comércio internacional.

O acirramento, a nível internacional, da competição comercial após a 2ª Guerra Mundial, demonstrou a necessidade e a conveniência de países se reunirem em blocos visando ao fortalecimento de seu poder de barganha ante a crescente concorrência externa. Esse movimento deu origem a formação de Blocos Econômicos.

A Europa, em fase de reconstrução dos efeitos da 2ª Guerra Mundial, e ante o aumento de intensidade da Guerra Fria, deu início ao processo de aglutinação, criando, pelo Tratado de Paris, em 18.04.51, a CECA — Comunidade Européia do Carvão e do Aço — reunindo França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Itália e Luxemburgo. Mais tarde, pelo Tratado de Roma, em 25.03.57, era criada a CEE — Comunidade Econômica Européia — reunindo, além dos seis países já citados, mais Inglaterra, Irlanda, Dina-

marca, Grécia e, finalmente, em 1986, com o ingresso de Portugal e Espanha, formou-se a "Europa dos 12" que, a partir de 01.01.93, passaria a funcionar como Mercado Único, com a denominação de UE — União Européia.

A UE reúne uma população de 346 milhões de pessoas, tem um PIB de 6.744 bilhões de US\$ e participa do comércio mundial com 2.786 bilhões de US\$, equivalentes a 41,15% do mercado total.

Tudo indica que em futuro próximo a Áustria, a Finlândia, a Suécia e a Noruega passarão também a integrar a UE, bem como a Rússia, a Ucrânia e outros países do leste europeu poderão vir a aderir, formando um bloco ainda mais poderoso.

O NAFTA — North American Free Trade Agreement — reunindo Estados Unidos, Canadá e México, de criação mais recente, apresenta como característica principal a enorme assimetria entre os seus integrantes. As desigualdades econômicas entre os EUA e o México se constituem num óbice de complexa superação. O NAFTA conta com uma população de 363 milhões de pessoas, um PIB de 6.765 bilhões de US\$ e uma participação no comércio mundial de 1.216 bilhões de US\$, equivalente a 17,96% do total. Pela localização e dimensões, o NAFTA tende a atrair para sua área de influência os países da América Central, bem como os do Caribe e os da América do Sul, transformando-se num grande bloco americano. Aliás, dentro dessa ótica se enquadra o projeto do ex-presidente Bush "iniciativa para as Américas".

O Japão e os Tigres asiáticos, formalmente, não se constituem em um bloco, porém na prática, liderados pelo Japão, atuam como tal. Juntos contam com uma população de 163 milhões de pessoas, um PIB de 4.178 bilhões de US\$ e participam do comércio mundial com 1.097 bilhões de US\$, equivalente a 16,20% do total.

Na América do Sul, estamos assistindo ao nascimento do MERCOSUL, reunindo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, formando um contingente de 191 milhões de pessoas, um PIB de 642 bilhões de US\$ e uma participação no comércio mundial de 76 bilhões de US\$, equivalente a 1,12% do total. O Chile e a Bolívia muito em breve também virão se incorporar ao Mercosul, dando-lhe maior abrangência e autonomia, pois lhe abriria o oceano Pacífico. Há ainda a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), iniciativa brasileira que poderá, no futuro, integrar toda a América do Sul num só bloco.

Fala-se ainda de outros blocos em formação como, por exemplo, a ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), a APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico), além de outros de menor expressão, cuja tendência é serem absorvidos pelos mais poderosos. Nessa situação estão o EFTA — European Free Trade Association (Áustria, Suíça, Noruega, Suécia, Finlândia, Islândia e Liechtenstein), o Pacto Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela e Peru), o G-3 (Colômbia, Venezuela e México), o Bloco Comercial do Pacífico (Austrália, Indonésia, Nova Zelândia, Papua — Nova Guiné e Ilhas Fidji) e o Conselho Econômico do Mar Negro, centrado na Turquia e reunindo Grécia, Bulgária,

Rumânia, Moldávia, Ucrânia, Rússia, Geórgia, Armênia e Azerbaijão.

A organização, a implementação e o funcionamento desses blocos tem sido uma tarefa muito complexa, desenvolvida de forma progressiva, através de intensas e prolongadas negociações, que procuram conciliar os interesses individuais de cada membro com os interesses comuns do grupo.

No caso da UE, que foi a pioneira, já se passaram mais de 40 anos, e outros tantos serão necessários até que seja atingida uma integração plena. Longo é o caminho a ser percorrido.

O Mercosul, tirando proveito da experiência Europeia, vem eliminando etapas e poderá, em prazo bem mais curto, atingir seus objetivos. Por oportuno, basta citar que, desde sua criação em 1991 até o presente momento, as relações comerciais entre os membros do Mercosul vem demonstrando um permanente e vertiginoso crescimento. De um fluxo de comércio intrabloco, de 3,6 bilhões de US\$, em 1990, passou-se a 8,7 bilhões, em 1993.

O fortalecimento da expressão econômica dos países integrantes de um bloco econômico tem sido o fator principal de sua implantação, em ritmo cada vez mais acelerado, seja para ampliar a área de atuação externa de seus integrantes, seja para dar proteção a seus membros no comércio com outras nações.

Os choques de interesses são uma constante nas relações de comércio internacional.

O comércio é uma fonte de poder que, em tempo de paz, se transforma numa atividade da mais alta importância estratégica no cenário internacional.

Durante a "Guerra Fria", com o acirramento da bipolaridade, o comércio internacional foi muito utilizado como forma de

manter e ampliar a interdependência política e militar. Como exemplo, temos o Acordo Internacional do Café, assinado entre os consumidores, todos países capitalistas do bloco Ocidental, e os produtores, países periféricos, subdesenvolvidos, cujas economias eram dependentes da receita do café. Esse acordo foi firmado em 1962, auge da "Guerra Fria", renovado várias vezes, até 1989, quando foi denunciado, exatamente no momento em que era derrubado o muro de Berlim e implodia o império soviético.

O Japão, militarmente derrotado na 2ª Guerra Mundial, aproveitou a proteção do "guarda-chuva" americano no campo militar, isto é, da segurança, para direcionar todo seu poder nacional, no campo do desenvolvimento, para o comércio internacional, transformando-se, em poucas décadas, numa das maiores potências econômicas mundiais.

A formação de blocos econômicos é tarefa complexa, que envolve não apenas a expressão econômica do poder nacional de cada membro mas todas as demais expressões, especialmente no que se refere à soberania.

A expressão política é responsável pela condução das negociações e dos entendimentos na elaboração dos acordos, através de intenso trabalho diplomático. Sua atuação é fundamental na defesa dos interesses nacionais e no estabelecimento dos termos que regerão o funcionamento dos blocos, de forma a proteger os objetivos nacionais.

A expressão psicossocial é diretamente envolvida no processo pela melhoria do bem-estar comum, decorrente do aumento da atividade econômica, que se traduz em aumento do nível de empregos, aumento do poder de compra e de tudo o mais que do desenvolvimento decorre.

A expressão Científica e Tecnológica, com a formação de blocos econômicos, tem o seu acesso a tecnologias mais avançadas facilitado. A associação em torno de projetos específicos torna-se mais factível e permite um aproveitamento mais racional do potencial do grupo.

A expressão militar, mesmo não intervindo diretamente no processo, constitui o fator dissuasório indispensável no respaldo das demais expressões. Entre países não existe amizade, existe interesses e são eles o fator decisivo na formação de blocos.

As relações comerciais entre países ocorrem das formas mais variadas. Já nos referimos, anteriormente, que o comércio internacional é uma verdadeira selva e na realizade ele o é.

O comércio de bens e serviços se faz envolvendo os mais diferentes atores. Tanto pode ocorrer entre o setor privado de um país com o setor privado de outro, como entre o Governo de um com o Governo de outro, ou entre o setor privado de um e o Governo de um outro. Enfim, muitas outras combinações podem ser utilizadas. Em todas elas, cada país procurará amparar seus nacionais, sejam eles

"Mesmo não intervindo diretamente no processo, a expressão militar do poder nacional constitui o fator dissuasório indispensável no respaldo das demais expressões"

públicos ou privados, da melhor maneira. Daí a necessidade imperiosa de a sociedade e o Governo unirem suas forças na defesa dos seus legítimos interesses.

Esses entrechoques de interesses têm levado ao estabelecimento de normas de conduta internacional que procuram, de uma certa forma, organizar as relações de comércio através de acordos, tratados, protocolos etc., com o objetivo de contrabalançar a disparidade e a assimetria entre as nações, fator altamente complicador das relações no comércio mundial.

Em um extremo, estão as nações desenvolvidas, ricas, que de todas as maneiras procuram perpetuar sua privilegiada situação e impor sua vontade. Quando necessário

agrupam-se para terem mais poder. O G-7 é um exemplo, a OCDE outro. No outro extremo, encontram-se as nações mais atrasadas, mais pobres, que vivem num regime de subsistência própria e pouco ou nada participam do comércio internacional. Entre esses dois extremos, estão as nações ditas "em desenvolvimento" que, em diferentes estágios, lutam por "um lugar ao sol".

A Professora Therezinha de Castro, conceituada geopolítica brasileira de renome internacional e membro do corpo permanente da ESG, classifica os países em três grandes categorias que julgamos oportuno mencionar, esquematizando-as conforme a figura A.

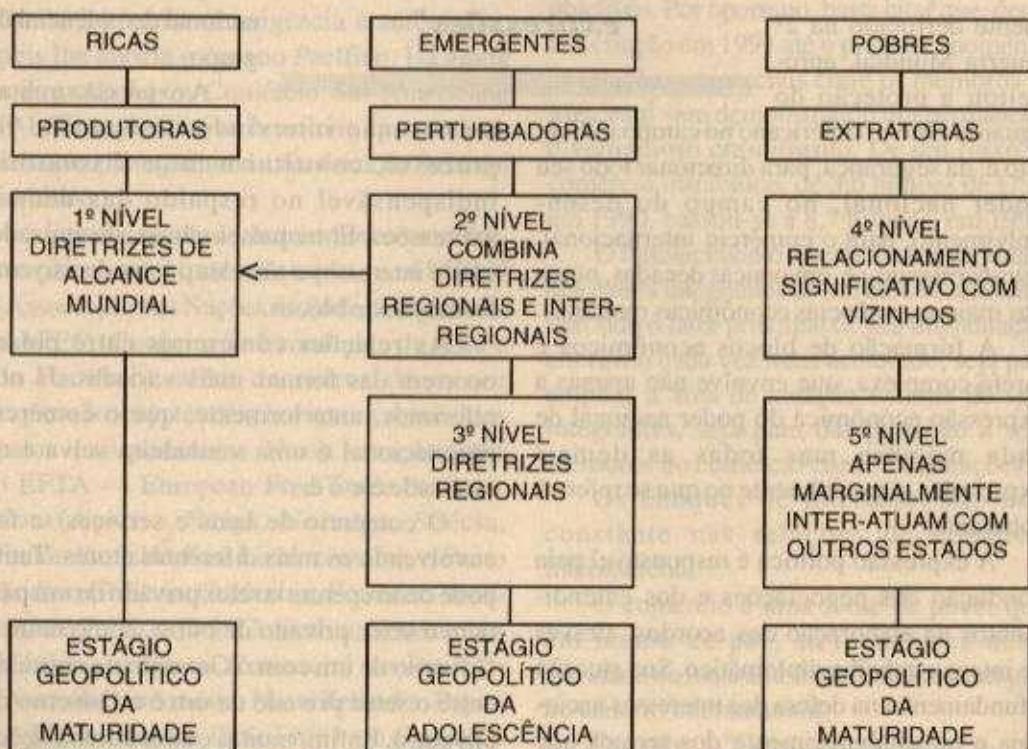


FIGURA A

Visando a conciliar os interesses de países tão diferenciados e evitar controvérsias comerciais, sob a égide da ONU, a carta de Havana, em 1947, previa a criação da Organização Internacional de Comércio que, ao lado do FMI e do Banco Mundial (BIRD), formariam o tripé da ordem econômica internacional.

A Organização Internacional de Comércio nunca funcionou. Sequer foi instalada, devido à oposição dos Estados Unidos. Em seu lugar, nasceu o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio — GATT. Filho bastardo da cooperação internacional, o GATT nunca passou, legalmente, de um tratado multilateral administrado por um comitê interino.

O GATT, por ser um acordo cujas decisões só poderiam ser tomadas por consenso, não teve força para evitar ações unilaterais e, mesmo quando obtinha o consenso, não tinha forças para fazer cumprir a decisão pelo infrator. Assim acabou por desagradar, inclusive, seus principais mentores — os EUA e a Europa.

A última rodada de negociações, iniciada em 1986 e concluída em 1993, conhecida como Rodada Uruguai, foi a oitava da série. Os documentos finais foram aprovados na reunião ministerial de Marrakesh, em abril de 1994, na qual os governos dos países participantes concordaram que os acordos fossem aprovados até o final de 1994, para que pudessem entrar em vigor no início de 1995.

A Rodada Uruguai constituiu-se no mais ambicioso exercício de negociação comercial multilateral, e foi o primeiro em que os países em desenvolvimento participaram de forma efetiva e fizeram prevalecer importantes pontos de seu interesse vital.

Diferentemente das rodadas anteriores, a Rodada Uruguai submeteu às regras do GATT áreas anteriormente excluídas por interesses dos países desenvolvidos, como o comércio de produtos agrícolas e produtos têxteis, normas que eliminaram o protecionismo, direitos de propriedade intelectual e a definição de exigências e compromissos para o investimento externo e, por fim, estabeleceu a moldura institucional para a liberação do comércio mundial de serviços e decidiu pela criação da Organização Mundial de Comércio — OMC — entidade que irá suceder ao GATT.

A OMC, ao contrário do GATT, terá personalidade legal comparável as do FMI e do BIRD, ou seja, será uma agência especializada das Nações Unidas, com todos os privilégios e imunidades que isso representa.

São objetivos básicos da OMC, expandir o comércio internacional, aumentar a produtividade e pôr um fim ao protecionismo. Para tanto, terá um sistema destinado a solucionar conflitos e arbitrar controvérsias, cujo veredito será, em princípio, inapelável.

A entrada em funcionamento da OMC está prevista para 01.01.95, dependendo da ratificação pelos Governos dos países signatários dos termos do Acordo. Até o momento, dos 125 países signatários, 120 já o ratificaram. No Brasil, o assunto está na Câmara e deverá, depois de aprovado, ser apreciado pelo Senado.

A adesão dos Estados Unidos é aguardada com grande expectativa pela comunidade internacional pois dela dependerá o futuro da OMC. Segundo Peter Sutherland a OMC "terá o *status* do Banco Mundial e determinará um crescimento equilibrado para a economia mundial ao longo do século XXI".

Para o Brasil, a Rodada Uruguai e a criação da OMC consignam resultados apreciáveis, tais como:

- a liberalização do comércio mundial de produtos agrícolas, com redução, nos países desenvolvidos, das barreiras e subsídios, o que abre novas perspectivas para as exportações agrícolas brasileiras;
- o fim do Acordo Multifibras também nos é favorável, pela eliminação das cotas a que estávamos submetidos;
- os cortes adicionais na proteção tarifária existente em outros países para nossos produtos manufaturados e para os chamados produtos tropicais;
- o aperfeiçoamento das regras para a imposição de direitos compensatórios e de medidas anti-dumping, bem como daquelas para o contingenciamento de importações, através das medidas de salvaguarda;
- a maior clareza das regras impedirá sua utilização distorcida para fins protecionistas.

A par desses resultados positivos, obtidos a nível internacional, onde a presença brasileira se fez sentir através da atuação notável de sua diplomacia, outras medidas de âmbito interno deverão ser implementadas, de forma a consolidar e ampliar a participação brasileira no comércio internacional. O Brasil, mesmo não tendo uma política de comércio exterior definida, vem se caracterizando como um "Global Trader". Não está vinculado, diretamente, a nenhum grande bloco econômico e tem distribuído seu comércio de forma equilibrada entre eles.

Com cerca de 3,0% da população mundial e com um PIB de aproximadamente 2,5% do PIB mundial, o Brasil participa do comércio internacional com algo em torno de 0,8%. Não seria lícito almejar que seu comércio exterior fosse da mesma magnitude? Nos parece que sim. Para tanto, agora mais do nunca, deverá o Brasil definir, com clareza,

seus objetivos na economia mundial e utilizar o dinamismo do comércio internacional para alavancar seu desenvolvimento econômico e social.

Para enfrentar esse desafio que lhe está sendo imposto, é necessário que o Governo brasileiro, agindo como legítimo representante do seu povo, defina uma Política de Comércio Exterior capaz de conferir, à sua economia, as condições necessárias para competir em igualdade de condições com os demais países. Essa Política deverá ser fruto de ampla interação entre os diversos segmentos da sociedade, com ênfase especial para o segmento da educação, pois cada vez será maior a participação de conhecimento na produção e comercialização de bens e serviços.

Os permanentes e volumosos saldos na balança comercial brasileira nos dão a certeza da ampla possibilidade que tem o País de aumentar significativamente sua participação no comércio mundial. Basta lembrar que de um país exportador de matérias-primas (café, açúcar e minérios) em menos de 40 anos passou a exportador de manufaturados com uma pauta muito diversificada.

A verdade é que a ausência de uma Política Nacional de Comércio Exterior, consistente e duradoura, tem sido responsável pelas dificuldades até hoje enfrentadas pelo Brasil na sua inserção competitiva no comércio internacional.

Creamos que a criação de uma instituição de Comércio Exterior a nível ministerial, podendo ser até um Ministério, e a promulgação de uma lei específica voltada para o Comércio Exterior, eliminando distorções e entraves burocráticos internos, com ênfase na tributação, seria a forma de iniciar, já, essa tarefa, cujos resultados econômicos, sociais e políticos atenderiam aos justos anseios nacionais. □



A DEFESA NACIONAL

Ferroviás: Aspectos Geopolíticos

Jorge Luiz Abreu do O' de Almeida*

O autor aprecia a importância geopolítica dos aspectos viários de um País, em particular da ferrovia, desenvolvendo uma análise da "princesa das modalidades de transporte" no contexto do espaço brasileiro.

A GEOPOLÍTICA E A FUNÇÃO TRANSPORTE

A Geopolítica nasceu sob o signo da controvérsia, inclusive, no que tange ao seu conceito, sobre o qual nunca houve entendimento uniforme."

Essas palavras são de um antigo integrante da Escola Superior de Guerra — o desembargador Antonio de Arruda — que assistiu às principais conferências proferidas sobre o tema naquela Escola, considerada como "centro de reflexão sobre a realidade brasileira".

Dentre os ilustres conferencistas que ali apresentaram suas idéias, destacou-se o

Brigadeiro João Mendes da Silva, que a conceituou como "ciência que nos conduz ao estudo das relações especiais dos fatores político, geográfico e militar do Poder Nacional, influenciados pelos aspectos técnico-científicos, dando às Diretrizes Governamentais, internamente e no âmbito externo, os elementos que assegurem ao Estado-Nação sua sobrevivência — especialmente no que se refere à fixação do homem no solo, espaço vital, pressão demográfica, emigração, contribuindo para garantir uma Política Nacional vitoriosa."

Outro conferencista da ESG — e não menos brilhante, o General Meira Mattos — conceituou-a, em seu livro *A Geopolítica e as Projeções do Poder*, como "a política aplicada aos espaços geográficos".

Uma outra conceituação, bem mais sintética, porém de grande abrangência, foi

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior.

apresentada pelo professor Friedrich Ratzel (1844-1904): "espaço é poder".

As idéias de Ratzel também inspiraram o professor Rudolph Kjellén (1846-1922), considerado o fundador da Geopolítica e que parece haver sido o criador desse termo, ao pretender dar a marca política aos estudos das "relações entre os territórios e os habitantes, no âmbito dos Estados".

Kjellén apegou-se à concepção orgânica do Estado, pela qual "os Estados são seres conscientes e racionais como o homem... Interesses, preconceitos, instintos e, sobretudo, o instinto de conservação, as vontades de crescer, de viver e de poder, determinam a vida das nações". E concluiu: "A Geografia é a teoria do Estado como organismo geográfico."

Essa conclusão encontra respaldo na "Geografia Política" de Ratzel, que distingua "o espaço" e "a posição".

O **espaço** deve ser encarado apenas no seu sentido físico, caracterizado por uma extensão, uma forma e uma contextura bem definidas; a **posição** tem a ver, não apenas com a posição geodésica, definida por coordenadas, mas com sua situação no âmbito mundial, no espaço regional e no relacionamento inter-regional.

Para maior abrangência da concepção geopolítica, a "Geografia Política", de Ratzel, ao analisar um país, avalia a maior ou menor continentalidade ou maritimidade do espaço considerado, as zonas de fricção, atuais ou potenciais, e ainda aprecia a acessibilidade às correntes internacionais do tráfego e a distância dos grandes centros. Daí, a importância dos aspectos viários, em particular, da princesa das modalidades de transporte: a **ferrovia**.

ASPECTOS GEOPOLÍTICOS BRASILEIROS

O Espaço Brasileiro

Em termos territoriais, o Brasil não é apenas o 5º maior país do mundo. Muito mais do que isso, é uma grande extensão, contínua e inteiramente aproveitável, pois não possui geleiras eternas ou desertos inabitáveis. Trata-se de uma grande área com ampla possibilidade de utilização, de forma compacta, segundo a classificação de Renner, o que muito favorece a coesão e a defesa do Estado e da Nação aférvidos. Sobre essa fabulosa base física, reside uma população superior a 140 milhões de habitantes, mesclada de raças sem traumas, hoje 73% urbanizada, significando uma densidade de cerca de 16 hab/km². No dizer de Meira Mattos, "somos um país grande e vazio".

Assim, podemos nos orgulhar de um parque industrial, que busca se atualizar, com preocupações centradas na pesquisa aplicada e na evolução científico-tecnológica. Uma florescente indústria de material de defesa, visa a apoiar a Expressão Militar do Poder Nacional e à exportações. A extraordinária punjância mineral brasileira nos propicia a auto-suficiência em muitos minerais estratégicos e, se Deus nos ajudar e a curto prazo, no tão procurado petróleo. Uma fronteira agrícola em franca expansão (364.000 ha) busca colocar em produção os muitos milhões de hectares agriculturáveis ainda intocados. Há também o potencial hidráulico de 213.000 MW para aproveitamento em geração de energia, só utilizado, hoje, em cerca de 30%.

Buscando dinamizar o aproveitamento dessas riquezas, temos uma malha viária de 1,4 milhões de km de rodovias, por onde

transitam 12 milhões de veículos, quase todos nacionais; 30 mil km de ferrovias, compartimentadas e em 4 bitolas diferentes; fácil acesso ao Oceano Atlântico, através de inúmeros portos, para apoiar a vultosa navegação de longo curso e de cabotagem, contrastando com a baixa utilização de uma rica e intrincada malha fluvial; um transporte aéreo consolidado e atualizado; e um sistema rodoviário, ainda em fase de consolidação.

A Posição do Brasil

No dizer do General-de-Exército Oswaldo Muniz Oliva, ex-comandante da ESG, "o Brasil, geográfica, histórica e culturalmente, deita raízes na civilização ocidental... fez opção pela Democracia e busca o Desenvolvimento".

Para uma visão completa da posição que o Brasil ocupa, é imprescindível conhecermos o mundo atual, esta aldeia global em que vivemos. Qualquer país, não importa em que continente, vive hoje envolvido em uma coletividade que abrange, praticamente, toda a humanidade.

É, ainda, o General Oliva quem diz: "...é um mundo desafiante, difícil, conflituoso, contraditório. É um conjunto de realidades contrastante e de desequilíbrios: entre nações e entre grupos ou classes dentro da maioria delas". E, adiante: "... as nações mais poderosas, inclusive as do mundo dito democrático, presas de avidez, não hesitam em assumir posições e atitudes para fortalecerem suas capacidades de decisão e ação ante o presente e o futuro. As mais pobres quedam-se perplexas diante desse quadro. Só a força garante o direito.

"Se olharmos o mundo sob o prisma econômico, encontraremos alguns centros de

bem-estar, progresso, riqueza e prosperidade em meio a um mar amplo de atraso, ignorância e miséria. Algumas 'ilhas', nas quais se inclui o Brasil, lutam para atingir, também, um lugar entre aqueles mais próspertos e, talvez, mais felizes."

Nesse contexto, o Brasil pretende se projetar, não apenas como um país integrante do 3º mundo, menos desenvolvido, mas, isto sim, como retardatário do 1º mundo e o seu futuro 8º integrante.

A nossa posição sul-americana não nos permite esquecer os vizinhos imediatos, em especial, os do Cone Sul, bem como os países africanos da costa ocidental; em particular, os de língua portuguesa, com a aproximação facilitada por termos raízes negras e não apresentarmos tradição colonialista.

A busca de um mercado comum com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, que poderá ser expandido para o Chile e a Bolívia, servirá para consolidar a união do Cone Sul. A intensificação do relacionamento político e econômico com todas as demais nações das Américas servirá para aumentar a projeção e levar o Brasil a ocupar o seu verdadeiro lugar no contexto americano.

Mas, para possibilitar essa integração, é necessário viabilizar e aprimorar um sistema de transporte eficiente e funcional.

A MALHA FERROVIÁRIA BRASILEIRA

País de dimensões continentais e de produção ampla e diversificada, o Brasil depende, de modo significativo, de um sistema de transportes eficiente e integrado. Na condição de tradicional exportador de produtos agrícolas (café, sorgo, soja, etc.) de

minérios de ferro, manganês, estanho, de alguns derivados de petróleo e de manufaturados em geral, como, eletrodomésticos, automóveis, caminhões, tratores, máquinas e motores, além de seus componentes, a função transporte avulta de importância, quer na composição de custos, quer nas facilidades para cumprimento de cronogramas de produção, na distribuição interna e para exportação.

Assim, o volume, o peso e a constância de determinadas cargas, as distâncias e o baixo custo operacional, nos apontariam a ferrovia, na maioria dos casos, como o modo de transporte recomendável. O transporte ferroviário subterrâneo, conhecido por metropolitano e as redes suburbanas, tornaram-se fundamentais para apoiar o deslocamento das imensas massas urbanas, hoje residindo nas megalópoles brasileiras.

Atento para este problema, o Governo Federal tem procurado equacioná-lo, sendo um marco nestes estudos, o realizado por Coverdale & Colpitts, apresentado, em 1967, pelo GEIPOT.

Na realidade, apesar dos privilégios oferecidos pela Lei nº 101, sancionada pelo Regente Feijó, "para quem construisse uma ferrovia entre a Capital do Império e as províncias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul ou Bahia", os primeiros passos objetivos foram dados por Irineu Evangelista de Souza, Barão e depois Visconde de Mauá, que projetou e construiu a linha férrea pioneira. Assim, "em 30 de abril de 1854, o Imperador D. Pedro II inaugurou os 14,5 km da nossa primeira ferrovia, ligando o Porto de Mauá, no fundo da Baía de Guanabara, à localidade do Fragoso, na raiz da serra de Petrópolis".

Partindo deste início e sem planejamento global, as empresas se multiplicaram, che-

gando, em sete décadas, à soma de 34 mil km e ao transporte de praticamente toda a carga então disponível. Éramos um país bem desenvolvido em transporte ferroviário.

Um outro ponto sensível diz respeito à adoção da tração elétrica. Enquanto os países de maior experiência ferroviária adotaram e difundiram a tração elétrica em suas ferrovias (Japão, 49,1%; Itália, 52,3%; Alemanha, 28,8%), no Brasil só possuímos 2.188 km eletrificados, significando 7,2% do total.

O uso da tração elétrica é economicamente favorável e, até, conveniente para elevadas densidades de tráfego. Ela propicia uma redução na frota de locomotivas, que necessitam menor manutenção preventiva, oferecem maior aderência e maior torque e costumam durar mais 80%, se comparadas com as outras de mesma potência. Os que a combatem, alegando seu pequeno emprego nos Estados Unidos, esquecem-se de verificar que boa parte da energia elétrica norte-americana se origina de fonte térmica, bem mais onerosa que a nossa hidroenergia.

Entretanto, nossa maior limitação reside na descontinuidade bitolar. (Ilustração 1.)

As empresas ferroviárias existentes, compartimentadas em bitolas diferentes e traçados antieconômicos, deixando de renovar seus equipamentos e com baixa qualidade na infra-estrutura e, pior ainda, na superestrutura, não puderam fazer face ao pioneirismo rodoviário, incrementado pelos incentivos da indústria automobilística e com um generoso volume de investimentos.

Assim, o transporte ferroviário decresceu, chegando à situação esdrúxula apresentada na Ilustração 2.

"Num repente, passamos a ter estradas de rodagem comparáveis às melhores do mundo e as estradas de ferro piores do mundo."

EMPRESAS	TOTAL		BITOLAS (metro)			
	KM	%	1.600	1.435	1.000	0.760
RFFSA	24.064	79,2	1.666	—	22.196	202
FEPPASA	5.307	17,4	1.647	—	3.660	—
EF. Vitória-Minas	782	2,6	—	—	782	—
EF. do Amapá	194	0,6	—	194	—	—
EF. Campos do Jordão	47	0,2	—	—	47	—
SOMA	30.394	100,0	3.313	194	26.685	202
%	100,0	—	10,9	0,6	87,8	0,7

FONTE: Exposição de Motivos Interministerial nº 44/SG/1974

ILUSTRAÇÃO 1

PAÍSES	FERROVIAS	RODOVIAS	HIDROVIAS	DUTOVIAS
União Soviética	77,2%	7,2%	5,1%	10,5%
Rep Dem Alemanha	70,5%	21,4%	3,6%	4,5%
França	55,0%	28,0%	17,0%	—
Estados Unidos	50,0%	25,0%	25,0%	—
Japão	38,0%	20,0%	42,0%	—
Rep Fed Alemanha	37,0%	27,7%	24,8%	10,5%
BRASIL	16,2%	74,2%	9,6%	—

FONTE: Exposição de Motivos que acompanhou a proposta do Programa de Desenvolvimento Ferroviário 1975/79

ILUSTRAÇÃO 2

Há duas décadas, uma verdadeira explosão tecnológica no mundo veio restituir, à ferrovia, sua potencialidade para competir economicamente com os demais modos de transporte, demonstrando eficácia com cargas a granel para serem transportadas a grandes distâncias e permitindo carga e descarga

mecanizadas, ou também, nas áreas metropolitanas, com a possibilidade de conduzir, a baixas tarifas, as imensas massas humanas que habitam nossas maiores cidades.

Mesmo assim, as projeções brasileiras para o próximo século nos asseguram alguma preferência pelo transporte rodoviário — por

ser porta a porta — e, também, pelo transporte aéreo, especialmente, para vencer as grandes distâncias amazônicas, onde se inclui o uso intensivo de helicópteros.

ASPECTOS GEOPOLÍTICOS QUE INFLUEM NAS FERROVIAS BRASILEIRAS

Derivados do Espaço Brasileiro

Entre os aspectos geopolíticos, derivados do espaço brasileiro, que influem ou podem vir a influir no transporte ferroviário no Brasil, destacam-se:

- a grande extensão territorial, com áreas francamente favoráveis à construção e operações ferroviárias;
- a inexistência de movimentos orográficos de tal porte que inviabilizassem a ferrovia, como modalidade de transporte;
- a inexistência de áreas de grande hostilidade climática, tais como, geleiras eternas, tórridos desertos, cordilheiras com neves, que obrigarão o emprego de equipamentos especiais e sofisticados, pois a ferrovia é o modo de transporte que sofre menor influência das condições meteorológicas.

Outros fatores derivados das condições brasileiras, nos induzem, ainda, ao transporte ferroviário, tais como:

- as safras agrícolas que aceitam transporte a granel, como café, soja, sorgo, trigo, etc., os derivados de petróleo e alguns produtos siderúrgicos, a serem transportados por trem a grandes distâncias;
- a grande concentração urbana nas megalópoles ou nas cidades-dormitórios, que indicam o transporte ferroviário (incluindo o metropolitano) como o melhor modo de transporte;

- a evoluída indústria extractiva mineral, com uma quantidade inesgotável de minérios a serem transportados, e carregamento e descarregamento mecanizados;

- as possibilidades de eletrificação utilizando a hidroenergia, ao invés de outras não renováveis, propiciando um transporte mais econômico;

- a grande capacidade que tem a ferrovia de aceitar sua integração com outros modos de transportes, seja pelo carregamento automatizado, seja pela descarga mecanizada, seja, também, pelo funcionamento intermodal.

Derivados da Posição Brasileira

Entre os primeiros estudos geopolíticos sobre a nossa posição destacou-se a "Projeção Continental do Brasil", realizada, em 1931, por Mário Travassos. Esta obra teria sido a primeira a prever a "necessidade de melhor articulação dos transportes marítimos, terrestres e aéreos, no sentido da valorização da sua posição geopolítica no contexto continental". Propunha, então, "a construção de uma rede ferroviária capaz de carrear para os portos do Atlântico — Santos, Paranaguá, São Francisco, Porto Alegre e Rio Grande — as influências platinas sobre as bacias dos Rios Uruguai, Paraná e Paraguai". Propunha, também, "a chegada dos trilhos brasileiros a Santa Cruz de La Sierra, Bolívia e de lá, a Arica — Chile, no Pacífico". Em resumo, sugeria a implantação de "sistemas ferroviário, fluvial e aéreo, capazes de superar as dificuldades de trânsito que tornavam invertebrada a compacta massa continental sul-americana".

E Meira Mattos, ao comentar tal estudo, complementava: "Castelo Branco, ao assumir o poder em 1964, já contou com o cabedal de estudos sobre política e segurança nacional, realizados na Escola Superior de Guerra, exercitados durante 14 anos, no velho casarão da Fortaleza de São João; antes disso, fora ele um dos principais integrantes do grupo formulador de uma metodologia de racionalização para o planejamento da política nacional."

Assim, ao chegar ao Governo, Castello Branco teve o grande mérito de, além de aplicar a metodologia esposada pela ESG, buscar o assessoramento de especialistas no setor de transportes, como os já citados e, principalmente, de operacionalizar suas

sugestões, cujos frutos apareceriam mais tarde (Ilustração 3).

Além dos aspectos geopolíticos provenientes da posição brasileira, que mais influenciaram as ferrovias brasileiras, podemos destacar, ainda, os enlaces ferroviários com os países lindeiros (Ilustração 4), com tendência ao melhor entrosamento, hoje, só operativo em Corumbá, pois a ferrovia boliviana que ali chega, emprega a mesma bitola da nossa (1,00m). Os demais enlaces com as ferrovias argentinas (em Santo Tomé e Paso de los Libres) e com as ferrovias uruguaias (em Bella Unión, Artigas, Rivera e Rio Branco), usam a bitola conhecida como "mundial" (1,435m), contrastando com a nossa que atinge essa área (1,00m).

RECUPERAÇÃO DAS FERROVIAS (dados referentes à RFFSA)

	1978	1983
Transporte de carga	25,2 Bi TKU	29,6 Bi TKU (+ 17%)
Passageiros Suburbanos	314 milhões passag	427 milhões passag (+ 36%)
Efetivo de Empregados	95.000	81.000 (- 15%)
Produtividade por empregado	265 mil TKU/EMP	367 mil TKU/EMP (+ 38%)
Acidentes	7.935	4.826 (- 39%)

FONTE: "A Política dos Transportes no Brasil" — Engº Cloraldino Severo, ESG, Jul 84

ILUSTRAÇÃO 3

OS ENLACES FERROVIÁRIOS INTERNACIONAIS NA AMÉRICA DO SUL

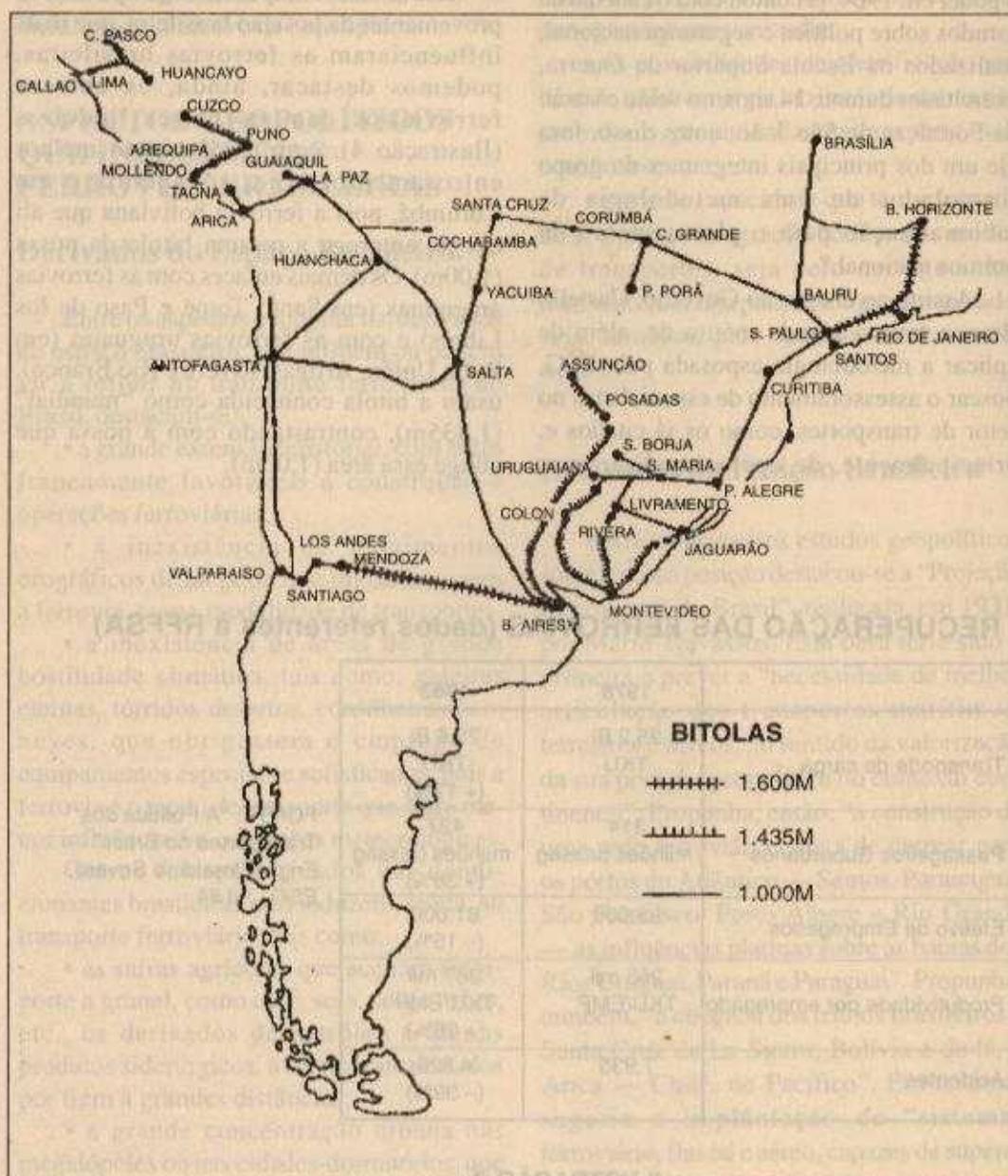


ILUSTRAÇÃO 4

Cabe citar, também, outro aspecto derivado da projeção tecnológica brasileira. Trata-se da possibilidade de construção por firmas empreiteiras brasileiras de uma ferrovia no Paraguai, ligando Salto del Guairá a Asunción com 1,00m de bitola, além do fornecimento de todo o material rodante, o que permitirá um perfeito entrosamento com a nossa "ferrovia da soja", oferecendo uma ligação com o porto de Paranaguá, considerado Porto Livre para o Paraguai.

O ASPECTO GEOPOLÍTICO ELEITO COMO PREPONDERANTE

Entre as diversas tentativas de avaliar o poder de um país, destacou-se o ensaio apresentado pelo Prof Ray S. Cline, Diretor do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown (Washington) em seu interessante livro *World Power Assessment*. Neste trabalho, o "poder perceptível" de um país seria determinado pela fórmula $P_p = (C + E + M) \times (S + W)$,

onde: P_p = Poder perceptível; C = Massa crítica (População + Território); E = Capacidade Econômica; M = Capacidade Militar; S = (*Strategy*) Concepção Estratégica; W = (*Will*) vontade de realizar a Estratégia Nacional.

Entretanto, estudiosos do assunto — e entre eles, o General Meira Mattos — acreditam que aquela equação "ficaria mais completa, quando se lhe acrescentasse, no segundo termo, onde se reúnem os fatores abstratos, um novo valor P que corresponderia "ao poder de persuadir, à força de persuasão, à capacidade de convencer".

Defensores desta proposta, alegam que, na Guerra do Vietnã, teria havido dificuldade do Governo dos Estados Unidos para convencer seus aliados, e o seu próprio povo, da justezza daquela causa.

E justamente dessa carência — baixa capacidade de convencimento — tem sido vítima todo o nosso sistema ferroviário, porque seus eventuais administradores não têm conseguido o poder de persuadir e de convencer o Governo para investir, aprimorar e elevar à escala econômica, a utilização do trem no Brasil. □

BIBLIOGRAFIA

- ANDREAZZA, Mario David. *Perspectivas para os Transportes*. Brasília. Min Transportes, 1972.
- ARRUDA, Antonio de. *A Escola Superior de Guerra: História de sua doutrina*. São Paulo, GRD. Brasília, INL, 1983, 303 páginas.
- MATTOS, Carlos de Meira. *A Geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1977, 148 páginas.
- O' DE ALMEIDA, Jorge Luiz Abreu. *Os Transportes na América Latina*. Rio de Janeiro. ECEME, 1976, 2^a edição, 101 páginas.
- OLIVA, Oswaldo Muniz. *Opções Político-Estratégicos para o Brasil*. Rio de Janeiro, ESG, 1988, 13 páginas.
- TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. 3^a ed. São Paulo, Comp Ed Nacional, 1938, 214 páginas.



COMENTÁRIOS

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

João Ribeiro da Silva

O fenômeno da urbanização deve ser apreendido como processo, e não como momento de variáveis isoladas e predeterminadas, como a industrialização ou o crescimento demográfico acelerado. Sendo movimento, a urbanização é o resultado da interação contínua de diversas dimensões: social, econômica, cultural e psicossocial, destacando-se, como fundamental, a influência do momento histórico e político.

Na história da humanidade poderemos ressaltar três revoluções que modificaram fundamentalmente o modo de vida das comunidades.

Na primeira, no período da primeira interglaciação, há cerca de 300.000 anos, o homem descobria o fogo, admirável instrumento para a evolução humana. O simbolismo e o poder desse elemento foram bem caracterizados por Antônio Garcia de Miranda Netto, que assim se expressa:

"Então o fogo que nos queimava, de repente nos ilumina; torna-se lareira e o amor se torna família. O fogo determina uma nova organização social e as tochas do homem primitivo iluminam, no fundo da caverna, a primeira explosão do seu gênio criador: os desenhos mágicos,

primeiro modelo da natureza e começo de sua dominação pelo homem."¹

Na segunda, 200.000 anos após, no período neolítico, a domesticação dos animais e o cultivo das plantas propiciaram a passagem de uma cultura nômade e predatória à sedentária.

O símbolo tosco do desenho rupestre se cria. Logo, se transforma no ideograma e na linguagem abstrata. O homo faber observara a própria obra e começava a preparação do instrumento para a construção dos grandes sistemas de pensamento e de ação que o transformariam no homo sapiens.²

Na terceira, no século XVIII, a Revolução Industrial aliada a uma nova concepção da ciência e do consequente surgimento de novas tecnologias, foi de importância capital para a aceleração de novos processos e para a radical transformação da economia e do sistema de vida.

O fenômeno da fixação do homem à terra, com o nascimento dos primeiros núcleos urbanos, é bem recente, pois remonta ao sexto ou sétimo milênio da nossa era. O vertiginoso desenvolvimento que caracterizou os dois últimos séculos já se prefigurava nas grandes civilizações sedentárias do Egito e da Mesopotâmia.

Toda a moderna estrutura urbana já se anunciaava, inclusive em seus problemas, no risco Inhopet para o complexo funerário do faraó Zoser, em Saqqara, e no plano do arquiteto rei, Gudea, para a cidade de Nippur, que há cinco

1. MIRANDA NETTO, Antônio Garcia de. *Problemas de Urbanização no Brasil*. Rio de Janeiro: Conferência proferida na ESG, 1978, p. 7.

2. Idem.

mil anos já apresentava as grandes linhas de urbanismo moderno, inclusive traçando um rigoroso zoneamento.³

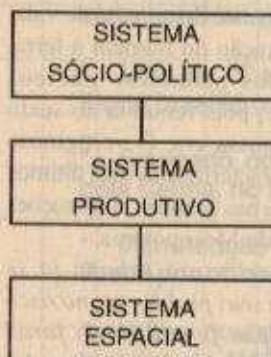
O fenômeno urbanização, caracterizado pelo crescimento desordenado das cidades, somente começou a surgir no Rio de Janeiro, por volta de 1930.

A URBANIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

"O modelo teórico é constituído a partir de um complexo de interdependências, o que tem sido confirmado nos sistemas sócio-políticos analisados na América Latina."⁴

A estrutura espacial é vista a partir de uma perspectiva totalizante, que entende o espaço como o lugar de assentamento das relações sociais de produção, e, em consequência disso, está determinado pelo modo de produção. Dentro dela, o processo de concentração urbana surgirá pelas necessidades sociais que surgem e são priorizadas, em função da superestrutura política, que tende a assegurar as condições das relações de produção.

Graficamente o modelo pode ser representado da seguinte forma:



Fonte: HARDOY, J. E. & SCHAEDEL, R. P., Comp. "Las Ciudades de América y sus áreas de influencia através de la historia", 1978.

"A análise da urbanização (da América Latina), é feita a partir das cidades pré-colombianas existentes antes da colonização espanhola."⁵

A estrutura espacial é vista como resultante de medidas econômicas e políticas. A análise esbarra nas seguintes dificuldades: os critérios demográfico-ecológicos adotados atualmente para a caracterização das cidades e as culturas pré-colombianas possuíam organizações políticas e sócio-econômicas que se tornaram cada vez mais complexas, exercendo o controle sobre territórios que, apesar de declinações cíclicas, foram se ampliando, até alcançar o século XVI, possivelmente sua maior extensão.

A segunda fase se inicia a partir de 1500, com a conquista e colonização da América e sua incorporação ao sistema mercantilista. Os sistemas sócio-político e, parcialmente, o produtivo foram importados da Europa e impostos às sociedades indígenas. Entre 1870 e 1914, as regiões mais abertas ao intercâmbio com o exterior — o litoral da Argentina, Cuba, Uruguai e o sul do Brasil — se urbanizaram com rapidez. As duas guerras mundiais representam também períodos significativos para a urbanização. Durante e logo após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu nova época de fundações urbanas — não no sentido tradicional de cidades novas em territórios virgens e desocupados — de crescimento tão rápido que, demograficamente, muitas cidades da América Latina guardaram pouca relação com as que existiam há uma ou duas gerações.

"As políticas de urbanização que constituam a expressão espacial dos objetivos sócio-econômicos de um governo na América Latina, são de fato crescentes."⁶

3. Idem.

4. J. E. Hardoy & R. P. Schaedel, comp... "Las Ciudades de América y sus áreas de influencia através de la historia". Trad. Luis Carlos Santos Neves. Revista Análise e Conjuntura. Belo Horizonte, 8(2): 3 Fev 1978, p. 3.

5. Idem.

6. Idem, p. 4.

"O que confirma os estudos feitos no Brasil a respeito de políticas implícitas de urbanização."⁷

Com base em análises estatísticas recentes, dois são os fatores fundamentais da urbanização:

- alta taxa de crescimento natural, com as taxas de natalidade mantendo-se estáveis há várias décadas e, ao contrário, as taxas de mortalidade decrescendo de forma acentuada;

- uma forte migração a partir das áreas rurais, incluídos os distritos e as cidades rurais, em direção aos principais centros urbanos de cada país, especialmente às capitais nacionais e aos centros industriais regionais. Representa entre 30 e 50% do crescimento urbano.

Em tais circunstâncias, a urbanização é um processo espontâneo que se realiza sem uma coordenação básica entre as inversões do setor público e do setor privado, que assim favorecem as grandes cidades em relação às pequenas e esquecem as necessidades do campo.

A URBANIZAÇÃO NO BRASIL

Historicamente, as principais migrações internas do Brasil se deram ciclicamente, conforme se deslocava o interesse econômico:

Ciclo do gado — a partir de 1650, seguindo as boiadas em busca de melhores pastagens; partindo do litoral do Nordeste, Salvador e São Paulo em direção ao Piauí, regiões do São Francisco e Rio Grande do Sul. **Ciclo da mineração** (1680-1760), do litoral para Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, em expedição de pesquisa ou em direção aos centros de mineração, povoando-as. **Ciclo do café** (1810-1870) — povoamento do Vale do Paraíba; desbravamento e povoamento do interior paulista; atualmente, povoamento e desenvolvimento do Norte do Paraná. **Ciclo da borracha** (1870-1912) —

grandes levas de nordestinos que, atraídos pelos lucros da exploração da borracha (fator de atração) e açoitados por um período de grandes secas no Nordeste (fator de repulsão) dirigiram-se para a Amazônia, povoamento da parte ocidental da Região Norte e compra do Acre.⁸

A diferença de origem entre as cidades brasileiras e as europeias pode ser compreendida pela finalidade da própria ação e instalação dos núcleos urbanos. Enquanto na Europa a cidade representava um movimento de energias econômicas, não vinculadas a atividade extrativista, as cidades implantadas pelos portugueses eram, fundamentalmente, fontes de energia, organização para povoamento e ocupação do território. A história urbana do Brasil começa com o porto e o fortim. Poderíamos acrescentar que a evolução urbana, partindo do porto e do fortim, espraiou-se pela vastidão do território, ao sabor dos ciclos econômicos, terminando, ao nosso tempo, por retornar às suas origens, o mar, em consequência do desenvolvimento econômico (industrialização), determinando uma urbanização essencialmente litorânea, e a formação de vazios no interior do País.

O fenômeno de urbanização, caracterizado pelo crescimento desordenado das cidades, somente começou a surgir no Rio de Janeiro por volta de 1930, com o aparecimento tímido das primeiras favelas (conjuntos de habitações sub-humanas), sendo facilmente observada a sua aceleração, pois a topografia local obrigou um crescimento linear da cidade, estimulando a formação de núcleos habitacionais marginais vizinhos aos centros residenciais normalmente constituídos, onde se fixou a mão-de-obra de atendimento às solicitações existentes nos referidos centros. Em muitas cidades o fenômeno foi semelhante. Já em São Paulo, a evolução foi no sentido de ocupação em condições sub-

7. Idem, p. 4.

8. TAVERA, Carlos Cesar Guterres. *Geografia do Desenvolvimento no Brasil: Problemas Brasileiros*, 5^a ed. Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1978, p. 26-27.

humanas de prédios antigos e de grandes espaços ociosos, onde numerosas famílias passaram a se abrigar no lugar que outrora fora ocupado por uma única família e seus dependentes.⁹

Nessa época, a iniciativa governamental no tocante ao crescimento das cidades, consistia em organizar o traçado do chamado "Plano Diretor" que tinha uma preocupação mais geométrica, mas não visualizava o que viria a se traduzir em pólos de desenvolvimento, por força de outros fatores, notadamente econômicos, resultantes de um relacionamento espontâneo de interesses locais e extralocais. Como exemplo, citamos os planos diretores do Rio de Janeiro e de São Paulo e podemos destacar, como modelo para análise, o traçado da cidade de Belo Horizonte, há pouco mais de 50 (cinquenta) anos.

Os principais aglomerados urbanos, que se situam na orla atlântica concentram 2/5 da população das cidades, gerando uma grande distorção na distribuição espacial das populações, pela implantação e desenvolvimento das atividades industriais e a expansão da economia.

Atualmente, com a industrialização, pode-se observar que os deslocamentos e repulsões não se dão apenas pelos fatores ligados à terra mas, também, à industrialização, o que irá caracterizar o Brasil como um país em desenvolvimento.

As facilidades dos meios e vias de transporte possibilitam, hoje em dia, deslocamentos freqüentes de famílias ou de indivíduos isolados para as regiões, em que o mercado de trabalho ofereça melhores condições: Rio de Janeiro, São Paulo, zonas industriais de Minas, Brasília (durante a sua construção), funcionam como poderosos centros de atração por oferecerem melhores salários, maiores oportunidades de emprego, maior assistência social. O Nordeste, com grande densidade demográfica, fraco

mercado de trabalho e precárias condições de vida, tem representado um tradicional centro de repulsão, daí a corrente migratória Nordeste-Sudeste-Sul, em busca de melhores condições de vida (o pau-de-arara).¹⁰

Podemos dizer que, no Brasil, a urbanização é um fenômeno relativamente moderno, mas apresenta um dos ritmos mais acelerados do mundo. Em 1940, a população urbana correspondia a 31% e, em 1975, aproximou-se dos 60%. Cerca de 70% da população brasileira reside, hoje, nas áreas metropolitanas, que crescem de maneira rápida, sem estruturação ou planejamento, acarretando problemas de todas as espécies.

JOÃO RIBEIRO DA SILVA
Coronel do Quadro do Magistério
do Exército.

CIDADÃO DE 2^a CLASSE

R. Reis Friede

Muito embora a crença popular, amplamente difundida em nosso País, continue a afirmar que a sociedade brasileira se encontra irremediavelmente dividida, para fins de distribuição da justiça, entre os cidadãos ricos e os pobres (os primeiros constantemente protegidos pelo manto sagrado da impunidade e, os segundos, permanentemente perseguidos pelo denominado e bastante divulgado "sistema social injusto") a verdade é que tal concepção, em essência, não tem mais

9. G. Galache & André N. Brasil Processo e Integração, 17^a ed. São Paulo, Loyola, 1981, p. 163.

10. TAVEIRA, Carlos Cesar Guterres. Geografia do Desenvolvimento no Brasil: Problemas Brasileiros, 5^a ed. Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1978, p. 27.

sentido ou, pelo menos deixou de ter no exagerado grau que se projetou no passado próximo, à luz, sobretudo, da (já não tão mais recente) consolidação da denominada **democracia brasileira**, fundada na mais ampla liberdade e, principalmente, no distorcido princípio constitucional da igualdade absoluta entre os cidadãos.

Se, para alguns, os ricos continuam impunes, e os pobres padecendo nas prisões, para outros tantos (e, talvez, para a grande maioria), o problema fundamental passou a ser efetivamente a absoluta impunidade, pela inexorável impossibilidade fática da aplicação da lei aos chamados **menores infratores** (muitos dos quais com até mais de 21 anos de vida natural, mas ao mesmo tempo, com menos de 18 anos legais), como bem assim, aos demais cidadãos "nacionais" que se encontram residentes no território alienígena dos morros cariocas, *vis-à-vis* com a rígida punibilidade que a Constituição e a legislação penal, material e processual impõem ao cidadão comum, trabalhador e honesto, pai de família e, acima de tudo, responsável no trato social.

Esse autêntico **cidadão de 2ª classe** que, por não viver na clandestinidade, ao se defender de uma violência praticada por um pretenso menor (ou por esse autêntico "estrangeiro" nacional) será obrigado a responder por anos e anos, perante o Poder Judiciário, com toda a rigidez da lei, até lograr provar, finalmente, a licitude da sua ação de legítima defesa, paradoxalmente, não gozará de qualquer benesse do Estado se, ao contrário, não vier a ser bem-sucedido em sua intentona defensiva, e for seriamente atingido pelo **menor infrator**, ou mesmo pelo chamado **maior marginal**, uma vez que os mesmos se constituem, por força da própria legislação constitucional e infraconstitucional em vigor, em

verdadeiros **cidadãos de 1ª classe**, acima das leis e do próprio Direito mais elementar.

No entanto, não é nossa intenção sermos tão dramáticos, porque efetivamente restou ao cidadão que ainda acredita nos valores de nossa sociedade, seja pobre, médio, ou rico, simplesmente a escolha de não se defender, uma opção certamente menos traumática, muito mais eficiente do ponto-de-vista econômico, e bem menos arriscada sob a ótica legal-individual, mas, ao mesmo tempo, sob o prisma social, fortemente incentivadora da criminalidade e das condutas anti-sociais conduzidas por toda a sorte desses pretensos menores de mais de um metro e oitenta, e por seus inescrupulosos dirigentes.

Isso não quer dizer, por outro lado, que as **crianças** (principalmente as mais humildes, como também, todos os demais cidadãos — particularmente os menos afortunados), não devam ter do **Estado** a mais ampla proteção, inclusive legislativa, que permita às mesmas uma vida digna e honrada e, especialmente, a possibilidade de se desenvolverem plenamente. Mas, é óbvio que não fará qualquer sentido a outorga, pura e simples, de tal **direito** de forma indistinta, sob o singelo (e, por essa razão equivocada) argumento de que "todos são iguais perante a lei" e, muito menos, quando essa outorga ocorre em sinérgico prejuízo dos demais cidadãos que, muitas vezes, com imensurável sacrifício, construíram suas vidas calcados na crença inafastável da defesa dos valores mais sublimes que a sociedade brasileira, pelo menos em parte, logrou imprimir.

Nossos **cidadãos de 2ª classe**, em última análise, são os verdadeiros responsáveis pelo pouco que ainda resta de digno e humano em nossa sociedade e, com toda a certeza, não podem merecer um tratamento dessa natureza, profundamente injusto (e, porque não dizer

insensato), que os condene sumariamente a uma posição de relativa inferioridade legal, impondo aos mesmos o pesado ônus da prova de **legítima defesa** (ou de qualquer das outras excludentes de ilicitude penal), quando se debatem, involuntariamente, contra **menores e maiores** com extensas fichas criminais (ou por conduta anti-social) e infinitas passagens em casas de detenção e equivalentes.

R. REIS FRIEDE

Economista e doutor em Direito.

liberdade, sujeitam-se a ruir como um castelo de cartas.

Idéias democráticas de livre escolha, através de Assembleia Constituinte, livremente eleita, ou de consulta direta ao povo para temas fundamentais como regime de governo, permanecem passando de geração em geração.

Diferenças étnicas são bem administradas por instituições políticas tão diferentes como o Reino da Bélgica (Walões e Flamengos) e a Confederação Suiça (quatro idiomas e culturas distintos), mas que têm como ponto comum terem sido construídas em um ambiente de liberdade de opinião.

Em um nível bem menos complexo de convivência social, por ocasião da elaboração da Constituição de 1988, usufruindo de amplo grau de liberdade, os constituintes reconheceram que havia uma dívida histórica a resgatar: realizar a consulta popular prevista no Decreto nº 1, de 15.11.1889, onde se proclamava "*provisoriamente... como forma de governo da Nação Brasileira... a República Federativa, ...*" e ressaltava, no artigo 7º do referido decreto: "...*aguardando, como lhe cumpre, o pronunciamento definitivo do voto da Nação, livremente expressado pelo sufrágio popular*".

Por razões e circunstâncias bem conhecidas dos estudiosos da História, não foi cumprido o compromisso do primeiro documento normativo republicano que previa a realização de plebiscito para legitimar a forma de governo escolhida.

Por vontade do destino, essa consulta foi finalmente realizada no ano do centenário da eclosão de um movimento em armas, que tinha como motivação principal democratizar a república, ratificando-a através de uma consulta popular: a revolta da Esquadra, de 6 de setembro de 1893.

O CENTENÁRIO DE UMA REVOLTA

João Metello de Mattos

"Os povos que abdicam de seus direitos não podem queixar-se de seus oressores."
Almirante Luís Felipe de Saldanha da Gama

AHistória da Humanidade está repleta de lutas que, obtendo êxito ou fracassando, tiveram como objetivo alcançar os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Todas as vezes que os esforços libertários foram sufocados obteve-se uma *paz romana*, isto é, uma paz imposta pela força.

Toda vez que se constroem instituições públicas baseadas em poderosas forças que ocasionalmente se reúnem e sufocam outras vozes, outras linhas de pensamento, sem criar bases de sustentação enraizadas no pensamento coletivo e inconsciente da Nação, isto é, foram construídas sem a característica essencial da

Nessa data, Custódio de Mello iça a bandeira da resistência às decisões autocráticas da Presidência da República.

O Almirante Saldanha da Gama adere à revolta em 7 de dezembro de 1893, com um Manifesto à Nação onde defende: "O respeito que se deve à vontade nacional livremente manifestada aconselha que ela mesma escolha solenemente e sob sua responsabilidade a forma de instituições sob que deseja envolver os seus gloriosos destinos."

No desenrolar da Revolta da Esquadra há um aspecto muito pouco conhecido. Trata-se da participação de forças navais estrangeiras tomando partido por um dos lados da contenda. Menos conhecido ainda, a razão para esse posicionamento.

A principal estratégia dos chefes navais era impor um bloqueio ao porto do Rio de Janeiro, de forma a forçar uma negociação com o governo central que implicasse na realização da consulta popular prevista no Decreto nº 1 da República.

A Revolta da Esquadra falhou em seus objetivos, a partir do momento em que não pôde executar o bloqueio naval do Rio de Janeiro, em função da ação dos navios comandados pelo Almirante Benham.

O almirante havia recebido ordens do Secretário de Estado Gresham de romper o bloqueio a bala se preciso fosse. A força naval era composta pelos cruzadores *Charleston*, *Newark*, *Detroit*, *São Francisco* e *New York*.

A intervenção norte-americana havia sido encorajada pelo Governo Republicano que, através de Decreto Presidencial de 10 de outubro de 1893, declarou os navios revoltosos como desautorizados do uso da bandeira brasileira. Isso equivalia a considerá-los como navios piratas!

Em janeiro de 1894, quando a corveta revoltosa *Trajano* tentou forçar o cumprimento

do bloqueio foi atacada pelo cruzador *Detroit*. Os navios americanos formaram em linha de batalha. O historiador Laurence Hill descreve o episódio com as seguintes palavras:

"When one of the discharging vessels was fired on by insurgent cruiser, the USS Detroit, which had taken a strategic position, returned the fire with a pounder, the shot striking under the bows of the insurgent."

As forças de Saldanha, não dispõndo de apoio das fortalezas, ou seja, não dispõndo de apoio em terra e face à intervenção da força naval estrangeira, muito superior às suas, reconheceu não ter como reverter a situação.

Obrigado a consentir na atracação dos navios americanos, resolveu Saldanha reconhecer igual vantagem aos navios das demais nações.

"A intervenção violenta norte-americana explica-se pelo interesse dos Estados Unidos em evitar a restauração monárquica", o que poderia ocorrer se fosse realizado o plebiscito.

E a monarquia, por ser o regime político mais popular na Europa, poderia representar uma aproximação brasileira dos países europeus. E isso poderia significar relações privilegiadas nos campos político, cultural e econômico. Tal aproximação seria natural, levando em conta o grande número de imigrantes europeus que aqui vieram estabelecer-se, e de seus descendentes.

"O interesse era manter o Brasil no círculo de influência dos EUA..." (A diplomacia do Marechal: Intervenção Estrangeira na Revolta da Armada; Sérgio Corrêa da Costa, UnB, 1979).

Nesse ponto, é conveniente refletir sobre o conceito de soberania: *A soberania de uma nação se explicita pela sua capacidade de conduzir e controlar suas relações de trocas com o exte-*

rior e pela capacidade de livremente estabelecer sua organização interna.

O meio mais seguro de uma nação exercer sua soberania não consiste em limitar essas relações, mas ampliá-las e diversificá-las, uma vez que somente se confrontada com uma multiplicidade de possibilidades simultâneas, a Nação preservará sua liberdade de escolha.

No artigo "Reserva que Condena um Povo" lembramos que "dados de pesquisa científica, recentemente divulgados, mostram que é a abertura para outras culturas que promove o desenvolvimento de um povo" (*A Defesa Nacional* nº 757/92, pág. 59).

Assim o Brasil, sem tutelas externas, em proveito do desenvolvimento integral de seus cidadãos, deve manter nos campos cultural, econômico e político, relações internacionais abertas nas diversas áreas da atividade humana, com o maior número possível de nações.

Muitas vezes é necessário esperar algumas gerações, para que as emoções resultantes das transformações profundas e traumáticas cedam lugar a processos políticos racionalizados e estruturadores.

Em um quadro de efetiva liberdade de expressão, o povo brasileiro está vivendo a oportunidade histórica singular e a responsabilidade coletiva de construir seu projeto de futuro.

JOÃO METELLO DE MATTOS

Auditor de sistemas

O FIM DA HISTÓRIA E A LÓGICA QUE O ABALISA

Francisco Ruas Santos

Ofim da História é tese dos últimos anos. Mas, na realidade, vem de mais longe. Vem da instituição do regime soviético na Rússia, assentado na falsa base da "Filosofia da História", de Marx.

Simultaneamente, o Saber da Humanidade progredia e, no caso do conhecimento do seu passado, o ideal dos historiadores dos meados do século XIX evoluiu no sentido da Ciência, que para eles correspondia à Verdade e à Justiça no julgamento do passado.

Assim pensavam os fundadores do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e, juntamente com o Governo Imperial, buscou-se o domínio das fontes do nosso passado, existentes no exterior e aqui.

Se a tradicional História é função dos documentos, incluídos aí a memória individual e social — a tradição, é lógico que eles precisam ser completamente dominados.

Isso é hoje missão da Ciência da Informação, que engloba as tradicionais atividades de pesquisa, mas dispõe de recursos técnicos recentes, tais os discos óticos, que superam os microfilmes. Através da Ciência da Informação, aqueles antigos ideais podem ser atingidos, segundo a aplicação das novas idéias propiciadas pela civilização da segunda metade deste século.

Assim, em harmonia com o simbolismo da Fênix, a História morreu, para, em seu lugar, surgir a Ciência da Informação em que ela se transformou.

Em síntese, o que mais interessa é o domínio completo das fontes do passado, a começar pelas

primárias, a vacina contra as versões que deturpam os fatos desse passado.

Neste particular, a quantificação é primordial, a fim de que todas as partículas de um átomo informacional — fato, pessoa, tema ou coisa — sejam perfeitamente conhecidas.

A derrubada de estátuas de líderes marxistas e de Marx não contempla apenas o fim ou a derrota do Comunismo. Mas, também, a incientificidade de Marx, ao fazer "Filosofia da História", quando longe estava o Mundo, como ainda hoje, de dominar as fontes do seu passado.

O saudoso Thiesi Martins Moreira, em suas aulas magistrais de Sociologia, na Escola de Estado-Maior, final da década de 1940, abordou, com ênfase merecida, o tema "A Fidelidade a Antigos Padrões de Cultura". Queria, com isso, evitar que ele se transformasse, perigosamente, em fator de atraso, social em particular.

Hoje, meio século depois, suas aulas magistrais estão sintetizadas no lema: "Antigos ideais, sim; mas buscado segundo novas idéias."

Cientificamente, é o que acontece com os antigos ideais dos historiadores do século passado.

Podemos, assim, historiadores e não historiadores, mas amantes da falecida História, aceitar tranquilamente o fim desta.

No caso particular do signatário, não se pode nem pensar que aceitou esse fim por não ser historiador. Desde 1963, é ele, do ponto de vista profissional-trabalhista, **historiador e professor de História**.

Mas seria um retrôgado se, apegado a essas categorias superadas, não aceitasse o fim da história. Ou melhor: a transformação desta no conjunto da Ciência da Informação e Comunicação moderna.

Restringindo-nos ao caso brasileiro, em particular o das suas instituições culturais, como o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e congêneres, é preciso, mais do que nunca, dominar as fontes do nosso passado, para aproveitar suas lições projetadas no presente.

O IHGB tem delas um acervo quase milionário, mas, informacional de, no mínimo 15 milhões (a vigésima parte do total no Mundo).

Infelizmente, desse total, há apenas cerca de 1/4 de milhão nos seus catálogos.

Logo, o IHGB, não domina as fontes de que é guardião.

E, na pesquisa que ali se faz, em sua Sala de Leitura, o traço predominante é o do **arte-sanato**, restritíssimo.

Logo, através do trabalho de equipes interdisciplinares, trabalhando o dia inteiro, até o final do século, deveria o Instituto cumprir a missão que seus gloriosos fundadores lhe atribuíram.

Precisamos reviver, pelo menos, desses fundadores, o Marechal Raimundo Cunha Mattos e o cônego Januário, liderando quer uma Diretoria composta de sócios, também documentalistas, quer aquelas equipes interdisciplinares.

Todos preocupados apenas com a aplicação da Ciência da Informação e Comunicação, colocando a catalogação do seu rico acervo no Sistema Bibliodata Calco, da FGV, para que o Instituto justifique plenamente seu lema "Casa da Memória Nacional".

E, assim, não precisará preocupar-se com o "fim da História" irreversível.

FRANCISCO RUAS SANTOS,
Fundador e diretor do Centro de
Informações Culturais.



INFORMAÇÕES

CENTENÁRIO DA INAUGURAÇÃO DO 1º QUARTEL GENERAL DO EXÉRCITO NO RIO GRANDE DO SUL

Em 15 de novembro de 1894, em plena Guerra Civil (1893-95), foi inaugurado, em Rio Grande, o 1º Quartel General do Exército. Ele foi construído no Rio Grande do Sul, para sediar o comando da atual 3ª Região Militar que, ao final de 1893, se deslocara de Porto Alegre, para fazer face à 2ª invasão federalista.

O velho Quartel General lá se ergue, impávido, após recuperado pela Prefeitura, com a qual forma belo conjunto arquitetônico.

Ainda durante a construção, ele foi atingido pelo disparo de um navio da esquadra revoltada do Almirante Custódio de Mello, que não conseguiu firmar o pé em Rio Grande. A reação rio-grandense foi comandada pelo General Bacelar.

A cerimônia de inauguração foi comemorativa do 5º aniversário da República e da posse do presidente Prudente de Moraes. Comandava a 3ª Região Militar o então General Jorge Diniz Santiago. Houve um desfile de cerca de 800 homens dos 12º BI e 11º BI, do 3º Batalhão de Artilharia de Posição, com seis peças, do 1º Batalhão da Guarda Nacional, e de uma Companhia de Aprendizes de Marinheiros, que puxou o desfile com sua banda.

O desfile do 11º BI impressionou o público. Todas as suas praças traziam, nos canos dos fuzis,

ramos de flores e uma pequena bandeira do Brasil. Comandava-o o Major Minervino Thomé Rodrigues.

Foram intronizados, no Quartel General, na oportunidade, os retratos dos Marechais Deodoro e Floriano e do General Benjamin Constant. Falaram, no ato, o General Santiago, comandante da Região, e o Capitão-de-Fragata Francisco Marques Pereira, comandante da Frotilha.

A essa altura, a cidade de Rio Grande já batizara uma rua, de General Bacelar, e uma praça, de Coronel Carlos Telles.

O evento foi publicado no *Diário do Rio Grande*, de 17 de novembro de 1894 e aqui é rememorado graças à Biblioteca Rio-grandense, por gentileza de seu diretor, G.M. Centeno Cardoso.

O 11º BI chegou ao Rio Grande vindo do Ceará. Mais tarde transformou-se no 8º RI, de Cruz Alta, sendo há pouco transferido para Tefé-AM, como 17º Batalhão de Selva. Seu quartel em Cruz Alta deu lugar a uma Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos.

Desde então, em um dos frontões do Quartel General, figurou, em latim, a frase: "Se queres a paz, prepara-te para a guerra."

Coronel Cláudio Moreira Bento
Do Instituto de História e Tradições do RGS.

ROYAL COLLEGE OF DEFENSE STUDIES

O"Royal College of Defence Studies" (RCDS) é uma respeitadíssima instituição inglesa, subordinada diretamente ao Ministério da Defesa britânico, o que bem dimensiona sua importância, corroborada pelo alto nível e atualidade dos temas nele tratados.

Na América do Sul, em geral, e no Brasil, em particular, apenas restritos círculos conhecem a relevância do "Royal College" no estudo dos problemas mundiais. Anualmente, apenas um ou dois países da América do Sul são representados no curso, em decorrência do critério de convite por parte do Governo inglês, que promove, desse modo, um revezamento entre os países participantes. O Brasil, somente a partir de 1982, eventualmente, tem sido convidado.

Ao concluir tão emérito curso, julgamos oportuno dividir algumas das experiências e os muitos ensinamentos adquiridos, bem como prestar informações sobre a estrutura, o currículo e outros aspectos a ele peculiares.

A matéria baseia-se na tradução parcial das normas do "Royal College", entremeada por considerações estritamente pessoais, enriquecidas que foram pelo novo ambiente em que transitávamos e a múltipla diversidade dos demais integrantes do curso.

SÍNTSE HISTÓRICA E OBJETIVO

O "College" teve sua origem em 1922, por recomendação do conselho de ministros, presidido, à época, por Winston Churchill, então

Secretário de Estado para as Colônias. Sua fundação, finalmente, ocorreu em 1927, quando recebeu a designação de "Imperial Defence College", enfocando, naqueles dias, até sua extinção, em 1939, primordialmente, assuntos ligados à defesa do Império Inglês.

Após a II Guerra Mundial, tendo o Governo confirmado o valor da instituição e sentindo a necessidade de criar um estabelecimento destinado à preparação de oficiais dos mais altos postos e funcionários dos mais elevados escalões, capacitando-os ao trato das questões mundiais, foi o "RCDS" reaberto, em 1946, no seu tradicional endereço — "Sea Ford House/Belgrave Square", Londres — onde funciona, até hoje.

Ao seu reinício, admitiu estudantes da "Commonwealth" e, pela primeira vez, dos EUA. Progressivamente, foi sendo ampliado e passou a congregar naturais dos países signatários da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e de outros países amigos.

"O objetivo básico do curso anual é preparar selecionados oficiais e civis dos altos postos e escalões do Reino Unido¹ e de determinados países para as altas responsabilidades na direção e administração da defesa e da segurança e de outras áreas correlatas da política pública."

Coerente com seus propósitos e dentro dessa ótica, a principal ênfase do curso orienta-se para as questões da defesa e da segurança no seu mais alto nível, tendo, para isso, como fatores básicos, a OTAN e as relações entre as potências, ensinando a preparação das Forças Armadas e dos funcionários de alto nível do Reino Unido, os quais serão os principais executantes ou assessores do Governo naqueles assuntos.

1. United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland — Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte

A DIREÇÃO, O CORPO DOCENTE E O CORPO DE ALUNOS

O comandante da Escola pode ser um oficial nível general-de-divisão ou civil de *status* equivalente. Ele é "orientado" por um Conselho Consultivo, composto por 9 (nove) personalidades civis e militares, do Ministério da Defesa e do Ministério das Relações Exteriores. Os membros do Conselho o assessoram, coletiva ou individualmente, em assuntos nos quais ele solicite orientação.

O Conselho Diretor (Senior Directing Staff/ SDS) é composto por 3 (três) oficiais do posto de general-de-divisão ou brigada, um de cada força, e um civil representante do serviço diplomático de nível equivalente. A Escola possui, ainda, um Conselho Auxiliar (Junior Directing Staff/JDS) formado por 5 (cinco) oficiais de posto coronel/tenente-coronel ou equivalente, pelo menos um de cada força armada, sendo que 4 (quatro) são subordinados aos membros do Conselho Diretor (SDS), atuando como seus auxiliares diretos e, o último, oficial executivo do Ministério da Defesa, é o responsável pela coordenação geral do programa escolar.

O Corpo Docente é formado por palestrantes especialmente convidados, civis na sua maioria. Todos se destacam pelo elevado conhecimento dos assuntos enfocados e sua estreita vinculação com o tema, por exercerem ou terem exercido função ligada ao mesmo e, geralmente, com um considerável cartel de artigos e livros publicados sobre a matéria.

Apresentam-se, também, autoridades civis e militares ocupantes dos mais altos cargos e postos de direção do Governo, os quais traduzem, nas suas palestras, uma linha de pensamento orientada pelas diretrizes nacionais. Sublinhe-se que alguns palestrantes são estrangeiros especialmente convidados.

Uma das normas básicas da escola é o respeito aos pontos-de-vista expressos pelos palestrantes que, proferidos em total confiança, não devem ser comentados fora do Colégio. Somente através desse entendimento, pode o Curso contar com a livre opinião de seus convidados.

Os alunos totalizavam, em 1993, um efetivo composto por 76 (setenta e seis) militares das três forças, de posto oficial-general ou coronel e funcionários civis de nível equivalente, do Ministério da Defesa ou do Ministério das Relações Exteriores; sendo 40 (quarenta) originários de 32 (trinta e dois) países e 36 (trinta e seis) oficiais e civis² do Reino Unido, de mesmo *status*.

REGIME DE TRABALHO E CURRÍCULO

O Curso funciona de 2^a a 6^a feira. As palestras diárias começam às 10:30h e terminam às 12:45h. Em geral, três tardes por semana são destinadas para outras palestras ou seminários. As tardes restantes são dedicadas aos estudos individuais ou à realização de seminários/sindicatos (seminars/syndicates) não programados, com o objetivo de serem discutidos as-

² 05 (cinco) civis de setores privados ligados às áreas da segurança e da defesa foram incorporados ao curso durante o 3º período.

suntos da fase em andamento ou outras matérias julgadas de virtual interesse.

O "Royal College", colimando seus objetivos, promove a ampla discussão de assuntos conjunturais, incentiva a livre emissão de opiniões sobre os caminhos da política e da economia mundiais, e discute o relacionamento militar entre as nações, suas implicações na segurança, na estabilidade mundial e na postura defensiva da OTAN, em particular. É relevante frisar que para cumprir suas metas, o Colégio elabora um currículo pertinente, conformado por palestras que abordam assuntos sensíveis e polêmicos, conduzam à meditação e promovam o intenso debate entre os estudantes.

Os seminários, onde se processam as discussões, servem de lastro cultural, agregam conhecimentos, ensejando a oportunidade de serem percebidos diferentes enfoques sobre os assuntos debatidos. Coerente com sua preocupação de atualidade, o Currículo Escolar tem sofrido alterações, quase que anuais. Desse modo, áreas e questões têm recebido diferentes abordagens e prioridades dentro do contexto escolar.

O Currículo é dividido em três períodos e esses em fases. O ano escolar começa na 1ª quinzena de janeiro (07 Jan) e tem seu encerramento na 1ª quinzena de dezembro (10 Dez). As palestras proferidas na primeira semana são consideradas de cunho preparatório.

O 1º Período — O Mundo Contemporâneo — tem por finalidade examinar as condicionantes globais nas quais são formuladas e

executadas a política de defesa britânica e da Europa Ocidental, verificando-se as amplas influências que as moldam e as afetam. Em geral, é dividido em oito ou seis fases, cujos títulos podem ser alterados, como podemos verificar pela comparação entre os currículos dos anos de 1993 e 1992.³

Nesse período, o curso, dividido em 8 (oito) grupos, realizou viagens regionais, com uma semana de duração, em 8 (oito) regiões diferentes do Reino Unido. A viagem, preliminar da fase "Grã-Bretanha"⁴, objetiva, através de visitas, palestras e seminários, o estabelecimento de contato dos membros do "RCDS" com os mais importantes e dinâmicos setores e entidades privadas e governamentais, proporcionando a oportunidade de adquirir-se uma visão e uma compreensão abrangente sobre o país e, mais particularmente, sobre as diversas áreas regionais visitadas.

Particular atenção foi dedicada aos seguintes tópicos: Indústria, Educação, Saúde, Infraestrutura e Transportes, Governo local e seus recursos financeiros, áreas de desenvolvimento regional, Agricultura e questões étnicas e raciais.

No 2º período — Estudos Internacionais/Estudos de Áreas — específicas áreas geográficas são examinadas para permitir a análise das questões ou problemas existentes, os quais poderão originar tensões, com grande possibilidade de gerar conflitos. Embora o estudo de certas nações, isoladamente, esteja incluído, o principal objetivo do período é identificar os problemas internos que poderão acarretar

3. 1ª Fase — Poder Contemporâneo e as Relações Internacionais - 94; 2ª Fase — Sistemas Políticos e a Religião - 93; 3ª Fase — Nações Unidas - 93; 4ª Fase — População, Saúde e Meio Ambiente - 93; 5ª Fase — Economia e as Fontes de Recursos - 93/92; 6ª Fase — Ciência e Tecnologia - 93/92; 7ª Fase — Estabilidade nas Sociedades Democráticas - 93/92; 8ª Fase — Segurança e Estratégia - 93; Fases — Conceitos Estratégicos, o Reino Unido e ex-União Soviética e Estados Unidos da América - 92.

4. Inglaterra, País de Gales e Escócia.

repercussões externas e projetar suas possíveis consequências sobre os interesses britânicos e europeus naquelas áreas e, ainda, examinar seu impacto no desenvolvimento das relações internacionais e na estabilidade mundial. As áreas estudadas em 1993 foram as seguintes: 1^a Fase — Grã-Bretanha; 2^a Fase — Estados Unidos; 3^a Fase — Europa e Atlântico Norte; 4^a Fase — Ex-União Soviética e Sul da Ásia; 5^a Fase — Oriente Médio; 6^a Fase — Extremo Oriente, Sudeste Asiático e Australásia; 7^a Fase — África; 8^a Fase — América Latina, Caribe e Antártica; 9^a Fase — Viagem Internacional.

Podemos verificar pela composição das fases que, em 1993, tanto a Ex-União Soviética, como os Estados Unidos, pelas injunções da conjuntura, foram substituídos no 1º Período e transpostos para o 2º, onde foram analisados separadamente.

É dentro deste período e como sua última atividade (9^a Fase) que o Curso, dividido em 8 (oito) grupos, realiza sua viagem internacional, com cerca de 30 (trinta) dias de duração. Em 93 foram visitadas as seguintes regiões: Canadá, EUA e Havai; Egito, Israel, Jordânia e Arábia Saudita; Rússia, Ucrânia e Alemanha; Itália, Áustria, Romênia e Bulgária; Zimbábue, Zâmbia, Gana e Senegal; Austrália, Nova Zelândia e Indonésia; Hong-Kong, Coréia, Japão e Malásia; Índia, Paquistão e Nepal.

O propósito da viagem é analisar, de cada região, em profundidade e diretamente, aspectos específicos dos temas e das matérias estudadas previamente nas fases anteriores. Ao retorno para Londres, cada um dos grupos realiza uma apresentação de suas análises para os demais, seguida por uma sessão de debates.

A finalidade do último período (3º Período — Segurança e Defesa), é analisar a postura militar dos países da Europa Ocidental, e em particular, a estratégia da OTAN. Em ambas, nos aspectos da prevenção e conduta da guerra e o desenvolvimento do futuro da Europa. Esse período deverá considerar os fatores que foram estudados nos dois períodos anteriores, de modo a assegurar que a estratégia da OTAN e suas consequências foram entendidas inteiramente. O objetivo é discutir sua eficiência e provocar o surgimento de pensamentos inovadores sobre sua possível melhoria. Especial atenção é voltada, também, para a alta administração da defesa e demais áreas correlatas. Esse período, em 1993, constou das seguintes fases: 1^a Fase — Estratégia da OTAN e Defesa da Europa; 2^a Fase — Alta Administração da Defesa; 3^a Fase — Atuais Questões da Defesa.

Nesse período, mais direcionado para a defesa e a segurança e suas problemáticas, tivemos a oportunidade de, encerrando o currículo de forma altamente positiva, ouvir autoridades civis e militares, do Ministério da Defesa e da OTAN, estas complementando uma visita realizada pelo curso à Bélgica, quando estivéramos com os dirigentes daquela Organização e os da Comunidade Européia, nas suas sedes, em Bruxelas.

DESENVOLVIMENTO DO CURSO

O Curso é dividido em 4 (quatro) Seminários (A, B, C, D) que funcionam como "Grupos de Trabalho", cada um sob a responsabilidade de um membro do Conselho Diretor (SDS). Os

Seminários são reformulados 3 (três) vezes durante o ano, ensejando que todos os alunos trabalhem com todos os integrantes do Conselho Diretor.

Cada Seminário é dividido em dois subgrupos (Sindicatos) com a designação dos alunos na função de chefia. O líder de cada subgrupo é substituído ao início de cada uma das fases.

Antes do desencadeamento de uma nova fase, os líderes recebem previamente, de seu chefe de Seminário (SDS), uma orientação sobre a mesma. Em sequência, os Seminários se reúnem sob a condução de seus respectivos encarregados para o recebimento de informações e comentários preliminares, incluindo detalhes específicos e, em particular, os aspectos que irão configurar o desenvolvimento das discussões. Na reunião, deverão ser decididos quais os pontos de relevância, os tópicos considerados mais sensíveis, o tipo das discussões que serão realizadas e sua quantidade pois, em cada fase, são realizadas diversas discussões, seja no âmbito de todo o Seminário ou no círculo de cada Sindicato.

A critério do encarregado de Seminário, uma discussão de grupo poderá ser conduzida em Sindicatos, isto é, em dois grupos, separadamente, cada um abordando uma questão diferente.

Os líderes de Sindicato são responsáveis, ao final da fase, pela coleta da ficha de comentários dos membros de seus Sindicatos. Nas fichas, são assinalados conceitos para todos os palestrantes e outras informações referidas ao desenvolvimento da fase, aspectos positivos e negativos, sugestões para sua melhoria, bem como de livros a serem incluídos na bibliografia apresentada ou o nome de outros palestrantes para os próximos anos. Cabe ao líder, em ficha específica, consolidar todas as observações colhidas nas fichas de comentários de seu grupo e obter uma média dos conceitos atribuídos aos palestrantes. Tal

procedimento permite ao Colégio estabelecer novos rumos, corrigir equívocos e promover uma dinamização no Currículo, além de substituir palestrantes que não tenham atendido às expectativas.

TRABALHOS ESCOLARES

O principal desafio intelectual e individual, formalmente exigido de cada aluno, é a elaboração de uma Tese, o único trabalho escrito no decorrer do ano. É a oportunidade de o aluno pesquisar e analisar um assunto no qual não esteja totalmente familiarizado para provocar e testar sua sagacidade, levando-o ao descortino de conclusões pessoais. Os membros são desencorajados de escrever Teses sobre áreas de seu conhecimento e possuem livre arbítrio para escolher o tema de sua Tese, devendo levá-lo ao conhecimento e consideração do membro do Conselho designado como seu orientador. As Teses individuais deverão contar em torno de 5.000 a 7.000 palavras, exclusive os anexos.

Anualmente, uma soma em dinheiro, cerca de 900 libras, tem sido colocada à disposição do Colégio para ser entregue ao autor ou autores das teses apresentadas e julgadas pelo seu conteúdo, atualidade, valor e importância no contexto da segurança e da defesa, como merecedoras de especial destaque. As premiadas, oito ou nove por ano, são editadas em caderno especialmente elaborado.

PALESTRAS VOLUNTÁRIAS E ATIVIDADES DIVERSAS

Um dos mais importantes aspectos do Curso é a oportunidade de os membros se beneficiarem da experiência e do conhecimento dos demais. Assim, individualmente ou em grupo, os mem-

bros são incentivados a apresentar palestras com cerca de 30 minutos de duração, sobre tópicos dos quais tenham especial conhecimento e que acreditam, possam contribuir para o desenvolvimento do Curso, em algum estágio, durante o ano.

As palestras voluntárias começam às 09:30h e são seguidas por um período de discussão, com cerca de 15 minutos de duração. A presença dos membros, embora opcional, é intensamente estimulada.

O "College" desenvolve uma extensa e variada programação destinada ao atendimento do Currículo e à promoção do confraternimento dos alunos e de seus familiares.

As visitas e as viagens constituem-se em atividades comuns para a obtenção de informações úteis sobre o entendimento de inúmeras questões, particularmente aquelas referidas à sociedade inglesa. Consideramos como importantes as visitas realizadas, em Londres, a diversos órgãos do Governo (House of Commons, Scotland Yard, Bank of London, etc.) e a determinados setores privados.

Foram realizadas inúmeras viagens locais para cidades inglesas onde estão sediadas bases navais e aéreas. Foram, ainda, realizadas viagens para a Alemanha (Hannover) em visita às tropas britânicas estacionadas no país, e para a Bélgica (Bruxelas) em visita às sedes da OTAN e da União Européia, seguida de *tour* aos locais onde foram travadas as Batalhas de "Waterloo" e "Yprés".

Na parte referente às atividades sociais, foram realizados jogos, torneios e campeonatos de tênis, golfe e cricket. Estudantes e familiares participaram de inúmeros passeios, sendo que para as esposas dos alunos, em todas as sextas-feiras eram patrocinadas, na escola, reuniões seguidas de atividades sociais e culturais, incluindo passeios turísticos, visitas, chás e

entrevistas com personalidades dos mais diversos campos de atividade.

O curso realiza um grande número de eventos sociais, tais como, jantares e recepções promovidas pela escola e pelos "diversos grupos"; além disso, eram freqüentes as trocas de visitas particulares entre todos os membros do curso.

ENSINAMENTOS

Ao resumir, em poucas palavras, o que efetivamente significa o "RCDS", entendemos que a definição de "um excepcional fórum de debates" é a mais apropriada, "plenário" onde determinados aspectos mereceram a nossa especial atenção, como, por exemplo:

- a ausência, ao final das discussões, de uma "solução" para o assunto em debate;
- a inexistência de trabalhos escritos, individuais ou coletivos, exceto a tese individual e a tese de grupo, esta voluntária e elaborada em condições similares à tese individual;
- a liberdade de expressão, princípio fundamental na concepção da escola e um dos fatores que conduzem a sua compreensão como "fórum de debates";
- o respeito ao indivíduo havendo, de fato, um grande interesse em ouvir as considerações de todos os participantes;
- a transparente intenção de cada aluno em discutir os assuntos em profundidade, abordando com extrema isenção, mesmo aqueles que envolviam seus países, regiões ou interesses nacionais;
- a objetividade, caracterizada em todas as ocasiões pela abordagem direta às questões, de forma mais prática possível;
- a permanente participação dos alunos, empenhados em acrescentar ao assunto mais uma vertente ou reforçá-lo com novos argumentos;

• o descompromisso com qualquer assunto em discussão, a qual, seguindo um caminho, não pre-determinado, abria-se em novas direções, consequência lógica de acontecimentos correntes, da ênfase ou conotação que um dos participantes apresentava ao emitir sua opinião.

Embora um sem número de questões tenham sido examinadas com destaque maior, consequência de sua abrangência no atual contexto, julgo que os temas abaixo foram analisados com maior freqüência e intensidade, por motivos óbvios:

- o problema dos Balcãs;
- a fragmentação da ex-União Soviética, gerenciando um leque de pontos altamente explosivos na agenda internacional;
- a proliferação do arsenal atômico e das armas químicas e biológicas;
- os organismos internacionais;
- o Islamismo — as consequências de sua expansão e os perigos de sua radicalização;
- o Japão como futuro poder militar;
- a Alemanha — importância no contexto regional e mundial; a união das duas Alemanhas — óbices decorrentes;
- o futuro das Forças Armadas dentro da nova ordem — dimensão e capacitação;
- a alta administração nas áreas da defesa e da segurança;
- a ciência e a tecnologia como fatores básicos no futuro dos elementos de defesa;
- o impacto da ciência e da tecnologia na sociedade;
- o narcotráfico e a narcossubversão;
- a Questão Palestina;
- os Estados Unidos da América: importância econômica; presença na Europa Ocidental; papel no cenário internacional;
- A China — futura influência na Ásia; perspectivas econômicas e militares;
- As correntes migratórias e os conflitos;
- As disputas pelos recursos hídricos.

Quanto à América Latina, verificamos que está relegada a um plano secundário naquele contexto que, prioritariamente, busca a resolução de seus problemas internos, dos óbices oriundos da implosão soviética e os decorrentes da emergência de valores extremados, até então adormecidos.

CONCLUSÃO

Durante um ano integramos um grupo composto por selecionados militares e funcionários civis do Reino Unido, da "Commonwealth", de países signatários da OTAN e de nações convidadas pelo Governo britânico, através de seu Ministério da Defesa.

A oportunidade e a experiência foram gratificantes e ultrapassaram todas as nossas mais otimistas expectativas.

Ressaltamos o ambiente fraterno e de amplo entendimento que propiciou, a cada um, o estreitamento dos laços de camaradagem para com os demais e, com certeza, a ampliação dos nossos horizontes, e permitiu-nos a obtenção de uma percepção muito próxima da realidade sobre o que ocorre em outras partes do mundo, conforme o testemunho de companheiros oriundos de 32 (trinta e dois) países.

O atendimento diário a palestras de excelente nível, a troca constante de informações e impressões pessoais sobre os mais diversos assuntos considerados sensíveis e o intenso debate, abordando temas extremamente polêmicos relativos às áreas da defesa e da segurança foram fundamentais para o sucesso do curso. Temos a convicção de que em cada membro foram incorporados ensinamentos e vivências valiosíssimas, as quais serão úteis na elaboração de seus futuros trabalhos.

Em particular, temos uma dívida de gratidão para com o Exército Brasileiro que nos

proporcionou essa magnífica oportunidade, e para com todos os integrantes do "RCDS", a Direção da Escola, seu Conselho Diretor, seus auxiliares, militares e funcionários civis, incansáveis e sempre dispostos a cooperar conosco. Desfrutamos da fidalguia e da amizade de todos os alunos do Reino Unido, solícitos e prestativos, empenhados em promover nossa integração ao grupo e a congregar todas as famílias.

Destacamos que o trato afável, educado e amigo que nos foi dispensado em todas as ocasiões, não o foi apenas no âmbito escolar, onde eram pródigas as exteriorizações de respeito e amabilidade, mas também no contato com a população, onde comprovávamos diariamente sua refinada e exemplar educação e pelos inúmeros gestos de boa vontade para conosco, os

quais nos sensibilizaram e cativaram definitivamente.

Quanto ao país que nos acolheu prazerosamente, louvamos sua tradicional hospitalidade e eterno encanto.

Rendemos, por fim, nosso preito de admiração ao "Royal College of Defence Studies" e agradecemos todo o apoio recebido, que nos permitiu cumprir nossa missão e, ao mesmo tempo, desfrutar do convívio de muitos novos amigos e de viver na maravilhosa Inglaterra, cuja história e tradições, preservadas com carinho e dedicação pelo seu povo, sempre nos causaram profundo respeito e a mais viva admiração.

Coronel Inf QEMA
Valmir Fonseca Azevedo Pereira.



COPLAVEN

A MARCA DO CONSÓRCIO



marke a marca



DESTAQUES DA IMPRENSA

NEM CONFINAMENTO NEM ACULTURAÇÃO

O eminente brasileiro Hélio Jaguaribe, ao que leio nos jornais, defendeu um ponto de vista a respeito da questão indígena, que foi traduzida, com um toque de primarismo, como se ele pregassem a "extinção do índio".

Estou certo de que o ilustre mestre terá se definido a favor da incorporação dos índios à comunhão nacional, o que se considera como doutrina integracionista, de par com a tutela civil estabelecida pelo Código Civil, de 1916.

Contrário a essa doutrina há a corrente que, a partir de 1988, com a promulgação da Constituição, em seu capítulo oitavo, prescreve, como norma, o direito de os índios manterem sua organização social, tradições e costumes, além de lhes garantir a demarcação de suas terras tradicional e permanentemente ocupadas, "imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

Em consequência, tramita no Congresso Nacional projeto de lei visando a modificar o atual Estatuto das Sociedades Indígenas, mais conhecido como Estatuto do Índio, editado em dezembro de 1973. Em favor de tese não integracionista milita a aprovação, no corrente período legislativo, da convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre povos indígenas e tribais em países independentes.

Estamos, pois, diante de fatos e não mais de hipóteses. De um lado, o mandamento constitu-

cional e, de outro, a inconformação dos que, como o professor Hélio Jaguaribe, desejam retornar à doutrina consubstanciada na lei nº 6.001, de dezembro de 1973. Claro que há argumentos valiosos de ambos os lados em conflito de pensamento.

As violências praticas contra os povos indígenas, algumas recentes, levam a rejeitar o princípio de que o progresso, com suas conquistas, sobrepuja-se aos meios pelos quais ele seja alcançado. Alguma coisa parecida com a tese de Maquiavel, de que os fins justificam os meios.

Hoje, tardivamente, os norte-americanos repudiam o General Custer, mas seus antepassados nele viram a espada que conquistou o Oeste, dizimando nações indígenas de então, para incorporar ao território norte-americano a sua porção mais rica. O remorso é tardio e insincero. O sacrifício de Atualpa e o genocídio dos astecas não foram menos que o reconhecimento dos monarcas espanhóis do "heroísmo" de Pizarro e Cortés.

Isso, dir-se-á, é coisa dos arcanos da história. O importante é discutir o hoje e não o ontem. De acordo, só que nos dias hodiernos ainda há conquistas territoriais feitas à custa da eliminação fria e calculista de povos indígenas.

Voltando ao Dr. Jaguaribe, argumenta-se que nada na história nos sugere que, adotado integracionismo, se conseguiu a total aculturação dos índios. São exemplos citados freqüentemente os casos do Canadá e dos Estados Unidos.

Já em favor dele, há os que se rebelam contra os que acreditam ser um absurdo a manutenção do respeito aos *folk-ways* indígenas, em verdadeiros enclaves no território de uma nação soberana.

A minha experiência relativamente recente, no Ministério da Justiça, ao qual é subordinada a Funai, mostra que as correntes são antagônicas e radicais.

A demarcação da terra indígena ianomâmi, por exemplo, que era um dever constitucional, tornou-se impopular na corporação de minha origem, na maioria de seus integrantes, não importando que eu haja provado, à sociedade, que isso não implica nem implicará desmembramento do território brasileiro.

Argumenta-se apaixonadamente, e a paixão não é boa conselheira, imagine-se, na prática, o que poderia ocorrer com esse povo primitivo, se tivermos de "acabar com o índio", integrando-se a sua comunidade na nossa, na chamada "civilização branca". Os ianomâmis se transformariam em garimpeiros?

Pela concepção glotocronológica, há quatro derivações lingüísticas da original. São centenas ou milhares de anos, para essa evolução. Irfamos obrigá-los a falar português?

Bem sei que o exemplo é excepcional, mas tomemos os caiapós, do meu Pará, por parâmetro. Suas terras estão demarcadas e são maiores que a dos ianomâmis. Seus caciques, subornados em grande parte pelos madeireiros, têm automóveis e até aviões. Parecem burgueses bem-sucedidos. Não estão longe disso, por sinal. E o seu povo? Em quase nada se beneficia da riqueza vendida ao comprador inescrupuloso, enquanto a floresta é dizimada.

Não iria eu atribuir ao professor Jaguaribe a defesa disso, da mesma maneira que ele, certamente, não atribui má-fé aos que se batem pelo respeito ao direito de os índios manterem suas formas culturais próprias, e, menos ainda, que seja essa corrente constituída de "entreguistas" a serviço de vis interesses internacionais.

Pessoalmente, não sou a favor de existência dequistos indígenas, intocáveis, distanciados hermeticamente da sociedade brasileira, como não fui favorável à manutenção do que chamei

as 19 ilhas, como "campos de concentração", com que se chegou a delimitar a terra indígena ianomâmi.

É certo que há ONGs que pretendem criar nações indígenas, como enclaves no nosso território, e em seguida pleitear a sua autonomia ou a independência. Sempre repeli essa idéia. Tenho como certo que jamais prosperará na ONU. A prova é que, na subcomissão própria, proposta nesse sentido foi rejeitada com o voto dos Estados Unidos e do Canadá. Só países escandinavos se propõem a apoiar essa tese esdrúxula.

Entretanto, sei que preocupa os patriotas, fardados ou à paisana. Se isso fosse ameaça real, com grande probabilidade de êxito, então por que não decidiria logo a ONU pela internacionalização da Amazônia?

Que há cobiças, não há como negar. Que o secretário Warren Christopher disse que "nações que não respeitam direitos humanos ou degradam o meio ambiente não podem ter soberania senão relativa", também é verdade. O perigo é mais amplo.

O genocídio dos índios, se existisse, seria um belo pretexto. Outro, o desmatamento desordenado da floresta amazônica. Ora, precisamos lembrar a lição do Marechal Castello Branco, que nos previu contra a "estratégia do medo". Não devemos descurar de nossa soberania, mas não cabe nos deixar dominar pelo medo.

Em poucas palavras sobre política indigenista: nem aculturação prenhe de vícios, feita por aventureiros em nome da "civilização branca", nem confinamento de tribos, infensas aos meios naturais de conquista da cidadania brasileira, como se fossem fósseis, "congelados no estágio primário de sua evolução".

(Reprodução de matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, edição de 01.09.94, e assinada pelo Senador Jarbas Passarinho.)

O JARDIM ANTROPOLÓGICO DE NEOLÍTICOS

Declarções minhas a respeito do índio brasileiro, em resposta a uma pergunta que me foi formulada por um dos assistentes à conferência que pronunciei no Estado-Maior do Exército, no dia 29 de agosto, sob o título *A Defesa Nacional na Virada do Século*, no âmbito de um seminário sobre a política educacional conveniente ao militar brasileiro para princípios do século entrante, suscitou de parte do Sr. Marcos Terena, fundador da União das Nações Indígenas, um tão incompetente quanto desinformado artigo, que publicou na página 1-3 da edição de 31 de agosto da *Folha*.

Importaria, inicialmente, situar o contexto em que comentei aspectos da questão indígena no Brasil. Tratava-se de uma análise prospectiva das mais prováveis tendências evolutivas do sistema internacional, no curso dos próximos 10 a 20 anos e das mais prováveis tendências, nesse mesmo período, em nosso país, como condição para se avaliar as prováveis tarefas que nesse contexto caberiam a nossas Forças Armadas e, decorrentemente, o tipo de educação mais adequada para o militar brasileiro dessa vindoura época.

Na parte do seminário destinada a perguntas dos assistentes, um destes me formulou uma questão, completamente fora do âmbito da matéria em discussão, salientando a preocupação que lhe causavam críticas norte-americanas a nossa política indigenista e o fato de nossos índios não estarem recebendo adequada assistência da União. Foi em resposta a essa questão que fiz breves comentários sobre alguns aspectos da questão indígena no Brasil.

Observei, em primeiro lugar, que os Estados Unidos não têm nenhuma qualificação para criticar a política indigenista do Brasil, pois naquele país os índios foram massacrados e não, principalmente, por colonos lhes disputando terras e sim pelas forças do Exército americano.

Daí haver surgido naquela época o ditado *the good indian is a dead indian*.

Contrastando com essa política de genocídio, no Brasil, sob a liderança do General Rondon, atuou uma heróica missão de militares dedicados a ajudar a integração do índio na comunidade brasileira, sem forçá-la, mas por induzimentos e assistência, enfrentando, sem disparar um tiro, as flechas de nossos silvícolas, sob o lema "morrer, se necessário; matar, nunca".

Conheço de perto e desde minha infância a extraordinária gesta do General Rondon porque meu falecido pai, o General Jaguaribe, então capitão, era membro da comissão Rondon, como seu geógrafo e cartógrafo e foi o mais chegado amigo daquele grande brasileiro.

O segundo aspecto que comentei, naquelas minhas considerações sobre o índio brasileiro, se referiu ao fato de que a insuficiente assistência dada presentemente ao índio decorre da terrível crise financeira por que passa atualmente a União, por ter perdido quase metade de sua arrecadação tributária, conservando a totalidade de seus encargos.

Não somente a assistência ao índio, mas, igualmente, os serviços médicos, a Previdência Social e diversos outros serviços essenciais da União estão em situação lamentável, por absoluta falta de recursos, o que só poderá ser remediado com uma ampla revisão constitucional, que o Congresso deixou de fazer na oportunidade que lhe fora conferida pela Constituição.

À margem dessas deficiências, observei como era deplorável o fato de que, entre as muitas dificuldades que ora experimenta o povo brasileiro, determinados setores da opinião pública, no exterior e no próprio país, fiquem sensibilizados com a condição de nossos 200 mil silvícolas e pouco se importem com a condição, muito mais grave, de 30 milhões de favelados.

Comentei, finalmente, um aspecto da questão indígena que suscitou a incompetente reação do Sr. Terena e de alguns outros setores do ecologismo fácil: o destino histórico do índio

brasileiro é deixar de ser índio e se tornar um cidadão brasileiro. O Brasil não terá índios no final do século XXI — não, como foi dito, no ano 2000, que está na iminência de ocorrer, mas seguramente até fins do próximo século. E por que isso?

Pela razão muito simples que consiste no fato de o índio brasileiro não ser distinto das demais comunidades primitivas que existiram no mundo. A história não é outra coisa senão um processo civilizatório, que conduz o homem, por conta própria ou por difusão da cultura, a passar do paleolítico ao neolítico e do neolítico a um estágio civilizado.

Esse trânsito, para dar um elucidativo exemplo, foi percorrido pelas comunidades paleolíticas que habitavam, antes do ano 6000 a.C. os platôs do Alto Egito e, milênios mais tarde, pelas comunidades neolíticas de Merimde e outras regiões do Delta, formando essa coisa extraordinária que veio a ser a civilização egípcia.

Os índios brasileiros, alguns ainda no paleolítico, perdidos nas profundidades da selva amazônica, outros no neolítico, em áreas conhecidas, a maior parte dos quais hoje habitando reservas indígenas que lhes foram delimitadas pela União, para sua gradual e voluntária incorporação à civilização brasileira, não são diferentes dos paleolíticos e neolíticos que vieram a formar o Egito.

O que os distingue de muitos exemplos progressos é o fato de serem habitantes de uma área já civilizada, o que os impedirá — independentemente do que desejem antropólogos sem competência histórica — de vir a formar uma civilização própria e portanto uma nação própria, no âmbito da comunidade internacional.

O destino histórico dos índios brasileiros, como muito bem foi compreendido pelo General Rondon, é o de se tornarem cidadãos brasileiros. Para isto, mais uma vez como foi preconizado por Rondon, o Estado brasileiro, ou seja, a União, tem de lhes proporcionar assis-

tência, em tudo que venha ao encontro das carências de nossos silvícolas, particularmente em educação.

Não se trata de obrigá-los a ingressar na nossa cultura. Trata-se de lhes facilitar um ingresso que eles próprios desejam. Salvo, evidentemente, as distorções que resultam da combinação da incompetência histórica de alguns com a malícia econômica e política de determinados setores, muitos dos quais estrangeiros.

Essas distorções conduzem à formação do “índio eletrônico”, que vive, nababescamente, em reservas cujas imensos recursos naturais concede, mediante gordas compensações para os chefes tribais, à exploração de aventureiros do país e do exterior e cujo voto canaliza para os setores políticos que defendem o congelamento dos silvícolas em jardins antropológicos de neolíticos.

Permita-me reiterar que essa prática é criminosamente cruel e hipócrita.

(Reprodução de matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, edição de 02.09.94, e assinada pelo Cientista Político Hélio Jaguaribe.)

BIODIVERSIDADE OU BIODIVERSIONISMO

Grupos ecológicos radicais imaginam que seria possível estudar a biodiversidade e promover a proteção total para todas as espécies existentes no planeta. Atribuem um direito idêntico ao da espécie humana para a mais singela das espécies biológicas e consideram uma tragédia irrecuperável a perda de qualquer delas.

Ignoram que a flora e fauna atual não se preservaria, mesmo se o homem fosse extinto, pois o processo continuado de aparecimento de novas espécies que têm maior capacidade de

dominar e expandir o seu *habitat* é um evento normal da história do planeta.

Novas espécies aparecem e outras espécies são eliminadas. O mesmo ocorreu com a espécie humana, que suplantou várias outras espécies e subespécies, como o homem de Neanderthal, que desapareceu. Só a espécie humana, salvo uma catástrofe, associando o patrimônio genético ao cultural, controla o planeta evitando a efemeridade das demais espécies.

Imagine se coexistissem no planeta duas espécies humanas distintas em sua capacidade intelecto-cultural ou se fôssemos invadidos por uma espécie extra-terrena com maior capacidade e sem dúvida a mais competente eliminaria a outra do planeta.

A simples conservação de todas as espécies é, portanto, uma utopia. A ela se soma o *lobby* que pretender transferir para a comunidade científica a tecnológica brasileira o papel puramente secundário de catalogar essa biodiversidade. O que é catalogar a biodiversidade? Descrever e dar nomes às espécies?

Na região amazônica, devem existir cerca de 20 mil bactérias, 60 mil vírus, 150 milhões de plantas, 750 mil espécies de bolores, e 5 milhões de insetos. Desses, menos de 10% foram classificados, recebendo um vazio nome e sobrenome latino.

Se empregássemos mil cientistas para cada um classificar uma espécie por dia (o que seria impossível), eles estariam ocupados até 2004 e nada ganharíamos como país e como ciência afora encher bibliotecas com dados pouco úteis.

Estamos em 1994 e para descrever uma espécie, como o próprio homem, não basta medir altura, cor dos olhos e pele. Com investimento em pessoal e recursos astronômicos do Primeiro Mundo, até o ano 2000 teremos a total sequência do DNA humano (e de algumas outras espécies). Só então poderemos estudar a biodiversidade do homem ao nível molecular.

Induzir a comunidade brasileira a estudar biodiversidade é criar uma diversão... enquanto continuamos a fazer a ciência do século passado,

as grandes empresas pesquisarão na flora e fauna as qualidades que buscam.

Não vamos aguardar até 2005 para procurar um bolor ou bactéria que produz uma droga que mata o bacilo da tuberculose ou uma célula cancerosa. Vamos procurar antes e classificar depois. Mesmo porque, como existem homens de cor ou tamanho diferente, um bolor colhido num ponto pode produzir substâncias diferentes de outra colônia do mesmo bolor.

Também basta de enveredar pelo longo caminho de separar e estabelecer a estrutura química de tudo o que existe no chá da erva de "S. Jorge", que a comadre ou o índio dizem que cura a malária.

Vamos procurar antes extratos que curam a malária para depois saber qual é a substância ativa, qual sua estrutura química e finalmente como alterar o que a natureza produz para obter um medicamento eficiente.

Qualquer proposta diferente é um engodo para manter a comunidade científica ocupada, enquanto as grandes empresas buscam os produtos de interesse para levar bactéria, fagos e até plantas para criar produtos que teremos de importar.

(Reprodução de matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, edição de 02.09.94, e assinada por Isaias Raw, diretor do Instituto Butantan e membro do Conselho da Fundação para Conservação da Biodiversidade da Amazônia.)

MAQUIAVEL DOS PAMPAS

"A paixão com que o combatem ou endeusam vai da injúria à genuflexão, sem etapas intermediárias." Pongetti

Egresso de um seminário católico, cheguei ao Rio em 1938 para ganhar a vida na terra, esquecendo o Reino dos Céus. Chamavam-me de "padreco". Abriguei-me numa pensão da Rua da Relação, na vizinhança intimidante da Polícia Central. Falava-se em arrestos sumários e tortura de prisioneiros. A ditadura de Getúlio Vargas estava no seu auge. Tivera que aperfeiçoar a tecnologia da repressão, pois enfrentara a "intentona comunista" em 1935, e, depois, o *putsch* integralista em 1938.

O trauma psicológico da adaptação à vida leiga e os problemas de sobrevivência tornavam-me incapaz de qualquer emoção. Getúlio, que acabara de implantar o Estado Novo, era para mim uma figura distante e mística, um pouco diabólica às vezes paternal, mas sempre intimidante.

O Getúlio que eu viria a conhecer pessoalmente, 14 anos depois, quando retornaria nos "braços do povo" como presidente constitucionalmente eleito, era o Getúlio da quarta fase. A primeira fase fora a conspiratória, de 1930 a 1937, à busca de poderes ditatoriais. A segunda já no Estado Novo, de 1937 a 1941, fora uma fase reformista, em que Getúlio procurava combinar nacionalismo, industrialismo e assistencialismo, segundo um modelo corporatista e fascistóide. Na terceira, a partir de 1942-43, à medida que as democracias aliadas pareciam ganhar a guerra, Getúlio procurava criar uma imagem menos autoritária, na esperança talvez de uma legitimação eleitoral. Esta só viria nos anos 50, após o interregno do Governo Dutra.

Numa reunião no Palácio do Catete, quando recebia um visitante ilustre — Dean Acheson, secretário de Estado do Governo Truman — servi de intérprete e assessor econômico. Antes da reunião, Getúlio tinha-me convocado para um briefing sobre possíveis reivindicações de auxílio americano. Getúlio falou tão pouco e minha tradução foi tão floreada e construtivista, que Dean Acheson, ao despedir-se, disse-me que com

"esse" grau de imaginação eu teria um grande futuro...

Se Max Weber, em seus estudos sobre governança e legitimidade, formasse um museu das configurações de poder, Vargas seria sem dúvida a mais rica das presenças. Enfeixou em suas mãos o poder revolucionário, o carismático, o ditatorial e o constitucional.

Curiosamente, Getúlio estava longe de ter o *physique du rôle*. Baixinho e atarracado, com a face suavizada apenas por um fácil sorriso, não era orador para cativar multidões. Ao contrário de seu amigo e rival, Oswaldo Aranha, um belo homem, orador impetuoso, com encantos dionisíacos. Que o *physique du rôle* não é necessário para o sucesso político, prova-o também o exemplo do generalissimo Franco, que conheci em Madri, ao visitar a Espanha na comitiva de Juscelino, então presidente eleito. Baixo e rechonchudo, com mãos pequenas e suadas e voz de falsete, não parecia fadado a dominar um quarto de século da vida espanhola. Contava-se em Madri que, ao entrar no salão dos despachos, surpreendeu dois ministros engalfinhados, quase aos tapas. "Por que se peleam ustedes?", perguntou. "Hablamos de política", responderam trepidantes. "Hagan como yo, que no me meto en política", replicou Franco.

Qual o segredo da longa permanência de Vargas (18 anos) no poder? Psicólogo profundo, intuía mais depressa as fraquezas que as virtudes dos homens. Praticava com soberba maestria o princípio maquiavélico: não há amigos permanentes nem inimigos inconciliáveis. Usava habilmente três instrumentos: a política da gangorra, o balanço do poder e a estratégia da ambivalência.

Na década dos 30, até consolidar seu poder ditatorial, funcionou a "política da gangorra". Aplacava alternativamente os "constitucionalistas", que desejavam a restauração democrática (e que acabaram derrotados na revolução constitucionalista de 1932) e os "tenentistas", que admitiam um reforço do poder

central, receando que a redemocratização rápida ressuscitasse as velhas oligarquias políticas infensas às reformas sociais.

Um segundo instrumento de Vargas era o "balanço do poder". Aprendera da História o sucesso inglês em dominar a Europa através do balanceamento das potências ocidentais. Conhecia também, sem admirá-lo, o modelo democrático americano de "balanço dos poderes". Sem simpatia pela tese da equipotência — pois como positivista acreditava no Executivo forte sob um ditador esclarecido — aplicava a teoria do "balanço do poder" dentro do Executivo. Ao lado do ministro, escolhido às vezes em resposta a composições políticas, tinha um antiministro, a ele vinculado por fidelidade pessoal. Era um meio eficaz de enfraquecer rivais e desencorajar candidaturas alternativas. Quando reconduzido ao poder, em eleições livres em 1950, nomeou Horácio Lafer, judeu, para o Ministério da Fazenda, e Ricardo Jafet, árabe, para a presidência do Banco do Brasil. Chacoteou Oswaldo Aranha: "Getúlio pensa ter encontrado uma solução para o problema do Oriente Médio. Quer um casamento da sinagoga com a mesquita. Não vai funcionar..."

Getúlio usava magistralmente a ambigüidade como estratégia. No grande conflito deste século entre as democracias e o nazi-fascismo, retardou seu apoio às democracias, deixando perceber dissensões do Governo. A ala militar — Generais Dutra e Goes Monteiro — preferia manter neutralidade, receosa da vitória do Eixo. Oswaldo Aranha e Amaral Peixoto apostavam nas vitórias das democracias. Utilizando a ambigüidade como estratégia, Vargas acabou negociando com Roosevelt a cessão de bases do Nordeste e a exportação de materiais estratégicos, em troca de garantias de abastecimento e da construção de Volta Redonda.

No começo dos anos 50, quando retomou o poder, havia três correntes: a neoliberal, que ressurgira timidamente no Governo Dutra; a desenvolvimentista-nacionalista, apoiada pelos

militares e por grupos industriais; e a nacionalista-radical, dos que acreditavam na exploração capitalista como razão do subdesenvolvimento. Tipicamente ambivalente, Getúlio misturava concessões à ortodoxia liberal e ao internacionalismo (na criação da Comissão Mista e do BNDE) com atitudes de desenvolvimentismo nacionalista, ao confiar o planejamento da infra-estrutura à Assessoria do Catete. Esta impugnava a participação estrangeira nos setores básicos e favorecia a criação de monopólios estatais. Getúlio sempre teve fatal preconceito contra investimentos diretos, preferindo empréstimos estrangeiros. Mas aqueles são mais úteis por trazerem tecnologia e organização, e por só resultarem em transferências se os projetos forem bem-sucedidos.

O Governo de Vargas foi autoritário porém não mobilizacional. Não criou um partido hegemônico, como o PRI, no México, o peronismo, na Argentina, e o Apra, no Peru. Atenuou os antagonismos sociais ao inspirar a criação de dois partidos de apoio — o PSD e o PTB — conseguindo a façanha de se tornar ao mesmo tempo o "pai dos pobres" e a "mãe dos ricos". Não se deixou seduzir pelo totalitarismo socialista que mais tarde produziria os desastres de Cuba e do Chile, durante a fase de Salvador Allende.

Modernizou a administração pela criação do Dasp, mas também superdimensionou o Estado, pela criação dos grandes dinossauros de hoje — a Petrobras e a Eletrobras. A primeira, criada quando o Brasil estava em mendicância cambial, encerrava o paradoxo de rejeitarmos capital para produzir petróleo, de um lado, e mendigar empréstimos para importá-lo, de outro. (A Eletrobras só viria a ser ativada anos mais tarde, no Governo Goulart.)

Os 20 anos do ciclo dos militares geraram nos jovens a impressão de que estes introduziram no Brasil o ciclo da violência repressiva. Mas o pioneirismo no caso cabe a dois civis, Artur

Bernardes e Getúlio Vargas, nenhum dos quais sofria de qualquer fanatismo pela democracia.

(Reprodução de matéria publicada em *O Globo*, edição de 28.09.94, e assinada pelo Deputado Roberto Campos.)

A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Passados os "fumos da Índia" e o "ciclo do ouro" do Brasil e não tendo feito, como outros países europeus fizeram, as grandes reformas na estrutura produtiva, Portugal passou, desde as primeiras décadas do século XIX, a exportar mão-de-obra em quantidade.

Poder-se-á dizer que a passagem fez-se de forma quase natural: ao invés das antigas colônias, demandavam-se agora as terras de além-mar, onde existiam oportunidades de trabalho e melhores condições para realizar o sonho individual do sucesso. Todos os povos do Mediterrâneo seguiram uma política semelhante. A saída de braços aliviava as pressões demográficas, reduzia o desemprego e minorava a pobreza dos lugares mais atrasados. Não importava que o país perdesse o concurso de uma parte da juventude, a que tinha coragem e força física para arriscar lá fora um projeto de vida. O certo é que, com a indústria incipiente, como era; com a agricultura em crise, ou pela qualidade do solo ou pelo formato da propriedade; com o Estado anacrônico e sem iniciativas; com as instituições agonizantes e com uma sociedade incapaz de responder aos desafios do novo tempo, a única alternativa era permitir, como fizeram todos os governos, que se enchessem os porões dos navios com jovens contratados nas províncias ou nos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

A autofagia coletiva é um regime econômico baseado na perda de gente e de capital enfra-

queciam cada vez mais a Nação. E, como dizia Guerra Junqueira, embora ela fosse messiânica, por índole, não paria um messias!

Já numa fase subsequente, a imigração, além de servir de válvula para os excedentes da oferta de mão-de-obra, transformou-se também num meio importante para aumentar a entrada de divisas. Na monarquia, as contas da Coroa equilibravam-se graças aos esterlinos que chegavam do Brasil; na República Velha e no Estado Novo não foi diferente; e após o descalabro do gonçalvismo, isto há menos de 20 anos, o país valeu-se das remessas dos emigrantes para não exaurir as reservas de ouro e para escapar da insolvência externa.

Este interesse nas transferências cambiais levará os dirigentes do país a mudar de atitude em relação aos que saíam para o estrangeiro. No começo, e salvo uma ou outra diligência consular para pôr cobro aos abusos e aos maus-tratos nos portos de destino, pouco ou nada se fazia na esfera oficial em benefício dos imigrantes. Como escreveu em 1851 Antonio Rodrigues Sampaio: à questão dos "escravos brancos" dava-se, se tanto, as honras de algumas portarias e consultas.

Depois — e isso vai ocorrer ainda na 2ª metade do século passado — começam a aparecer uma certa adulação e provas de reconhecimento: concedem-se títulos nobiliárquicos aos senhores de pendão e fortuna; dão-se prebendas aos "viscondes-merceeiros" que se destacam por obras de filantropia; recebem-se em palácio as figuras principais da "colônia"; ornam-se com mimos da realeza algumas das instituições criadas no Brasil — é o "Real" Gabinete Português de Leitura, são as "Reais" Beneficências e Caixas de Socorros, é a "Real" Sociedade Clube Ginástico Português.

Enquanto isso, florescem na Literatura os personagens do "torna-viagem": o brasileiro é motivo de chacota e de riso nos "cafés" da Baixa lisboeta; goza-se o comentador que desce a avenida, bronzeado de sol, de terno de brim e de chapéu de palha...

Os governos não têm uma política consistente para assistir e orientar a imigração: os serviços consulares eram de meter medo; os burocratas ficavam-se nas tintas perante os dramas vividos pelos que saíram para o estrangeiro; estes não tinham direitos políticos, nem professores para ensinar a língua de origem aos filhos, nem verbas para o repatriamento nos casos de doença. A lei que vigorava era cada um arrumar-se como pudesse. Daí que sejam os imigrantes a tomar a iniciativa de construir hospitais e dispensários, liceus e "gabinetes de leitura", sociedades de socorros mútuos e clubes, escolas e "casas de Portugal".

Para esse admirável equipamento associativo nunca existiu ajuda dos governos: tudo foi resultado do trabalho e da doação da "colônia" (excetua-se a inclusão do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro como beneficiário do "depósito legal", o que lhe permitiu a atualização permanente do acervo bibliográfico).

Já mais recentemente e por força de vários fatores, entre os quais a politização das minorias nos países de acolhimento, os 4 milhões de portugueses espalhados pelo mundo ganharam por parte do Terreiro do Paço um tratamento "mais obsequioso", como se diria em linguagem do Vaticano: criaram-se organismos vocacionados para tratar dos problemas da imigração; estabeleceram-se condutos para canalizar reivindicações; deu-se uma representação parlamentar aos que vivem no estrangeiro; criaram-se escolas para a 2ª geração; mudou-se o discurso e a avaliação da diáspora.

Na teoria houve conquistas animadoras; na prática, como veremos a seguir, o que se fez pelos que trabalham em terra alheia ainda é pouco.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 18.10.94, e assinada pelo Empresário A. Gomes da Costa.)

BURACO SEM FUNDO

O mundo, de novo, fala em desenvolvimento. Nos países mais ricos, a recessão vai ficando para trás. O Leste da Ásia é o lugar de milagres econômicos. Nos últimos três anos, a economia chinesa expandiu-se em inacreditáveis 40%. Ninguém reclama de crescimento — mesmo se cidades como Pequim envolvem-se num lençol cada vez mais denso de poluição. Mas a idéia do crescimento sustentado é, hoje, pedra de toque de qualquer economia moderna.

O Brasil está relativamente adiantado nesse terreno. Com legislação ambiental mais ampla e mais avançada que a de seus parceiros do Mercosul, acaba de propor a eles o que se está chamando de "regra de destino": o mercado brasileiro recebe os produtos dos países membros da comunidade desde que obedecam a padrões de qualidade ambiental. Os vizinhos vão reclamar; mas a liderança brasileira pode colaborar para uma progressiva elevação dos padrões regionais.

Outras regiões do mundo não têm tanta sorte. Campeã de problemas é a antiga área socialista. Derrubados os muros ideológicos, ficou provado que a idéia de equilíbrio ambiental sequer tinha sentado praça nesses países, por falta de informação ou por simples comodismo. Assim é que, em províncias russas como a Península de Kola, a falta de cuidado no tratamento do lixo industrial criou recordes espantosos de malformação de bebês ou doenças causadas por problemas respiratórios.

A próxima bomba ecológica, diz-se, vai ser a China. A velocidade com que o país procura recuperar o terreno perdido faz com que se adiem sem cerimônia as preocupações ecológicas. Está provado que esse é o caminho mais caro para resolver o problema ambiental. E os danos muitas vezes são irreversíveis.

O Governo chinês pode ser obrigado a repensar a questão mais cedo do que imagina:

Encolhe a olhos vistos, por exemplo, a capacidade chinesa de garantir a sua própria alimentação. A maior parte das terras chinesas é árida e improdutiva. A capacidade agrícola concentra-se num grupo de vales irrigados pelos grandes rios que constituem cerca de um terço do país. E ocorre que essa terra produtiva está sendo reivindicada para fábricas, moradias, estradas. Por outro lado, elevando-se o padrão de riqueza, os chineses estão comendo mais — e começando a rejeitar a velha dieta de arroz.

Tudo isso traz de volta a questão do desenvolvimento sustentado — o tipo de crescimento que garante uma relação equilibrada entre o homem e o meio ambiente. Se essa relação continuar a ser aviltada na China, que repercussões mundiais terá a carência alimentar do país mais populoso da Terra?

(Reprodução de editorial de *O Globo*, edição de 23.10.94)

TUDO OU NADA

Embora seja empresa pública, com 51% do capital controlado pelo Tesouro Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce destaca-se das demais estatais: é empresa rentável e de eficiência mundialmente reconhecida. Principal exportadora do país, com receitas estimadas em US\$ 1,4 bilhão este ano, é líder mundial, com 18% do mercado na exportação de minério de ferro. A Vale é motivo de orgulho nacional.

De marcante presença em Minas Gerais e no Espírito Santo — eixo inicial do império da Itabira Iron, do americano Percival Farquhar, comprado pela União, em 1942, no primeiro governo Vargas, e origem das primeiras campanhas nacionalistas e antiimperialistas no Brasil — a Vale do Rio Doce deixou de ser

mineira. É hoje uma multinacional com fortíssima atuação em todo o território nacional e nos quatro cantos do mundo.

Um dos segredos da Vale é a natureza do seu próprio negócio. O mercado de minério é altamente competitivo. A empresa que conseguir equacionar no menor custo possível a complexa operação de extração e transporte do minério da mina ao porto e daí, por navio, até os mercados consumidores espalhados pelos quatro continentes, vence a concorrência. Ciente disso, a Vale praticou a eficiência como virtude, mediante rigoroso controle de custos em todas as etapas da produção.

A necessidade de manter-se competitiva num mercado em que os três grandes concorrentes australianos estão próximos do Japão e do mais promissor mercado consumidor, formado pelos tigres asiáticos e a China que adere velozmente à economia de mercado, obrigou a Vale a superar-se. A descoberta de Carajás deu-lhe outra dimensão.

A província mineral de Minas Gerais perdeu importância relativa diante das gigantescas dimensões de Carajás, no Pará, rica em minério-de-ferro, manganês, cobre e ouro. Mas a diversificação das atividades da Vale em Minas e no Espírito Santo, mediante as parcerias com empresas nacionais e estrangeiras na exploração de madeira para papel e celulose, na pelotização de minérios e a própria dinamização da ferrovia Vitória—Minas como corredor de exportação, supriu a lacuna deixada pelo minério.

A industrialização de Minas, da qual a Usiminas e a Fiat são os marcos recentes mais notáveis, ao lado das pioneiras Belgo-Mineira e Mannesman, encontrou na eficiência da ferrovia Vitória—Minas o caminho ideal para escoar a produção e receber insumos a preços competitivos no fortemente disputado mercado internacional de manufaturados.

No Norte do país, a exploração das jazidas de Carajás pela Vale mudou a face de uma vasta região entre o sul do Pará e o porto da Ponta da

Madeira, em São Luiz, cortada pelos 900 quilômetros da Estrada de Ferro Carajás. Quem visita Carajás admira não apenas as dimensões gigantescas do projeto, mas, principalmente, o cuidado permanente com a preservação do meio ambiente.

Mais ao norte, a Mineração Rio do Norte, com a exploração de bauxita, em Trombetas, e a industrialização de alumina pela Albrás e a Alunorte, em Barcarena, modificam uma região do Pará em extensão maior do que o eixo da Vitória-Minas. Com a compra, há dois meses, das jazidas de minério-de-ferro e manganês da Urucum Mineração, em Corumbá, a Vale chegou ao Pantanal e passou a controlar 80% do manganês do País.

Os sócios nacionais: grupos Votorantim (na Mineração Rio do Norte e Alunorte), Suzano Fiffer (na Bahia Sul Celulose), Papel Simão, na Celmar, no Maranhão, e os recentes parceiros na privatização da Usiminas, da Companhia Siderúrgica de Tubarão, da Açominas e da Companhia Siderúrgica Nacional (Bozano, Simonsen, Bamerindus, Vicunha, Moreira Salles e Mendes Júnior) atestam a eficiência da Vale.

Os parceiros japoneses (Nippon Steel, Nissho Iwai, Kawasaki Steel), americanos (Alcoa, Reynolds e a California Steel), canadenses (Alcan), italianos (Itabrasco), espanhóis (Hispanobras), franceses (na siderúrgica Socilor, em Dunquerque), os sul-africanos da Anglo-American (sócios no cobre e no ouro de Salobo-PA), e os chineses, que querem formar uma *joint venture* para explorar uma nova jazida de ferro em Carajás, comprovam as vantagens de operar em conjunto com a Vale.

Tudo isso e o fato de apresentar a Vale no primeiro semestre deste ano, uma receita bruta de US\$ 3 bilhões, adequadamente distribuída entre os negócios com minério de ferro (29%), siderurgia e metalurgia (28%), alumínio e bauxita (11%), transportes (9%) e madeira e celulose (7%), indicam que o modelo da privatização da Vale do Rio Doce, já decidida

pelo presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, não pode repetir o caminho da venda isolada das estatais já privatizadas.

"Jóia mais valiosa do colar" das empresas estatais, o valor de mercado da Vale é reconhecido pelos sócios nacionais e estrangeiros. Não passa pela cabeça de nenhum deles a privatização retalhada da Vale, como já chegou a ser ventilada no mercado financeiro. As operações da Vale costumam ser integradas nas diversas regiões do país, tendo como eixo o sistema de transporte. O interesse dos sócios também não podem ser prejudicado por uma venda retalhada de atividades.

A Vale é um patrimônio nacional. Sua privatização só terá alto sentido político capaz de justificar a alienação do patrimônio da União para a obtenção de recursos necessários à execução de programas sociais e cobertura de déficits públicos, se a transferência do controle a capitais nacionais e estrangeiros, for feita por preço que leve em conta seu potencial futuro, e, sobretudo, se preservar sua função estratégica na economia brasileira.

A Vale do Rio Doce é uma empresa pioneira no desbravamento de vastas regiões do Brasil e na conquista dos mercados internacionais para produtos brasileiros. A Física prova que a soma das partes é igual ao todo. Essa lógica, no entanto, não se aplica ao caso da Vale do Rio Doce. Se for vendida em fatias, valerá menos que o todo.

(Reprodução de editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 23.10.94)

A GUERRILHA MILIONÁRIA

Cara amiga: muito obrigado por seu pedido de informações sobre a Greenpeace, uma das mais combativas

entidades ambientalistas do planeta. (...) Por que você não aproveita e se associa à Greenpeace? Basta preencher a ficha de filiação, escolher um dos níveis de contribuição e nos mandar."

Esta é a introdução de uma das milhares de cartas que a Greenpeace — a multinacional (pretensamente) ecológica de 200 milhões de dólares — tem mandado a milhares de cidadãos brasileiros, espalhados por todo o país.

Estes brasileiros, possivelmente incautos, talvez não saibam de alguns fatos sobre o comportamento desta organização, que é apresentada equivocadamente por grande parte da mídia mundial como um grupo de bravos aventureiros que tentam salvar o planeta de terríveis tragédias tais como o holocausto nuclear, a destruição da Amazônia, o aquecimento global, o buraco do ozônio e outras quimeras do gênero.

A Greenpeace foi fundada no início dos anos 70 por um grupo de "pacifistas" canadenses liderados por David Mc Taggart, um esperto especulador imobiliário, acusado de vários negócios escusos, inclusive de ter dado um desfalque de 3 milhões de dólares na sua própria sogra. O grupo, inicialmente, tinha por plataforma o combate aos testes nucleares no Alasca e no Pacífico e uma cruzada contra a caça às baleias e outros mamíferos marinhos.

Porém, a verdadeira vocação da Greenpeace se revelou na capacidade de mobilização da mídia internacional e na arrecadação de milhões de dólares no mundo inteiro, que permitem manter, aos seus executivos e gerentes, salários altíssimos, mordomias, viagens de primeira classe e outras benesses maiores.

Um dos fundadores da Greenpeace — Bennet Metcalfe — declarou recentemente, perante à câmara do cineasta islandês Magnus Gudmundsson: — "Eu criei um monstro". Metcalfe mostrava-se acabrunhado com os rumos mercantilistas tomados pela organização e, principalmente, pelas falcatruas de seu todo-poderoso chefe, Mc Taggart.

Em 1991, a mais importante revista alemã, *Der Spiegel*, publicou uma reportagem de capa intitulada "Greenpeace: a máquina de dinheiro", onde qualificava a multinacional ecológica de o "Mc Donald's do cenário ambiental". Desde então, uma chuva de denúncias, ações judiciais e protestos contra a organização vem acontecendo.

O islandês Gudmundsson produziu 3 vídeos com pesadas denúncias contra a Greenpeace. Entre elas, a de que a mega-ONG teria forjado cenas de matança de focas para sustentar suas campanhas de arrecadação de fundos. As cenas são impressionantes e Gudmundsson demonstra cabalmente a fraude: uma foquinha bebê se arrasta pelo gelo atrás da mãe morta e ensanguentada, a qual é puxada com uma corda por um "caçador" que dá voltas e voltas em frente das câmeras ávidas pelo sangue e sofrimento dos animais. Paul Watson, também fundador da Greenpeace, admitiu em entrevista à televisão canadense que a campanha contra a caça das focas visava apenas a arrecadação de fundos. "As focas não estão em perigo de extinção, mas eu acho que, de todos os animais, elas são o de maior apelo para o levantamento de fundos."

Watson revela também outro lado sombrio da Greenpeace: a propensão à violência. "Tive a impressão de que, em vez de sair por aí matando pássaros, deveria sair por aí atirando nos garotos que atiram nos pássaros", disse ele à revista *Acess to Energy* em dezembro de 1982 (Sic: Ray, D. L. e Guzzo, L. "Sucateando o Planeta", Ed. expressão e Cultura, 1992, pg. 135).

O islandês Gudmundsson mostra em outro de seus filmes, "The Rainbow Man", as conexões da Greenpeace com o grupo ecoterrorista "Earth First!". O "Earth First!" é conhecido nos EUA e Canadá por ter mutilado e ferido gravemente diversos trabalhadores da indústria madeireira, ao introduzir, camufladamente, enormes pinos de aço nos troncos de árvores destinadas ao abate legal, que se transformariam, mais tarde, em dardos letais, no momento em que os troncos fossem laminados na serraria.

A Greenpeace se instalou no Brasil em 1991. Obviamente o movimento não decolou no País, pois este tipo de ecologismo alarmista e espetacular não está entre as preocupações imediatas de uma população sofrida como a brasileira, conforme atestam algumas pesquisas de opinião. Afinal de contas, quem já viu a Greenpeace empreender campanhas de preservação da espécie humana, esta sim ameaçada de extinção em vários locais do país, como no árido Nordestino ou nas favelas das grandes cidades? Onde estão os "Guerrilheiros Verdes" da Greenpeace quando se trata de combater os reais problemas ambientais brasileiros: ausência de redes de água e esgoto em grande parte do país; ausência de qualquer tipo de tratamento de esgoto em 90% dos municípios nacionais, falta de água e de condições básicas para a agricultura em grande parte dos Estados do Nordeste; proliferação geral de pragas, endemias e pandemias.

Onde está a Greenpeace, enquanto estes males se alastram? A resposta é: está na Amazônia com o seu navio *high-tech* o *MV Greenpeace*, de onde pretende, segundo Teodomiro Braga ("Informe JB", 26.09.94), em operações-relâmpago, bloquear a derrubada de árvores e inutilizar toras de madeira.

Mas desta feita, parece que os "guerrilheiros verdes" foram longe demais. A despeito dos avisos dados pelo Itamarati e apesar do Governo Brasileiro ter deslocado uma corveta da Marinha para vigiar possíveis atos de vandalismo, a tripulação de "guerrilheiros" do *MV Greenpeace* invadiu, na semana passada, o navio ucraniano *Kapitan Trubkin*, objetivando impedir o embarque de madeira legalmente explorada e que seria exportada por indústrias da região. Alguns dias antes, o Secretário de Meio Ambiente do Estado do Amazonas, Manoel Quintas Ferreira, havia alertado a opinião pública para os objetivos dos ativistas da Greenpeace, a quem ele qualificou de "vândalos e desocupados", acusando a entidade de ter inutilizado, há 2 anos

atrás, equipamentos de indústrias da região, "despejando baldes de tinta em engrenagens".

A Política Federal finalmente reagiu e entregou aos "guerrilheiros verdes" uma notificação para deixarem o Brasil em 24 horas, por desrespeito à Lei dos Estrangeiros. A ONG entrou com um mandado de segurança visando suspender a decisão da Polícia Federal. Um dos diretores da Greenpeace do Brasil, José Augusto de Pádua, ameaçou, dizendo que "esta decisão terá repercussão bastante negativa na imagem do Brasil no exterior".

Creio que, felizmente, o Sr. Pádua está redondamente enganado. Apenas para citar alguns exemplos recentes: 1) em setembro deste ano a Autoridade de Padrões de Propaganda do Reino Unido proibiu a veiculação de um anúncio da Greenpeace contra a indústria nuclear inglesa, qualificando-o de "gritantemente mentiroso" e de "mau gosto"; 2) em 1979, após curto processo na Justiça, o Governo da Islândia expulsou ativistas estrangeiros da Greenpeace, envolvidos em arruáças no país; 3) em maio de 1994, a empresa belga de eletricidade, Electrabel, processou a Greenpeace por "propaganda enganosa na televisão, com o objetivo de recrutar novos membros para a organização e aumentar a arrecadação de recursos"; 4) há dias atrás, um tribunal da cidade de Zurzach da Suíça sentenciou 38 "guerrilheiros" da Greenpeace a 2 anos de prisão, pena posteriormente comutada para alguns dias na cadeia mais uma fiança de 300 marcos por cada um dos réus — o motivo da sentença foram manifestações "ao estilo militar", semelhantes às acontecidas agora no Brasil — contra a usina nuclear de Beznau. Nenhum destes países teve sua imagem externa comprometida por defender seus interesses e sua soberania nacional e por reagir às ações arbitrárias e violentas da mega-ONG.

Ora, a viagem da Greenpeace pelo Amazonas não tem por objetivo melhorar as condições ambientais ou sociais da região. Esta ação visa apenas produzir imagens da

"guerrilha" da Greenpeace que serão registradas pela produtora TV Zero e enviadas para todo o mundo com o intuito de difamar o país e aumentar os lucros da entidade.

A Greenpeace não é uma entidade acima de qualquer suspeita — muito ao contrário — e está sujeita e circunscrita aos limites da Lei Brasileira. Se a violou, deve ser punida.

A cruzada nacional pela ética e contra a impunidade não deve assumir um caráter "politicamente correto" e se restringir apenas aos bicheiros, traficantes e políticos inescrupulosos. A aceitação passiva pelo Brasil de que a lei não deve ser aplicada a ONG's multinacionais como a Greenpeace irá fatalmente endossar o conceito do *devoir d'ingérence* por causas "nobres" como

a ecologia, os direitos humanos, e supostas ameaças a minorias étnicas — o que faz parte do projeto de soberanias limitadas incorporado à chamada "Nova Ordem Mundial".

E a vocês, "cara amiga" ou "caro amigo", sugiro que quando receberem uma cartinha simpática da Greenpeace pedindo dinheiro, lembre-se de que sua contribuição financeira não lhes dá direito a voto. Acima de tudo, a Greenpeace não é uma organização democrática.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 07.11.94, e assinada por Guilherme A. M. Camargo, ex-Presidente da Associação Brasileira de Energia.)

Faça a Sua Revista Conosco!

OFERECEMOS AUTOFINANCIAMENTO PARA SUAS PUBLICAÇÕES. TEMOS EXPERIÊNCIA EM REVISTAS MILITARES, COM MÉTODOS MODERNOS DE DIAGRAMAÇÃO.

CONSULTE-NOS SEM COMPROMISSO PELOS TELEFONES:

(021) 581-2722 / 581-7869 / 281-5822 / 241-0088 – Fax: (021) 241-1265

ENREVISTAS PROD. GRÁF. PUBL. LTDA.



RESUMO DE MONOGRAFIAS

A SUBSTITUIÇÃO DO ARMAMENTO LEVE NO EB Uma forma de aumentar a operacionalidade

Autor: Maj Inf José Roberto Rousselet de Alencar
Concludente do CCEM/94

Amudança do armamento leve do Exército Brasileiro é analisada a fim de mostrar sua importância para um melhor desempenho do mesmo em operações, calcado em uma real evolução doutrinária. Sendo o armamento leve a base da eficiência de um exército, quanto mais atualizados forem esses engenhos, melhores condições terá o EB de experimentar novas formas de aplicação de suas forças em combate. O estudo dos fuzis de assalto, sustentado no exemplo americano e na padronização do calibre 5,56mm pela OTAN, é voltado para as vantagens técnicas, logísticas e operacionais desse calibre. Além disso, acompanha as tendências atuais de peso e tamanho reduzidos para este tipo de arma, mostrando a necessidade de substituição do FAL e do FAP como forma de armar-se adequadamente o combatente individual para o cumprimento de suas novas missões. Quanto à indústria nacional, é avaliado o esforço brasileiro em atualizar a produção de material bélico e o reflexo da atual conjuntura econômica para o desenvolvimento e produção de um novo fuzil. Com relação ao *sniper*, seu armamento é estudado para oferecer solução a essa lacuna, hoje existente no EB. A análise das pistolas e metralhadoras de mão é voltada para a duplicidade de armas com a

mesma função, bem como para a tendência, hoje observada em outros exércitos, em desmobilizar as metralhadoras de mão, pelo menos como as entendemos atualmente. Em conclusão, é sugerida abertura de uma concorrência internacional, admitida a transferência de tecnologia, para aquisição de um novo fuzil, no calibre 5,56mm, de um fuzil metralhador no mesmo calibre, e de um fuzil especial, apropriado para o trabalho do *sniper*. É destacada, ainda, a necessidade da padronização da pistola 9mm em uso pelo EB, e da supressão das metralhadoras de mão das tropas regulares.

UNIDADE MILITAR NA AMAZÔNIA Organização, Instalação e Implantação

Autor: Maj Com Paulo Sergio Melo de Carvalho
Concludente do CCEM/94

Aabordagem das atividades de organização, instalação e implantação de uma Organização Militar na Amazônia exige, primeiramente, uma análise sucinta desta complexa região do País nos seus aspectos fisiográficos e nas expressões do Poder Nacional. Através da descrição da articulação da Força Terrestre nesta importante área estratégica, examina-se como o Exército Brasileiro planeja a sua defesa interna e externa e em que níveis de operacionalidade encontra-se a sua execução, enfatizando a ação do Projeto Calha Norte.

Verifica-se a Doutrina Militar Terrestre quanto à sistematica de criação de unidades, ressaltando-se a atuação do Estado-Maior do Exército na elaboração, coordenação, controle e execução do Sistema de Planejamento do Exército pelo estudo específico dos seus planos básicos e do Plano Diretor do Exército nos assuntos atinentes a esta implementação. Do trabalho *in loco* de instalar e implantar uma subunidade de comunicações independentes na cidade de Marabá/PA no inicio Governo Collor, descreve-se as experiências mais relevantes nos campos do pessoal, do material, da instrução e psicossocial. Em conclusão, objetiva-se consolidar ensinamentos para reduzir os improvisos e os sacrifícios dos pioneiros de futuras unidades do Exército na Amazônia e, em última instância, em qualquer outra região brasileira. Sugere-se procedimentos para otimizar o seu processo de ativação com um gerenciamento eficiente e eficaz, fundamental para que seja inaugurada com as mínimas condições de funcionamento do seu aquartelamento e de ser empregada em uma situação de combate.

do clero brasileiro, a partir de observações pessoais, conclui que a maioria é natural do meio rural, onde predomina o minifúndio. Em 1968, reunida na cidade colombiana de Medelin, a Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), proclama uma opção preferencial pelos pobres, dando origem a uma corrente teológica conhecida como teologia da Libertação. O Teólogo brasileiro Frei Leonardo Boff introduziu em suas reflexões teológicas elementos de análise marxista, desaprovadas pelo Vaticano e endossadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Os adeptos de Frei Boff mergulham em vigorosa militância político-partidária no Partido dos Trabalhadores, tornando a opção preferencial pelos pobres exclusiva e excludente. O Vaticano intervém e, após punições, Boff abandona o sacerdócio. A CNBB inicia um processo de gradual desengajamento político-partidário do clero. A presença da Igreja junto aos movimentos dos agricultores sem-terra é coerente com sua doutrina tradicional. Prejudicial a ela própria é sua militância político-partidária, por ser excludente. A tradicional doutrina social e moral da Igreja Católica é apresentada como referencial ético e político para a solução dos conflitos rurais no País.

A PRESENÇA DA IGREJA NOS CONFLITOS RURAIS DO BRASIL

Autor: Maj Eng José Deomar Hartmann
Concludente do CCEM/94

A Igreja Católica é mostrada como a mais tradicional instituição dentre as que influenciaram a civilização ocidental. É apresentada a historicidade de Jesus Cristo e sua identidade aos olhos da Igreja, que o considera seu fundador. O perfil histórico da evolução da questão agrária nas constituições brasileiras é levantado e o magistério tradicional da Igreja Católica sobre as mesmas questões lhe é contrastante. O levantamento das origens sociais

A QUEDA DO SISTEMA SOCIALISTA NA EX-URSS

Causas e reflexos para os Países da América do Sul

Autor: Maj Int Orlando Efren Natividade
Concludente CCEM/94

O trabalho apresenta a análise do leitor sobre as causas do colapso socialista na ex-URSS e seus reflexos nos movimentos revolucionários da América do Sul,

especialmente no Brasil. O primeiro capítulo apresenta, inicialmente, o *leit-motiv* do trabalho, ou seja, a importância do conhecimento das origens do fracasso socialista. O segundo traça uma análise histórica da ex-URSS em sua trajetória de distorções políticas, sociais e econômicas. Na sequência, o terceiro capítulo relaciona as causas da decadência socialista aos novos rumos dos movimentos revolucionários da esquerda sul-americana, com destaque ao momento atual no Brasil. Na conclusão, encontram-se sintetizadas as principais causas da implosão socialista e seus reflexos nesses movimentos e o alerta para o fato de que a permanência do ideário socialista tem-se revelado, ainda, um perigo constante para a democracia no mundo e em nosso País que, em sua luta pelo desenvolvimento econômico e possuidor de inúmeros contrastes políticos e sociais, torna-se um campo fértil à pregação da utopia comunista em busca de novos rumos.

empresa. O aproveitamento da experiência é admitido como o meio mais rápido para se atingir a qualidade pessoal. Nas técnicas de planejamento de recursos humanos são buscados os elementos que permitem interligar a experiência profissional com a destinação funcional. Um sistema de acompanhamento da experiência é sugerido para complementar a avaliação do desempenho na destinação de recursos humanos no Exército Brasileiro. Em conclusão, são apresentados alguns benefícios decorrentes da técnica utilizada e a relação destes com a sobrevivência da eficiência e da eficácia do Exército Brasileiro.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PROFISSIONAL

Voltado para o aperfeiçoamento dos quadros da Força Terrestre

Autor: Maj Cav Flávio Murillo Barbosa do Nascimento
Concluinte do CCEM/94

DESTINAÇÃO FUNCIONAL DE RECURSOS HUMANOS NO EB Uma experiência acumulada

Autor: Maj Int José Antonio Corrêa Stein Dias
Concluinte do CCEMS/Int-94

O acompanhamento da experiência acumulada por um profissional militar é apresentado como um instrumento alternativo de análise qualitativa de pessoal para fins de destinação de recursos humanos no Exército Brasileiro. A partir da concepção do Exército como empresa, são analisados os desafios do futuro para o mundo empresarial. A qualidade total é identificada como o elemento fundamental para vencê-los. No contexto da qualidade total, a qualidade pessoal mostra-se como a base de todo o processo evolutivo de uma

O recente movimento pela qualidade total determinou uma verdadeira revolução no que tange à administração de pessoal dentro das Organizações. Rumo à modernidade, as empresas foram obrigadas a rever o papel desempenhado pelo fator humano dentro do seu contexto, redimensionando-o em termos de importância e reservando-lhe um lugar de destaque no centro das suas estratégias empresariais. Avaliar o desempenho humano deixou de ser uma técnica destinada, apenas, a medir o que o indivíduo realizou no passado. Passou a ser um instrumento capaz de detectar, aperfeiçoar e desenvolver todo o potencial produtivo do elemento humano. Com base nessas premissas, torna-se imprescindível dotar o Exército Brasileiro de um Sistema de Avaliação de Desempenho eficaz e capaz de promover um

real aperfeiçoamento do desempenho profissional de seus oficiais e sargentos, principais recursos de que dispõe para atingir seus objetivos de Instituição Nacional Permanente. No início do trabalho, é realizado um breve estudo sobre a teoria da avaliação de desempenho, dentro dos mais modernos conceitos de administração de pessoal. Com base nas obras de diversos autores, é encontrada a fundamentação doutrinária necessária a uma abordagem crítica do atual Sistema de Avaliação do Pessoal Militar do Exército. Focalizando as atenções nas figuras do "Avaliado", do "Avaliador" e nos objetivos da avaliação de desempenho para o Exército, são detectados como pontos críticos os seguintes aspectos: a inexistência de *feedback* dos resultados da avaliação para o avaliado; a ausência de um programa de divulgação, sensibilização e de conscientização sobre os objetivos da avaliação de desempenho; a inexistência de um programa de treinamento para a correção de desempenhos insatisfatórios e a falta de preparação dos avaliadores. Utilizando argumentos calcados na fundamentação teórica, são apresentados propostas que visam corrigir as falhas levantadas no Sistema em pauta, tendo como principal objetivo modernizá-lo e adequá-lo à nova sistemática preconizada para a administração de pessoal. Essas propostas têm como escopo promover o aperfeiçoamento profissional dos talentos humanos à disposição da Instituição. Como conclusão, é sugerida uma nova postura para o Exército, onde se destaca o grande investimento que deve ser realizado em programas educacionais a fim de compensar a carência em recursos materiais com recursos humanos dotados de qualidade e competência profissional.

SUDESTE DA ÁSIA Caso Clássico da Estratégia da Lassidão

Autor: Maj Inf Fernando Velozo Gomes Pedroza
Concludente do CCEM/94

Estudo do conflito no Sudeste da Ásia contra o domínio francês, no período entre o final da 2ª Guerra Mundial e os Acordos de Genebra de 1954. A vitória das forças do Vietminh foi surpreendente por tratar-se de um exército pobre, em luta contra uma antiga potência colonial apoiada pelos Estados Unidos. O General Vo Nguyen Giap valeu-se da estratégia da guerra prolongada, cuja doutrina foi delineada por Mao Tsé-Tung, para a guerra de resistência da China contra o Japão na década de 30. Os principais aspectos dessa estratégia são: mobilização política do povo em torno de um objetivo político de guerra genuinamente popular; desenvolvimento da guerra em três etapas estratégicas, que vão da defensiva à contra-ofensiva, passando por uma etapa de equilíbrio; e emprego de operações ofensivas de decisão rápida em linhas exteriores, dentro da guerra defensiva prolongada em linhas interiores. Concluindo, apresenta os principais fatores que favoreceram a vitória Vietminh: o sucesso da política de união nacional em torno dos objetivos políticos da guerra; a subordinação das operações militares às ações políticas; a adoção do modelo maoísta da guerra prolongada, adaptando às condições do Vietnã; e a liderança de Ho Chi Minh no campo político e de Giap, no militar. Como principais ensinamentos destaca: a possibilidade da aplicação, em outros conflitos, da estratégia proposta por Mao Tsé-Tung, desde que ajustada às condições do país; necessidade da união nacional para a consecução dos objetivos políticos da guerra; a importância do emprego dos princípios de Guerra da Massa e da Economia de Forças para concentrá-las e obter a superioridade local; e a necessidade de grande esforço no campo externo a fim de angariar apoio internacional.

Os nossos Anjos-da-Guarda não têm asas.

ESQUILO



BK 117



PANTHER



COUGAR



Os Helicópteros do Brasil

Contatos e informações:

Diretoria Comercial: Tel. (011) 289.8797 / 284.2203 Fax: (011) 283.2978

**Quando o Exército Brasileiro e a Indústria andam
de braços dados, quem ganha é o Brasil.**

ASTROS II



ASTROS II - tecnologia de ponta em
solução de área - a engenharia nacional
projetando a tecnologia brasileira
de defesa e gerando divisas para o País.



EDT-FILA



EDT-FILA - a defesa
aérea no estado do arte - resultado concreto da
cooperação entre o Exército e a AVIBRAS.



AVIBRAS AEROSPACE S.A.

Aviação Industrial do Brasil - Rua 10 de Novembro, 1000 - Centro
São Paulo - SP - CEP 01000-000 - Tel. (011) 500-11111 - Telex 11111